

**VERÔNICA KARINA IPÓLITO**

**O VERMELHO QUE VIOLENTA A ORDEM:  
os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná**

**ASSIS-SP  
2016**

**VERÔNICA KARINA IPÓLITO**

**O VERMELHO QUE VIOLENTA A ORDEM:  
os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa

**ASSIS-SP  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

I64v	<p>Ipólito, Verônica Karina O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná / Verônica Karina Ipólito. Assis, 2016. 253 f. : il.</p> <p>Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. Milton Carlos Costa</p> <p>1. Paraná (Estado) Departamento de Ordem Política e So- cial. 2. Movimentos anticomunistas. 3. Perseguição política - Paraná. 4. Partido Comunista Brasileiro I. Título.</p> <p>CDD 335. 4</p>
------	--

**VERÔNICA KARINA IPÓLITO**

**O VERMELHO QUE VIOLENTA A ORDEM:  
os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Aprovado em: 28/04/2016

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Milton Carlos Costa -  
Orientador – Unesp/Assis

---

Prof. Dr. Ricardo Gião Bortolotti – Unesp/Assis

---

Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues – UFMT/Cuiabá

---

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula – Unesp/Presidente Prudente

---

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori – UEM/Maringá

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu grande pai e amigo.

Aos meus pais, Benedito e Rosa, importantes referenciais na minha vida, ofereço a vocês este momento, na esperança de retribuir um pouco do muito que fizeram por mim.

Ao meu namorado, Ricardo, pelo incentivo, parceria e amor em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

Na trajetória de nossas vidas, existem pessoas que deixaram marcas profundas em nossas mentes e corações. Pessoas que em algum momento nos dedicaram carinho, atenção e nos transmitiram conhecimentos que jamais serão esquecidos. A estas pessoas, que considero especiais, gostaria de agradecer por todos os momentos em que estiveram comigo e dividiram alegrias, tristezas, conquistas, angústias e preocupações.

Ao professor Milton Carlos Costa, não somente pela orientação, mas pela paciência, dedicação e incentivo durante esses anos de convivência.

Aos professores Ricardo Gião Bortolotti, Cândido Moreira Rodrigues, Ricardo Pires de Paula e Angelo Aparecido Priori, membros da banca de defesa, pelas valiosas sugestões ao trabalho, bem como o incentivo para a continuação da mesma.

À Zélia Maria de Souza Barros e ao José Lino Alves, secretários do Programa de Pós-Graduação em História, pela disponibilidade e atenção.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que subsidiou a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado e doutorado, em especial ao Bruno, Andrei, Daiane, Leonardo, Thiago, pelos momentos em que compartilhamos experiências e trocamos informações.

Ao Ricardo, pela motivação e companheirismo.

À jornalista Teresa Urban (*in memoriam*), pelo empréstimo de material de grande valia para a pesquisa.

A toda a minha família, pelo apoio incondicional, confiança e dedicada atenção.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos, afeto e minha eterna gratidão.

“Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei

Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo.”

Bertold Brecht

IPÓLITO, Verônica Karina. **O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná.** 2016. 253 f.. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP).

## RESUMO

O presente trabalho analisa os mitos políticos modernos que se formaram na relação entre a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR) com o comunismo e atividades desenvolvidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) no Paraná durante os anos de 1945 a 1953. Ao realizar um trabalho metódico de vigilância e repressão, a polícia política não somente coletou, registrou e ofereceu dados sobre suspeitos a outros setores ou Delegacias Regionais, mas associou o comunismo a características negativas, atribuiu a seus adeptos um alto grau de periculosidade e identificou na doutrina comunista elementos que supostamente visavam destruir o mundo ocidental e seus valores. Tais características contribuíram para a formação do mito da conspiração comunista, o qual se alimentava da disseminação do medo e da paranoia de que o “inimigo vermelho” poderia estar em todos os lugares, com grande força e blindado por suas características maléficas. A confluência de mitos políticos não ficou restrita ao universo policial. Por outro lado, os próprios comunistas paranaenses se alimentaram de mitos, seja para manter sua própria unidade, existência ou até mesmo para se sentirem motivados na busca pela luta revolucionária. Apesar das adversidades físicas, emocionais e familiares, acreditava-se que o papel de revolucionário e a entrega de sua vida em sacrifício trariam recompensas, como o fim da exploração capitalista e a construção de uma sociedade mais justa. Para a escrita do trabalho foram utilizadas fontes de natureza jornalística, entrevistas, depoimentos, relatórios e demais evidências arquivadas no Fundo DOPS do Arquivo Público do Estado do Paraná e Arquivo Pessoal de Teresa Urban. O foco principal se concentrou no esforço de identificar na documentação indícios de mitos políticos modernos, em especial o mito da conspiração comunista e, na sua antítese, as construções mitológicas formuladas no interior do PCB, a exemplo do mito da unidade e do mito da Idade de Ouro. Pessoas comuns, militantes, agentes policiais, todos esses personagens foram analisados de forma a demonstrar que os mitos políticos adquirem roupagens diferenciadas em consonância com o pensamento que se deseja legitimar por um indivíduo, instituição ou grupo.

**Palavras-chave:** DOPS/PR; PCB/PR; mitos políticos; anticomunismo; repressão.

IPÓLITO, Verônica Karina. **Red violent that the order: the communists under the gaze of DOPS in Parana.** 2016. 253 l.. Thesis (Doctorate in History and Society). Graduate Program of the Faculty of Sciences and Letters of Assis. Paulista State University Júlio de Mesquita Filho. Assis (SP).

## ABSTRACT

This thesis analyzes the modern political myths that have formed in the relationship between the Bureau of Political and Social Order (DOPS/PR) with communism and activities of the Communist Party of Brazil (PCB) in Paraná during the years 1945-1953. To conduct a meticulous surveillance and repression, the political police not only collected, recorded and offered data on suspects to other sectors or Regional Offices, but associated communism the negative characteristics attributed to his followers a high degree of dangerousness and identified in Communist doctrine elements that allegedly aimed to destroy the Western world and its values. These characteristics contributed to the formation of the myth of the communist conspiracy, which fed the spread of fear and paranoia that the "red enemy" could be everywhere, with great strength and armored by his evil characteristics. The confluence of political myths was not restricted to the police universe. On the other hand, Paraná Communists themselves fed on myths, is to maintain its own unity, existence or even to feel motivated in the pursuit of revolutionary struggle. Despite the physical, emotional and family adversity, it was believed that the revolutionary paper and the delivery of his life in sacrifice would bring rewards, as the end of capitalist exploitation and the construction of a fairer society. For writing the work they were used sources of journalistic nature, interviews, statements, reports and other evidence filed with the Fund DOPS of Paraná State Public Archive and Personal Archive of Urban Teresa. The main focus was in the effort to identify the documentation evidence of modern political myths, especially the myth of Communist conspiracy and, in its antithesis, mythological constructions made inside the PCB, the unity of the myth of the example and the Middle myth of gold. Ordinary people, activists, police officers, all these characters were analyzed in order to demonstrate that political myths take on different guises in line with the thought that if you want to legitimize by an individual, institution or group.

**Keywords:** DOPS/PR; PCB/PR; political myths; anticommunism; repression.

## TABELAS, MAPAS E FIGURAS

Tabela 1	Tabela 1: Regiões Policiais em 1944.....	142
Mapa 1	Divisão Política do Estado do Paraná (1950) e a distribuição das regiões contempladas com Delegacias Regionais.....	145
Figura 1	Liga Camponesa.....	156
Figura 2	Livro produzido pela polícia política justificando a “moral da luta anticomunista”.....	170
Figura 3	Panfleto da Campanha de Educação Cívica e Democrática.....	173
Figura 4	Panfleto de propaganda anticomunista – Revista <i>Lei e Polícia</i> .....	197
Figura 5	Panfleto de propaganda anticomunista – Revista <i>Lei e Polícia</i> .....	198
Figura 6	Panfleto de propaganda anticomunista – Revista <i>Lei e Polícia</i> .....	199
Figura 7	Panfleto de propaganda anticomunista – Revista <i>Lei e Polícia</i> .....	200
Figura 8	Congresso Continental Americano pela Paz – Suplemento Especial do Jornal <i>Tribuna do Povo</i> .....	211
Figura 9	Luís Carlos Prestes – Revista <i>Problemas</i> .....	212
Figura 10	“Viva a Frente Democrática [sic] de Libertação Nacional com Prestes a frente” (pichação).....	216
Figura 11	“Nosso apoio aos camponeses do norte” (pichação).....	217
Figura 12	“Protestamos contra a invasão da Coreia [sic] pelos americanos” (pichação).....	217

## LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Associação Nacional Libertadora
ALNP	Associação dos Lavradores do Norte do Paraná
APTU	Arquivo Pessoal de Teresa Urban
BOC	Bloco Operário e Camponês
CTB	Confederação dos Trabalhadores no Brasil
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DEAP	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOPS-PR	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Frente Agrária Paranaense
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i> (Departamento Federal de Investigação)
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional
FEB	Força Expedicionária Brasileira
LSN	Lei de Segurança Nacional
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCB-PR	Partido Comunista do Brasil - Paraná
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União
PPS	Partido Popular Sindicalista
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RLP	Revista Lei e Polícia

SIS	Special Intelligence Service/Serviço Especial de Inteligência
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
O tema e a literatura especializada.....	34
Sobre as fontes.....	47
<b>1. Caça aos vermelhos: a configuração do mito da conspiração comunista</b> .....	52
1.1. Elementos para a formação de mitos anticomunistas durante o período de legalidade do PCB.....	52
1.2. A imaginação mítica: o mito da conspiração comunista.....	75
<b>2. O olhar da DOPS no Paraná: em busca de ideias subversivas</b> .....	101
2.1. As bases do aparato repressor.....	101
2.2. A “lógica da suspeição” na apreensão de objetos suspeitos.....	104
2.3. O inimigo está nas ruas: a vigilância ao Movimento dos Partidários da Paz.....	113
<b>3. A DOPS vista por dentro: estrutura e organização da polícia política no Paraná e o combate ao complô comunista</b> .....	127
3.1. A polícia como base de poder e a preocupação com a ordem social	127
3.2. O mito do complô: no rastro das atividades comunistas.....	146
3.3. O perigo feminino.....	154
3.4. O espírito de limpeza social: “marginalizados” associados ao comunismo.	160
3.5. O comunismo animalesco.....	167
<b>4. A propaganda anticomunista</b> .....	175
4.1. Liberdade até que ponto? A I Conferência Nacional de Polícia.....	175
4.2. O imaginário anticomunista nas imagens da revista <i>Lei e Polícia</i> .....	192
<b>5. Entre a foice e o imaginário: construções míticas na solidificação do comunismo no Paraná</b> .....	205
5.1. O mito político da unidade: o ideal de coesão de grupo na militância comunista.....	205
5.2. A trajetória política do militante comunista Manoel Jacinto Correia.....	218
<b>CONCLUSÃO</b> .....	233

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>240</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>249</b>
<b>FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS.....</b>	<b>251</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os mitos políticos modernos que se formaram na relação entre a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR) com o comunismo no período compreendido entre os anos de 1945 e 1953. Por meio da documentação produzida pela própria polícia política, verificou-se como o medo e a paranoia em relação aos “adeptos de Moscou” adquiriram proporções significativas a ponto de edificar o que se chamou de mito da conspiração comunista.

A prática discursiva adotada pelos agentes da DOPS no Paraná considerava os seus opositores como “subversivos” e inimigos da nação. De modo especial, os comunistas ganhavam uma força e um poder que não eram condizentes com a realidade. A eles atribuíam-se práticas e costumes vistos por determinados setores como imorais. Para estes segmentos, os comunistas representavam o mal e se enquadravam como perigosos para toda a sociedade.

A polícia política não somente coletava, registrava e oferecia dados sobre suspeitos a outros setores ou Delegacias Regionais, mas apresentava características negativas colocando os comunistas como indivíduos de grande periculosidade e sua doutrina, o comunismo, como algo que visava apenas destruir o mundo ocidental e seus valores. O comunismo internacional estava inserido em uma prática discursiva que expunha opositores como “subversivos” e inimigos da nação, merecendo, por isso, serem vigiados e punidos. Tais informações contribuíram para a disseminação do medo e da paranoia, pois o “inimigo” poderia estar em todos os lugares, com grande força e revestido de suas características maléficas.

A produção de material de contrapropaganda, como a Revista *Lei e Polícia* e panfletos disseminados por ela, bem como a confecção de fichas, coleta de depoimentos e demais evidências levadas a efeito pela DOPS/PR, indicavam sua afeição/alinhamento a um discurso autoritário e paranoico que temia o avanço do comunismo e, simultaneamente, procurava eliminá-lo da cena política. Informações moldadas sobre um inimigo imaginado proporcionou o surgimento de sentimentos e ações violentas.

Por outro lado, parcela significativa da população civil dos anos de 1940 e 1950 associava o comunismo a um inimigo comum. Tal fator permite-nos dizer que o anticomunismo não estava associado apenas a grupos organizados de “direitas”, nem tão pouco uniformizar as “direitas” somente como “conservadoras” se levarmos em consideração a sua multiplicidade e diversidade.

Por isso, torna-se relevante compreender como pensavam os anticomunistas e como tais impressões influenciavam na percepção do “outro”, ou seja, do que classificava como “inimigo”, “subversivo”, “súditos” ou “asseclas de Moscou”. Tal análise pode nos ajudar a compreender os mecanismos autoritários presentes durante o processo democrático que, em tese, teria cerrado as práticas autoritárias do Estado Novo. Este “outro” é silenciado pelo Estado e calá-lo configurava não somente como algo preocupante, mas como uma prática que visava inibir a participação de setores diversos e conseqüentemente minar as discussões comumente saudáveis em qualquer regime democrático.

Mas por que o comunismo se constituiu em uma ameaça para a maioria da população? Em consonância com Eric Hobsbawm, os pontos defendidos pelo marxismo e o comunismo foram suficientes para criar um discurso opositor, sendo firmemente representados como um conjunto de forças internacionais:

[...] o marxismo tem sido constantemente combatido porque, desde os anos imediatamente subsequentes à morte de Marx, sempre foi identificado, por uma parte ou por outra – mas em geral em amplas zonas do mundo –, com fortes movimentos políticos que constituíam uma ameaça para o *status quo* e, depois de 1917, com regimes estatais considerados fatores de subversão perigosos da ordem internacional. O marxismo jamais deixou de representar forças políticas formidáveis. Ainda por cima, ele sempre permaneceu, em teoria, internacional, dando assim a seus críticos a ideia de um perigo ou de um erro potencialmente internacionais.<sup>1</sup>

No século XX o anticomunismo se constituiu como um instrumento político indispensável no mundo ocidental, além de se configurar como um elemento de suma importância na esfera nacional. A ameaça que supostamente provinha de Moscou despertou receios e temores de que seu ideário se espalhasse pelo mundo. Dentre tantos medos propagados pelos “asseclas vermelhos”, dois tiveram repercussão significativa, como: o que fariam caso a União Soviética não fosse

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric. et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 17.

contida e quais as consequências das atuações de comunistas nos governos do mundo ocidental. Esses medos foram convertidos em ameaças e incorporados à política cultural em determinados setores dos regimes políticos ocidentais.<sup>2</sup>

De acordo com Michael J. Heale<sup>3</sup> havia vários tipos de anticomunismos, os quais variavam entre classe social, raça e religião, muito embora o poder real dos comunistas não pudesse ser mensurado, nem sequer avaliado neste momento. Os que levantaram a bandeira do anticomunismo acreditavam firmemente na sua capacidade de persuasão e no perigo que representava os aspectos sedutores de sua doutrina.

A ideia de combate ao comunismo, enraizada no temor de uma “onda vermelha”, foi um ponto explorado por diversos setores, o que proporcionou a articulação para arrecadar votos, angariar recursos financeiros, além da coação a inimigos políticos específicos. Os grupos que utilizaram a “ameaça comunista” para fins próprios viam vantagens, muitas vezes lucrativas, para continuarem alimentando essa paranoia. Entretanto, em meio aos anticomunistas haviam aqueles que acreditavam fielmente na implantação do “terror comunista” no mundo ocidental. Tal sentimento gerou sensações de medo e paranoia, os quais foram compartilhados por vários segmentos sociais e políticos. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta<sup>4</sup>, “significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB”.

Embora tenha se configurado como um dos principais instrumentos de oposição aos pecebistas, bem como uma bandeira empunhada no combate internacional à expansão vermelha, o anticomunismo não pode ser ingenuamente vinculado apenas ao benefício de determinados grupos ou setores. A existência de um grande “perigo vermelho” a rondar o universo era uma concepção nutrida por vários indivíduos, muitos dos quais internalizaram essa ideia a ponto de transformá-la em medo e paranoia. Transpostos ao campo político, tais elementos contribuíram para a formação de uma rede colaboracionista de civis, quase sempre dispostos a denunciar pessoas e lugares que cultuavam os princípios comunistas. Bares, parques, ruas, escolas, para não citar outros locais de sociabilidade, eram

---

<sup>2</sup> Cf.: CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America: a Critical History**. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2011.

<sup>3</sup> HEALE, Michael J. **American anticommunism: combating the enemy within, 1830-1970**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1990, p. XIII.

<sup>4</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 280.

constantemente vigiados, mas nem sempre estavam sob os olhares atentos dos agentes da DOPS. O cidadão comum, doutrinado, de forma consciente ou não, pela pedagogia da vigilância, incorporava, muitas vezes, o papel de agente fiscalizador, seja denunciando os corruptores por adoração ao regime de Moscou ou, não raro, educando outros civis a se manterem atentos à “contaminação vermelha”. Motta defende que o medo da expansão comunista não deve ser desprezado:

O “perigo comunista” era considerado real por setores expressivos geralmente situados no topo da estrutura social. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas. Embora o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte no movimento revolucionário mundial, também não pode se desprezar sua capacidade de atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB.<sup>5</sup>

Além de alimentar temores no meio civil, o comunismo e o combate à subversão foi um dos elementos que justificou o trabalho da polícia política durante os anos de 1940 e 1950. Ao longo de sua trajetória, a polícia política assumiu a responsabilidade de manutenção da ordem e impugnação dos inimigos do Estado, os quais variavam conforme a conjuntura política, desde anarquistas, fascistas e socialistas. Apesar de nutrir inimigos de diferentes matizes, a repressão policial foi mais intensa e permanente, dado a sua continuidade, em relação aos comunistas, dentre os quais se enquadravam os cristãos progressistas e a esquerda socialista.<sup>6</sup>

O temor do enraizamento do comunismo mobilizou diversos setores da sociedade em prol da preservação da nação e, por isso, pode ser considerado como um importante elemento de rupturas ao longo do século XX. Na visão de Motta:

[...] as atividades comunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 280.

<sup>6</sup> MOTTA, op. cit., 2010, p. 21.

<sup>7</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. XXIII.

Sem se limitar a esses períodos específicos, compreende-se que a caça aos comunistas estendeu-se, de forma não menos energética, aos anos de democratização, após o término do regime estadonovista, especialmente entre os anos de 1945 a 1953, momento marcado pela eleição de Dutra e a confecção de mecanismos jurídicos destinados a minar a atuação de inimigos internos e externos, como foi o caso da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1953. Promulgada pelo Congresso, a LSN de 1953 foi essencialmente elaborada pelo governo, simbolizando o poder de atuação do Executivo e sua mobilização em preparar a política pública de segurança. A inovação do pós-guerra foi uma política conflituosa, representada por colisão entre governos, ideologias, pactos militares, características as quais ilustravam o contexto da Guerra Fria.

Em *O diabo é vermelho*, Carla Simone Rodeghero<sup>8</sup> analisou como o discurso anticomunista incorporou elementos da oratória religiosa de forma a conciliar o comunismo a práticas demoníacas. Na obra em tela, a autora salienta a relevância dos imaginários políticos e sociais, bem como a relação que estabelecem com o real e sua intervenção na prática cotidiana dos indivíduos. Tal imaginário produz um comportamento, o qual pode se desdobrar em uma identidade capaz de moldar visões estereotipadas sobre o “outro”.<sup>9</sup> Comungar do credo vermelho ou simplesmente simpatizar-se com ele passou a ser considerado algo perigoso e obscuro. Nesse contexto, o “imaginário anticomunista é construído, o perigo comunista, assume representações diversas e o termo comunista vai apresentar uma variedade de significações”.<sup>10</sup>

Alguns trabalhos defendem a ideia de que o anticomunismo reinante entre os anos de 1935 e 1964 contribuiu para a eminência do golpe<sup>11</sup> civil-militar. A associação de comunistas ao demônio foi um modelo de apelação recorrentemente utilizado para unir a população em torno de uma bandeira religiosa no intuito de coletivamente combaterem as figuras consideradas anticristãs. O discurso moralizador, agregado às tradições, como os costumes, a família e a propriedade foi

---

<sup>8</sup> RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2ª ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>10</sup> DUTRA, Eliane de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 14.

<sup>11</sup> Cf.: MOTTA, op. cit., 2002; RODEGHERO, op. cit., 2003; GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução**: mito, imaginário político e afetividade anticomunista – Brasil (1941-1947). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

uma das formas que fomentaram a dinâmica do inimigo, preleção que assumiu proporções decisivas nas lutas políticas do mundo contemporâneo. O “inimigo” não tinha um rosto definido, nem características físicas próprias que pudessem determiná-lo com exatidão. Tal imprecisão nutria um discurso anticomunista crente na ideia de que qualquer pessoa poderia compartilhar o credo vermelho.

O tempo da experiência democrática, iniciada em 1945, sofreu transformações para se adequar à política internacional da Guerra Fria. O “inimigo” assumiu diversas características e novas roupagens. Em consonância com o discurso anticomunista do período, o oponente podia ser um simples pai de família, um bêbado parado na esquina ou mesmo pessoas que mantinham algum tipo de relação – próxima ou não – com fichados comunistas ou suspeitos em potencial. O “perigo” poderia estar escondido na convivência doméstica ou nos diálogos travados cotidianamente em locais públicos. Para os agentes da polícia política, algumas atitudes corriqueiras e aparentemente pacifistas poderiam camuflar o legítimo ideal dos comunistas: aniquilar o Ocidente e seus princípios.

Ao examinarmos a variada documentação produzida pela DOPS na gênese da Guerra Fria foi possível notar a constância de algumas questões: a polícia política paranaense acreditava que seus esforços se direcionavam no sentido de salvar a nação ao tomar todas as precauções possíveis a fim de neutralizar o “inimigo vermelho”, ilustrando-o com atributos pessimistas e ameaçadores? De fato acreditavam no aspecto demonizador e aniquilador dos comunistas em um momento de crescente articulação e robustecimento dos sindicatos e do revigoreamento da militância política atrelada ao Partido Comunista? A vigilância insistente e desmedida para com o “outro” era um simples mecanismo de proteção ou uma forma de enquadrá-lo, ainda que forçosamente, como subversivo? As investigações e opressões assumiram requintes de crueldades, sejam físicas ou psicológicas. Ao pretenderem ordenar os pensamentos, as autoridades policiais procuraram depurar a sociedade com seus princípios e valores, submetendo limites entre o “proibido” e o “permitido”. Em consonância com esse raciocínio, Maria Luiza Tucci Carneiro afirma:

Este ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva, cujo principal objetivo era impedir a circulação de ideias rotuladas de “perigosas”. Como tais, deveriam ser

cerceadas por serem “bandidas”, ou seja, por agirem e tramarem contra a ordem imposta.<sup>12</sup>

A visão negativa que se construiu sobre o comunismo não ficou restrita aos setores policiais, adquirindo consistência significativa no meio civil. Diversas esferas da sociedade se uniram em torno de um mesmo objetivo: defender a nação de uma doutrina estrangeira que ameaçava enraizar-se sobre diferentes países. O empunhamento dessa bandeira durante um período de abertura democrática não ficou isento de tensões entre os que almejavam serem os possuidores da verdade, sendo esses controlados por ideários, mas também alimentados por paixões políticas. Dessa forma, tais agentes sociais sentiam a necessidade de direcionar suas condutas equilibrando seus comportamentos recíprocos e em razão destes. Conforme Geraldo José de Almeida:

O social se produz através de uma rede de sentidos e marcos de referência simbólica, mediante os quais adotam uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. A vida social produz valores e normas, e, ao mesmo tempo, estabelece um sistema de representações, cuja função é fixá-las na vida social e torná-las inteligíveis. Neste sentido, desenvolve-se um código coletivo, através do qual se exprimem as necessidades, as expectativas e as angústias dos agentes sociais.<sup>13</sup>

As inquietações de civis e policiais, bem como o combate enérgico ao comunismo revelam como a internalização da violência simbólica contribuiu para a formação de conflitos sociais e justificavam sua configuração.

Os ideários procuram legitimar certas práticas daqueles que detém ou almejam o poder, concedendo base teórica para as atitudes de determinadas autoridades. Simultaneamente constrói-se um discurso que ilustra o inimigo como hostil aos requisitos legais. Diante desse cenário, torna-se plausível a difusão desse pensamento de maneira mais variada e inteligível, adotando múltiplas formas de discurso não restritas apenas à escrita. A produção de imagens, cartazes e caricaturas para fins de propaganda política foi um recurso muito utilizado, notadamente pela sua eficácia e linguagem apelativa em um momento no qual

---

<sup>12</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997, p. 15.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Geraldo José de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. In: SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife - PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005, p. 55.

grande parte da população era iletrada. Entretanto, as “imagens exercem impacto forte mesmo sobre os alfabetizados, na medida em que fixam as mensagens de forma rápida e sintética, atingindo um resultado que outras formas de comunicação, dificilmente alcançam”.<sup>14</sup>

A análise do imaginário político presente na documentação produzida, bem como em evidências de cunho comunista apreendida pela DOPS no Paraná permitiu compreender como em fins dos anos de 1940 e início da década de 1950, os ideários e as percepções radicais, no caso de anticomunistas como de comunistas, permaneciam inclusas em uma perspectiva centralizadora, integrando o pensamento de uma sociedade única, homogênea e indivisa de modo a padronizar os valores da vida social em favor de princípios dominantes. Anticomunistas e comunistas defendiam fundamentos similares, a exemplo do trabalho, da moral e da pátria. Entretanto, se diferenciavam em um ponto: o primeiro grupo empunhava a bandeira da intolerância política e anticomunista, enquanto o segundo conclamava a revolução, nitidamente após 1947. Havia, assim, uma divisão de pontos de vista, acompanhada de uma atração por ambos os projetos ou antagonismos sectários. Dessa forma, se configuraria uma identificação recíproca, na qual o mal sempre se apresentaria no “outro”. Na visão dos anticomunistas, a oposição ao “bem” poderia se corporificar no comunista, no trabalhador, no herege, nos marginalizados sociais (mendigos, prostitutas, embriagados etc.). Em contraste, os comunistas responsabilizavam o capitalista, o burguês, o imperialista e o latifundiário pela propagação do que julgavam como “mal”.

Entretanto, a imposição de um projeto centralizador não era o desejo de todos os setores de esquerda, em especial dos comunistas, muito menos da maioria dos grupos sintonizados à direita durante os anos de 1940 e 1950.

Pode-se afirmar que um ideário político direciona os sentidos da coletividade, indicando um modelo de sociedade legítima ao mesmo tempo em que define os depositários da autoridade, pelos quais todos deveriam nutrir o devido respeito. Esses detentores do poder determinariam os caminhos a serem traçados para essa sociedade, seguindo os seus ideais e as formas para alcançá-lo. Os ideários políticos necessitam de um envolvimento sincero, motivado por um sentimento de confiança, identificação e admiração. Os pensamentos políticos

---

<sup>14</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 89.

também carregam uma forte carga afetiva, por meio da qual se expressam o temor, a raiva, a repulsa, a simpatia. Abraçar determinado pensamento político simbolizaria compartilhar os valores de um determinado grupo e de seu líder, de forma a admirá-los, compreendendo que eles seriam os guias para um futuro promissor e, para tanto, os merecedores de autoridade cujo poder, fundamentado em um ideário político, seria capaz de impugnar pensamentos opostos, anulando outras concepções, além de nutrir ódio e arrogância por aqueles que não comungam das mesmas perspectivas. Contudo, no campo político são produzidos discursos para convencer e impor uma verdade. Tais manifestações, geralmente financiadas por atores políticos, criam imagens para reforçar a ilegitimidade do “outro” como um inimigo simbólico, além de se apresentarem como uma alternativa mais abrangente, cujo projeto seria a forma mais eficaz de preservar os “valores verdadeiros”. Esses representantes se apresentam como os defensores da brasilidade, chamando para si a responsabilidade da legitimidade e autoridade.

Em que pese à identificação com membros de seu grupo, a relutância ao inimigo, bem como as reconciliações e reaproximações, é relevante compreender que as identidades individuais ou coletivas, em consonância com Pierre Ansart<sup>15</sup>, assumem uma “passionalização” decorrente da “dicotomia afetiva”, ou seja, “a legitimação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. Toda a energia das paixões pode ser investida no conflito ideológico e comunicar-lhe a mais extrema violência”. Assumir uma identidade pode resultar na autoconfiança, como também pode instigar provocações em relação ao que se discorda.

No âmbito político e ideológico, a polícia política apresentou-se como o depositário de uma verdade e de padrões sociais positivos. Em oposição, estavam os “subversivos” e os comunistas, responsabilizados por disseminar o “mal” e carregar todas as formas possíveis de características negativas. A constituição dessas “imagens” em relação ao “outro” também foi um mecanismo empregado pelo PCB. Considerando-se os portadores de uma verdade e de valores íntegros para a sociedade, os comunistas empunharam a bandeira da busca pela eliminação das desigualdades sociais e da atribuição da causa de grandes problemas nacionais aos seus inimigos<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 46.

<sup>16</sup> A partir da ilegalidade do PCB em 1947 acirraram-se os debates sobre os inimigos a serem combatidos por explorarem a população. Ao mesmo tempo, apresentavam-se como um partido de

Muito embora os colaboradores, policiais e demais auxiliares que integravam a DOPS se apresentassem de forma coordenada e como defensores de uma causa que julgavam ser nobre, também auxiliaram na propagação do temor de um perigo eminente e da paranoia de um complô internacional disposto a ferir as bases político-ideológicas do mundo ocidental, ameaçando desestruturar todo o seu modelo de sociedade. Interpostos por uma sensação de medo, a qual se difundiu por amplos setores da sociedade, a polícia política associava o perigo comunista à totalidade das ações que contavam com sua intervenção.

Em consonância com a visão policial, o comunismo estaria impregnado em toda a sociedade, o que justificava a necessidade de medidas urgentes e agressivas de combate. O enquadramento de muitas pessoas como suspeitos em potencial revelaram interpretações forçadas de certas atitudes e comportamentos, fatores que alimentavam uma sondagem que denotava práticas preconceituosas e temerárias dos segmentos mais conservadores.

É sabido que os períodos de crise e indecisão reforçam os mitos políticos e, simultaneamente, avigoram a simpatia de setores sociais diversos pressionados por aqueles que supostamente salvaguardam os interesses da população. No entanto, a persistência de mitos dessa natureza resulta em algumas questões: como esses mitos emergem e são incorporados em meio a anseios sociais? Quais os grupos e/ou pessoas que representam as dimensões de sua repercussão?

A ideia de criação de um complô comunista se valeu da utilização de imagens negativas, as quais reforçaram não apenas o surgimento da conspiração, mas seu vínculo com o mundo obscuro e subhumano, valendo-se até mesmo de comparações diabólicas e maléficas, a exemplo do “medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo enfim, do ogro, dos dentes, dos dentes carniceiros dos animais de presa, de tudo que tritura, despedaça e devora”<sup>17</sup>.

A visão tecida por Raoul Girardet sobre mitologias políticas torna-se de grande relevância uma vez que busca compreender como os mitos possuem associações ou são desdobramentos da realidade. Tal liame confere aos mitos

---

vanguarda “expressamente representado na intelectualidade e nas forças armadas, oficialidade e segmentos subalternos”. BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 199.

<sup>17</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 57.

modernos uma potencial força no meio social, processo segundo o qual Girardet acredita resultar em uma profusão de efeitos, quase sempre dotados de uma carga destrutiva, como a paranoia e o medo. Atuando em todo o meio social com a contribuição de olhares sorrasteiros e uma mão oculta, o mito político inclui o indivíduo em um entrelaçamento malevolente, do qual dificilmente encontrará uma saída. Como um código de inscrições, rico em ilustrações e linguagens a ser decifrado, o discurso mitológico carrega no seu bojo um conjunto de representações simbólicas, as quais são utilizadas de formas distintas de modo a causar a sensação de medo nos mais variados círculos sociais. Porém, tais representações se relacionam com o real, como quando o indivíduo transforma suas impressões e delírios em realidade. As proporções se tornam mais assustadoras quando parte significativa da sociedade também adota tal metodologia. Por isso, a junção da mensagem mitológica com a paranoia apresenta pistas para melhor compreensão da sociedade. De acordo com o autor de *Mitos e mitologias políticas*:

A coerência e a lógica do delírio paranoico vão ao encontro aqui da coerência e da lógica do discurso mitológico. A análise sociológica e a observação psiquiátrica tendem a confundir-se. E pouco importa, no caso, a qual desses dois medos de interpretação conviria mais particularmente apegar-se. Em relação à história, ambos concordam ao fazer o mito desempenhar o papel de revelador. É talvez pelo exame desses sonhos que uma sociedade revela com mais segurança algumas de suas desordens e alguns de seus sofrimentos.<sup>18</sup>

Embora se configure em uma interpretação adulterada da realidade, os mitos políticos trazem consigo certas funções explicativas relevantes para a compreensão do presente e conseqüentemente do real. Conforme Girardet, esse papel de esclarecimento “se desdobra em um papel de mobilização: por tudo que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções”.<sup>19</sup> Apesar de os mitos e mitologias serem naturalmente associados à falsificação, à desfiguração ou a uma imaginação do real, é irrecusável a sua colaboração, de forma significativa, para estarem presentes no real de forma a alimentar as ações de indivíduos e grupos.

---

<sup>18</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 57.

<sup>19</sup> Ibid., p. 13.

Ainda assim, o século XX caracterizou-se por inaugurar uma racionalidade instrumental, que colocou em xeque os princípios transcendentais, geralmente vinculados às religiões de base monoteísta. O caráter instrumental procura o domínio social, assegurando o seu controle até mesmo por meio de aniquilamentos em massa, sobretudo no intuito de eliminar os sujeitos que supostamente impediriam o bom convívio em sociedade. A lógica instrumental adotada no século XX se preocupa em criar rótulos para enquadrar os indivíduos, seja como fiel, perigoso, adequado, indolente em meio a um universo funcional. Para Eugène Enriquez, tais percepções alimentam sentimentos negativos no homem, como a paranoia e a apatia, bem como são responsáveis por instigar as diversas configurações do ódio.<sup>20</sup>

Contaminado pelo vírus da paranoia e, ao mesmo tempo, incluso em uma sociedade que preza pela limpidez e ordem, o homem do século XXI desenvolve aptidões que rejeitam aqueles que não se enquadram a este modelo<sup>21</sup>. A negação do “outro”, seja ele o estrangeiro, o exótico, o não adequado e o inapropriado resulta em discursos de intolerância que dão margem a formulação dos mais nocivos complôs contra a sociedade. Diante dessa possibilidade, a ameaça de invasão estrangeira se reforça com o agravante de ter os valores nacionais arruinados por indivíduos oriundos de fora ou fabricados nessa mesma sociedade, à qual não se adéquam.

Assim, a luta do “bem” em objeção ao “mal” pode justificar o uso da violência em favor da padronização da sociedade. O fomento do ódio vai além da razão humana e torna-se um combustível importante no processo de destruição do “outro”.

Saber como essa sociedade dos anos de 1940 e 1950 lidava com uma força ameaçadora e obscura parece ser um desafio. A dificuldade de localização do inimigo em razão da sua capacidade de disfarce e, simultaneamente, sua presença difundida por todo o corpo social eram fatores que abasteciam uma “guerra psicológica”, empunhada pelos os que se consideravam defensores dos valores íntegros. Os instrumentos de combate, nem sempre baseados nas práticas de soluções físicas, não raro se inspiraram na pesquisa minuciosa do opositor como

---

<sup>20</sup> ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. **Revista História, Questões e Debates**. Curitiba, UFPR, v. 18, n. 35, jul./dez., 2001, p. 21-23.

<sup>21</sup> ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE Eletrônica**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2006, p. 6. Disponível: <[http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S1676-56482006000100011.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482006000100011.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2015.

requisito básico para compreender a forma como este “outro” agia, bem como os seus planos na tentativa desenfreada de subversão da ordem social. A cultura do medo, difundida em relação ao comunismo, bem como a ideia de oferecer resistência, conduziram a práticas de violência, seja por meio de expurgos, ocultação de evidências ou a produção de documentos cujos conteúdos tentavam mais incriminar do que esclarecer certas ocorrências. Ao agir dessa forma, é possível dizer que o próprio aparelho estatal, que se acreditava primar pela segurança nacional, fomentava um discurso autoritário, permeado por mitos e sentimentos paranoicos no interesse de depreciar o “outro”.

Como parte das pessoas é suscetível a fazer oposição à ordem estabelecida, alguns recursos de controle, a exemplo da espionagem, tornam-se fundamental. A aplicação deste auxílio permite o esquadramento da vida privada em nome do público, sendo, por isso mesmo, acessível ao próprio governo<sup>22</sup>. Desse modo, a violência não assume apenas características físicas, mas também psicológicas em meio a ameaças e intimidações. A índole dos cidadãos era investigada no âmbito privado, uma forma de atestar se todos eram dignos de compor a sociedade.<sup>23</sup>

Em meio a esse cenário, os comunistas também se deixaram levar pelo pensamento mitológico, guiando-se por perspectivas muitas vezes recorrentes em seu imaginário político. Muitos militantes abstiveram de uma vida segura, inclusa na ordem capitalista e abandonaram o apego às coisas materiais no intuito de se dedicarem ao comunismo, projeto pelo qual entregaram sua existência e basearam sua identidade social.

Entretanto, tentar recobrar o trabalho desses militantes constitui-se em tarefa árdua em razão do caráter lacunar e institucional das fontes. Contudo, muitos pecebistas deixaram vestígios de seus pensamentos e crenças em manifestos publicados pela imprensa comunista, panfletos, entrevistas concedidas anos após a sua atuação como revolucionário, depoimentos prestados à polícia política, fichas de controle ideológico produzidas pela DOPS/PR, bem como em demais materiais de doutrinação e divulgação, analisados neste trabalho como objetos culturais.

---

<sup>22</sup> Algumas preocupações estritamente privadas como a vida conjugal, hábitos sexuais, os laços de amizade e parentesco foram utilizadas muitas vezes de forma deturpada no intuito de forçar acusações.

<sup>23</sup> Nas evidências produzidas pela DOPS eram comuns alguns pedidos sobre a conduta de determinadas pessoas.

Os estudos que debruçam sobre temas políticos têm se destacado nos últimos anos. O prestígio das pesquisas centradas nessa área é tributário da renovação das abordagens de pesquisas nas ciências sociais. A incorporação de elementos teóricos e metodológicos da antropologia permitiu a ampliação da compreensão do político para além das esferas institucionais, acrescentando as atitudes, os valores e as ações de indivíduos como comportamentos a serem considerados nas abordagens políticas.

Outro aspecto a ser considerado é a “renovação” pela qual passou a História Política desde os anos de 1970, concentrada na adoção das dimensões subjetivas do político. Este redirecionamento contribuiu para o aprofundamento dos estudos centrados nessa área. Rodrigo Patto Sá Motta<sup>24</sup> identificou o “redespertar” da História Política em duas vertentes de pesquisa. Por um lado, uma renovação, ainda que tímida, dos enfoques sobre objetos tradicionais da política. Os adeptos dessa tendência voltaram-se para a análise de práticas coletivas e comportamentos sociais, distanciando da perspectiva tradicional do político, mais concentrado nas elites e no Estado. Por outro lado, estão os esforços de pesquisadores interessados em apagar os últimos vestígios da História Política tradicional ou *événementielle*, enfocando suas pesquisas na exploração de novos objetos. Essa tendência visa encontrar as relações de poder na manifestação do inconsciente, nas representações e nos valores do comportamento humano. A identificação de ao menos duas grandes vertentes dentro da “Nova” História Política indica que o fenômeno de “renovação” não ocorreu de maneira unilateral e homogênea.

Nesse contexto de mudanças teóricas, múltiplos autores direcionaram a análise de seus estudos para o campo dos mitos políticos<sup>25</sup>. No caso do PCB, verificou-se que a associação da militância revolucionária comunista ao ideal de liberdade fez com que várias mentes de simpatizantes fossem povoadas por mitos<sup>26</sup>. Em contrapartida, as autoridades policiais, imbuídas de simbologias afetas à brasilidade, garantia de propriedade individual, segurança nacional e ordem social, também encontraram nos mitos não apenas seus ideais de inspiração e legitimação de seu trabalho, mas formas de combater os supostos inimigos, dentre os quais

---

<sup>24</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH Revista de História**, Ouro Preto, Ufop, n. 6, 1996, p. 92.

<sup>25</sup> GIRARDET, op. cit., 1987; ANSART, op. cit., 1978.

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002, p. 15.

figuravam o comunismo. Antes, porém, de adentrar nessa seara, faz-se necessário uma teorização deste conceito no sentido aqui atribuído.

Existem várias definições para o termo mito, mas três delas se destacam. Primeiro, uma associação do mito às narrativas fabulosas e lendárias, geralmente de origem sagrada e que procuram explicar determinadas situações, como o surgimento do universo<sup>27</sup>. Outra interpretação identifica o mito como uma camuflagem do real. Neste sentido, a ilusão e a mistificação seriam produtos imaginários, impossível de ter um fundamento legítimo. Por fim, a análise de Georges Sorel, mais flexível para as sociedades modernas. Segundo essa vertente, o mito possui caráter dinâmico, possibilitando a ação, como no caso do mito revolucionário.<sup>28</sup>

Os mitos políticos aqui abordados não se encaixam em nenhuma dessas categorias. Na verdade, possuem elementos das três conceitualizações apresentadas. Trata-se de uma “narrativa que elabora uma explicação para a realidade social, contém uma série de mistificações e propõe um programa de ação”.<sup>29</sup>

As construções mitológicas procuram explicar o desprendimento necessário para a inclusão nos quadros do PCB no Paraná e como os militantes se sentiam recompensados ao lutarem pelo partido, mesmo se abstendo da vida familiar e sendo perseguidos por autoridades policiais. Também insistem em ilustrar a hierarquia e desavenças no interior do PCB e como esses desentendimentos eram superados pelo ideal da unidade pela luta revolucionária e a esperança de ascensão de uma sociedade mais justa e fraterna, como no mito da “Idade de ouro”.<sup>30</sup> Por outro lado, o discurso anticomunista construído pelas autoridades policiais tinha o objetivo de execrar os “asseclas de Moscou”, utilizando como armas não apenas os acessórios típicos da violência, como a repressão e vigilância. A utilização de um vocabulário próprio, imbuído de medo e paranoia, de um discurso embebido de exaltação da historicidade, integridade e brasilidade, acrescidos de palavras como “ordem social” e “bons costumes” também se apoiaram em mitos, os quais,

---

<sup>27</sup> ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 7-10.

<sup>28</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 13.

<sup>29</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, n. 138, 1998, p. 94.

<sup>30</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 97-105.

somados, repeliam qualquer manifestação estrangeira, sobretudo de cunho soviético.<sup>31</sup>

A fim de atingirmos nosso objetivo, foi necessário analisar, no primeiro capítulo, a inserção histórica do PCB. Para isso, apresentou-se um quadro teórico-metodológico que abrangeu o lugar do político e, por conseguinte, a sua atuação e implicância nos movimentos sociais. Buscamos percorrer a trajetória do PCB no Brasil e suas repercussões nos diretórios paranaenses entre os anos de 1945 a 1953. Nesse período, especificamente em 1945, o PCB conquista a legalidade e se transforma num grande partido de massas. Adquire consciência de que as liberdades democráticas poderiam ampliar o espaço para a ação e o adiantamento de sua organização política. Nesse meio tempo, como uma medida preventiva com relação à possível proscricção, o partido faz algumas concessões com tendência a diminuir drasticamente o grau de radicalidade, que sempre foi a marca principal do PCB. Entretanto, tais medidas desagradaram tanto os militantes quanto os governantes, contribuindo para a cassação da legenda em 1947. Neste mesmo ano foi formulado um anteprojeto, o qual somente foi aprovado pelo Congresso em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas, sob a alcunha de Lei de Segurança Nacional (LSN). Tal lei definia crimes contra a segurança externa e/ou interna do Estado e também contra a ordem política e social. Em outras palavras, a LSN de 1953 configurou-se em uma atualização das LSNs de 1935 e 1938, as quais, respectivamente, definiam crimes contra a ordem política e social e crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social.

No segundo capítulo foram elencados os principais métodos de fiscalização e coerção utilizados pela DOPS/PR contra os comunistas ou suspeitos. Procurou-se apresentar a estrutura institucional da DOPS e os meios utilizados por este órgão para vigiar, censurar e reprimir os militantes comunistas e os movimentos sociais que esses promoviam ou participavam. O temor da disseminação de ideias sediciosas incentivou a polícia política a efetuar varreduras em ambientes suspeitos na busca por objetos cuja natureza remetesse ao comunismo. Entre os artefatos apreendidos foi delegado um cuidado especial sobre os materiais escritos. Ao aprisionar, manipular ou controlar a distribuição e comercialização de materiais

---

<sup>31</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Abramo, 2000, p. 37.

dessa natureza a polícia política agia de forma a enclausurar os pensamentos em uma tentativa desesperada de controlar o que poderia ou não ser acessível aos populares. A interdição de alguns títulos literários não apenas visava impedir a divulgação de ideias revolucionárias, como também simbolizava o desinteresse do Estado em tentar reverter a retração educacional, sobretudo em relação aos índices alarmantes de analfabetismo. Portar alguma obra, panfleto, periódico ou materiais impressos considerados subversivos era suficiente para se tornar um suspeito em potencial. A essas situações aplicava-se a “lógica da suspeição”, de modo a considerar que qualquer cidadão, independente de seu sexo, nacionalidade ou religião, estava sujeito a comungar da doutrina comunista e propagar seus ideais.

No terceiro capítulo foi abordada a configuração do setor policial no Paraná, de forma a demonstrar que a preocupação com a segurança na região era oriunda do Período Imperial. Desde antes de 1853, quando foi sancionada a Lei n. 704 que criou a Província do Paraná por meio do desmembramento da Comarca de Curitiba, instituiu-se o cargo de Chefe de Polícia, cuja função abrangia a manutenção da ordem e a rejeição a tudo que pudesse abalá-la. Entretanto, a responsabilidade do setor policial se restringia às questões morais relativas a usos e costumes, como a adoção de medidas para controlar a superpopulação de cães e a repreensão de vestimentas julgadas impróprias por poderem esconder armamentos. Apesar da sofisticação dos métodos policiais durante a República, principalmente com a constituição de redes de informação entre os setores policiais a partir de 1912, algumas medidas adotadas pelo setor policial contribuíram, ainda mais, para a segregação de determinados setores populares, como a criação de um banco de dados, no qual estariam classificadas as pessoas idôneas, visando distingui-las dos indivíduos “perigosos”. As primeiras décadas da República evidenciaram a aplicação de uma “limpeza social” na qual a censura era o instrumento moralizador e tinha como objetivo a construção de uma imagem positiva do Estado.

O levante comunista de 1935 resultou em um fechamento do sistema político e iniciou o Golpe de 1937 sob a alegação de se precaver de doutrinas e grupos que possuíssem projetos ameaçadores à ordem. Neste momento, o combate à proliferação do comunismo e do integralismo se constituiu a tônica nos debates travados em círculos políticos e de segurança pública. Diante desse quadro, a criação de um setor policial responsável exclusivamente na preservação da ordem política e social tornou-se inevitável. A instituição da Delegacia de Ordem Política e

Social como uma Delegacia Especializada no combate aos “extremismos” e demais fatores perturbadores da ordem pública ocorreu em janeiro de 1937, durante o Congresso das Secretarias de Segurança Pública e Chefes de Polícia, realizado no Rio de Janeiro. No Paraná tal determinação foi regulamentada em 3 de abril deste mesmo ano. A intensificação do temor de uma “onda vermelha” fez com que as Delegacias Regionais, vinculadas a DOPS de Curitiba, se multiplicassem nos locais onde a incidência de ocorrências ou o aumento considerável de comunistas fosse perceptível.

Tal conjuntura influenciou na edificação de imaginários e representações anticomunistas, no intuito de legitimar as ações policiais e impedir o crescimento de atividades pecebistas. Este cenário instigou o imaginário policial à formulação de mitos políticos e na equiparação dos “adeptos de Moscou” a elementos de alta periculosidade. As construções mitológicas analisadas no terceiro capítulo procuram explicar as versões construídas pela polícia política paranaense em relação aos militantes do PCB. A associação dos comunistas a animais ou o que Girardet denominou de “bestiário do complô”<sup>32</sup>, a cooptação de mulheres para o partido, os encontros em ambientes públicos ou privados, as linguagens “secretas”, dentre outros aspectos, constituíram, em consonância com a polícia política, o universo comunista a serviço de uma conspiração orquestrada para ferir a ordem e golpear as instituições democráticas. Tal associação pode ser compreendida como um esforço de grupos isolados, apoiados por autoridades policiais no intuito de estabelecer uma pedagogia anticomunista, de forma a alertar os populares que os princípios da doutrina vermelha poderiam, na ótica desses grupos, destruir os valores da família, da pátria e da liberdade.

No quarto capítulo foi abordado a I Conferência Nacional de Polícia e a máquina de contrapropaganda financiada por setores governistas por meio da publicação da Revista *Lei e Polícia*. Como analisado no referido capítulo, um dos temas que mais preocupava a polícia política era a liberdade em demasia. Esse assunto foi amplamente discutido na I Conferência Nacional de Polícia, evento realizado entre os dias 3 e 8 de novembro de 1951. No encontro foi debatido como o direito de reunião e associação, afiançadas pela Constituição de 1946, estimulava a configuração de grupos opositores, imbuídos de pensamentos conspiratórios

---

<sup>32</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 44.

com o objetivo de plantar ideias revolucionárias. A I Conferência Nacional de Polícia apontou para as supostas falhas da Carta Magna de 1946, as quais, na visão policial, concediam abertura para o PCB arquitetar a queda do governo fazendo uso de mecanismos pautados na força e violência. Reforçando a noção de suspeita e conspiração, as teses da I Conferência Nacional de Polícia tentavam pintar um cenário no qual se opunham duas forças opostas: de um lado, os democratas e, de outro, os comunistas. O esforço das teses estava em associar esses últimos a um poder maléfico que tentava, a qualquer custo, tomar o poder e conduzir a pátria à revolução vermelha.

A aparente desordem provocada pela ameaça vermelha, tal como considerava a polícia política, motivou a criação de veículos de contrapropaganda, financiados pelos próprios setores governistas. A Revista *Lei e Polícia*, criada em 1948, foi utilizada como um órgão técnico-científico da polícia política ao divulgar notícias, imagens e artigos atrelados a uma enérgica campanha anticomunista voltada para a população civil. De acordo com as fontes consultadas, foi possível notar a circulação no Paraná de panfletos ilustrados de caráter anticomunista, produzidos pelo próprio periódico. Composto um misto de imagens agressivas e frases de efeito, tal material parece ter se propagado especialmente no norte do Paraná em razão de sua proximidade com o estado de São Paulo, região na qual a sua divulgação foi mais intensa. Por meio dessa análise, identificou-se que o imaginário anticomunista, semeado por meio de propaganda própria, estimulou os indivíduos a se integrarem em um processo social e cultural, no qual foram moldadas as suas representações e práticas anticomunistas.

Por fim, no quinto e último capítulo foi analisado o mito político da unidade e a crença em uma “Idade de ouro” entre os comunistas. Tais construções míticas foram significativas para que o PCB mantivesse sua coesão, existência e preservasse a motivação de seus integrantes, apesar das intempéries da árdua e, por vezes, nefasta vida revolucionária. Festas, bailes, churrascos, campanhas de viés político e social, para não citar outros eventos, não somente procuravam recrutar pessoas para a militância como também primavam por garantir o ideal da integridade comunista. Inspirados em Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da

Esperança”<sup>33</sup>, alguns militantes do Paraná, como Manoel Jacinto Correia, levaram uma vida de doação à causa comunista. Mesmo diante de infortúnios físicos, emocionais e familiares, acreditavam que o papel revolucionário e a entrega de sua vida em sacrifício trariam recompensas, como o fim da exploração capitalista e a edificação de uma sociedade mais justa.

Militantes, agentes policiais e demais personagens que compõem o meio social foram analisados de forma a demonstrar que os mitos políticos adquirem roupagens diferenciadas em consonância com o pensamento que se deseja legitimar por uma instituição ou grupo oportunamente alinhados com interesses próprios.

Em toda sua complexidade, o mito político, aqui analisado tanto na perspectiva comunista, como anticomunista, pode ser visto como uma “narrativa legendária” que “exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”, bem como um “papel de mobilização” em função de seu caráter dinâmico. Para Girardet, é na união de três dimensões (“deformação”, “explicação” e “mobilização”) que a mitologia política se desenvolve e se consolida.<sup>34</sup>

Partindo do escopo de trabalhar com instituições políticas – como a DOPS/PR e o PCB – foram analisados os mitos que se proliferaram no imaginário comunista e, em contrapartida, as concepções mitológicas utilizadas pelas autoridades policiais no combate ao comunismo no Estado do Paraná. Por meio de documentos oficiais (relatórios, folhetos e similares) e evidências que expressam a visão dos indivíduos envolvidos (como entrevistas), foi possível compreender a linguagem coletiva que permitiu a comunicação no interior de cada um desses grupos, bem como a identificação de concepções mitológicas que fomentaram o combate, físico e teórico, entre comunistas e autoridades policiais.

## **O tema e a literatura especializada**

---

<sup>33</sup> A referência a “Cavaleiro da esperança” foi criada por Jorge Amado em biografia que fez de Prestes no ano de 1942. Cf.: AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>34</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 13-14.

As análises sobre os comunistas no Brasil se desdobraram em inúmeras temáticas e correlações, atraindo o interesse de estudiosos que dedicaram sua vida acadêmica ao estudo do fenômeno do PCB, suas vinculações e execrações no âmbito político e cultural. Embora corramos o risco de provocar generalizações e tendo em vista a complexidade do tema em tela, consideramos pertinente uma análise da literatura especializada sobre o partido, enfocando suas particularidades e contribuições, bem como seus alinhamentos e identificações teóricas no momento de sua produção.

As abordagens militantes e ex-militantes se configuraram como as primeiras produções sobre o PCB. De caráter memorialístico, a maioria deste material bibliográfico apresenta a visão de lideranças atuantes nos quadros do partido, na maioria das vezes enfatizando os antecedentes, as realizações, a estrutura e os movimentos da organização. As questões referentes à militância política, bem como o *modus operandi* do PCB podem ser exemplificadas nas obras de José Antonio Segatto<sup>35</sup>, Gregório Bezerra<sup>36</sup>, Astrojildo Pereira<sup>37</sup> dentre outros autores que não apenas relataram sua experiência na agremiação, como buscaram reviver um tempo saudosista, além de refletirem as perseguições, censuras e o dogmatismo do partido. No interior dessa bibliografia, poucos referenciaram a atuação dos comunistas no Paraná e abordaram diretamente os mitos políticos que sustentaram tanto o imaginário social comunista, como da polícia política, seus alçozes. Dentre esses, podemos citar algumas passagens sucintas nos livros de Gregório Bezerra<sup>38</sup> e Moisés Vinhas<sup>39</sup>. As lembranças de alguns militantes comunistas no Paraná, com destaque aos ativistas comunistas de Curitiba, foram inscritos em depoimentos recolhidos por Adriano Codato e Marcio Kieller<sup>40</sup>. Infelizmente não houve trabalho semelhante em relação a outras regiões do estado, sobretudo no que se refere ao norte do Paraná e região de Paranaguá, com exceção de trechos de entrevistas e documentação de caráter policial, as quais serão analisadas em outro tópico.

---

<sup>35</sup> SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981; SEGATTO, José Antonio. **PCB: memória fotográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>36</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias: segunda parte (1946-1969)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>37</sup> PEREIRA, Astrojildo. **A formação do PCB (1922-1928)**. Lisboa: Prelo, 1976.

<sup>38</sup> BEZERRA, op. cit. 1980.

<sup>39</sup> VINHAS, Moisés. **O Partido: a luta por um partido de massas (1922-1928)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

<sup>40</sup> CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008.

De certo modo, produções diversas com ênfase à militância política, privilegiam uma descrição cronológica dos feitos do partido, cristalizando os movimentos e as organizações em que estiveram presentes, como greves, congressos, lançamentos de publicações, fundações de associações, organização política, hegemonia nos movimentos sindicais e populares, mormente com o intuito de encontrar ou apresentar uma explicação plausível para as cisões no interior da agremiação, com destaque às narrativas que deram notoriedade à desarticulação do PCB<sup>41</sup> às vésperas do golpe de 1964, a morte de Stálin (1953) e a eminência do relatório Krushev (1956), que abalaram os setores comunistas em todo o mundo.

Embora seja um material fértil, a chamada “história militante”<sup>42</sup> é derivada, muitas vezes, de iniciativas individuais de alguns ativistas ou ex-integrantes do PCB<sup>43</sup>, normalmente interessados em difundir sua trajetória e destacar suas atividades e posicionamentos no interior da corporação política. É natural, em razão das perseguições e clandestinidade, que o partido não conseguiu reunir forças para organizar uma história considerada “oficial”, tais como fizeram os partidos comunistas europeus, a exemplo do italiano e do francês. Em princípio dos anos de 1970, houve uma tentativa de produzir uma “história” do partido, gerenciada por Nelson Werneck Sodr e e uma comissão de historiadores. Essa atividade, no entanto, foi desbaratada entre 1974 e 1975, quando a repressão que atingiu o

---

<sup>41</sup> De 1922 a 1960, o nome correto era Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. No entanto, em fins da década de 1940, a oposição alega que o nome Partido Comunista do Brasil, sugeria uma extensão do Partido Comunista Internacional (comandado pela União Soviética) no país. Nesse sentido, acreditava-se que o partido não defendia os interesses brasileiros, mas os interesses internacionais. Em 1960, o PCB, buscando retornar à legalidade, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro e a sigla continua a mesma. Nesse mesmo ano, dividiu-se em duas alas: a dos “reformistas”, que pretendiam mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro, visando a obtenção de uma situação eleitoral legal e convencer o Tribunal Superior Eleitoral de que o partido era verdadeiramente nacionalista por natureza e não um instrumento da União Soviética, como havia afirmado o Tribunal em 1947, quando da proscric o do PCB; e a ala dos “revolucionários”, que queriam manter a radicalização implantada no Partido desde o Manifesto de Agosto de 1950. A partir da cisão do PCB, foi criado em 1962 um novo partido, denominado, nesse momento em diante, de Partido Comunista do Brasil. Portanto, a partir de 1962 teremos dois partidos comunistas: o tradicional e objeto de nossa análise, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outro, o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), criado em 1962e fruto da cisão de 1960. IPÓLITO, Verônica Karina. **  permitido proibir**: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953). Maringá: 2009. Disserta o (Mestrado em História). Programa de Pós-Gradua o em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009, p. 14.

<sup>42</sup> O termo “história militante” não   utilizado aqui no sentido depreciativo. O objetivo   distinguir uma produ o bibliográfica que apresenta certa dificuldade em romper as rela es entre o “Ideal” e o “Real”. Em razão dessa dificuldade, caracteriza-se por uma visão que não consegue (ou não procura) ir além do olhar “militante”, reproduzindo as falas e vícios do partido.

<sup>43</sup> A exemplo de Leôncio Basbaum que possui um trabalho relatando a sua experiência política de quatro décadas no PCB. Cf.: BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo, Alfa- mega, 1976.

partido, levou suas lideranças a se exilarem na Europa, retornando apenas em 1979, com a Anistia.

Malgrado a ausência de uma história “oficial” do PCB e o fato das produções acadêmicas brasileiras se interessarem, por muito tempo, pela história colonial, o quadro de pesquisas em relação ao partido sofreu mudanças a partir da década de 1950. Os trabalhos de alguns estudiosos, denominados genericamente de “brasilianistas”<sup>44</sup>, foram profícuos na elaboração de uma produção historiográfica de caráter “acadêmico” sobre o partido. Não obstante a proscricção do PCB em vários momentos da trajetória republicana<sup>45</sup>, somada à falta e liquidação de arquivos e fontes, tais pesquisadores apresentaram, com rigor analítico à preocupação acadêmica, pesquisas precursoras sobre os comunistas no Brasil. Apesar da dificuldade em sincronizar a história brasileira, as contribuições de Robert J. Alexander<sup>46</sup>, John W. Foster Dulles<sup>47</sup> e Ronald Chilcote<sup>48</sup> foram pioneiras nas análises sobre o PCB. Entre esses pesquisadores, Chilcote se destaca pela sutileza de seu trabalho, o qual reuniu uma vasta documentação, desde obras memorialísticas, perpassando pela origem social e profissional das lideranças comunistas, com detalhes acerca da quantidade de militantes e cargos ligados ao partido.

Na década de 1960 surgem as produções de pesquisadores brasileiros vinculadas ao PCB. Entre os pioneiros está Edgar Carone, o qual em sua obra *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, publicada em 1965, tece análises sobre o PCB, enfatizando a relação entre comunistas e o operariado brasileiro. Naturalmente, as razões que impulsionaram o interesse de vários

---

<sup>44</sup> Estadunidenses que se especializaram na história brasileira.

<sup>45</sup> Segundo o levantamento de Dario Canale, foram três meses e meio em 1922 (de 7/4/1922 a 5/7/1922 excluído), seis meses em 1924 (de 1/1/1924 a 5/7/1924 excluído), sete meses e meio em 1927 (de 1/1/1927 a 12/8/1927 excluído) e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18/4/1945 a 7/5/1947 excluído). O total dá 41 meses (1.247 dias, quase 5 por cento dos seus 22.952 dias de vida). No entanto, Brandão (1997, p. 26) complementa que é preciso distinguir ilegalidade com perseguições ocasionais (1922/35,1947/56,1979/84), ilegalidade com clandestinidade estrita (1935/45, 1964/79) e períodos de legalidade de fato (1956/64). CANALE, Dário. Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro. **Novos Rumos**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 77-92, jan.-mar.,1986, p. 84.

<sup>46</sup> ALEXANDER, Robert J. **Communism in Latin America**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1957. Nessa obra, o autor analisa o PCB inserido no contexto do comunismo na América Latina. Não se trata de um estudo aprofundado, mas seu pioneirismo é considerado no interior da literatura especializada do PCB.

<sup>47</sup> DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 19.

<sup>48</sup> CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1974)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

pesquisadores brasileiros em aprofundar as reflexões sobre o partido podem ser encontradas no esforço para a compreensão dos fatores que resultaram no momento civil-militar de 1964 e a preocupação sobre as prováveis alternativas a serem tomadas para a superação deste momento. Tal caminho não poderia ser trilhado sem que se levassem em consideração as contribuições de grupos oposicionistas e organizações de esquerda, dentre os quais o PCB, figurando como um arranjo político em projeção.

A partir da década de 1970, os estudos acadêmicos sobre o PCB receberam atenção especial porque muitos de seus propositores estavam inclusos no quadro político ou participavam de discussões políticas sobre o momento. Vários deles, assumindo uma postura marxista, consolidaram posturas críticas em relação aos membros do PCB, deixando-as transparecer em suas obras. Impulsionados por novas balizas teóricas<sup>49</sup> as críticas aos pecebistas denunciavam o conformismo e a tenacidade das esquerdas em se contrapor as forças oposicionistas que vincularam o movimento civil-militar de 1964.<sup>50</sup>

Ao longo dos anos de 1980, alguns pesquisadores, afastados do partido, inauguraram estudos avaliando o interior da organização partidária, muitas vezes, ansiando pela “renovação” do PCB. Mesmo partindo desse viés, autores como Raimundo Santos<sup>51</sup>, Luís Werneck Vianna<sup>52</sup> e, nos anos de 1990, Gildo Marçal Brandão<sup>53</sup>, plenamente apoiados no rigor e métodos necessários à tradição acadêmica, discutem as transformações políticas e socioeconômicas, explorando a relação do PCB com a política das massas e seu envolvimento na democracia brasileira.

---

<sup>49</sup> Com destaque à inovação da história política e na influência da historiografia marxista inglesa, na qual Thompson e Hobsbawm são considerados os principais expoentes.

<sup>50</sup> As divergências se originaram porque o PCB defendia a tese de que o capitalismo não havia se concretizado no Brasil em razão da persistência de “estruturas feudais” na sociedade, provenientes do período colonial e da presença do imperialismo. Portanto, para o estabelecimento do socialismo era necessário o desenvolvimento total do capitalismo. Desse modo, cogitou-se a ideia de que a “revolução brasileira” deveria se dividir em duas etapas: primeira, a “nacional-democrática”, incluindo a participação das classes médias e da burguesia nacional, responsável por empunhar a luta contra o latifúndio e o imperialismo; segunda, a “revolução socialista”. Intelectuais e grupos vinculados à esquerda discordaram da visão esculpida pelo PCB, afirmando que o país estava incluso no sistema capitalista, que não houve feudalismo no Brasil e que a revolução burguesa já teria se realizado. Caio Prado Junior, intelectual vinculado ao PCB, avançou nessas críticas em relação ao partido.

<sup>51</sup> SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

<sup>52</sup> VIANNA, Luís Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Hucitec, 1983.

<sup>53</sup> BRANDÃO, op. cit., 1997.

Mesmo se tratando de produções clássicas, as quais nenhum trabalho sobre o tema pode menosprezar, as referências brevemente analisadas discutem, apenas de forma secundária, ou quase inexistente, as ações, mitos e simbologias dos militantes do PCB e do aparato repressivo no Paraná.

Sobre este tema e incluso na área de Ciências Sociais, Osvaldo Heller da Silva<sup>54</sup> resgatou a trajetória organizativa dos trabalhadores do campo para analisar o movimento sindical paranaense. Em sua visão, o período circunscrito entre o pós-guerra até o golpe militar de 1964 se constituiu em um tempo de acúmulo de experiências para o PCB no campo. Baseando-se no perfil da revolução brasileira e enquadrando-se neste esquema teórico os conflitos, sobretudo a Revolta de Porecatu<sup>55</sup>, que afloraram no Paraná, Heller considera que este parece ter sido o ponto inicial para que os militantes pudessem se aproximar dos trabalhadores do campo e, assim, instituir sua mediação. De acordo com o autor, o frágil desenvolvimento econômico das cidades do setentrional paranaense, justifica o fato de não haver nessa região, grupos interessados em compor uma organização que representasse os anseios dos trabalhadores a nível sindical e profissional. A ausência de órgãos coordenadores específicos levou o PCB a ter o “monopólio” da situação. Imerso em um cenário ausente de concorrentes, o partido atuou de forma mista na região, abrangendo todos os trabalhadores do campo, quanto os da cidade. Dessa junção, surgiram, no início da década de 1950, organizações denominadas de “uniões gerais dos trabalhadores”. Preocupado em analisar o fenômeno da sindicalização, composição e estrutura do PCB no Estado do Paraná, Heller da Silva não deixou transparecer em seu trabalho os mitos políticos que povoaram o imaginário social tanto dos militantes comunistas, como da polícia política.

---

<sup>54</sup> SILVA, Osvaldo Heller da. **Communistes et antcommunistes**: L'enjeu du syndicalisme agricole dans l'Etat du Paraná. De 1945 a la fin des années 70. Tese (Doutorado) Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales, 1993. SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

<sup>55</sup> A Revolta de Porecatu foi um conflito armado entre posseiros, jagunços e latifundiários que ocorreu nas cidades norte-paranaenses de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, entre os anos de 1948 a 1951. Nessas localidades, centenas de camponeses recorreram às armas para defender as suas posses e a terra de trabalho de suas famílias. Cf.: PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Sílvia Helena (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p. 155 -191.

Inserido nessa perspectiva teórico-sociológica, também é relevante abordar a dissertação de mestrado de Márcio Kieller Gonçalves<sup>56</sup>, sobre os dirigentes comunistas no estado do Paraná. Seguindo as orientações de Robert Michels<sup>57</sup>, o autor analisou as lutas e movimentos em que o PCB se envolveu na região, entre 1945 a 1964. Elaborou, ainda, um perfil socioeconômico de 89 lideranças pecebistas no Paraná, concluindo que a maioria delas era proveniente da classe média, com formação secundária ou superior, sendo que, grande parte ocupava as profissões de médico, advogado, ferroviário, comerciante e professor<sup>58</sup>. Destacando os dirigentes comunistas de Curitiba na perspectiva da “teoria das elites”, Kieller Gonçalves utiliza documentos do Fundo DOPS e entrevistas com antigos dirigentes, quase todos do Comitê Zonal da capital paranaense, para tecer suas análises. Contudo, a linha teórica escolhida pelo autor não prioriza o imaginário, simbologias e mitos políticos.

Mais recentemente, Márcio Kieller Gonçalves e Adriano Codato publicaram o livro *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*<sup>59</sup>. Nele, estão editadas as entrevistas realizadas por Kieller, acompanhadas por um capítulo introdutório escrito por Adriano Codato e outras duas partes. Na primeira, são apresentados aspectos gerais sobre a “teoria das elites”, na qual os autores abordam a história do PCB no estado do Paraná, com destaque para as atividades comunistas iniciais (1930-1945), a legalização do partido (1945 a 1963), a organização e lutas empunhadas pelos pecebistas, com ênfase na questão da terra e algumas mobilizações urbanas, como foi o caso da campanha dos Partidários da Paz (1949-1953), sediada em Londrina, no norte do Estado. Tal obra é ímpar na iniciativa de preservação de memórias e histórias vivenciadas pelos militantes, sobretudo aqueles que atuavam na região de Curitiba. Mesmo se tratando de um tema pouco pesquisado, como ressaltaram os organizadores, algo semelhante poderia ser feito em relação ao Comitê de Londrina, no norte do Paraná.

Em outra parte dessa mesma obra, Viviane Maria Zeni nos brinda com o capítulo intitulado *Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas*

---

<sup>56</sup> GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha: um perfil-socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista no Paraná (1945-1964)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

<sup>57</sup> Para Robert Michels, os dirigentes partidários formavam uma oligarquia a qual partilhava interesses comuns. Portanto, se organizavam com o objetivo de submeter à sua vontade a maioria da população. Cf.: MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos**. Brasília: Unb, 1982.

<sup>58</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 146.

<sup>59</sup> CODATO; KIELLER, op. cit..

décadas de 40 e 50<sup>60</sup>. Nele, a autora apresenta um breviário sobre o imaginário comunista, afirmando que a imprensa, muitas vezes, pressionava para que a polícia política tomasse providências em relação aos movimentos financiados pelo PCB. Muito embora a autora analise a questão das militantes comunistas no Paraná, é relevante a referência que faz ao “mito político da Unidade”, o qual possibilitou a comunhão e convergência de opiniões e imaginários no interior da organização partidária<sup>61</sup>. No entanto, as considerações feitas por Zeni estão restritas, basicamente, às mulheres atuantes em Curitiba. Além do mais, ao abordar os “imaginários comunistas”, a autora não se propõe em analisar o inverso, ou seja, o “imaginário anticomunista”, concebido pelos setores que se opunham ao PCB.

Mais do que uma obra, *Velhos vermelhos* pode ser considerado um inventário de entrevistas, as quais transpiram subjetividade, simbologias e imagens. Trata-se de um rico material que pode ser analisado com outro olhar, além da “teoria das elites” proposta pelos organizadores. Os depoimentos deixam transparecer as experiências de pessoas comuns, com origens sociais e culturais diversas, que comungaram da prática militante, campo fértil para o surgimento de mitos políticos, os quais nesse caso induzem, na visão de Girardet, a “imagem da harmonia, de equilíbrio e de fusão”.<sup>62</sup>

Outro trabalho de destaque, mas com enfoque na dimensão comunismo/anticomunismo no setentrião paranaense é o de Sônia Adum<sup>63</sup>. Em sua tese de doutorado, a autora pesquisou o Partido Comunista em Londrina, apontando a dificuldade da organização em amoldar a função eleitoral e política com sua prática revolucionária e transformadora. Adum considera que o comunismo em Londrina se tornou mais forte após os acontecimentos da Revolta de Porecatu, a qual desnudou a cidade, apresentando-a como o “Quartel General Vermelho”. Além disso, a autora se debruçou sobre as relações dos militantes comunistas londrinenses com as Ligas Camponesas e a sindicalização do homem no campo. Também foram seus objetos de estudo a maneira como o Partido Comunista de Londrina dosou suas práticas entre as perspectivas internacional, nacional e local,

---

<sup>60</sup> ZENI, Viviane Maria. Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas décadas de 40 e 50. In: CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio (Orgs.). **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008, p. 61-84.

<sup>61</sup> Ibid., p. 76.

<sup>62</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 92.

<sup>63</sup> ADUM, Sonia. **A subversão no paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2003.

participando de campanhas mundiais (como os Movimentos pela Paz, contra o envio de tropas para a Coreia, dentre outros). Observou, ainda, as dificuldades de organização do PCB na cidade, bem como a tendência de profissionais liberais e intelectuais em comporem os quadros do partido e a quase inexistência da participação de representantes de grupos “subalternos” aos quais o PCB buscava representar. Em síntese, Adum discorre sobre a atuação dos militantes comunistas em Londrina nas esferas rural e urbana, mas trabalha secundariamente com as identidades, imaginário e mitos construídos pelo partido em seu círculo comum ou da polícia política em relação ao PCB. A preocupação da autora se concentra, fundamentalmente, em destacar como um pequeno grupo de comunistas londrinenses teve uma posição importante como líderes intelectuais de movimentos com grande efervescência entre os anos de 1945 a 1951.

Embora seja um trabalho de expressiva contribuição historiográfica sobre as ações do Partido Comunista em Londrina, não foram prioridades da autora analisar o PCB atuante naquela região sob o olhar vigilante da polícia política paranaense, nem de retratar os mitos políticos construídos pelos comunistas e, em contrapartida, pela DOPS em relação aos membros do PCB<sup>64</sup>. Muito embora Adum mencione os vários rótulos construídos para identificar os comunistas, como “subversivos da ordem”, “agentes de Moscou”, dentre outros, não foi sua principal preocupação analisar as ações, imaginários e mitos que se moldaram especificamente no interior da DOPS sobre a ameaça vermelha naquela região ou na esfera estadual. Enquanto objeto de análise, Adum focou seu trabalho na reconstrução de vivências e experiências dos militantes comunistas na cidade de Londrina. Optou por um recorte microscópico para pesquisar as participações dos militantes dessa cidade em episódios que tiveram uma amplitude nacional, como foi o caso da Revolta de Porecatu.

No âmbito da história cultural, um dos trabalhos de projeção foi o de Jorge Ferreira. Em *Prisioneiros do mito*<sup>65</sup>, o autor inova a abordagem sobre o PCB ao discutir o imaginário político e a cultura dos comunistas no Brasil, entre os anos de 1930 a 1956. Na obra em tela, Ferreira investiga como a simbolização e a sacralização oriundas do PCB permitiram e sustentaram mitos políticos e uma

---

<sup>64</sup> A autora utiliza processos-crimes e jornais em sua pesquisa. Não foram mencionados os principais procedimentos e impressão da DOPS/PR em relação aos comunistas dessa região.

<sup>65</sup> FERREIRA, op. cit., 2002.

crença desenfreada dos militantes ao partido. O ponto inicial é a concepção de Mircea Eliade de que a humanidade estabelece ligações com o sagrado em todos os níveis temporais e que essas relações agregam à vida social. Para o autor, os comunistas brasileiros se sustentaram em crenças e estruturas mitológicas, formando, por meio dessas bases, a sua identidade, mesmo se tratando de um grupo que se julga dessacralizado, “materialista” e pautado na ciência<sup>66</sup>. O objetivo foi encontrar pistas do sagrado em imagens, símbolos e mitos partilhados pelos pecebistas. Nessa perspectiva, as concepções míticas camufladas no discurso comunista o tornavam similar a uma instituição religiosa, com seus seguidores, crenças e hábitos. Acreditavam, ainda, na luta entre o “bem” e o “mal” (comunismo *versus* capitalismo) e protestavam o reconhecimento de um “povo eleito” (operários/trabalhadores) com o porvir da decadência do capitalismo. Seguiam modelos exemplares como o da cultura militante, o da mulher comunista e o da URSS, como um espaço sagrado, símbolo de felicidade e harmonia social.

Com uma inestimável contribuição historiográfica, Jorge Ferreira indica, em sua obra, novas possibilidades para um tema amplamente explorado nas pesquisas acadêmicas. Sua abordagem ampara os estudos de “pequenos” e localizados contextos sociais, contrapondo uma tendência fixa, coerente e anacrônica da história dos comunistas brasileiros, engrandecendo o leque de visões sobre a historicidade e complexidade dos “comunismos”. No entanto, ao explorar essa questão, o autor ignora os mitos que se formaram em setores opositoristas ao PCB (como as autoridades – policiais e/ou governistas – e em grupos religiosos e demais setores da sociedade), indicando que os mitos políticos eram suscetíveis apenas aos setores de esquerda. Partimos do pressuposto que a análise do comunismo encontra seu complemento na interpretação da sua alteridade, ou seja, do anticomunismo. Por isso, embora o recorte do tema esteja bem definido, não foi possível localizar essa preocupação na obra. Além do mais, Ferreira aponta as “certezas” e “ilusões” dos comunistas, como ideários aos quais os partidários se integravam. Ao afirmar que tais indivíduos, independente de suas atividades, sempre eram guiados pela perspectiva “vermelha”, o autor ignora que o “imaginário” do qual participavam esses militantes, estava imerso em projetos e ações. A perspectiva apresentada congela as experiências dos pecebistas no tempo, ignorando as

---

<sup>66</sup> FERREIRA, op. cit., 2002, p. 15.

dinâmicas que levaram a mudanças práticas e conduziram a transformações no “imaginário comunista”.

Seguindo os rastros dessa vertente cultural, embora defenda uma aproximação entre “imaginário” e prática partidária, Claudia Monteiro, em sua tese<sup>67</sup>, analisa o fenômeno do engajamento político e os laços de camaradagem entre os militantes no Paraná, ressaltando que entre os anos de 1945 a 1947, o partido se abriu para novas filiações, desprovido de um perfil ou exigência de formação superior. A autora mostra, ainda, que a identidade social dentro do PCB ultrapassava as diferenças e reforçava o companheirismo para além do período eleitoral. A construção de laços afetivos e a concepção de pertencer a um grupo aparentemente coeso eram os fatores que concediam virilidade ao PCB em terras paranaenses no momento em que efetivamente se constituiu como um partido de massas. A imagem heroica de Prestes, as datas comemorativas entre os comunistas, o ideal de construção de um “Partido de massas” no Paraná foram observados pela autora. Abrangendo o período entre 1945 a 1947, Monteiro dedicou parte de seu trabalho ao olhar da DOPS em relação aos comunistas. Sua análise baseia-se nas ações da polícia política e não demonstra a preocupação em avaliar os mitos anticomunistas que se formaram no interior dessa instituição. Apesar de identificar a ausência de ações pecebistas em Guarapuava e Oeste do Estado e apresentar um estudo minucioso das atividades policiais em relação aos comunistas na região de Curitiba (abarcando Ponta Grossa, além da área litorânea) e norte do Paraná, basicamente Londrina, a autora se restringe a dados eleitorais, número de células e fichados pela DOPS. Por isso, não aproxima da estruturação da polícia política e se ausenta das análises dos vários elementos e imagens que podem ser absorvidos nos relatórios da DOPS/PR em oposição aos comunistas.

No ponto de vista da história social, um trabalho de grande lavra sobre esse tema é a tese de Reginaldo Junior Fernandes<sup>68</sup>, a qual analisa como o movimento comunista no Brasil, com destaque ao Partido Comunista Brasileiro, acirraram as lutas sociais, motivados principalmente com o golpe civil militar. O autor destaca como a questão democrática adquiriu importância no interior do PCB em Londrina

---

<sup>67</sup> MONTEIRO, Claudia. **A política entre razões e sentimentos**: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

<sup>68</sup> FERNANDES, Reginaldo Junior. **Revolução e democracia**: vivências e representações (1960-1980). 2012. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

em razão das crises internas que se instalaram na sua organização e que tiveram o seu ponto máximo representado na Declaração de Março de 1958. Fernandes identifica, ainda, como as discussões na década de 1970, inspiradas nas ideias do marxista Antonio Gramsci acirraram novas divisões. Por um lado, se posicionaram militantes movidos por uma vertente denominada “eurocomunismo”, concatenados pelo pensamento gramsciano, que foi adotado pelos partidos comunistas italiano, francês e espanhol. Em sentido inverso, havia aqueles que, mesmo influenciados por Gramsci, insistiam em preservar a tradição marxista-leninista. A discussão baseou-se fundamentalmente na relação que se estabeleceu entre democracia e socialismo. Apesar das diferenças e adotando pontos de vista singulares, o debate, como assinala o autor, afluiu para a “necessidade de superação da regulação social para o mercado como sendo um elemento incompatível com a ampliação e o aprofundamento da democracia”.<sup>69</sup>

Mesmo que a pesquisa tenha se delimitado entre os anos de 1960 a 1980 é importante ressaltar a análise inicial que o autor realiza sobre os comunistas no norte do Paraná nas décadas de 1940 e 1950. Em sua visão, o período circunscrito entre os anos de 1945 a 1964, foi marcado pela intensificação das ações da DOPS em relação aos comunistas envolvidos na guerra de Porecatu e na formação de Ligas Camponesas. O autor ressalta alguns movimentos anticomunistas sediados em Londrina, mas enfatiza que a grande preocupação das autoridades, transparecidas em veículos de comunicação, a exemplo do Jornal Folha de Londrina, estava no comunismo rural, basicamente com o histórico da atuação do PCB na Revolta de Porecatu e a influência que manifestou nas primeiras organizações do sindicalismo na região. As reações ao temor do crescimento comunista na área insuflaram a criação de arranjos institucionais de caráter anticomunista. Foram fundadas organizações que objetivavam frear o avanço do PCB no campo, caso, por exemplo, da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), em 1956 e da Frente Agrária Paranaense (FAP), iniciativa das arquidioceses de Maringá e Londrina, inaugurada em 1961. Portanto, na visão de Fernandes, o anticomunismo assumiu formas coordenadas no campo, onde, havia sido inaugurada a presença significativa do PCB no norte paranaense, com a

---

<sup>69</sup> FERNANDES, Reginaldo Junior, op. cit., p. 8.

Revolta de Porecatu. Deste modo, o anticomunismo seguiu os rastros do comunismo e partiu do campo em direção à cidade.<sup>70</sup>

Ainda na perspectiva da história social, outro trabalho de relevância é a tese de Angelo Priori<sup>71</sup>. Na sua pesquisa, o autor analisa a atuação da DOPS na Revolta de Porecatu. Em sua visão, a polícia política apenas se fez presente na região litigada somente quando os camponeses estavam organizados e os militantes do PCB participavam do confronto. Tal situação representava um paradoxo, já que a DOPS realizava diligências no norte do Estado desde a década de 1930. A ação tardia se explicava pelo fato da polícia política não possuir um preparo adequado para lidar com insurreições camponesas. O autor reitera essa afirmação ao considerar a ação tardia da DOPS como uma estratégia do órgão, que chegou a atuar dez meses no conflito, desarticulando, ao fim, o movimento insurrecional camponês após este curto período de presença<sup>72</sup>.

Priori também considera que um dos períodos de maior controle da DOPS no setentrão paranaense ocorreu entre os anos de 1950 a 1964, fundamentalmente em razão das atividades comunistas na região, notórias pela participação do PCB em movimentos sociais no campo e em campanhas eleitorais<sup>73</sup>. O recorte temporal e espacial realizado por Priori não possibilitou o acompanhamento das diligências comunistas em âmbito urbano em fins da década de 1940 e nem como a DOPS se portou em relação a elas.

A díade PCB/DOPS no Paraná assume significados particulares e indícios de que a democracia é ferida pela opressão. Foi a partir dessa perspectiva que analisei em minha dissertação de mestrado<sup>74</sup> os diferentes espaços construídos pelo PCB no norte do Paraná para permanecerem vivos na ilegalidade. O lema “permitido proibir” era paradoxal comparada à legislação brasileira do período que afirmava, ao menos em tese, reprimir atitudes ou ações que impedissem a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência, crença e de defesa mediante qualquer acusação. A Constituição de 1946 foi seguida da proscrição do PCB em

---

<sup>70</sup> FERNANDES, op. cit., p. 106-107.

<sup>71</sup> PRIORI, Angelo. **A Revolta Camponesa de Porecatu**: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 2000. Editada em livro: PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

<sup>72</sup> PRIORI, op. cit., 2000, p. 263-264.

<sup>73</sup> Ibid., p. 268-269.

<sup>74</sup> IPÓLITO, op. cit., 2009.

1947 e da promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1953. Os subterfúgios legais construídos para minar os espaços democráticos em fins dos anos de 1940 e início da década de 1950, indicam a existência de participações engessadas e controle da opinião pública. Por outro lado, o PCB reagiu com a publicação do Manifesto de Agosto de 1950, documento que sinalizava a radicalização do partido, culminado na legitimação da violência para alcançar a “revolução agrária e anti-imperialista” pela força das armas. São esses espaços e discursos identificados durante meu trabalho de mestrado que busquei aprofundar nessa tese de doutorado, partindo fundamentalmente de construções míticas que solidificaram o comunismo e, em contrapartida, o anticomunismo evidente na polícia política no estado do Paraná.

É notório que as pesquisas sobre o PCB, inclusive no Paraná, têm privilegiado o viés cultural, associando a prática política ao cotidiano desses militantes. Inclusive nos trabalhos mais próximos da história social, nota-se a preocupação em abordar, isoladamente, o comunismo ou o anticomunismo, como se fossem dissociados de imaginários próprios construídos para legitimar certas posições. Focando as questões relacionadas à prática militante, a acontecimentos isolados, eleições ou inseridos em questões no mundo do trabalho, as pesquisas apresentadas não se preocuparam em analisar as concepções míticas que influenciaram a atuação desses militantes comunistas em terras paranaenses, bem como não privilegiaram os mitos que na visão política moderna consolidaram o discurso anticomunista e fundamentaram suas práticas em alguns círculos da sociedade, principalmente no caso da DOPS/PR.

### **Sobre as fontes**

As evidências utilizadas na pesquisa são oriundas, basicamente, de dois acervos: o fundo da Delegacia de Ordem Política e Social, que se encontra sob a tutela do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP); e o segundo conjunto de evidências proveniente do Arquivo Pessoal da jornalista Teresa Urban, recolhido em sua residência no ano de 2008, também na capital paranaense.

O acervo produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) parte do desafio real em relação à existência de um projeto de infiltração comunista, contribuindo para a ampliação na sociedade da presença do “perigo”, muitas vezes realocando de maneira exacerbada o poder de atuação dos revolucionários e o temor a eles atribuído. A polícia política se inspirou no anticomunismo para construir valores e orientar sua ação, principalmente por meio da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Embora o combate aos pecebistas e seus simpatizantes não tenha sido a única bandeira empunhada pela polícia política, é imperativo ressaltar que encontraram no anticomunismo o significado de sua existência, seja pela longa preocupação com o comunismo<sup>75</sup> ou com o receio de tomarem o poder no país e instalarem uma espécie de quinta-coluna fiel à União Soviética.

A perseguição seguida da clandestinidade do PCB, em 1947, resultou na apreensão de materiais sequencialmente armazenados no acervo da DOPS. No entanto, muitas evidências foram eliminadas pelos próprios militantes a fim de evitarem supostas acusações ou articulações com o comunismo. Por outro lado, a polícia política certamente extraviou e aniquilou documentos que não eram de seu interesse a fim de conduzir as investigações em seu proveito ou no intuito de beneficiar algum indivíduo ou grupo. Não raro, é possível encontrar evidências que não obedecem a uma sequência, processos inacabados ou correspondências sem respostas, o que indica o provável desvanecimento da documentação, provavelmente em caráter acidental ou proposital.

O posicionamento anticomunista da DOPS pode ser explicado na responsabilidade atribuída a esse organismo ou à incumbência de zelar não somente pela ordem política, mas também a social. Mobilizadores da opinião pública e questionadores do sistema político, os comunistas apresentavam-se como oponentes da ordem tradicional, pois eram contrários a princípios considerados habituais como a família, a religião, a propriedade etc.. Relatórios, panfletos, telegramas e similares confeccionados pela DOPS/PR apresentam o viés anticomunista nutrido pelo aparato policial ou por opiniões pessoais dos agentes, deixando transparecer a estrutura organizacional da instituição em todo o Paraná, suas sub-regiões de atuação, a forma como estavam articulados e mantinham

---

<sup>75</sup> Considerado desde 1935 o inimigo número um da nação, o comunismo permaneceu como alvo a ser combatido até fins década de 1980 e início dos anos de 1990, quando o fim da União Soviética, a queda do muro de Berlim e o enfraquecimento da Guerra Fria cederam espaço para uma reestruturação da ordem mundial, distinta da díade comunismo/capitalismo.

contatos. Divididos entre a fidelidade à causa e interesses individuais, alguns chegaram a denunciar a corrupção dentro do organismo, bem como atentaram para a ausência de material humano e equipamentos necessários para o devido funcionamento das Delegacias Regionais.

Somente a partir da década de 1990, com o movimento da democratização e como consequência, do direito a informação, foi habilitado o processo de abertura e disponibilidade à consulta pública de boa parte dos acervos estaduais da polícia política. O Fundo DOPS cobrem 69 anos de atuação policial no Paraná, contando com registros que datam de 20 de maio de 1920 até o ano de 1989, momento em que foram registradas as últimas anotações em fichas e pastas.<sup>76</sup> Os documentos pertencentes ao DOPS/PR foram transferidos ao Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, de acordo com o decreto n. 577, de 11 de julho de 1991. Composta por evidências de natureza diversa, além de processos judiciais, relatórios, correspondências e circulares elaboradas pela polícia política, o acervo abriga, também, documentos assinados por dirigentes do PCB e vários recortes de periódicos da época. O caráter político do acervo fornece elementos ricos para a compreensão não apenas dos procedimentos adotados pela DOPS enquanto organismo repressor, mas da ação de camponeses e trabalhadores urbanos, movimentos sociais dos mais distintos matizes e da execução de atividades comunistas no Paraná.

A natureza dessas fontes está restrita a impressões dos delegados e investigadores da DOPS, possibilitando uma visão parcial dos acontecimentos. Em que pese a sua prática diária de vigilância, controle e repressão, a polícia política coletou inúmeras informações e deixou pistas de como se articulava o aparato repressivo da época. É notável que antes de 1945 o alvo principal registrados em relatórios, circulares, telegramas e demais correspondências eram de elementos do “eixo”<sup>77</sup>, os quais, além de se oporem aos aliancistas no contexto da Segunda

---

<sup>76</sup> Cf.: COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. **Cadernos da UPT**. Curitiba, UPT, ano I, n. 1, 1993.

<sup>77</sup> Opositores dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, os países do Eixo, encabeçados pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki e do Imperador Hirohito, eram também conhecidos como “Eixo Roma-Berlim-Tóquio” pelos seus inimigos. Além dessas três nações principais, faziam parte outras menores como a Bulgária, Hungria e Romênia. Como se sabe, os países do Eixo saíram derrotados na Segunda Guerra, fato que atingiu seu ápice quando da invasão à Alemanha pelos Aliados e suicídio de Hitler, ao passo que no Japão, Hiroshima e Nagasáqui foram bombardeadas e sumiram do mapa. Sobre a atuação da DOPS em relação aos imigrantes alemães no Paraná consultar o seguinte trabalho: PRIORI, Angelo; IPÓLITO, Verônica Karina. DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-

Guerra Mundial eram vistos como elementos ameaçadores da ordem política e social, com pretensas intenções de ferir a brasilidade e cultivar hábitos (como idioma, costumes, festas etc.) de sua pátria-mãe. Embora manifeste sua preocupação com atividades comunistas mesmo antes da década de 1940, é a partir de 1945 que a caça aos vermelhos se torna divulgada de forma clara e objetiva nas evidências confeccionadas pela DOPS. No jargão policial, marcado por afirmações genéricas e conclusivas, as atividades comunistas eram relacionadas a todos que atentassem a tranquilidade e ferissem a ordem, tanto social quanto política. Manifestações, comícios, panfletagem, festas oferecidas por elementos suspeitos, hóspedes em hotéis e pensões eram considerados alvos em potencial. A associação feita pelos agentes policiais em relação ao comunismo inspirou representações e pensamentos que absorvidos e vivenciados pelo imaginário social repercutiram na formação de mitos utilizados para justificar ou legitimar determinados sistemas políticos, bem como servir de suporte para construções doutrinárias.

Para refutar as fontes alocadas no Fundo DOPS, consultamos alguns documentos provenientes do Arquivo Pessoal Teresa Urban. Militante comunista nos anos de 1960, Teresa Urban atuava como jornalista, realizando uma série de entrevistas com vários integrantes do PCB, a maioria delas na década de 1980. Presa e torturada durante a vigência do regime militar em razão de suas posições ideológicas, exilou-se no Chile entre os anos de 1970 e 1972. Sua participação em movimentos da esquerda radical dificultou o início de sua vida profissional. Em fins da década de 1970, Teresa Urban foi finalmente contratada pelo jornal *A Voz do Paraná*. Em meados dos anos de 1980, a jornalista tomou a iniciativa de entrevistar alguns dirigentes, militantes e seus familiares que atuaram desde a década de 1940 no norte do Paraná. Conforme foi confidenciado em conversa informal, o objetivo era entender a participação do PCB na Revolta de Porecatu. Tal documentação se tornou acessível em função da visita que fiz até a sua residência, em Curitiba, no dia 24 de abril de 2008.

Os documentos cedidos para reprodução por Teresa Urban se mesclam em depoimentos, relatórios oficiais e recortes jornalísticos. Entre as entrevistas realizadas pela jornalista encontram-se a de lideranças comunistas locais (como a de Manoel Jacinto Correia), seus familiares (no caso de Elza Pereira Correia Muller,

filha de Manoel Jacinto e sua esposa na época do levante de Porecatu, Ana Pereira Correia) a de militantes com destaque em âmbito nacional (a exemplo de Jacob Gorender, João Saldanha e Florestan Fernandes) e a de posseiros que estiveram envolvidos nas lutas de terra no setentrião paranaense, chegando mesmo a fundar uma Liga Camponesa na Revolta de Porecatu (como o depoimento de Hilário Gonçalves Padilha). Tais entrevistas são ricas em detalhes sobre a militância, a convivência familiar dos pecebistas, debates internos do universo partidário, distinções de tratamento entre ativistas do PCB, imaginários partilhados, além de discutir a questão de Porecatu, um tema tratado de forma espinhosa por alguns ou vista como vitoriosa por outros depoentes.

Nos documentos doados por Teresa Urban também foram encontrados relatórios da Embaixada Norte Americana no Brasil, relatando atividades comunistas (como manifestações e campanhas) e listando os instrumentos de propaganda (a exemplo da reprodução de jornais e panfletos identificados como comunistas). Desde a década de 1930 o Departamento Federal de Investigações (FBI) assessorou a polícia política de toda a América Latina. Palestras de policiais norte-americanos incorporados ao FBI foram apresentadas na escola de formação policial em conjunto com a DOPS do Rio de Janeiro. Além disso, agentes do Special Intelligence Service (SIS), também foram destinados a missões de espionagem no Brasil, Argentina e Chile.<sup>78</sup> Tais evidências fornecem dados sobre a interferência dos Estados Unidos no país no esforço de construir uma rede de informações responsável por monitorar o perigo vermelho e conceder apoio aos governantes com o intuito de minar as atividades comunistas do mapa. Alguns documentos remetem a atuação do PCB no norte do Paraná e em Curitiba, como no caso da Revolta de Porecatu e do Movimento dos Partidários da Paz, o que demonstra que tais regiões também eram consideradas áreas de potencial preocupação para as autoridades policiais estadunidenses. No entanto, assim como os documentos do Fundo DOPS, tais evidências necessitam de organização e se apresentam, muitas vezes, de forma lacunar, sem uma sequência lógica ou aparentando ausência de documentos.

---

<sup>78</sup> HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América. São Paulo: Cortez, 1998, p. 233.

## 1. Caça aos vermelhos: a configuração do mito da conspiração comunista

### 1.1. Elementos para a formação de mitos anticomunistas durante o período de legalidade do PCB

O período correspondente aos anos de 1945 a 1947 foi marcado por uma grande participação popular, por se caracterizar como um período constitucional e de abertura política após o término do fatídico regime estadonovista e a possibilidade de eleições diretas. Ainda em 1945 o PCB ressurgiu como um partido legal e de massas, fator que possibilitou a abertura dos quadros e consequentemente maior projeção no cenário político nacional. Em 2 de abril desse mesmo ano o governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética<sup>79</sup>, fato inédito no campo das relações internacionais até aquele momento. Também em 1945, Vargas decretou anistia a presos e exilados políticos do Estado Novo. Dentre os que foram libertados estava Luís Carlos Prestes. Tais medidas viabilizaram um quadro de significativa liberdade partidária, criando condições para que o PCB emergisse nesse novo cenário como um partido com plenos direitos legais e integrados à vida democrática que se evidenciava naquele momento.

O clima de euforia e confiança no futuro tomou as ruas no ano de 1945, ainda mais após a vitória aliada e soviética contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Essa conjuntura fez renascer o desejo de mudança para os grupos subalternos e estimulou-os à luta. O espírito de democratização, cada vez mais evidente, reacendeu a atuação dos setores de esquerda. Para Gildo Marçal Brandão<sup>80</sup>, nos dois anos subsequentes o PCB torna-se mais um “movimento” do que um “partido”:

[...] a ele adere quase toda a intelectualidade mudancista e disputa com a União Democrática Nacional as lideranças das entidades que

---

<sup>79</sup> Um trabalho que aborda especificamente o período em que o Brasil manteve vínculos diplomáticos com a União Soviética entre os anos de 1945 e 1947 é: REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei**: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

<sup>80</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 156.

a reorganização da precária sociedade civil da época havia gerado. Mais do que mero resultante de um projeto “leninista”, o PC na ocasião canaliza ou enquadra vasto movimento das camadas subalternas urbanas, que então emergem na cena política e retomam a tentativa, derrotadas nas precedentes ocasiões, de se autoconstruir como classe.<sup>81</sup>

As perspectivas em relação a este período provocaram reações imediatas da esquerda. Em maio de 1945 os comunistas realizaram um comício no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, no qual discursaram Prestes e demais lideranças partidárias. No mês de junho também foi realizado outro comício, dessa vez no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o qual contou com a presença de cerca de 80 mil pessoas<sup>82</sup>. Em agosto deste mesmo ano, o Comitê Nacional se reuniu oficialmente pela primeira vez com o PCB fora da proscricção. Durante o encontro foram definidas estratégias que estavam em consonância com o momento, tais como a defesa à democratização e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Antes mesmo da reunião inaugural do Comitê Nacional do PCB, vários comitês estaduais e mesmo municipais foram implantados. No Paraná, a ata que oficializa a fundação do partido data de 1945, muito embora a sua criação seja atribuída a uma reunião do Comitê Estadual ocorrida em Curitiba, a qual teria ocorrido no dia 7 de julho de 1945, exatamente um mês depois da reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR)<sup>83</sup>. Ainda assim, foi em Londrina que o PCB inaugurou, precisamente em 21 de junho de 1945, seu primeiro comitê na terra das araucárias.<sup>84</sup>

Apesar das fundações dos comitês ocorrerem em dias diferenciados é importante ressaltar que o estabelecimento legal do partido ocorreu apenas com o

---

<sup>81</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 156.

<sup>82</sup> POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar**: uma vida em vermelho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 131.

<sup>83</sup> Em 1937, com o Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi extinta sendo reativada apenas em 1945 com a democratização e a necessidade de integração de uma política nacional que partisse dos Estados. No Paraná, além da Justiça Eleitoral voltar a atuar, foi implantado o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) em 7 de junho de 1945. As primeiras eleições após a ditadura varguista ocorreram apenas em 2 de dezembro deste mesmo ano. No entanto, toda a estrutura já estava sendo montada para cuidar dos trâmites referentes a este período de abertura. Além do Desembargador Clotário de Macedo Portugal assumir o cargo de presidente do TRE/PR, atuaram, juntamente com ele, outros nove funcionários de diversas secretarias. KIELLER, Márcio. A semilegalidade consentida: o desempenho eleitoral do Partido Comunista no Paraná em meados do século XX. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando José dos (orgs.). **Partidos e eleições no Paraná**: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006, p. 25-44.

<sup>84</sup> ADUM, op. cit., p. 12.

reconhecimento de seu registro pelo TRE/PR, que ocorreu em 17 de novembro de 1945.

No entanto, a campanha responsável pela execução do registro eleitoral foi implantada em setembro de 1945, em uma reunião ocorrida no Cine Vitória, localizado na região central de Curitiba. O ambiente de disposição era grande, considerando-se as excursões provenientes de diferentes locais do Estado e que de certa forma, simbolizavam a presença de diretórios comunistas nos municípios.<sup>85</sup>

Mesmo antes de sua legalidade, mas com certo fervor após o seu registro, os comunistas se revelaram ágeis na organização de vários Comitês Populares e Democráticos. Nas cidades, procuravam discutir temas como habitação, instrução e saúde públicas, custos dos gêneros de primeira necessidade etc. Criaram ainda os comitês profissionais, os quais tinham a função de atuar em sindicatos, pois o partido não fazia parte da diretoria dessas agremiações.

Apesar da legalização em 1945, a campanha pela democratização do Brasil vinha ganhando corpo desde 1942, principalmente com a declaração do estado de guerra à Alemanha e a Itália. No dia 22 de fevereiro de 1945, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, rompeu a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ao publicar uma entrevista de José Américo de Almeida<sup>86</sup> a Carlos Lacerda, na qual, primeiro exigia a realização de eleições e o retorno às liberdades democráticas. Alguns dias após a publicação, Vargas promulgou o Ato Adicional de 28 de fevereiro<sup>87</sup>, o qual, mediante emenda a Constituição de 1937, anunciava a realização de eleições para a presidência da República, os Congressos, os governos e as assembleias legislativas estaduais. Já em fevereiro, foi lançada a candidatura de Eduardo Gomes a presidência da República, apoiado pelos opositores do regime estadonovista. Em março, o general Eurico Gaspar Dutra foi

---

<sup>85</sup> KIELLER, op. cit., 2006, p. 29.

<sup>86</sup> José Américo de Almeida foi apresentado em 1937 como candidato dos partidos governistas à presidência da República, com grandes chances de vitória, mas o golpe de estado de 10 de novembro, ocorrido naquele ano, impediu a campanha eleitoral. Já em 1945, José Américo foi eleito senador pela Paraíba. Publicou vários livros, dentre os quais o romance *A Bagaceira*, destacado por muitos como marco inicial do romance regionalista do modernismo brasileiro.

<sup>87</sup> Como relata Bandeira: “Em 28 de fevereiro de 1945 Vargas assina a Lei Complementar nº 9, também chamada de Ato Adicional, reconhecendo que já havia no Brasil condições para o funcionamento dos órgãos representativos, e promulgou em 28 de maio o Código Eleitoral [Decreto nº 7.586], também conhecido como Lei Agamenon, autorizando a criação e o funcionamento dos partidos políticos e fixando em 2 de dezembro daquele ano as eleições. Vargas também concedeu a anistia a todos os presos políticos”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América Latina**: Brasil, Argentina e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 204.

confirmado como ministro da Guerra e candidato à presidência, sendo apoiado pelos getulistas.

No dia 15 de março de 1945, o jornal O Globo publicou o documento de Prestes, que significou sua primeira manifestação pública diante daquela situação, depois de estar preso durante nove anos. Nesse documento, o líder comunista mostrava que era necessário apoiar o governo Vargas para ajudá-lo a eliminar o nazismo, afirmando: “Se a democracia foi estabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país”.<sup>88</sup> Com Prestes fora da prisão, o partido se aglutina, a ponto de até os elementos divergentes de São Paulo (como Caio Prado Júnior, por exemplo) e do Rio de Janeiro (Astrojildo Pereira), retornarem aos quadros do PCB.

Seguindo os passos do líder comunista, alguns dirigentes no Paraná alertavam o perigo iminente do nazi-fascismo. Dentre esses, destacava-se o advogado e jornalista Flavio Ribeiro, que segundo o levantamento registrado pela DOPS em sua ficha individual, advogava a favor das questões jurídicas do Partido Comunista, sendo considerado um dos “líderes vermelhos e grande agitador no norte do Paraná”.<sup>89</sup> Colunista do jornal Diário da Tarde, Flavio Ribeiro, em artigos escritos em 1945, retrata a luta mundial antifascista e propunha um caminho para alcançar a verdadeira democracia:

Todos os povos marcham no sentido da democracia. Elegem governos populares, liquidam as remanescentes do nazi-fascismo, onde ele se fez sentir com maior força, depuram suas instituições e consolidam seus regimes democráticos, dando-lhes novas bases econômicas, políticas e sociais, a fim de evitar a eclosão de novas perturbações no futuro.<sup>90</sup>

O trajeto para o progresso e a solução para a crise política, econômica e social, conforme as preocupações de Ribeiro, não podiam ser mérito das lideranças, mas sim de grupos que representassem os anseios populares, como o PCB. Para

---

<sup>88</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/4366\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp)>. Acesso em: 25 nov. 2014. A fim de simplificar a redação, essa fonte será sempre referenciada, neste trabalho, por suas iniciais, isto é DHBB-CPDOC/FGV.

<sup>89</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1216.341. Flávio Ribeiro.

<sup>90</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Recorte do Jornal *Diário da Tarde*. 31 ago. 1945.

Flavio Ribeiro, a extinção dessas crises não ocorriam tão somente por meio da substituição dos governantes, mas da necessidade de elaboração de uma Constituição que priorizasse o direito dos trabalhadores e encerrasse as amargas experiências da ditadura estadonovista. O apelo pela Constituinte, encabeçado pelos comunistas, resultou na Constituição de 1946, a qual contou com a colaboração dos parlamentares eleitos pela sigla:

A justa solução para a atual crise do país não reside na simples mudança de homens no poder. De há muito foi superada a etapa da política desenvolvida em torno de nomes, acirrada das paixões pessoais, distanciadas das reivindicações mais sentidas da classe operária e do povo, unicamente ligada aos interesses de indivíduos ou grupos. E esse objetivo só será conseguido mediante a consolidação de novos e decisivos passos no sentido da democracia, através da União Nacional, assegurada por uma Assembléia Constituinte livremente eleita, capaz de elaborar a Carta Constitucional que reclama a Nação.<sup>91</sup>

O quadro de evidente mudança para uma abertura democrática também resultou em instabilidades, fruto de divergências entre parte dos militantes do partido que se mostravam resistentes a permanências. Enquanto uns lutavam pela deposição de Vargas, outros o defendiam, até mesmo o líder nacional do PCB. A posição de Prestes em apoiar Vargas, contrariando os demais militantes, provocou uma cisão no interior da agremiação. Silo Meireles e outros partidários romperam com o PCB, preferindo apoiar a candidatura de Eduardo Gomes. Muitos opositores do Estado Novo tampouco entenderam como Prestes, que fora preso e tivera sua mulher deportada para a Alemanha nazista, podia naquele momento apoiar Vargas. Essa adesão, entretanto, persistiu em nome da tese da união nacional, a qual embora não tivesse significado uma atuação conjunta entre comunistas e “queremistas”, aventou a possibilidade de adiar as eleições presidenciais.

Contrariando a versão de que houve cisão no PCB, por conta do apoio concedido a Vargas pelo líder do partido, Dulce Pandolfi afirma que a formação de uma Assembleia Nacional e a elaboração de uma nova Constituição, desde que Vargas estivesse no comando da República, era desejo comum entre os comunistas:

---

<sup>91</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Recorte do Jornal *Diário da Tarde*. 31 ago. 1945.

Segundo os comunistas, o primeiro passo para a implantação do regime democrático deveria ser a instalação de uma Assembléia Nacional, eleita com o objetivo exclusivo de elaborar uma nova Constituição. Findos trabalhos constitucionais, e já na vigência de uma nova Carta Magna, o passo seguinte deveria ser a eleição do Presidente da República, dos governadores e das câmaras legislativas estaduais. Em última instância, essa proposta implicava que Vargas permanecesse na Presidência da República ainda por um longo período.<sup>92</sup>

Malgrado as divergências internas, o PCB decidiu lançar um candidato próprio às eleições presidenciais. O engenheiro Yedo Fiúza, que não pertencia ao partido, foi o escolhido. Em setembro, o PCB requereu sua legalização ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que lhe foi concedido dois meses depois. Durante esse período de tramitação, Vargas foi deposto por militares, fato que culminou em sua saída no dia 29 de outubro. Esse movimento, responsável pela destituição do Estado Novo, fez um “arrastão” na sede do PCB e prendeu alguns comunistas, levando Prestes a pedir asilo político na embaixada do México.<sup>93</sup>

No dia 2 de dezembro de 1945, foram realizadas eleições para a Presidência da República. Foram três candidatos que disputaram a eleição presidencial: o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela frente de oposição a Vargas reunida em torno da União Democrática Nacional (UDN); o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD), liderado pelos interventores estaduais durante o Estado Novo, e mais tarde pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual era formado principalmente por trabalhadores urbanos filiados a sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho; e Yedo Fiúza, lançado pelo PCB, que contava com o apoio das camadas médias e populares das grandes cidades brasileiras.

O general Eurico Dutra acabou vencendo as eleições de dezembro de 1945 contando com 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes conseguiu 35% e Yedo Fiúza, 10%. Mas é importante ressaltar os resultados significativos obtidos pelo PCB nessas eleições:

---

<sup>92</sup> PANDOLFI, Dulce C.. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 140-141.

<sup>93</sup> Muito embora, sua filha Anita Prestes contraria esta informação dizendo que Prestes não havia pedido asilo político a nenhuma embaixada, mas teria permanecido clandestino. Cf. PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). 2. ed.. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

Com pouco tempo para se lançar no pleito, o partido obteve resultados surpreendentes. Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, recebeu cerca de 10% dos votos, 'vencendo' as eleições em cidades operárias importantes como Santos, onde angariou 42% dos votos. O grande êxito se deu na escolha para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 15 deputados, sendo 9 operários. Brasil afora, o PCB obteve saldos eleitorais significativos em cidades com forte presença operária.<sup>94</sup>

Desde a época em que deu parecer favorável ao processo de democratização com Vargas, Prestes passou a defender a elaboração de uma nova constituição, ainda com Vargas no poder. Essa posição do líder comunista fortalecia o movimento queremista, o qual defendia a promulgação de uma constituição antes das eleições de 2 de dezembro. Porém, uma Constituinte com Vargas não era do agrado de alguns grupos que desejavam a saída deste do poder. Os militares, os industriais, a classe média, os oligarcas e a Igreja Católica começaram a ficar assustados. Primeiramente, havia o fato da possível continuidade que há algum tempo já tinha deixado de ser interessante para uma grande parte da sociedade brasileira e também para o interesse dos Estados Unidos no Brasil. "Segundo, o fato de que Vargas estava se aproximando muito dos movimentos operários e do PCB (na verdade o PCB estava se aproximando mais de Vargas do que o inverso)".<sup>95</sup>

A Constituinte instalou-se poucos dias após a posse de Dutra, em fevereiro de 1946. Diferentemente do que aconteceu em 1891 e 1934, a Constituinte de 1946 não recebeu anteprojeto que embasasse suas deliberações. Os seus representantes tiveram que elaborar um projeto e o regimento interno a ser submetido à aprovação no plenário. Em seguida, organizou-se a comissão, a qual tinha por tarefa formular o projeto constitucional:

A comissão elaboradora do projeto compunha-se de 37 membros, dos quais 19 do Partido Social Democrático (PSD), dez da União Democrática Nacional (UDN), e dois do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os pequenos partidos – Comunista Brasileiro (PCB), Republicano (PR), Libertador (PL), Democrata Cristão (PDC),

---

<sup>94</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 185.

<sup>95</sup> REZENDE, op. cit., p. 28.

Republicano Progressista (PRP) e Popular Sindicalista (PPS) – foram contemplados com um representante cada.<sup>96</sup>

Ao contrário do que ocorrera nas constituições anteriores, as quais tiveram comissões compostas de representantes dos estados, a comissão eleita para formular a Constituição de 1946 foi constituída sob um critério até então exclusivo: o da representação dos partidos nacionais, proporcionalmente ao número dos seus deputados e senadores. Até esse momento a República havia desconhecido os partidos nacionais. Nos regimes de 1891 e 1934, as eleições ocorriam por meio dos partidos estaduais. De inspiração totalitária, a Constituição de 1937 extinguiu os partidos que renasceram através de sua legislação eleitoral, editada em 1945<sup>97</sup>, mas já então com o caráter obrigatório de partidos nacionais.

O clima de democratização, que teve seu ápice em 1945, se confirmando em 1946, gerou um período de tensões. Desde 1945, a proposta de desestimular as manifestações econômicas dos trabalhadores, defendida pelo PCB, não encontrou ressonância no operariado. No interior do partido, a opção defendida pela liderança de amenizar as manifestações populares, encontrou resistência entre os militantes. Assim, alguns sindicalistas comunistas assumiam a autoria de movimentos grevistas.<sup>98</sup>

Habilitado a governar por decreto enquanto a Constituinte não finalizasse seus trabalhos, o governo baixou a lei 9.070<sup>99</sup> no mês de março de 1946, a qual praticamente proibia as greves. Simultaneamente, em meio ao cenário de democratização, a polícia política passou a reprimir movimentos, assembleias,

---

<sup>96</sup> DHBB-CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/43661.as](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/43661.as) p>. Acesso em: 27 nov. 2014.

<sup>97</sup> Refere-se à promulgação da Lei Constitucional nº 9 (de 28/02/1945), a qual nos referimos anteriormente. Esta lei fixava o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições e determinava a elaboração de uma lei eleitoral.

<sup>98</sup> Como foi o caso de Hércules Corrêa. Cf. CORRÊA, Hércules. **A classe operária e seu partido:** textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>99</sup> Diante da onda de greves que crescia desde a democratização em 1945 e tendo como ponto de partida o baixo nível dos salários, congelados desde 1943, Dutra, em 15 de março, aprovou um decreto-lei que tendia a suprimir o direito de greve, ou tornar a greve uma forma inócua de pressão dos trabalhadores. O Decreto-Lei 9.070 garantiu a continuidade da legislação sindical de orientação corporativista, sobretudo na medida em que, pouco adiante, a Constituinte legislou com grande fluidez sobre as questões do mundo do trabalho, deixando intacto o sistema de tutela dos sindicatos pelo Estado, como observou Luiz Werneck Viana. A tendência observada na legislação foi acompanhada por medidas repressivas aplicadas através do Ministério do Trabalho: a suspensão de eleições e as intervenções em sindicatos e o fechamento do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que levou à criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), fechada por seu turno no ano seguinte. (DHBB-CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/4366\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp)> Acesso em: 27 de out. 2014).

piquetes e demais aglomerações de cunho duvidoso, sob o argumento principal de corromperem com a ordem social:

Se no ano de 1946 a vigência de um clima razoável de debate democrático impediu que a lei fosse aplicada em todo seu rigor, não há dúvida que em todos os meses posteriores à sua promulgação, a repressão aumentou sistematicamente, até atingir o clímax em maio de 1947 [...]. O governo de Dutra, que em nenhum momento ofereceu qualquer elemento político ou salarial de negociação para a classe trabalhadora, mais a estrutura sindical corporativa e o aparato repressivo, foram os principais responsáveis pelas dificuldades do movimento operário e sindical do período. Mas as orientações político-sindicais adotadas pelas lideranças políticas junto ao movimento tiveram também relação com as vicissitudes, muito embora tivessem muitas vezes intenções de aperfeiçoá-lo, e apesar de ter conseguido às vezes fazê-lo crescer.<sup>100</sup>

Desde janeiro de 1946, a alteração da postura do PCB em relação às manifestações da classe operária, sobretudo o desencorajamento das greves, estava gerando fissuras no interior do partido. Isso, na verdade, era uma estratégia para evitar que o governo e o empresariado os associassem a desordem em um momento no qual defendiam a “união nacional”. No âmbito da política sindical, Prestes, ainda em 1945, no Pleno do Comitê Nacional do Partido, explicava a importância de negar apoio às greves no início de sua eclosão. Em sua avaliação, Prestes afirmava que as empresas nacionais não tinham como competir com empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Em caso de greve, as empresas estrangeiras tinham condições de resolver a questão, ao passo que as empresas nacionais acabariam quebrando por não ter essa estabilidade. Rememorando Stalin, Prestes afirmou que o PCB:

[...] deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas [...] se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural, em virtude da crise econômica e depois de tantos anos de reação, foi, e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta coluna, serviríamos, inconscientemente a estes, e cometeríamos o maior de todos os crimes contra nosso povo.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização (Brasil 1945-1950)**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 58-59.

<sup>101</sup> PRESTES apud MARANHÃO, op. cit., 1979, p. 60.

A atuação marcante resultou em avanços significativos no campo social. Já em 1945<sup>102</sup>, o PCB reforçava a participação dos operários nas associações trabalhistas, mas afirmava que o sindicato deveria ser primordialmente um instrumento de mobilização política, a fim de consolidar o projeto de união nacional. O medo da volta ao fascismo e a debilidade do regime eram fatores acionados para inibir manifestações na defesa de melhores salários.

Para Luiz Reznik<sup>103</sup> a queda de Vargas em 1945 pode ser creditada à sua maior liberalização em relação aos sindicatos e à substancial aproximação com a agitação da massa queremista. Tanto que o cancelamento do registro do PCB, em 1947, foi acompanhado do fechamento de uma central sindical e da intervenção de inúmeros sindicatos trabalhadores, demonstrando o forte anticomunismo presente na agenda do mundo ocidental no pós-guerra.

Em suas memórias, Hercules Corrêa, militante à época, descreve que o Partido Comunista era erroneamente interpretado como “manipulador de sindicatos”, pois para ele não existiria partido político que conseguisse controlar tal associação:

Não represento os sindicatos no Partido. Sou um militante do Partido atuando nos sindicatos. O sindicato tem autonomia e todas as vezes que atuei manipulando a atividade sindical em função do Partido, deu errado. Isso não interessa ao sindicato nem ao Partido, deu errado [...]. Tanto assim que a repressão sobre o governo vem com a mesma violência sobre o movimento sindical. Esse foi um erro que cometemos. Da mesma forma, houve muita identificação entre a atuação do Partido Comunista Brasileiro e o movimento sindical. Digo a vocês que houve uma manipulação numa direção e noutra. Uma das críticas que merecemos daqueles que pesquisam e que estão escrevendo sobre a história do movimento operário e sindical é essa. Estou disposto a dizer isso amanhã, numa assembléia sindical. Dizer que errei. E ao fazer isso, não estou prejudicando o Partido nem a mim mesmo. Estou simplesmente dizendo aos meus companheiros de trabalho e de luta que esse é um erro que eles não devem repetir. Pois a existência do sindicato vai além do momento em que se transforma a sociedade capitalista. Ele continua existindo e precisa existir, porque os trabalhadores não se organizarão nunca, todos eles, em partidos políticos. Então terão que expressar seus interesses gerais e específicos através de uma coisa que será o movimento sindical, o qual expressa interesse dos trabalhadores que um partido político, por mais que lhe seja vinculado não consegue expressar. O movimento sindical deve conservar a autonomia frente

---

<sup>102</sup> Medida impulsionada principalmente pela promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no final do Estado Novo, em maio de 1943, a qual reordenou a legislação social e sindical criada anteriormente.

<sup>103</sup> REZNIK, Luis. **Democracia e segurança nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

aos partidos e frente ao Estado, seja capitalista ou socialista. Esse é um problema muito importante no processo de fazer avançar a consciência dos trabalhadores. Devemos ter todo o cuidado para que isso não ocorra. E o que estou dizendo é válido para comunistas, trabalhistas ou qualquer outros 'istas' que houver por aí.<sup>104</sup>

Ao contrário dos eixos Rio-São Paulo, espaços nos quais as associações de trabalhadores se apresentavam de forma mais consolidada, no Paraná a proliferação dos ideais revolucionários ocorria de forma localizada e mediada, principalmente pela imprensa escrita. Alguns militantes foram incansáveis no que consideravam como missão para informar os setores trabalhistas. Exemplos disso foram os artigos publicados em 1945, no jornal Diário da Tarde<sup>105</sup> principalmente por Flavio Ribeiro. Títulos como “Saída democrática”, “Demonstração de unidade”, “Consolidação da paz”, “Solução justa”, “Crítica construtiva” e “Marcha para a democracia”, demonstram que em seus trabalhos havia a preocupação de tornar pessoas comuns em agentes politicamente ativos, os quais reivindicassem uma nova Constituição que defendesse a liberdade de escolha.

No artigo “Saída democrática”, Flavio Ribeiro pede a convocação de uma Assembleia Constituinte, como forma de eliminar os “escombros anti-democráticos [sic] da Carta de 37”. Segundo ele, com o fim do Estado Novo houve uma abertura democrática limitada. Em sua perspectiva, a democracia, somente se concretizaria caso fosse sancionada uma Constituição democrática que ampliasse a participação popular na política, não apenas pelo direito ao voto, mas com atuações mais marcantes e diretas, ampliando o poder de deliberação popular em decisões que até então eram de cunho interno<sup>106</sup>.

Também a imprensa informal, como os comícios em praça pública e a distribuição de panfletos, tornava os assuntos políticos próximos da população. Reivindicações no campo e nas cidades, como aumento salarial, aplicação do salário mínimo etc., tiveram influência de folhetins disseminados ao público. Nesse sentido, comícios eram divulgados não só para contestar a questão trabalhista, mas também para promover o debate sobre o contexto mundial, procurando deixar a população atualizada sobre os últimos acontecimentos.

---

<sup>104</sup> CORREIA, op. cit., p. 92.

<sup>105</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1216.341. Flávio Ribeiro.

<sup>106</sup> Ibid..

A partir de janeiro de 1946 a direção do partido alterou a sua postura em relação aos movimentos do operariado. Como reconheceu Prestes: “A má compreensão da luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto a Golpes Militares levou-nos a uma certa passividade”.<sup>107</sup> Diferente de 1945, Prestes, neste momento, não estava preocupado com a desordem que poderia causar as manifestações populares. Em seus pronunciamentos, reconheceu a importância da luta dos trabalhadores na defesa de salários e de uma melhor qualidade de vida<sup>108</sup>

É nestas lutas [greves] que se pode organizar a classe operária nas empresas e por setores profissionais e reforçar as uniões sindicais nos municípios e Estados, criando uma ampla base de massas para a C.T.B. É nestas lutas que os comunistas devem mostrar concretamente às massas o caráter de classe do governo de Getúlio, sua identidade com o de Dutra, sua submissão ao imperialismo yanque e apontar corajosamente o caminho das lutas revolucionárias por paz, pão, terra e liberdade, pelo governo democrático popular. É nestas lutas que poderemos tornar mais rapidamente conhecido o Programa de Frente Democrática de Libertação Nacional e estruturar em todas as empresas e concentrações operárias os seus comitês.<sup>109</sup>

A situação do PCB tornou-se insustentável mediante os governistas e forças militares após uma afirmação de Prestes publicada no jornal comunista Tribuna Popular, de 16 de março de 1946. O relato versava que durante uma discussão entre os funcionários da Justiça, o líder do PCB afirmou sobre sua posição caso houvesse uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, dizendo que:

Faríamos como o povo da resistência francesa, o povo italiano, que se ergueu contra Pétain e Mussolini; combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer resistência em nossa pátria contra um governo destes, retrógrado,

<sup>107</sup> PRESTES apud PANDOLFI, op. cit., p. 161.

<sup>108</sup> Segundo Pandolfi (op. cit., p. 147-168), como consequência desse apoio, só nos dois primeiros meses de 1946 ocorreu mais de 60 greves contra apenas 12 registradas durante todo o decorrer de 1945. O que demonstra a força de base que o PCB exercia sobre as massas, sobretudo o proletariado. Presença que não era sentida no campo. Para Pandolfi (op. cit., p. 161-162), o que explica esse desestímulo do partido é o fato de que “a pequena votação obtida pelo PCB no mundo rural era justificada tanto pela fraca ligação do partido com as massas camponesas, quanto pelas precárias condições econômicas e sociais do país. O forte predomínio do latifúndio semifeudal acentuava as distorções. Entretanto, os comunistas acreditavam que através do embate parlamentar era possível golpear a estrutura ‘latifundiária semifeudal’, realizando por meios pacíficos uma reforma agrária tão necessária para o progresso do país”.

<sup>109</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. Jornal Voz Operária, 10 fev. 1951, p. 11.

que quisesse a volta ao fascismo [...]. Se algum governo cometesse este crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.<sup>110</sup>

A grande repercussão que tiveram as afirmações de Prestes foi utilizada para demonstrar que o PCB era um órgão de representatividade soviética no Brasil. A linguagem simbólico-ideológica dos militares e das forças governistas associando o PCB com a URSS começou a ser feita desde 1946, quando entrou em pauta uma determinação da nova Lei de Segurança Nacional, que permitiria reformar compulsoriamente os militares “que pertençam a partidos antidemocráticos”. Explícito o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, governado naquele momento por Harry Truman, o rompimento das relações com a União Soviética, teve como consequência interna, a ilegalidade da Juventude Comunista, do PCB e a cassação dos mandatos dos congressistas comunistas. A partir do rompimento diplomático com a União Soviética, em outubro de 1947, o Exército foi se envolvendo de forma mais intensa e aberta na luta contra o PCB, a ponto de deixar todas as localidades militares brasileiras em prontidão no dia em que o registro do partido foi cancelado.

Acusando os militantes comunistas e afins de “agentes de Moscou”, já nos últimos dias de março de 1946, Edmundo Barreto Pinto, deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminhou o pedido de cassação do registro do PCB, alegando que este era uma extensão do partido internacional comandado por Moscou, estimulador da luta de classes, antidemocrático, e que seria favorável à União Soviética, no caso de uma guerra com o Brasil.

Sob todas essas acusações, o registro do PCB foi cancelado em 7 de maio de 1947, após instauração de sindicância determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Depois do cancelamento do partido, iniciou-se no Congresso a discussão sobre a proscricção dos mandatos dos parlamentares comunistas:

O cancelamento do registro do PCB e a cassação do mandato de seus representantes eleitos para o Congresso e para as assembleias [sic] estaduais, bem como a perseguição aos comunistas, correspondiam a luta em que se digladiavam os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Foi o período em que correspondeu ao início da chamada Guerra Fria. A medida em que se intensificava a luta entre esses dois grupos, o Brasil se

---

<sup>110</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. Jornal Tribuna Popular, 16 mar. 1946.

alinhas ao lado dos Estados Unidos, enquanto o PCB se colocava ao lado da União Soviética.<sup>111</sup>

Simultaneamente, em 8 de julho de 1946, foi instalada a III Conferência Nacional do PCB. Todos os presentes reafirmaram a defesa das conquistas democráticas de 1945. Discutiram-se as possibilidades de luta contra os resquícios de fascismo que ainda marcavam o governo, a busca da união nacional, o aumento dos salários e a revogação de leis antidemocráticas. Na luta pela união nacional recomendou-se ainda que os comunistas se dedicassem na campanha pela paz, desenvolvessem esforços por uma atitude democrática do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), pela aproximação com a URSS e as nações democráticas e contra as guerras imperialistas. Na conferência, Prestes manifestou a necessidade de transformar os débeis sindicatos em associações livres e soberanas, ampliar a sindicalização em massa e lutar pela unidade e liberdade sindical. O líder comunista ainda se referiu à situação das massas rurais, dizendo que era preciso assegurar aos camponeses as posses da terra, melhores contratos de arrendamento e condições de trabalho dignas.

O PCB alegava que o movimento das massas poderia reverter o quadro de intensa exploração operária. As restrições à legislação trabalhista, como a suspensão de direitos (férias, mobilidade de emprego, aumento autorizado da jornada de trabalho etc.), gerou um ambiente de extrema insatisfação e propício a manifestações. O quadro de carestia se agravou ainda mais com a alta do custo dos gêneros e com a crise no abastecimento.

Em Jaguariaíva, cidade do interior do Paraná, por exemplo, agentes da polícia política, enviaram informações ao delegado geral da DOPS, em 7 de agosto de 1946, afirmando a ocorrência de uma manifestação popular que reivindicava a falta de “banha”<sup>112</sup>. A firma Matarazzo que fornecia o produto encerrou o seu abastecimento, alegando escassez do mesmo. Entretanto, ela própria continuava fornecendo a mercadoria para os comerciantes, o que deixou a população enfurecida, a ponto dos próprios funcionários da fábrica, alegando também atrasos na remuneração, aderirem à greve:

---

<sup>111</sup> DHBB-CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_ htm/4366\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_ htm/4366_1.asp)>. Acesso em: 6 de nov. 2014.

<sup>112</sup> Gordura de porco usada na alimentação.

A ameaça de greve e invasão, por parte do povo, foi motivado pela falta de banha, bem como pela falta de pagamento aos operários da firma Matarrazzo, que viam-se obrigados a retirar banha, afim de apurar algum dinheiro. Esta banha, vendiam aos comerciantes locais que a vendiam em Itararé e Pirai-Mirim, ficando a praça sem aquele alimento, sendo este o motivo pelo qual o povo ameaçara de invadir os depósitos da firma Matarrazzo. Havia de fato, falta de banha pela escasses [sic] de porcos, por isso a firma só fornecia banha aos comerciantes, com os quais havia firmado contratos, porém agora já está fornecendo aquele produto, de acordo com um entendimento havido entre a firma com o Prefeito e o Delegado. Os operários também foram atendidos e estão recebendo seus vencimentos.<sup>113</sup>

Nesse momento, as campanhas pela carestia de produtos básicos para a sobrevivência se multiplicaram pelo país. No entanto, seus reais motivos eram acobertados pelo temor comunista. Suspeitos e integrantes do partido tornaram-se o alvo principal e criou-se uma tendência de responsabilizar o PCB pelas ações que aglomeravam quantidade significativa de pessoas nas ruas. Tais atitudes foram consideradas formas de pulverizar a desunião e instigar desentendimentos claramente direcionados às autoridades. Na campanha pela falta de banha em Jaguariaíva, assim como tantas outras, o balanço feito pelos agentes da DOPS para averiguar a presença de adeptos do PCB entre os funcionários era um dos principais temas abordados pelo documento:

Apuramos ainda, que entre os 700 operários da firma Matarrazzo, somente 3 são comunistas declarados: Aleixo João Brugeff, russo, Antonio Benedito Apolinário, brasileiro e Nil Nikunsuk, polonês. Ainda são conhecidos como comunistas: João Oleako, André Puchetre e Nicolau Puchetre, ferroviários. Não existe uma célula [sic] comunista distinta, naquela cidade e as reuniões dos elementos acima citados são feitas ora [sic] numa e ora [sic] noutra residência.<sup>114</sup>

Quando o processo judicial de cassação do registro do PCB foi aberto, a direção do partido não deu muita importância. Prestes em suas conferências, como a que fez na Casa do Estudante, tranquilizou os militantes comunistas. De acordo com Jacob Gorender,<sup>115</sup> que ali se encontrava, o líder comunista havia afirmado que “a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia ‘progressista’ não tinha interesse em tamanho disparate etc..”

<sup>113</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1489.178. Dossiê: Partido Comunista do Brasil - PCB geral do PR.

<sup>114</sup> Ibid..

<sup>115</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada.** 3 ed.. São Paulo: Ática, 1987, p. 21.

Essa atitude de passividade da própria direção do PCB, para Gorender, foi uma das causas que facilitou a derrocada do partido. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB “se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação. Ainda na manhã de 7 de maio de 1947, dia do julgamento, Prestes estava seguro de que a sentença confirmaria o registro”. Por três votos a dois o PCB tinha o registro cassado e novamente voltava à ilegalidade. Houve uma correria para retirar fichários, arquivos e destruir papéis comprometedores. Em janeiro de 1948 seguia-se a cassação dos parlamentares comunistas.

Para Brandão, a proscrição do PCB era evidente, pois a presença legal dessa agremiação política, que além de societário era de base operária, com forte liderança popular e independente do Estado, contrasta com o passado anterior do próprio partido, se constituindo “um elemento complicador e, naquela altura, provavelmente incompatível com o compromisso então engendrado entre uma ordem política liberal e uma estrutura sindical corporativa.” E acrescenta que:

É mais realista atribuir o esvaziamento do partido após 1948 à perda da legalidade e, complementarmente, à política isolacionista e sectária que adotou, maximizando os efeitos negativos da nova situação. Do mesmo modo, o deslocamento dos votos potencialmente comunistas para o Partido Trabalhista Brasileiro, fenômeno que estaria na base do notável crescimento deste [...] não compensou e, em boa parte, reforçou os efeitos e as implicações da cassação do registro eleitoral do PC.<sup>116</sup>

José Antônio Segatto<sup>117</sup> afirma que os motivos que levaram ao cancelamento do PCB, seguiam a ordem de uma conspiração internacional, comandada pelos Estados Unidos. Com a Guerra Fria e o início dos “conflitos” entre EUA e URSS inaugurou o período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos quanto nos países a ele ligados. Para Segatto, a caça aos comunistas já era prenunciada desde 1946, quando Winston Churchill, lança a expressão “cortina de ferro”, num discurso feito em Fulton, nos Estados Unidos. Tal declaração teria evidenciado a preocupação em separar os países capitalistas dos socialistas. De acordo com o autor, é sob o comando estadunidense que em 1946 o governo Dutra e diversos setores da classe dominante começam a fechar o cerco

---

<sup>116</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 24.

<sup>117</sup> SEGATTO, op. cit., 1981.

com a finalidade de isolar o PCB e barrar seu crescimento, indicando que o fechamento do partido já havia sido tramado desde o início do governo Dutra. Em março de 1946, um telegrama do encarregado de negócios da embaixada americana no Rio de Janeiro, avisa ter sido preparado um decreto que tomasse as devidas providências para extinguir o órgão representante do comunismo no Brasil:

A polícia política já elaborou uma lista dos mais proeminentes comunistas e seus endereços, e já recebeu instruções para fazer preparativos para vendê-los [sic] imediatamente após a promulgação do decreto – se ele vier a ser assinado.<sup>118</sup>

Desde então, intensificou-se a perseguição aos comunistas financiada pelo governo e pela polícia política. A Juventude Comunista teve seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB foram fechadas e houve a apreensão de todo o material que armazenavam (como arquivos e fichários). Em outubro de 1947 foi aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho decretou o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, interveio em 143 sindicatos nesse mesmo ano e em até 400 ao final do governo Dutra. Nessa época, o governo rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e no dia 7 de janeiro de 1948, os parlamentares comunistas tiveram os seus mandatos cassados. Ainda no início de 1948, “a polícia invade e depedra as redações dos jornais comunistas: da *Tribuna Popular*, no Rio, de *Hoje*, em São Paulo, de *O Momento*, na Bahia, da *Folha do Povo*, de Recife, e do *Jornal do Povo*, de Maceió, entre outros.”<sup>119</sup>

Dulce Pandolfi,<sup>120</sup> assim como Segatto, acusa as “elites governamentais”, de planejar um complô contra os comunistas. Mas, ao contrário de Gorender, diz que o partido reagiu, tanto passiva como ativamente, ao processo de ilegalidade. Para a autora, os comunistas tinham como objetivo principal a luta pela manutenção da legalidade do partido. Por isso, insistia-se na utilização de recursos legais de luta e a ordem era para que tolerassem qualquer tipo de provocação. Entretanto, apostavam nas contradições existentes no interior do governo, principalmente entre os “democratas” e os “fascistas”, esses últimos tidos como minoritários. Os

---

<sup>118</sup> NATHIONAL ARCHIVES apud SEGATTO, op cit., 1981, p. 5.

<sup>119</sup> SEGATTO, op. cit., 1981, p. 58-59.

<sup>120</sup> PANDOLFI, op. cit., 1995.

comunistas diziam que era preciso mobilizar as massas para revelar as más intenções do fascismo que caracterizavam alguns quadros do governo, e retirá-los dos cargos que ainda ocupavam.

Independente ou não de o PCB ter tido seu registro cancelado em virtude de conspiração internacional ou de ameaça ao poder das elites governamentais, é importante ressaltar que o partido possuía uma característica *sui generis*. Enquanto agremiação política o PCB foi impedido de funcionar legalmente, mas os militantes e/ou políticos que o compunham estavam liberados a continuar atuando na vida pública, nada os impedindo de que utilizassem outras legendas para concorrer às eleições e até mesmo a possibilidade de criarem outros partidos para congregar simpatizantes e novos membros. Tal medida era relativamente avançada comparada à situação vivida no Estado Novo em que ser comunista era crime de violação da Lei de Segurança Nacional.

O mesmo caso se aplicava aos sindicatos. Aqueles que foram relegados à clandestinidade eram apenas os sindicatos de orientação comunista, substituídos por representantes do chamado “sindicalismo legal”. Havia dois caminhos para os sindicalistas do PCB: ou tentavam fazer política nesses sindicatos, seguindo as normas do sindicalismo oficial, ou caíam numa espécie de “ostracismo político”.

Assim, pode-se dizer que houve, de acordo com Brandão, uma “semiclandestinidade”, pelo fato de o partido atuar nos bastidores. Desde o seu nascimento em 1922, até sua legalização definitiva em 1985, o PCB contou com menos de três anos e meio de legalidade plena. Esteve presente nas discussões importantes, mesmo tornando os comunistas coadjuvantes do processo, pois sempre era acompanhado pelo presidente Dutra:

À semelhança da maioria dos partidos comunistas europeus e dos principais latino-americanos, o brasileiro nunca esteve na primeira divisão do jogo político, nem mesmo quando emerge, no final da última guerra, com o prestígio da resistência ao fascismo e à ditadura estadonovista; mas constitui importante força política, mesmo nas piores fases da sua história, sendo o seu papel nas lutas contra as ditaduras e pelo desenvolvimento democrático do país maior do que estava disposto a reivindicar na época, ou do que seus aliados e inimigos estavam dispostos a lhe conceder subsequentemente. Além disso, os comunistas influenciaram certas decisões políticas e econômicas governamentais, ainda que tenham

sido geralmente excluídos do processo formal de tomada de decisão.<sup>121</sup>

O PCB também teria que cumprir deliberações da organização internacional comunista. As ordens foram radicalizadas já que o objetivo principal era avançar os processos revolucionários apoiados pelo bloco soviético na disputa geopolítica pelo mundo, no sentido de reforçar o campo soviético em detrimento à política de frentes democráticas anteriormente aplicadas. A nova orientação enfatizava a questão da terra, da necessidade de preparação para a revolução proletária e a exploração do capitalismo norte-americano. Em resumo, o PCB declarou guerra ao governo Dutra, o que o deixava marcado ainda mais pela oposição e pelos componentes do governo. A partir desse momento, iniciou-se a organização de lutas camponesas por todo o país, as quais se estenderam pelos anos de 1950 e 1960, inclusive com a organização de diversos levantes operários e camponeses. Eclôsões de agitações<sup>122</sup> sociais, com as mais distintas motivações, passaram a ocorrer por todo o Brasil.

Essa postura radical adotada pelo partido está mais bem expressa no Manifesto de Agosto de 1950, o qual consolidou uma virada à esquerda. Tal documento se configurou como uma espécie de desabafo e, simultaneamente, de autocrítica à ilegalidade em que o PCB foi colocado pela Justiça Eleitoral ou pelo presidente Dutra, como muitos acreditavam. Mediante a indignação, o Manifesto de Agosto propôs a constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), a qual seria conduzida por meio de um Exército Popular de Libertação Nacional. Prestes afirmava que com esse documento, chamaria o povo a luta e os despertaria para a “revolução”. Segundo Prestes, os efeitos da luta já estavam ocorrendo no país:

Dois movimentos guerrilheiros são instalados no país como consequência do Manifesto de Agosto: o primeiro em Porecatu, no Paraná, que se prolongou por mais de um ano e só foi terminar quando as terras foram entregues aos camponeses; o segundo foi em Formoso, no interior de Goiás, onde a paz só foi celebrada no governo Jango, por iniciativa do governador Mauro Borges, que resolveu distribuir terras aos camponeses. Os guerrilheiros, camponeses se recusaram a depor armas, mesmo após a distribuição dos títulos das terras; o local onde o armamento estava

---

<sup>121</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 26.

<sup>122</sup> Abordaremos apenas a Revolta de Porecatu, movimento ocorrido no norte do Paraná e que está nas limitações do tempo e espaço proposto na pesquisa.

guardado só foi descoberto em 66, após o Golpe Militar de 64, por um grupo da Polícia Federal. Foi a época em que o Partido adotou a política mais stalinista e rígida de toda sua existência: o Comitê Central deliberava com quem os militantes iriam se casar; era proibido falar com trotsquista na família, tinha que sair imediatamente de casa, na cadeia, o comunista não podia sequer declinar o seu nome e profissão.<sup>123</sup>

Os comunistas pretendiam derrubar o governo por meio dessas insurreições localizadas, muito embora não contassem com uma experiência significativa na condução de movimentos camponeses. É evidente que a relação do presente com o passado assumia lugar importante nos partidos comunistas exercendo um forte atrativo em suas intervenções políticas. Tal característica foi marcante durante esse período, pois estavam tentando livrar-se do passado reformista<sup>124</sup> e, nesse caso, o Manifesto de Agosto, em razão da radicalidade de sua proposta, seria o instrumento ideal para a tomada do poder. Além disso, o exemplo da tentativa comunista de chegar ao governo em 1935 não deveria ser esquecido. Inspirados por um passado de intensa oposição o partido tenta readquirir uma linha revolucionária de orientação para a luta armada. Partindo desse ponto, somente o proletariado, sob a direção do seu partido de vanguarda, poderia efetivamente dirigir o processo revolucionário através da formação de uma Frente Democrática Nacional. “Sua base seria constituída ‘pela força indestrutível da aliança operária camponesa’”, por meio da qual se alinhariam outros “setores da sociedade, inclusive a burguesia nacional, disposta a ‘apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo, contra o latifúndio e os restos feudais’”.<sup>125</sup> Para o militante Hércules Corrêa, a radicalização do PCB após o período em que se manteve legal, teve início com o Manifesto de 1948<sup>126</sup>:

---

<sup>123</sup> MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 125.

<sup>124</sup> Como mencionado anteriormente, a partir de 1945, o PCB mudou sua contraofensiva revolucionária, por uma atitude “pacifista”, como uma espécie de “tática” para conseguir a legalização de sua legenda.

<sup>125</sup> PANDOLFI, op. cit., p. 174.

<sup>126</sup> Em 28 de janeiro de 1948, Prestes lançou um manifesto – conhecido como Manifesto de Janeiro -, no qual faz uma dura autocrítica da atuação do Partido no seu breve período de legalidade. Afirma o documento: “Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras... Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista.” BUONICORE, [s.l.], não paginado.

Você pega a orientação do Partido, que começou com o Manifesto de Janeiro de 48 que ficou muito mais porra-louca com o Manifesto de Agosto de 50. Todos nós tínhamos que cumprir muitas tarefas terríveis [...]. Era a greve pela greve. Dessas maluquices que dão em certas organizações revolucionárias, onde a greve tem que existir porque é um problema de auto-afirmação [sic].<sup>127</sup>

Tendo como fundamento o Manifesto de Janeiro de 1948 e o de Agosto de 1950, a política que o PCB adotou se tornou limitada, a ponto de conflitar com a realidade brasileira e com a própria experiência das lutas de massas dos seus integrantes. A postura do PCB se concentrou em subestimar as ações legais alimentando uma política intensamente clandestina e sectária, fatores que acentuaram o isolamento a que foi submetido. Diante desse quadro, o refluxo de militância seria óbvio: ao que tudo indica nos finais de 1950 o contingente do partido era dez vezes menor do que havia sido em 1947.

O Manifesto de Agosto trazia em seu bojo preocupações de combate à exploração, com um discurso claramente oposicionista. Como afirma Ronald Chilcote<sup>128</sup>, a luta seria dirigida principalmente contra o imperialismo norte-americano e não estava direcionado ao imperialismo em geral; somente as grandes propriedades rurais seriam confiscadas, já que o programa reconhecia agora que os pequenos fazendeiros e camponeses com posses não deveriam ser necessariamente condenados como contrarrevolucionários; a nacionalização da empresa privada se limitaria às empresas e ao capital vinculado aos “imperialistas norte-americanos”, ao passo que as empresas nacionais seriam protegidas e, finalmente, o partido estimulava uma aliança da classe operária com os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional “controlada pelo proletariado e pelo partido comunista”.

Ensaando o retorno aos princípios do liberalismo, o governo alinou-se de vez com os Estados Unidos e com o anticomunismo interno, chegando a romper as relações diplomáticas com a União Soviética<sup>129</sup>. Tentando criar um clima propício ao investimento estrangeiro no Brasil, o governo Dutra buscou transmitir uma ideia de compromisso com o projeto norte-americano e com a doutrina liberal. Dutra planejava uma estratégia de segurança para atrair investimentos dos Estados Unidos. A partir

---

<sup>127</sup> CORRÊA, op. cit., p. 63.

<sup>128</sup> CHILCOTE, op. cit., p. 113.

<sup>129</sup> Rompimento diplomático que perduraria até 1962.

daí, o Brasil se abre ao capital internacional.<sup>130</sup> Mas, em consonância com Ricardo Maranhão,<sup>131</sup> apesar de esse momento ser conhecido como democrático, pode-se dizer que houve algumas exceções. No que tange à esfera social, por exemplo, o autor argumenta que existiu uma “carência de expressão e organização livre e autônoma das demandas classistas específicas da sociedade civil”. Segundo ele, em conjunto com o modelo democrático-liberal, veio à dificuldade de organizações sociais e formações politicamente mais expressivas. Houve uma deficiência enorme em se desenvolver um movimento sindical operário autônomo e decisivo politicamente em que o operariado pudesse caminhar por conta própria as suas reivindicações. “Isso foi característico de um profundo desvio em relação às formas democráticas de organização, marcando as instituições pela persistência de uma legislação sindical corporativa, herdada da ditadura estadonovista e subordinada ao sindicalismo do Estado”.<sup>132</sup>

No entanto, temos que salientar que não é pelo fato de o governo brasileiro estar comprometido com os Estados Unidos e seu capital privado que a repressão aos movimentos operários não pode ser vista como mera consequência do interesse tupiniquim em criar um clima favorável ao capital estadunidense. Rezende afirma que a repressão ao movimento operário ocorreu mais pelo interesse das classes dominantes brasileiras em controlar esses trabalhadores que estavam lutando para se verem livres da tutela do Estado e se organizavam em âmbito nacional:

Isso preocupava alguns setores poderosos, até porque a organização desses trabalhadores estava se concretizando em greves, levando o Brasil a uma grande quantidade delas no ano de 1946. Portanto, era importante podar esse crescimento, muito mais por uma questão de poder interno, de disputa entre esses dois agrupamentos de classes, do que por criar um ambiente favorável às empresas norte-americanas; [...]. Podemos afirmar que o capital privado norte-americano se beneficiou com a repressão, mas não podemos concordar que esta ocorreu somente para agradar a esse capital.<sup>133</sup>

Da mesma forma, o fechamento do PCB, em maio de 1947, não pode somente ser associado ao contexto da Guerra Fria, mas também às disputas

---

<sup>130</sup> Tanto é que desde meados dos anos de 1940 houve o debate entre liberais e nacionais desenvolvimentistas. Os primeiros eram favoráveis à abertura da economia brasileira ao capitalismo internacional, ao passo que, os últimos defendiam um desenvolvimento autônomo e exclusivamente nacional, sem interferência de capital estrangeiro.

<sup>131</sup> MARANHÃO, op. cit.

<sup>132</sup> Ibid., p. 07.

<sup>133</sup> REZENDE, op. cit. p. 41-42.

internas do poder, muito embora as relações com os Estados Unidos contribuísem, de forma significativa, para que essa perseguição acontecesse.

Desde 1947 até por volta de 1950, a conjuntura foi marcada pelo rompimento do chamado pacto político. O resultado concentrou-se na exclusão das massas por meio da imposição de controles sobre as manifestações de cunho social. A tentativa de inclusão desses setores populares, agenciada por Vargas, foi repentinamente interrompida por Dutra. Além da proscrição do PCB, em seu governo, Dutra promoveu intervenções nos sindicatos mais ativos, determinando o encerramento das organizações intersindicais paralelas, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores no Brasil (CTB).

Além do mais, a coligação das classes proprietárias brasileiras, principalmente da burguesia industrial, com a política antiproletária do governo e a comunhão de ideias sobre a clandestinidade do PCB, impossibilitou a ação dos comunistas de implantarem a “união nacional”, tão defendida por seus militantes entre os anos de 1945 e 1946. Também nesta época, a Guerra Fria acirrou ainda mais a perseguição contra os comunistas e, por conseguinte, contra os movimentos operários. Em função das ameaças de uma nova guerra, o governo Dutra e seus aliados resolveram apoiar os Estados Unidos, colaborando para seu esforço de guerra contra a URSS.

Diante desse quadro e após um curto período de legalidade, o PCB confirmou sua oposição mediante as autoridades governamentais e policiais. Por outro lado, se reafirmou como importante grupo contestador, projetando organismos de força revolucionária (ligas camponesas, uniões de trabalhadores, sindicatos...), adotando uma política radical e um discurso cujo objetivo principal era atender os interesses da massa trabalhadora. Ao mesmo tempo em que se tornou ilegal, o PCB transformou-se num dos principais representantes de esquerda em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950.

Em meio a momentos de crise, ameaças e incertezas explícitas naturaliza-se a ideia de conspiração ou complô. Esse pensamento não se importa com fronteiras, pois é insuflado na intenção de defender interesses de um determinado grupo que visa se consagrar como baluarte da ordem e salvador nacional. Mas de que forma esses mitos políticos modernos emergem e com quais intenções? A quem pretendiam atingir nesse momento de democratização? Elaborar

mentalmente uma concepção de complô não basta para tentar desvendar as intenções de setores envolvidos. É de fundamental importância que essa teoria do medo encontre significado em uma dada realidade, na qual possa ser compreendida que os mitos elaborados são compostos de grande força social.

## **1.2. A imaginação mítica: o mito da conspiração comunista**

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo temor à subversão estrangeira, representada em um primeiro momento pelos anarquistas. A partir da Revolução de 1917 e a fundação do PCB em 1922, este rótulo foi atribuído aos comunistas, signatários de ideologias “exóticas”, comumente denominadas “alienígenas” e consideradas responsáveis por contaminar os cidadãos brasileiros. Com o Estado Novo e o apoio de Vargas aos estadunidenses por ocasião da Segunda Guerra Mundial, também os integralistas e imigrantes do eixo entraram na lista dos profanadores do nacionalismo. Sem forças para persistir após a dura represália ao golpe de 1938, os adeptos de Plínio Salgado pereceram. Com o término da guerra e a diminuição considerável do fluxo teuto para o Brasil, os “partidários de Moscou” tornaram-se o “inimigo número um” nas terras brasileiras, em razão de sua periculosidade na desagregação da ordem social, sobretudo após a tentativa fracassada de assumirem o poder em 1935.

A definição de subversivos nem sempre estava muito explícita. A diáde subversão/repressão perpetuou no imaginário dos órgãos de segurança, a ponto de formar uma cultura policial. Essa, por sua vez, assumiu contornos mais nítidos a partir de 1946 quando a Constituição publicada neste mesmo ano garantia em seu artigo 18 que o sistema de segurança assumiria características próprias: “cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos por esta Constituição”. O § 2 do mesmo artigo define que “os Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição”. Entre os poderes permitidos estavam o de organizar e estruturar o sistema policial. Criou-se, portanto, um cenário onde a polícia política conseguiu se fortalecer e adquiriu autonomia operacional em relação ao governo.

Essa informação contrasta com o *modus operandi* no regime do Estado Novo, entre 1937 e 1945, momento em que os Estados da federação perderam o controle do sistema policial frente à União em razão da criação do cargo de interventor federal, nomeado por Vargas. Mesmo com um executivo forte não houve, nesse período, a criação de diretrizes que homogeneizassem o conjunto das polícias estaduais. Neste caso, a Constituição de 1946, no artigo supracitado, inovou ao conceder liberdades democráticas, principalmente de atuação, aos Estados, seja no âmbito de organização policial ou na autorização de eleições periódicas e consequentemente de autonomia na escolha do cargo de governador.

Valendo-se dessa liberdade de atuação, as autoridades policiais, enquanto partidários do proibicionismo, procuravam hierarquizar ideias no intuito de purificar a sociedade. Apesar da autonomia concedida aos aparatos policiais a partir da Constituição de 1946 é importante ressaltar que durante o Estado Novo criou-se uma rede de união e de informação em todo o país, alargando o espaço de controle da polícia política para além das fronteiras. Entre 20 de outubro e 5 de novembro de 1936, ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso dos Chefes de Polícia que tinha o intuito de aproximar as polícias estaduais “tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo”.<sup>134</sup>

A interferência de Vargas nos sistemas de segurança estaduais se fez sentir em 1937 com a criação de Delegacias Especializadas na questão social. Com a Lei nº 177, de 15 de março de 1937, o Paraná reestruturou suas delegacias, as quais se dividiram em: Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Segurança Pública e Delegacia de Vigilância e Investigações. As competências e atribuições das Delegacias Especializadas, incluindo a de Ordem Política e Social foram fixadas em 3 de abril de 1937, por meio da Portaria nº 26, publicada na gestão do Chefe de Polícia Dr. Roberto Barroso.<sup>135</sup>

Em consonância com este documento, as Delegacias Especializadas, concebidas em 1937, teriam funções específicas: à Delegacia Auxiliar incumbia o controle e fiscalização das diversões públicas; a Delegacia de Ordem Política e Social tinha como objetivo preservar os interesses da nação, mantendo a “estabilidade do regime e a preservação da estrutura político-social e moral”; a

---

<sup>134</sup> MOTTA, op. cit., p. 57.

<sup>135</sup> PRIORI, Angelo. **Polícia política e sociedade**: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR (1930-1964) – notas de pesquisa. Relatório de Pós-Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2011, p. 6.

Delegacia de Segurança Pública cuidava da vigilância de menores, da prostituição, crimes relacionados às pessoas e a contravenção, além de manter a tranquilidade pública; por fim, à Delegacia de Vigilância e Investigações, trabalhando em conjunto com a DOPS, competia cumprir as atividades solicitadas pela Chefatura de Polícia.<sup>136</sup>

Mesmo se tratando de delegacias institucionalmente separadas, o trabalho delas sempre se realizava de forma conjunta. O núcleo geral de coordenações das atividades estava centrado em Curitiba, capital do Estado, mas em todo o Paraná foram estabelecidas as Delegacias Regionais, as quais tinham o importante papel de comunicar todas as suas atividades. A contribuição mútua entre essas esferas do setor policial ultrapassava o âmbito criminal e abrangia questões políticas, sociais e até mesmo morais, como nas defesas dos bons costumes, da família, da propriedade e da ordem pública.

Em relatório de 3 de fevereiro de 1953, por exemplo, o Delegado de Polícia Adjunto de Londrina, Raul Alves Guimarães enviou um relatório a DOPS de Curitiba listando os principais veículos de imprensa, seguidos do nome dos diretores e dos respectivos logradouros desses meios de comunicação. Entre os nomes citados, figuram a “Rádio Londrina S/A”, “Folha de Londrina”, “A Pioneira”, “O Município”, “Serviço de Alto-Falantes de Londrina”, “Gazeta do Norte Esportiva”, “O Reporter”, “O Combate”, “Paraná-Norte e Gazeta de Londrina”, “Paraná Jornal” (cujas atividades se encontraram paralisadas) e “Paraná-Revista”. Ao final do relatório, o Delegado de Polícia de Londrina, classificou os meios de comunicação mais confiáveis e desprovidos de “perigos”. Em sua declaração, afirma que “pelo movimento e perfeição dos serviços, evidenciam-se a Rádio Londrina, a Folha de Londrina, a Pioneira”. Seriam, portanto, segmentos da imprensa cuja integridade e o discurso não seriam ofensivos para o povo londrinense e redondezas. Eram recomendados por não ferirem a ordem social e nem possuírem vínculos com movimentos esquerdistas. Por outro lado, o esforço do Delegado de Londrina também se centra em demonstrar que na cidade não havia meios de comunicação assumidamente comunistas, portanto, uma forma de demonstrar a “eficiência” de sua gestão, no respectivo cargo que lhe compete.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> Portaria nº 26, de 3 de abril de 1937 apud PRIORI, op. cit., 2011, p. 6.

<sup>137</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d. 61. Delegacia de Polícia de Londrina, p. 112-113.

Em consonância com Girardet<sup>138</sup> o imaginário difundido na sociedade remete a mitos utilizados para justificar ou legitimar determinados sistemas políticos, bem como servir de suporte para “construções doutrinárias”. Malgrado a fundação de um aparato policial responsável pela questão social em 1937 é imperioso reconhecer que o mito da ameaça comunista se formou em momento anterior, consolidando suas bases em 1935, com a Insurreição capitaneada por Prestes e seus signatários.

Antes mesmo da revolta comunista de 1935 Vargas estava arquitetando a destruição do recém-criado movimento de frente popular, liderado por pecebistas. Uma fala de Luís Carlos Prestes, realizada em 5 de julho por ocasião da comemoração de aniversário da revolta tenentista do Forte de Copacabana, foi a munição que o presidente necessitava para tomar medidas drásticas e, assim, fazer uso da nova lei de segurança nacional (Lei nº38/1935)<sup>139</sup>.

Neste discurso, Prestes dirigiu palavras inflamadas contra Vargas, superestimando uma provável revolução esquerdista. Ao final, concluiu com os dizeres: “Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”<sup>140</sup>

Poucos dias depois, em 13 de julho, Vargas solicitou à polícia, que invadissem a sede da Aliança, no intuito de coletar documentos para provar a ligação dos “vermelhos” com estrangeiros, que acreditava (e queria fazer crer) serem os responsáveis por financiá-los. Tais suspeitas foram suficientes para o fechamento da Aliança por um período de seis meses e da perseguição e aprisionamento de vários líderes da esquerda.

A reforma realizada no Paraná com a criação de novas secretarias (Lei nº26/1935) é compreensível diante das alterações apresentadas no contexto. O objetivo era contribuir para a Defesa do Estado, neste caso, especificamente contra inimigos estrangeiros, os chamados “alienígenas”. A lei de 4 de abril de 1935, que

---

<sup>138</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 10-11.

<sup>139</sup> Promulgada em 4 de abril de 1935, a LSN definia crimes contra a ordem política e social. Sua finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, sem as garantias processuais. Foi seguida da Lei de Segurança Nacional de 1938, decreto-lei 431 de 18 de maio de 1938, na qual foram minimizadas ainda mais as condições de defesa dos acusados: prazo, quantidade de testemunhas, tempo para os depoimentos, etc.. É importante ressaltar que muitos países criaram legislação semelhante às Leis de Segurança Nacional aplicada no Brasil. Essas leis tinham a função de proteger o país e foram criadas com o objetivo de contribuir na defesa contra os inimigos externos. Mas, contradizendo a regra, as Leis de Segurança Nacional eram utilizadas contra inimigos internos.

<sup>140</sup> PRESTES, Luís Carlos. Manifesto para a Aliança Nacional Libertadora. Jornal A Platéia, 6 jul. 1935.

“define crimes contra a ordem política e social” inovou ao destinar para leis especiais os crimes cometidos contra a segurança do Estado.

Considerada a primeira Lei de Segurança Nacional da história brasileira votada pelo Congresso, a LSN de 1935 foi concebida em um momento de efervescência popular. Movimentos de massa e com caráter reformista pipocavam por todo o país, organizados principalmente pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e pelo PCB. O primeiro, associado ao fascismo; enquanto o segundo era considerado o braço do comunismo soviético no Brasil.

A sensação de que organismos representantes dos interesses de outros países estariam mobilizando as manifestações no Brasil, aliado à contrapropaganda em relação aos estrangeirismos fez com que o próprio Vargas manifestasse o seu descontentamento no encerramento dos trabalhos que resultou na Constituição de 1934: “[A Carta Magna de 1934] enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem e do desenvolvimento normal da administração.”<sup>141</sup>

A Constituição recém-promulgada também recebeu críticas de alguns representantes da alta cúpula do Exército, defensores da restrição de liberdades constitucionais, alegando a provável ocorrência de tumulto da ordem e da necessidade de disciplina<sup>142</sup>. O controle por parte do governo, a despeito da Carta Magna de 1934, não tardou a acontecer. Com a revolta comunista de 1935, ambientou-se a noção de perigo constante e de perturbação interna, havendo a necessidade de medidas enérgicas para evitar que novos levantes dessa proporção se repetissem. Em 25 de novembro deste mesmo ano, Vargas solicitou ao Congresso o estado de sítio, pedido sancionado em 18 de dezembro, por meio de emenda concedendo poderes ao presidente para decretar estado de exceção. Também neste mês, a Câmara dos Deputados votou pelo enrijecimento da Lei de Segurança Nacional, o que resultou no embrutecimento dos métodos policiais.

A conspiração aos comunistas inicia-se antes do contexto insurrecional de 1935, se considerado, como defendem alguns autores<sup>143</sup>, que a “Intentona” foi um mecanismo utilizado para a implantação do Estado Novo por meio do Plano Cohen.

---

<sup>141</sup> DHBB-CPDOC/FGV. Discurso pronunciado por Vargas em 15/7/1934.

<sup>142</sup> Cf.: CARONE, Edgar. **A República Nova**. 2 ed.. São Paulo: Difel, 1976, p. 330.

<sup>143</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930-1964). São Paulo: Cia das Letras, 2010.

De autoria do capitão integralista Olímpio Mourão Filho<sup>144</sup>, o documento foi encomendado por Plínio Salgado, líder da ação Integralista Brasileira, com o intuito de dissimular uma revolução comunista no Brasil. O plano discorria sobre algo que atingisse diretamente Getúlio Vargas: uma tomada de poder pelos comunistas. Para as eleições presidenciais de 1938, despontavam dois candidatos: José Américo de Almeida e Armando Sales de Oliveira. O conteúdo do documento denunciava a trama de Vargas, a qual consistia em se apoderar do poder de um desses candidatos. Como se tratava de uma manobra ilícita e anticonstitucional, uma vez descoberta, seria exigida a saída do governo.

Divulgado pela cúpula do governo em 30 de setembro de 1937, o plano foi utilizado por Vargas para aterrorizar a população sobre o poder de atuação dos comunistas e justificar o golpe de Estado, que o conduziu a mais oito anos na presidência. Anunciando uma nova Carta Magna em 1937, cujo conteúdo divergia amplamente da Constituição de 1934 e se inspirava em ideais fascistas, Vargas suspendeu os direitos políticos, aboliu os partidos e as organizações civis.

Nesse sentido, o Estado Novo tornou-se reconhecidamente, como um dos momentos mais repressivos da história do getulismo no Brasil. Durante este período, foram criados vários sistemas repressores, como a própria Constituição de 1937, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a institucionalização das polícias políticas nos estados e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Os subversivos de fins do Estado Novo eram, em sua maioria, os “elementos do eixo” e os comunistas. No entanto, com a derrota do nazifascismo, esses últimos foram eleitos, pela propaganda estadonovista, como “a figura do Mal”.<sup>145</sup>

O fim do Estado Novo, em 1945, coincidiu com o término da Segunda Guerra Mundial. A vitoriosa aliança formada entre a União Soviética e os Estados Unidos não havia terminado com a consciência de luta comum, mesmo com os atritos diplomáticos em tempos de guerra. No intervalo entre 1945 e 1947 os partidos comunistas atuavam em ministérios da maior parte dos governos beligerantes e que foram ocupados na Europa Ocidental, bem como nos países não

---

<sup>144</sup> Na época, Olímpio Mourão Filho pertencia ao Serviço Secreto e, posteriormente, contribuiu para desencadear o golpe de 1964.

<sup>145</sup> COSTA, op.cit., p. 02.

comunistas da Europa Oriental. Eric Hobsbawm<sup>146</sup> considera que o fim da Segunda Guerra Mundial provocou certo “relaxamento” do anticomunismo.

Nesse período, o PCB adquiriu importância considerável, ganhando notoriedade nos vários sindicatos operários, além de contabilizar votos para as eleições estaduais e complementares em janeiro de 1947 para o Congresso. No entanto, como afirma Skidmore, “diante dessa força crescente, o governo Dutra decidiu-se pela repressão. Um procedimento legal incluído na Constituição de 1946 afirmava que partidos “antidemocráticos” poderiam ser impedidos de participar abertamente da política.”<sup>147</sup>

No âmbito internacional, a consciência de luta comum manifestada entre 1945 e 1947 foi aniquilada com o rompimento da aliança entre as duas potências no pós-guerra. Em 1947, os ministros comunistas dos governos ocidentais foram varridos de seus cargos. Houve a mesma reação em países governados pelo comunismo<sup>148</sup>. O período marcado pelo “relaxamento” do anticomunismo saiu de cena para estrelar “os anos perigosos de 1947 até os dramáticos fatos da Guerra da Coreia (1950-53)”<sup>149</sup>. O governo Dutra determinou a proscrição do PCB em 1947, cassando, em janeiro de 1948, os seus parlamentares e iniciando a “repressão macarthista de caça às bruxas contra todas as pessoas e instituições tidas como subversivas e deletérias à ordem pública”. Por mais que o sentido de “subversivo”, nesse contexto, se remetesse aos comunistas, é notório que todos poderiam ser suspeitos. A repressão política “politiza” a luta contra o crime, transformando “todos os vadios em ladrões, assaltantes e arrombadores; prostitutas, menores nocivos, revolucionários” em potenciais embusteiros e em criminosos os “políticos capazes de serem utilizados pelos agitadores.”<sup>150</sup>

No Paraná, Moysés Lupion foi eleito Governador do Estado nas eleições de 1946. No entanto, as alterações nos organismos de segurança apenas seriam sentidas um ano depois. Com a Constituição Estadual, promulgada em 12 de julho de 1947, o aparelho policial adquire certa autonomia, condizente com o §2 da Constituição Nacional de 1946. A Carta Magna do Paraná define, em seu artigo 171,

---

<sup>146</sup> HOBBSAWM, E. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 198.

<sup>147</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 100.

<sup>148</sup> HOBBSAWM, op. cit., 2002, p. 204.

<sup>149</sup> HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 239.

<sup>150</sup> COSTA, op. cit., p. 9-10.

que a função da Polícia Civil estaria direcionada nas “garantias individuais, da segurança e da tranquilidade públicas e prestar sua colaboração para a perfeita eficiência da justiça repressiva”. Nesse caso, a própria legitimação da violência encontra-se estampada na permissão da chamada “justiça repressiva”. No entanto, quando o discurso policial é divulgado em meios de comunicação, com vultosa circulação entre os populares, a fala adquire novas roupagens e assume versões diferenciadas.

O periódico “Magazine Político” por ocasião da visita a Londrina de Albino Silva, Chefe de Polícia do Paraná entre os anos de 1951 a 1952, afirmou que a questão das disputas de terra na região era mediada pela polícia política com a mais absoluta cautela, longe do “apelo à violência”. Nessa mesma reportagem, uma reprodução da fala de Albino Silva salienta que a “ação policial, prudente e cautelosa, só pode ser bem recebida, pois ela se exerce no sentido da ordem pública e na garantia de segurança policial.” O periódico, saindo em defesa da atuação policial, confere ao que chama de “bandoleiros” e “capitães do mato”, as ações de brutalidade, acrescentando que esses grupos “teimam em não reconhecerem a proscrição de tais métodos, incompatíveis com nossos fóros [sic] de povo civilizado”.<sup>151</sup>

Valfrido Piloto, chefe do Serviço de Registro do Estrangeiro, relata que aceitar as ideias comunistas é dobrar os joelhos para o líder soviético Josef Stalin, além de se configurar em uma séria perda aos direitos de propriedade:

Já nos parece ontem o tempo em que pensar em socializar as terras era assim como admitir todos os dogmas do imperialismo vermelho. Em que, falar no dividir, utilizar, fazer produzirem os infinitos chãos que por aí se estendem sob as garras de uns tantos felizardos chegados antes, era o mesmo que manifestar desejo de ser compadre de Stalin. Porque é também do ideário comunista o assunto, não se podia tocar nele. O direito a propriedade deveria manter sob as asas, com o maior carinho, o crime da espoliação cometida por meia dúzia contra o grosso da população.<sup>152</sup>

Sagração da natureza, civilidade, valorização do governante e engrandecimento da história podem ser identificados como os pilares do que Marilena Chauí afirma ser o “mito fundador”.<sup>153</sup> O culto à natureza está representado na redenção da terra, sua fertilidade e riqueza. Dele emerge a ideia de um país livre

<sup>151</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d. 61. Delegacia de Polícia de Londrina, p. 116.

<sup>152</sup> PILOTO, Valfrido. **Registros muito pensados**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1949.

<sup>153</sup> CHAUÍ, op. cit., p. 37.

de desgraças naturais (furacões, terremotos etc.) e de uma beleza sem tamanho. Na valorização do governante predomina o elogio que se faz em relação ao Estado. Trata-se de uma autopropaganda com o intuito de mostrar as tradições democráticas e a figura do governante preocupado com a questão social, atrelada ao ideal de uma sociedade justa e segura. O engrandecimento da história remete-se aos “bravos conquistadores” que desbravaram o “sertão” e sua relação com os indígenas e a natureza garantiriam uma sobrevivência harmônica e feliz.

A expressão mais marcante do “mito fundador” foi o que Marilena Chauí chamou de “verde-amarelismo”. Desde o período colonial o Brasil se formou essencialmente agrário e as elites coloniais se agarraram a este ideal durante todo o Império até a República Velha. Durante a década de 1920 o “verde-amarelismo” passou a dividir suas atenções com outro discurso: o direcionado ao “povo brasileiro”. Na visão de Chauí é a partir de Vargas que o “verde-amarelismo” assume tons mais nítidos, assegurando que “aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e colaboração entre o capital e o trabalho, sob a direção do Estado”<sup>154</sup>. As percepções de um povo fiel, desprovido de preconceitos e garantido por um futuro promissor conviviam com a indignação de alguns grupos, a truculência policial e a proscricção de direitos políticos garantidos constitucionalmente. Tais representações, em vez de se chocarem, se complementavam, projetando a imagem de uma sociedade fraterna, imbuída de elementos positivos.

Muitos movimentos, como o dos comunistas, procuraram questionar a unidade transparecida pelo “mito fundador”. No entanto, tal construção mítica sustentou um “semióforo”, ou seja, a apropriação que o poder político representado pelo Estado fez desse discurso, tornando-o instrumento de verdade absoluta e, ao mesmo tempo, um mecanismo para repreender seus opositores. Somando desigualdades com conflitos, da forma mais natural possível, o “mito fundador” neutraliza as ações do povo como representantes sociais, delegando o papel de transformação do país apenas ao Estado, Deus (representado pelo culto à religião dominante) e à natureza (exaltação da beleza). Na penumbra do “mito fundador” aparecem os contornos de uma sociedade amordaçada, mas que não se pensa como tal. Distraída com o culto à história, ao Estado e à natureza, a sociedade, que se ajuíza democrática, em função de eleições e outros organismos de

---

<sup>154</sup> CHAUI, op. cit., p. 37-38.

representação, fica imersa e refém de mitos cujo objetivo é o conformismo e o controle.

A análise de documentos policiais, periódicos de diversas naturezas, material subversivo apreendido, depoimentos e relatórios, permite a visualização de inúmeros elementos simbólicos os quais, frutos de ponto de vistas diferentes, subsidiavam o imaginário político brasileiro do século XX. “Ambos os lados – tanto o ordenador/repressor como o revolucionário/sedicioso – geraram rituais, alimentando mitos”.<sup>155</sup>

A associação da militância revolucionária com o comunismo, introduzindo a ideia de “perigo vermelho” foi fator pujante para a suposta conspiração dos comunistas, a qual, nessa perspectiva, visava instaurar a ditadura do proletariado. Por outro lado, tal fenômeno poderia ser interpretado como uma derivação do anticomunismo construído pelo ideário conservador. A análise do mito da conspiração comunista como uma complementação do anticomunismo contribui para a compreensão de mudanças estruturais no setor policial, bem como de uma sociedade educada para inalar discursos que aspiravam à brasilidade.

Combinando uma vigilância constante com o fortalecimento da autonomia operacional da polícia política no Paraná a partir do fim do Estado Novo, a DOPS utilizou os meios mais variados para alertar a sociedade sobre o perigo “alienígena”. O objetivo não era simplesmente impactar a ação negativa do comunismo na região, mas traçar estratégias na tentativa de conscientizar o coletivo sobre as ações nocivas da doutrina vermelha.

Um desses mecanismos, o qual compõe o “mito fundador” foi o discurso da brasilidade, ou seja, da democracia liberal como redentora do mundo capitalista e sendo o único meio de levar a liberdade para todos os homens. No entanto, para se estabelecer, a brasilidade deveria eliminar os “agentes do mal” ou “agentes de Moscou”, organizados em um partido que era visto como a extensão do comunismo soviético no Brasil e, portanto, um organismo internacional. Este, por sua vez, feria o discurso de brasilidade, pautado no patriotismo, na integridade familiar, liberdade, segurança, moralidade e democracia. Tratava-se, portanto, de uma “patologia” que estava contaminando a boa convivência dos brasileiros. O antídoto para essa “anomalia” era expurgar os inimigos do Estado, dentre os quais os comunistas se

---

<sup>155</sup> CARNEIRO, op. cit., 1997, p. 27.

destacavam como protagonistas. A rejeição poderia ser notada em discursos inflamados, na maioria das vezes absorvidos por populares, capazes de transformá-los em “agentes”, assumindo olhos e ouvidos da vigilância e representando uma extensão da repressão corporificada por meio da denúncia. A acusação contra a profanação de símbolos nacionais ou a idolatria de insígnias estrangeiras eram as mais comuns, sobretudo se realizada em ambiente público.

Em uma correspondência anônima, cuja identificação aparece como “Um amigo de Londrina, do Estado e, sobretudo, do Brasil”, enviada ao Chefe de Polícia de Curitiba em 17 de maio de 1954, são visíveis as manifestações de repulsa em relação ao comunismo e evidentes alguns elementos que identificam a brasilidade. Nela, o remetente sentencia:

O desplante dos vermelhos, em Londrina, é de estarrecer: sabia V. Excia., que há pouco tempo os vermelhos, num domingo, hastearam a bandeira soviética em plena Prefeitura, e somente foi percebido às 11 horas de domingo, depois da saída da missa?  
Sabe V. Excia. que as bancas de jornais, vendem, ostensivamente, jornais, revistas e livros exclusivamente comunistas?  
Mande certificar-se, por exemplo, da banca que se situa na praça defronte a filial de Hermes Macedo S.A. em LONDRINA.<sup>156</sup>

A preocupação em moldar um imaginário social contrário aos comunistas corrobora como afirmou Baczko<sup>157</sup>, com a construção de uma mentalidade coletiva que correspondesse ao exercício do poder e a legitimação do discurso governista. É nessa intenção, segundo Baczko<sup>158</sup>, que as “ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”. Ainda assim, os imaginários edificadas por sociedades e grupos, mesmo que tragam elementos novos, possuem vínculos com tradições mais antigas. As imagens que se formam em um cenário específico não estão descoladas da realidade e remetem a reminiscências históricas.

Em consonância com Roger Chartier, as percepções do social estão repletas de discursos carregados de sentido. Longe de serem neutros, eles produzem “estratégias” e “práticas” que buscam legitimar condutas ou um projeto reformulador. Por isso a “luta de representações” convive em situação de competição constante,

<sup>156</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina, p.111.

<sup>157</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**: Antropos-Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>158</sup> Ibid., p. 297.

desafio do qual emana o poder. Nesse embate, um grupo tenta impor a sua visão de mundo e seus valores, consagrando a sua superioridade e domínio. Assim, a “objetividade das estruturas” (de construção quantitativa e minuciosa das sociedades em sua vivência real) e a “subjetividade das representações” (dirigidas às ilusões e discursos desconexos) não podem sofrer uma hierarquização. Ambas se complementam na afluência, de um lado, do levantamento real e, por outro, da consubstanciação de “utopias” e “mitos”. Tais representações assumem o papel de base dos discursos, ainda que coletivos, somente quando “comandam atos”, geram a prática.<sup>159</sup>

A lógica do discurso mítico estaria, portanto, na repetição, associação e combinações que realizam na imaginação coletiva. Ao mesmo tempo, essas combinações obedecem a uma determinada ordem que “inscrevem-se em uma ‘sintaxe’, para retomar a expressão de Claude Lévi-Strauss: em outros termos, é agrupado em séries idênticas, estruturados em associações permanentes que se apresentam os elementos construtivos da narrativa que elas compõem”.<sup>160</sup>

Após o fenômeno caracterizado por Max Weber como o “desencantamento do mundo”<sup>161</sup> acirrou-se a preocupação com o extirpamento das “superstições”. A busca por um pensamento de caráter racionalista e base científica veio retirar o papel principal da religião como fundamento na explicação dos acontecimentos.

Reconhecendo-se como um ser atuante na história o homem dessacralizou-se, mas ficou refém de novas concepções que pregavam características similares ao mundo religioso, como a noção de progresso, felicidade mútua e busca material. Nas palavras de Mircea Eliade, “o homem profano, queira-o ou não, conserva ainda os vestígios comportamentais do homem religioso, mas esvaziado de significações religiosas”. Ainda que acreditasse estar vivendo sob novos alicerces, “é um herdeiro. Não pode abolir definitivamente o seu passado, porque ele próprio é produto deste passado.”<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações** 2ª Ed.. Algés – Portugal: Difel, 2002, p. 17-18.

<sup>160</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 17.

<sup>161</sup> WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 181-182.

<sup>162</sup> ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa: Livros do Brasil, s. d., p. 211.

Grupos denominados anticomunistas<sup>163</sup> também se valiam de construções míticas como estratégia no combate ao credo vermelho. Entre os anticomunistas encontravam-se projetos distintos e opositoristas, a exemplo do socialismo democrático e o fascismo, ou o liberalismo e o catolicismo.<sup>164</sup>

Se atualmente o comunismo “não é um espectro que ronda o mundo, mas um pobre espírito que implora para ser deixado em paz”<sup>165</sup>, durante várias décadas do século XX ele foi, nos dizeres de Karl Marx, o fantasma que rondou a sociedade capitalista e afrontou, no caso do Brasil, as matrizes católicas, nacionalistas e liberais.

O ideal dos bolcheviques assumirem o poder na Rússia tornou-se realidade e assombrou a sociedade ocidental. Esta, após a Primeira Guerra, experimentou o sabor amargo da crise liberal, somado ao temor da expansão do credo vermelho. Se, de um lado, os defensores do comunismo viam-no como uma revolução humanitária e libertadora, sustentada pelo mito da “Idade de Ouro”, por outro, havia os críticos que o encaravam como elemento exterminador da ordem social, dos valores humanos e plantadores do caos político.

O poder de expansão comunista na iminência da catástrofe do liberalismo ocidental incentivou o surgimento de grupos e organizações anticomunistas, vinculadas (ou não) aos governos de Estado. Configurando-se como um dos embates mais cáusticos do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo envolveu gigantes mundiais. Tal discussão se tornou mais evidente no cenário da guerra fria, momento em que alguns países da América, África, Ásia, além da Europa oriental adotaram os ideais de Marx e colocaram por terra o isolamento da União Soviética.

Seguindo uma lógica internacional, o anticomunismo no Brasil teria surgido após a Revolução de 1917 em função dos bolcheviques assumirem o poder na União Soviética e como reação às forças revolucionárias articuladas no pós-Primeira Guerra Mundial. Receosos sobre a absorção dos ideais de Marx pelas massas proletárias, vários países orientados pela lógica capitalista criaram mecanismos para

---

<sup>163</sup> Numa definição de Berstein e Becker, anticomunistas se caracterizam pela luta que empreendem contra o comunismo praticando ações ou pregando discursos contra estes e o projeto que defendem. BERSTEIN, Serge; BECKER, Jean-Jacques. **Histoire de l'anticommunisme**. Paris: Oliver Urban, 1987, p. 10.

<sup>164</sup> Cf.: MOTTA, op. cit., 2002, p. 20.

<sup>165</sup> BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 107.

evitar a expansão do credo vermelho. Aliado a estes, também se encontraram alguns setores da sociedade civil, como empresários, religiosos e intelectuais que também se lançaram no embate contra os partidários de Moscou.

Além da contrapropaganda, marcante principalmente com a circulação de panfletos anticomunistas, a década de 1930, no Brasil, assistiu à formação de uma polícia especializada no combate aos chamados “alienígenas”<sup>166</sup> e suas doutrinas. Ações de repressão da polícia política receberam o apoio e o treinamento de serviços especializados de outros países<sup>167</sup>. Entre as décadas de 1920 e 1930 os modelos inspiradores anticomunistas provinham da Europa ocidental, com destaque à França. Neste país foi criada, em 1936, uma instituição destinada ao preparo de altos funcionários e oficiais vinculados ao Estado. Essa atitude partiu da preocupação com a defesa nacional, naturalmente motivada em um contexto de guerra. Na época, o pensamento militar francês foi bastante aprofundado no Brasil e em outros países da América Latina, o que motivou a tradução de livros sobre segurança dos principais expoentes teóricos franceses.

Mesmo havendo algumas manifestações contrárias ao comunismo na imprensa brasileira no período da Revolução de 1917 até meados de 1920, é necessário ressaltar que neste momento os anarquistas eram considerados mais robustos e, portanto, ganharam mais notoriedade política. Em fins da década de 1920 e início dos anos de 1930 o PCB ganhou visibilidade com seu substancial crescimento, ratificado pela associação do conhecido líder tenentista Luís Carlos Prestes e a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No entanto, pode-se dizer que as especulações que tratavam o comunismo como um “perigo real” se concretizaram com a Insurreição de novembro de 1935<sup>168</sup>. Em que pese as diferentes concepções, na maioria das vezes tratando-a como um golpe orquestrado por lideranças integralistas com o fim de incriminar Prestes e seus seguidores, a

---

<sup>166</sup> Termo muito recorrente nos documentos da DOPS/PR. Trata-se de uma referência aos estrangeiros, sobretudo alemães, japoneses, poloneses, italianos e soviéticos.

<sup>167</sup> Cf.: HUGGINS, op. cit., p. 52-57.

<sup>168</sup> Para Paulo Sérgio Pinheiro a Revolução de 1935 fracassou pelo fato dos militares acreditarem na possibilidade de correção do sistema político através das armas e pela frustração dos militantes quanto ao “papel desencadeador, libertador da insurreição”. Cf.: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Em consonância com Marly Viana, o termo “Intentona Comunista” utilizado para se referir a este acontecimento, era uma forma de associar ao levante todas as características negativas atribuídas ao comunismo “ser contra Deus, contra a pátria e contra a família, querendo instalar o inferno soviético no Brasil”. Cf.: VIANA, Marly. As rebeliões de novembro de 35. **Revistas Novos Rumos**, São Paulo, n. 34, p. 1-39, mar. 2003, p. 3. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a\\_pdf/revista\\_novos\\_rumos\\_rebelioes\\_1935.pdf](http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes_1935.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

“Intentona Comunista” repercutiu de forma preocupante entre as autoridades e setores policiais. Interpretada por esses grupos como uma tentativa armada dos comunistas ocuparem o poder, ficou evidente que, se caso isso ocorresse, o Brasil sofreria transformações sociais irreparáveis. O temor de que o fantasma da Revolução de 1917 teria ressurgido no Brasil ganhou grandes proporções quando a imprensa divulgou provas, supostamente encontradas pela polícia, que comprovariam a participação do *Komintern*, grupo estrangeiro vinculado à Internacional Comunista. A insurreição tornou-se o elemento central de indicativos do perigo iminente dos ideais soviéticos inspirados no marxismo-leninismo, bases do modelo bolchevista. A provável tentativa de golpe, ainda que frustrada, foi suficiente para que grupos anticomunistas denunciassem as práticas conspiratórias e a inclusão de elementos estrangeiros, enviados por Moscou, que participaram da ação<sup>169</sup>.

Formou-se um conjunto de representações que tinham como objetivo a luta contra Prestes e seus signatários. A este ideário, pode-se denominar de imaginário anticomunista, corrente de pensamento que foi incorporada ao Estado, instituições sociais e mesmo na concepção de indivíduos ou grupos desvinculados do governo, embora possuísse diferentes matizes. Tal flâmula se fez presente nas lutas políticas, discursos e manifestações, mas nem sempre ocorreram na mesma intensidade e de forma homogênea. Um dos principais momentos em que a bandeira anticomunista foi empunhada circunscreve-se entre os anos de 1945 a 1953, quando após um pequeno intervalo legal o PCB foi novamente proscrito em 1947 e o pensamento autoritário acirrou-se com a publicação da Lei de Segurança Nacional de 1953, a qual, segundo a forma como foi redigida, deveria legislar em torno da “defesa do país, da nação, contra a agressão estrangeira”. No entanto, para a segurança nacional não existia uma distinção nítida entre “inimigo externo” ou “interno”. Seguindo uma lógica anticomunista, principalmente após as mudanças ocorridas com a Segunda Guerra Mundial quando o Brasil, a exemplo de outras nações se alinharam aos Estados Unidos, o país tratou de investir no sistema de segurança. Tal preocupação culminou na formação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Essa, por sua vez, seguia uma orientação estadunidense e com o objetivo claro de formular nova doutrina para a segurança nacional, pautada no embate ao

---

<sup>169</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 20-21.

comunismo internacional que estruturou o sistema de vigilância de fins do governo Dutra.

A visão mítica em relação ao comunismo contaminou vários setores da sociedade, como a polícia política. Principalmente a partir do governo Dutra os setores policiais não somente se portaram como parceiros das forças políticas como, muitas vezes, agiram de forma independente reutilizando a memória mítica para neutralizar a disputa em torno da política interna brasileira, em nome da luta simbólica contra a disseminação do comunismo na América Latina. A instabilidade enraizada desde o início da guerra fria criou um ambiente propício para a propagação de mitos. A recorrência a esses modelos teóricos era, na verdade, a tentativa de busca de um elemento fornecedor de sentido, mesmo que seu uso para as explicações de mudanças seja um eterno desafio à razão.<sup>170</sup>

As próprias concepções filosóficas formuladas pelos comunistas foram absorvidas pelas forças anticomunistas no sentido de combatê-las. A noção de progresso, comum nos discursos comunistas, alimentava a esperança na qual a construção de uma nova sociedade permitiria eliminar a pobreza e a miséria e, simultaneamente a superação da ignorância, disseminada pela Igreja. Como religião dominante, o catolicismo polarizava em seu entorno uma parcela significativa da sociedade da época. A Igreja, para os comunistas contribuía para controlar as massas e estabelecer o conformismo. Por isso, sempre lutou contra os processos revolucionários, aliada a outras forças reacionárias, como o governo e a polícia, além de combater a afirmação de valores materiais, tal como defendiam os comunistas. A situação acirrou ainda mais quando a Igreja se constituiu como uma das frentes anticomunistas mais fortes.

Outro particularismo dos comunistas que contribuiu para a cassação empreendida aos adeptos dessa doutrina foi o seu caráter internacional, independente de línguas, raças, tradições ou fronteiras. A frase que encerra o Manifesto do Partido Comunista é bem clara: “proletários de todo o mundo, uni-vos!”. O ideal expresso é de uma mundialização do comunismo pautado na união entre os trabalhadores, postergada as diferenças nacionalistas, discurso considerado típico da sociedade burguesa. Este foi, sem dúvida, um dos principais pontos conflitivos do comunismo e um dos argumentos utilizados para frear a expansão do PCB. A

---

<sup>170</sup> KALAKOWSKI, Leszek. **A presença do mito**. Brasília: UnB, 1981.

proscrição do partido em 1947 é um exemplo bastante elucidativo, dado que o Supremo Tribunal Federal alegou que o PCB seria uma extensão do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no Brasil. O Exército, baluarte do nacionalismo e das honras à pátria, se envolveu de forma mais intensa e aberta na luta contra o PCB, acionando as localidades militares brasileiras no dia em que o registro do partido foi cancelado.

A suposta negação à pátria, da maneira como foi interpretada a declaração de Prestes ao se referir que apoiaria a União Soviética em caso de uma guerra desse país com o Brasil soou no interior do congresso. Acusando os militantes comunistas e afins de “agentes de Moscou”, já nos últimos dias de março de 1946, Edmundo Barreto Pinto, deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminhou o pedido de cassação do registro do PCB, alegando que este era uma extensão do partido internacional comandado pelos russos, estimulador da luta de classes, antidemocrático e que seria favorável à União Soviética no caso de uma guerra com o Brasil. Assim, a ideia de complô nutria a associação que a cultura comunista fazia da União Soviética, como a “pátria do socialismo”, a ser defendida a todo o momento.

Para Girardet<sup>171</sup> o mito constitui “ele próprio um sistema de crença coerente e completo”. Uma vez legitimado, o mito ou um conjunto de mitos – “constelações míticas” – se desenvolvem livremente, podendo ser classificado à “direita” e à “esquerda”, ao sabor das oportunidades de cada momento. Os papéis atribuídos a determinados mitos podem variar de acordo com o tempo e espaço, segundo debates ideológicos e embates partidários. Fazendo uso da criação de mitos políticos para legitimar a ideia de nação, círculos conservadores teceram discursos reprovando a interferência externa, sobretudo no que tange à ação de organismos considerados internacionais e vinculados aos soviéticos ou a qualquer país comunista.

No âmbito estadual, a DOPS articulou uma rede de informações com a criação de novas unidades, as quais se multiplicavam no rastro da expansão vermelha. Adotou um discurso saneador e vigilante, cujo alvo principal no pós-guerra fria eram os militantes comunistas. A construção da concepção de subversivos estava atrelada aos causadores da desordem. Estes variavam de acordo com o

---

<sup>171</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 11-12.

período histórico, podendo ser os anarquistas, comunistas, vadios, mendigos e outros grupos sociais passíveis de infringir as regras ditadas por superiores. Assim, o mito da conspiração assume diferentes roupagens, elegendo inimigos de naturezas diversas, tanto internos quanto externos. Os comunistas, de forma especial, se destacaram como subversivos a partir de 1935, por meio da tentativa frustrada de ocupar o poder, mas foi entre os anos de 1946 e 1947 que receberam atenção especial pelos órgãos policiais.

Na iminência da Guerra Fria e a disputa entre Estados Unidos e União Soviética, o mito da conspiração comunista que atingiu seu ápice com o levante de 1935 ressurgiu, adquirindo características de disputa internacional do poder. No momento anterior, entre 1917 e 1930, o comunismo foi considerado uma preocupação remota no Brasil. As questões envolvendo sua doutrina aparentava ser um perigo iminente do velho mundo, particularmente o leste europeu. Em função deste distanciamento, tornou-se prática recorrente tratá-lo como uma ideia “alienígena”, presente na realidade de outros países, muito embora grupos operários organizados, greves e a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, fossem motivos de preocupação para algumas autoridades.

Com o início da Era Vargas em 1930, houve a intensificação do papel da polícia, preocupada em combater as “ideologias exóticas” como o fascismo, nazismo, integralismo e comunismo. As tentativas de aproximações com tais vanguardas extremistas praticamente deixaram de existir com o rompimento de relação do governo brasileiro com a União Soviética e, em seguida, a declaração bélica ao Eixo<sup>172</sup> durante a Segunda Guerra Mundial. Para Elizabeth Cancelli, nesse momento, “o governo passara a ser o Estado, e a polícia, o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço do executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político”.<sup>173</sup>

Se para o século XIX Raul Girardet destacou a atuação de três tipos de mitos conspiratórios, dada à natureza oculta dessas organizações: o complô judeu, o

---

<sup>172</sup> Opositores dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, os países do Eixo, encabeçados pela Alemanha de Adolf Hitler pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki e do Imperador Hirohito eram também conhecidos como “Eixo Roma-Berlim-Tóquio” pelos seus inimigos. Além dessas três nações principais, faziam parte outras menores como a Bulgária, Hungria e Romênia. Como se sabe, os países do Eixo saíram derrotados na Segunda Guerra, fato que chegou ao seu apogeu quando da invasão à Alemanha pelos Aliados e suicídio de Hitler, ao passo que no Japão, Hiroshima e Nagasaki foram bombardeadas e praticamente sumiram do mapa.

<sup>173</sup> CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. São Paulo: Edumb, 1993, p. 47.

complô jesuítico e o complô maçônico, pode-se dizer que no século XX, figura, entre uma das conspirações, o complô comunista, em razão do medo e paranoia que repercutia.<sup>174</sup>

O temor da expansão do credo vermelho em fins de 1920 a início da década de 1930, inclusive no Paraná, momento em que o partido teria organizado suas primeiras atividades, era uma realidade em âmbito nacional. Em 1927 o partido inaugura o Bloco Operário (renomeado de Bloco Operário e Camponês (BOC) no ano seguinte) e infiltrou-se nos círculos operários, por meio da organização de congressos e entidades sindicais, além de criar a Juventude Comunista<sup>175</sup>. No entanto, os esforços de inclusão dos comunistas no Paraná se pulverizaram em 1937, com o Estado Novo. Mesmo no período anterior, em 4 de abril de 1935, sob vigência da Constituição de 1934, o presidente Vargas promulgou uma Lei de Segurança Nacional, que definia crimes contra a ordem política e social. Sua finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, sem as garantias processuais. Após o levante comunista, ocorrido neste mesmo ano, o embate em relação ao comunismo se tornou ainda mais intenso, a ponto do governo instalar, em janeiro de 1936, a Comissão de Repressão ao Comunismo, seguida da criação em setembro deste mesmo ano, do Tribunal de Segurança Nacional.

Com a criação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, surgiram os primeiros documentos que atestam a presença organizada do PCB no estado, muito embora as evidências policiais, reunidas no Fundo DOPS do Arquivo Público do Estado confirmem a atuação do PCB no Paraná desde a década de 1930. Tais medidas, associadas às mudanças legislativas do período, indicavam que o comunismo passaria, cada vez mais, a ser considerado um inimigo interno.

Em consonância com Girardet<sup>176</sup>, a mitologia do complô se alimenta da formulação de uma imagem tenebrosa e paranoica da organização. Assim, para os líderes católicos, o problema do comunismo não estava no fato de defenderem todo o poder aos trabalhadores, mas na concepção da doutrina, de questionar os preceitos básicos das instituições religiosas. Um dos principais fatores de conflito estava na negação de Deus e do apego ao materialismo. A ideia circulante era a de

---

<sup>174</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 32.

<sup>175</sup> CHILCOTE, op. cit., p. 64.

<sup>176</sup> Ibid., p. 32.

que, se vitoriosos, os comunistas iriam corroer as bases católicas até que essas se extinguissem. Aceitar os “vermelhos” significava abraçar a luta de classes, de caráter violento, defendida pelos “partidários de Moscou” e que se opunha a ideia de amor e caridade propalada pela Igreja. Acreditava-se, ainda, que os comunistas iriam destruir os pilares do modelo familiar tradicional e se opor às hierarquias impostas por Deus em nome da igualdade absoluta. Na década de 1940, desenvolveu-se uma das mais cáusticas denúncias anticomunistas envolvendo a Igreja. O temor não estava concentrado apenas na “infiltração comunista”, mas, também na perda de fieis para o credo vermelho. Mesmo não se tratando de uma manifestação religiosa, o PCB preocupava as autoridades clericais com o seu crescimento.

No esforço de impedir essa expansão iniciou-se uma campanha pela “re Cristianização” dos fieis. Em alguns casos, a contrapropaganda católica em relação aos comunistas resultou na denúncia de lideranças ou membros de outras manifestações religiosas. É o que parece ter ocorrido com “Hilário” e “Armênio”, ambos identificados como membros da Igreja Pentecostal de Apucarana e que foram denunciados pelo engenheiro agrônomo Peter Dymow. Apesar de não constar a identificação completa dos denunciados seus nomes aparecem numa lista de pessoas suspeitas de manterem ligações com a União Soviética e possuírem renda duvidosa e laços de amizade com outros suspeitos comunistas. Embora a leitura do documento esteja comprometida, em razão de se tratar de um manuscrito, é possível identificar os seguintes dizeres: “preciso alvo do controle. Mais tarde entrega-se mais esclarecidas informações”<sup>177</sup>. Neste caso, a associação do comunismo como inimigo da Igreja Católica em função da incompatibilidade de seus preceitos, soma-se ao combate, com o fato dos denunciados professarem outra manifestação religiosa. A associação dos “pentecostais” “Hilário” e “Armênio” ao comunismo configurava como dupla suspeita. Acusados de ligações com os soviéticos e pertencentes à Igreja Pentecostal, os denunciados acreditavam em crença contrária à Católica, o que, aos olhos do discurso cristão, poderia ser definido como um crime duplo.

Em alguns casos, o abandono de princípios religiosos e a adesão ao comunismo se explicavam pela ausência de um projeto transformador. É o que se enquadra no caso de Manoel Jacinto Correia, um dos principais líderes do PCB em

---

<sup>177</sup> O documento não possui data e não foram encontradas informações complementares a seu respeito nas pastas pesquisadas. DEAP/FUNDO DOPS. Pasta n. 01951. Informantes, p. 87.

Londrina. Segundo depoimento de sua filha, Elza Correia, Manoel Jacinto era pastor evangélico, mas foi banido da Igreja a qual pertencia por tecer críticas a ela. Com o pensamento direcionado para o sentido de coletividade, Manoel Jacinto teria encontrado sua base ideológica a partir do momento em que se filiou ao Partido Comunista.<sup>178</sup>

No Paraná, o esforço anticomunista encabeçado pela Igreja Católica entre os anos de 1940 e 1950 resultou na criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) pelos bispos de Londrina, Maringá, Campo Mourão e Jacarezinho, em 1961.<sup>179</sup> O objetivo dessa iniciativa, além de combater o comunismo, era substituir o PCB na organização de sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Na realidade, o interesse da Igreja em atuar como instrumento de apoio aos trabalhadores era oriundo desde o final do século XIX, quando da publicação da encíclica papal *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, em 1891. Tal documento incumbia a Igreja de educar os trabalhadores na ordem e fé cristã. Quarenta anos após a implantação dessa medida, em 15 de maio de 1931, foi publicada a encíclica “Quadragesimo Anno”, a qual manteve a crítica ao capitalismo e socialismo afirmando que a Doutrina Social da Igreja Católica se configurava como a terceira via para lidar com a questão social e econômica. No Brasil, as práticas que iniciaram a viabilização dessa encíclica datam de 1932, momento em que surgiram os Círculos Operários, a Ação Católica Rural, a Ação Católica e a Juventude Operária Católica.<sup>180</sup>

O mito da conspiração comunista também foi alimentado pela matriz nacionalista, uma das bases do “mito fundador”. O viés patriótico que motivou o anticomunismo no Brasil se inspirou no romantismo alemão do século XIX e na concepção corporativista. A soma dessas vertentes resultou em um ideário defensor da nação como uma unidade orgânica, superior e que não admitia qualquer conflito social. De tonalidades conservadoras, tal nacionalismo destacava a manutenção da tranquilidade, a defesa das tradições e a necessidade de centralização, combatendo as forças centrífugas que visavam minar a unidade e corromper a ordem. A atuação dos comunistas era condenada por estimularem o rompimento da noção de “corpo”

---

<sup>178</sup> ARQUIVO PARTICULAR TERESA URBAN. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 2. A fim de simplificar a redação, essa fonte será sempre referenciada, neste trabalho, por suas iniciais, isto é APTU.

<sup>179</sup> Os bispos das respectivas cidades eram: Dom Geraldo Fernandes, Dom Jaime Luiz Coelho, Dom Eliseu Mendes, Dom Geraldo de Proença Sigaud. In: PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012, p. 180.

<sup>180</sup> PRIORI, op. cit., p. 27.

nacional: primeiro, por estimularem manifestações e lutas contra grupos sociais; segundo, por romperem com a ideia de uma sociedade hierárquica, saindo em defesa da igualdade entre os homens.

Além do mais, o caráter internacional do comunismo preocupava as autoridades e setores a eles vinculados. A ideia de revolução propagada por seus adeptos orientava o proletariado a não seguirem os movimentos nacionalistas, considerados típicos da sociedade burguesa, por excitarem guerras imperialistas e mascararem a dominação social. A identidade deveria estar restrita aos irmãos de classe e não delimitadas por fronteiras nacionais. A luta universal resultaria na igualdade almejada por todos. No entanto, de modo paradoxal, o internacionalismo comunista que preocupava os grupos patriotas poderia, muitas vezes, ceder espaço para um discurso fraterno em relação a União Soviética, considerada a “pátria do socialismo”<sup>181</sup>

A ideia da nação como organismo vivo era incompatível com a retórica do internacionalismo ou a devoção a União Soviética. Mesmo diante da posição contraditória abraçada pelo PCB, os nacionalistas mais radicais o consideravam como uma extensão dos interesses do poder soviético no Brasil.

Como “um sistema prioritário de conservação da independência, de manter a integridade e de afirmar a grandeza do Estado-nação”<sup>182</sup>, o nacionalismo de matriz anticomunista considerava traidores aqueles que, como os comunistas, reconheciam uma nação estrangeira como a pátria real. Mais do que infiéis, os comunistas eram vistos como uma ameaça, sobretudo se conquistassem o poder. Consideravam que uma vez no governo, entregariam o Brasil ao domínio do império soviético. A referência a “partidários de Moscou” e “alienígenas” nos documentos de natureza policial, representavam os supostos “reais” interesses que defendiam.

No entanto, contrapondo a postura nacionalista, os comunistas adotaram uma visão de fortalecimento do Estado Nacional, baseada na luta anti-imperialista. O discurso dessa natureza associados ao PCB podem ser interpretados, na realidade, como uma onda antiamericanista, que não era necessariamente direcionada ao povo daquele país, mas a seus líderes políticos e a burguesia, associados aos

<sup>181</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22.

<sup>182</sup> “[...] le souci prioritaire de conserver l’indépendance, de maintenir l’intégrité de la souveraineté et d’affirmer la grandeur de det État- nation [tradução nossa]”. In: GIRARDET, Raoul. **Le nationalisme français (1871-1914)**. Paris: Armand Colin, 1966, p. 9.

interesses do capitalismo mundial. Após o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos em 1947, as campanhas contra o imperialismo empunhadas pelo PCB soaram como um falso nacionalismo. Havia a convicção de que todo comunista era um “nacionalista russo”. Os militantes do PCB seriam uma “quinta-coluna” que, no caso do Paraná, se dividia em duas frentes: uma no “norte”, sediada em Londrina; e outra encravada no “sul”, cujo comando estava centralizado em Curitiba.

Incluso entre os setores que lutaram veementemente contra o comunismo, a polícia política tratava os comunistas como “inimigos da pátria”, associando-os a elementos desagregadores, semeadores da desordem e contrários a unidade orgânica da nação. Considerado “estrangeiro”, os comunistas eram tratados como o “outro”, um “câncer” social que se infiltrou no corpo da nação para desestabilizar sua saúde. Competia, portanto, aos responsáveis pela segurança, em extirpar este mal e defender a pátria. Assim, não havia preocupação com a tolerância, uma vez que a gravidade do perigo justificava qualquer tipo de repressão. A associação do comunismo a patologias incuráveis estavam vinculadas à ideia da prevenção como forma de evitar a medicação. Tal discurso facilitava a formação de frentes anticomunistas, estimulando a denúncia em relação aos suspeitos em nome da união nacional. Os brasileiros deveriam se acoplar, independente das diferenças que os separavam, para combater essa doutrina “exótica” que poderia contaminar se expandindo para os rincões do país. Para representá-los havia o braço forte da polícia política. Na década de 1940, documentos de caráter policial, remetiam a imagem da Insurreição de 1935 para rememorar os brasileiros do perigo iminente que representava o comunismo. Além de serem descritos como assassinos, o documento também revela referências ao antipatriotismo e a acusação dos pecebistas servirem cegamente ao governo soviético:

Por esse trecho contendo abertamente instruções aos comunistas de todo o país, vemos o perigo constante em que vive todo o Governo, e a necessidade de vigilância policial, sobre todos os ativistas e principais elementos comunistas, para se evitar uma surpresa desagradável, como a chacina de 1935, no quartel do 3º R.I., em que os comunistas assassinaram friamente, no leito, seus companheiros e irmãos, em benefício da Rússia.<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.038. Congresso Estadual Pró-paz. Relatório da Polícia Política de Sorocaba/SP.

Da mesma forma que o catolicismo e o nacionalismo, o liberalismo foi outra vertente anticomunista que propagava o mito da conspiração comunista internacional. Para Norberto Bobbio, os liberais discordavam do comunismo pelo fato de ferirem a liberdade, além de se constituírem como um partido de funções representativas e não mediadoras, defendendo os interesses de apenas uma classe em detrimento das outras.<sup>184</sup> A socialização e estatização de bens particulares também eram consideradas empecilho na configuração do direito à propriedade. Na ótica liberal, o comunismo seria incompatível com a democracia. O liberalismo político absorveu algumas críticas provenientes de setores reformistas e radicais no século XIX. Dessa inovação surgiu a liberal-democracia, uma forma de conceder direitos políticos a todos os segmentos sociais. Tal processo foi relevante na fundamentação institucional e ideológica dos Estados democráticos do século XX, na medida em que visa incorporar toda a população na cidadania ativa.<sup>185</sup>

A Constituição de 1946, que previa liberdades democráticas, na realidade, contribuiu para que o Partido Comunista se constituísse como uma oposição implacável. O PCB tornou-se o partido comunista mais forte da América em 1945. Na eleição de fins deste mesmo ano elegeu quinze membros para a Assembleia Constituinte, os quais não se intimidaram em tecer críticas à Carta Magna de 1946. O pleito de 1945 e as eleições que se sucederam, deram às autoridades a oportunidade de assumir posturas liberais ou democráticas mais incisivas, como a questão da liberdade que havia sucedido a ditadura estadonovista, mesmo que seja recorrente a ideia de que Vargas estava nos bastidores da “democratização”<sup>186</sup>. Oriundo de uma tradição autoritária, o discurso liberal brasileiro sempre tratou a questão da liberdade como algo delicado. Afinal, não fazia sentido incluir assuntos relacionados à liberdade quando, de fato, estavam sob os auspícios de um regime autoritário.

Os ânimos em relação ao fim de um período ditatorial e início de uma democracia no Brasil foram substituídos pela intensificação do temor e da paranoia em relação ao comunismo, cada vez mais evidente com o crescimento do PCB. Certamente, o partido apresentou motivos para que as autoridades situacionistas se mantivessem preocupadas, seja pela infiltração na cúpula de vários sindicatos

---

<sup>184</sup> BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 13.

<sup>185</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 38.

<sup>186</sup> Cf.: SKIDMORE, op. cit., p. 89-90.

operários ou pelo fato do PCB despontar como o quarto partido mais poderoso em 1947, em razão dos sucessos que foram as campanhas estaduais e eleições complementares no Congresso em janeiro de 1947. No Paraná, o momento favorável ao PCB resultou na eleição de alguns vereadores, como Jorge Karam e Manoel Jacinto Correia, em Londrina e um deputado estadual, o advogado e professor universitário José Rodrigues Vieira Netto.

Desacostumado com a democracia em consequência da longa trajetória histórica autoritária vigente no país, o governo Dutra optou pela repressão. Portanto, parecia no mínimo contraditório discursar em nome da liberdade quando, de fato, tratou-se de incluir um procedimento legal na Constituição de 1946, autorizando o impedimento de partidos “antidemocráticos” de participarem abertamente da política. Tal medida emergencial revelou ser uma reação ao crescimento do PCB por deixar transparecer sua força verdadeiramente perturbadora e privar “antidemocratas” da liberdade de seus direitos democráticos. Especialmente a partir de 1947 os anticomunistas exploraram a contraposição entre democracia e comunismo: o primeiro, relacionado à liberdade e a ordem, enquanto o segundo se ligava à figura do “mal”, representada pela União Soviética e os defensores de seu sistema político. Muitas vezes, o próprio termo “democracia” foi utilizado por grupos que nada tinham de democráticos. Por isso, mesmo se configurando como uma base do anticomunismo no Brasil, as posições liberais se mesclavam com a histórica tradição autoritária, sendo empregada ao sabor das circunstâncias, sobretudo em contraposição aos projetos revolucionários.

As matrizes anticomunistas aqui apresentadas – catolicismo, nacionalismo e liberalismo – foram decisivas na configuração do mito da conspiração comunista. A ocupação do poder pelos “partidários de Moscou” parecia ser algo distante do Brasil entre os anos que compreenderam a Revolução de 1917 e às vésperas da Insurreição de 1935. Temendo um novo “atentado” comunista, o governo optou pela proscrição do partido. Partilhando de uma tradição histórica autoritária, o governo Dutra respondeu ao crescimento do PCB com medidas restritivas, que culminaram com o expurgo de funcionários públicos pertencentes ao Partido Comunista em 1946, a proscrição de seu registro eleitoral em 1947 e a cassação dos mandatos dos parlamentares pecebistas no ano seguinte. A crença de que uma conspiração meticulosamente orquestrada pelo PCB estava a caminho assombraram os setores anticomunistas a ponto de estimulá-los a confeccionar representações do

comunismo como uma força maléfica, um braço da União Soviética plantado para propagar a desordem e estabelecer um sistema contínuo de lutas entre classes antagônicas. Tais representações resultaram na origem do “mito da conspiração comunista”, temor constante da perda do poder para os “partidários de Moscou” e no “mito fundador” como um sistema de valorização do nacionalismo visando depreciar elementos estrangeiros. Tais construções mitológicas foram significativas para a manutenção do poder nas mãos de uma elite política que fincou suas raízes ao longo da trajetória republicana no Brasil.

## 2. O olhar da DOPS no Paraná: em busca de ideias subversivas

### 2.1. As bases do aparato repressor

O fim do Estado Novo e o início da democratização não deixaram dúvidas de que o Brasil não era o mesmo da Revolução de 1930. O modelo de substituição das importações<sup>187</sup> praticado pelo Estado Novo criou uma nova realidade brasileira, fazendo com que o país alcançasse o capitalismo industrial. Essas alterações modificaram o contexto político nacional, no qual os trabalhadores urbanos ganharam maior importância. As reformas implantadas por Vargas inauguraram uma fase da expansão dos direitos sociais, com a introdução e melhoramento da legislação social, nas áreas sindical, trabalhista e previdenciária<sup>188</sup>. O que marcou essa transformação foi a passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade urbana e industrial. O Estado voltou-se para o fortalecimento de uma indústria de base<sup>189</sup>, sendo o agente primordial da modernização econômica.

Mas, ao lado dessas mudanças substantivas no país o regime adotou uma série de medidas repressivas. Vargas adquiriu poderes excepcionais, a ponto de extinguir os partidos políticos, dissolver o Parlamento e limitar as liberdades políticas. A repressão policial se tornou constante ainda mais quando o comunismo

---

<sup>187</sup> A industrialização por substituição de importações foi particularmente importante entre o início da década de 1930 e fim dos anos de 1970 no Brasil. Na prática, esse sistema procura estimular o crescimento da produção industrial com a expansão da demanda interna, ao mesmo tempo em que propõe uma redução do coeficiente de importações da indústria. Sobre esse tema, consultar: SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército - J. Olympio, 1975. Outro trabalho relevante para compreender a importância dessa temática no contexto aqui proposto é: FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (orgs.). **Formação econômica do Brasil: a experiência de industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 7- 40.

<sup>188</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>189</sup> A decadência da agricultura cafeeira provocada, principalmente, pela quebra da Bolsa de Nova York em consonância com as mudanças geradas pela Revolução de 1930 modificou os rumos da política econômica, que passou a buscar uma fundamentação nacionalista e industrial. Logo que assume o governo, Getúlio Vargas anuncia a implantação de indústria de base, a fim de que produzissem as matérias-primas e as máquinas a serem utilizadas no processo industrial. Com essa medida, o governo pretendia reduzir a importação do país e, conseqüentemente, estimular a produção nacional de bens de consumo. Vargas investiu firmemente na infraestrutura industrial de base e energia, criando órgãos como Conselho Nacional do Petróleo (1938), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Sobre a história da indústria brasileira, consultar: SUSIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

foi eleito “inimigo potencial”. Com essas práticas, Vargas buscou diminuir a autonomia dos estados para que esses não ficassem vulneráveis a penetração de ideologias revolucionárias. Procurou ainda, ampliar o sistema de vigilância e os métodos coercitivos em relação aos suspeitos. Consolidando o inimigo nos primeiros dias do novo regime, o Estado negou qualquer eficácia a algum tipo de solução política e iniciou a prática de soluções físicas<sup>190</sup>. Seguindo sua lógica, fazia-se necessário o uso de instrumentos de violência para assegurar a ordem e garantir sua própria existência.

Marcado pelo fim tanto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quanto da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o ano de 1945 foi palco inaugural do período de democratização, momento acolhido para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Mesmo com essas expectativas, a volta da democracia significava também o retorno ou a permanência da “invenção de direitos”<sup>191</sup>, a qual implicava a necessidade de seu cumprimento, que por sua vez dependia da participação e organização dos trabalhadores.

No âmbito político os antecedentes não eram nada animadores. Após o levante comunista de 1935 o país tomou a direção do fechamento do sistema político, culminando com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura. Partidos políticos foram proibidos, declarou-se a censura à imprensa, liberdades públicas foram contidas, as tendências de oposição de diferentes tons foram reprimidas com mão-de-ferro, por fim, o poder centralizou-se na Presidência da República e estabeleceu-se a prática de governar por meio de decretos-lei.

Pode-se afirmar que tanto no campo trabalhista quanto no ideológico, o Estado Novo foi sinalizado pela opressão política, arbitrariedade patronal, deterioração nas condições de vida e perda de direitos. Enquanto o empresariado recebia apoio contra tudo que taxavam como “atos indesejáveis”, estavam livres da fiscalização dos órgãos públicos e dos sindicatos, os trabalhadores reclamavam da estreiteza da lei, limitada apenas a algumas categorias profissionais – cerca de 3%

---

<sup>190</sup> CANCELLI, op. cit., 1993.

<sup>191</sup> Ângela de Castro Gomes (1988) trabalha essa questão afirmando que o caminho da cidadania no Brasil perpassa pela questão dos direitos sociais e pela luta para a expansão da participação política, que deve envolver a classe trabalhadora e os vínculos que ela estabelece com o Estado.

dos trabalhadores de todo o país –, enquanto que o pagamento do imposto sindical, instituído por Vargas em 1940, era obrigação de todos os trabalhadores.<sup>192</sup>

Além do mais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), concedida por Vargas aos trabalhadores em 1943 e ostentada como “a mais avançada legislação social do mundo”, beneficiou apenas uma minoria urbana. Os trabalhadores rurais ficaram à margem desse processo. Somente em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, de 03 de março, o homem do campo passou a receber garantias trabalhistas como o operário urbano. Estrategicamente, essa extensão dos direitos trabalhistas não incluiu os trabalhadores do campo porque esses eram a maioria no país. Como a preocupação de Vargas era desenvolver o setor industrial, o fato de a legislação contemplar os trabalhadores urbanos tornou-se atrativa aos olhos de quem morava no campo. Então, muitos desses migraram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. Em contrapartida, os que permaneceram no campo ficaram sem o amparo de uma legislação que garantisse seus direitos.

Nesse contexto, o PCB, posto na ilegalidade após participar da insurreição de 1935 ao lado da Aliança Nacional Libertadora na luta para depor o governo, tenta se reorganizar e volta a atuar no início dos anos de 1940, com uma participação ativa no combate ao nazi-fascismo e na luta pelas liberdades democráticas. Conquista a legalidade em 1945, procurando ser um partido de massas, maleável e democrático. Os comunistas se revelaram ágeis na organização de vários Comitês Populares e Democráticos. Nas cidades, procuravam discutir temas como habitação, instrução e saúde públicas, custos dos gêneros de primeira necessidade, etc.. Criaram ainda os comitês profissionais, os quais tinham a função de atuar em sindicatos, pois o partido não fazia parte da diretoria dessas agremiações.

É nessa década também que o “Partidão” começa a se engajar na luta pela questão agrária, que ganhou forças, principalmente no período de sua legalidade, entre os anos de 1945 a 1947. É inegável que a sua principal preocupação sempre foi o movimento operário, muito embora houvesse interesse do partido em organizar o campesinato. Mas o empenho por essa questão só foi despertado, na prática, em fins da década de 1940, quando houve sinais de agitação no norte do Paraná

---

<sup>192</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, p. 213-239.

envolvendo desentendimentos pela posse da terra. Esse movimento, conhecido como Revolta de Porecatu (1948-1951), iniciou as atividades do PCB no campo. Daí em diante houve uma sequência de conflitos nos quais o PCB iria atuar como a Revolta do Sudoeste (1957), também no Paraná; Trombas e Formoso em Goiás; Demônios de Catulé em Minas Gerais e Santa Fé do Sul, em São Paulo.

Paralelo a isso, torna-se interessante analisar os principais métodos de fiscalização e de coerção arquitetados pela Delegacia de Ordem Política e Social contra os comunistas no Paraná, procurando apresentar a estrutura institucional da DOPS, examinando os meios utilizados por esse órgão para vigiar, censurar e reprimir os militantes comunistas e os movimentos sociais que esses promoviam ou participavam.

Os comunistas eram considerados os principais inimigos do Estado nesse momento. Nesse sentido, pensar na atuação da DOPS entre os anos de 1940 e 1950 requer ponderar as práticas voltadas ao interesse público, na medida que as autoridades, influenciadas ou não por organismos externos ou internos, visam transmitir a imagem na qual, enquanto governantes, estariam contribuindo para uma vida social, livre e democrática.

## **2.2. A “lógica da suspeição” na apreensão de objetos suspeitos**

O clima internacional do pós Segunda Guerra polarizou as disputas entre duas potências recém-saídas do confronto: Estados Unidos, representante do ocidente capitalista e União Soviética, baluarte oriental do socialismo. Essa característica colaborou para que os governos ocidentais capitalistas se precavessem em relação ao que poderia ser classificado como o “espectro do comunismo”. O temor de uma revolução social que poderia advir de tais transformações foi suficiente para que esses governos financiassem iniciativas de exclusão de organizações e associações vinculadas de forma direta ou indireta aos comunistas. Provavelmente o anticomunismo já fazia parte das preocupações desses Estados, pelo menos desde o início do século XX e, de modo particular, após 1917. No Brasil, por exemplo, a “conspiração comunista de 1935”, além de constantemente ser lembrada foi um dos motivos para justificar o golpe de 1937,

além de multiplicar os apoios ao governo Vargas, principalmente com a adesão de setores diversificados, como industriais, militares e oligarquias tradicionais.

No contexto de mudanças e subdivisões típicas da Guerra Fria consolidaram-se sistemas de forças, ideários, pactos militares cujos interesses divergentes se chocavam, proporcionando uma ressignificação de conceitos no mundo ocidental. Para Luís Reznik<sup>193</sup>, o “comunismo” foi associado ao “totalitarismo, ausência de liberdade política e de expressão e participação”, um projeto oposto às democracias, as quais se cristalizaram como “sinônimo de capitalismo”.

Em meio às liberdades políticas, os direitos do cidadão foram cerceados não somente pela exclusão de analfabetos julgados incapazes de votar ou de grande parte da população afastada de serviços essenciais, como saúde, educação, trabalho ou moradia. A cidadania também esteve ameaçada pela intolerância política, repressão e censura de ideias.

A proteção à “segurança nacional” foi compartilhada por grupos variados, afinados com as necessidades de rever algumas questões, como a liberdade de manifestação, associação e expressão, itens fundamentais para a prática e funcionamento de todo sistema democrático. Foram criados e aperfeiçoados mecanismos de controle e vigilância em vários países ocidentais. No Brasil, a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 1953, seguindo uma tendência de proteção de uma segurança interna. Conforme Reznik:

Da mesma época datam: nos EUA, o Ato sobre a Segurança Nacional que criou a Comissão Nacional de Segurança e a CIA em 1947, e a Lei McCarran de Segurança Interna, de 1950; na Inglaterra, um ato sobre a conduta e disciplina de funcionários públicos, de 1947; no Chile, a Lei de Defesa da Democracia, de 1948, em Portugal, a criação do Conselho de Segurança Pública em 1949, e as leis anticomunistas promulgadas em 1950 na Bolívia, na Austrália, na África do Sul e no Canadá, entre outros.<sup>194</sup>

A preocupação com a “segurança nacional” também esbarrou no temor de disseminação de ideias sediciosas por meio de escritos de qualquer natureza, mas fundamentalmente, foi designado um cuidado especial sobre a circulação de livros. A suspeita de que escritos perigosos pudessem desenvolver ou intensificar a propagação de ideias “revolucionárias” foi recorrente no meio policial durante o

---

<sup>193</sup> REZNIK, op. cit., p. 19.

<sup>194</sup> Ibid., p. 20.

Estado Republicano. O controle cultural remete à concepção de censura que vai além da violência física e simbólica e, como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>195</sup> “fizeram parte de projetos políticos articulados em diferentes momentos de nossa história. Fatos como estes demonstram que o Brasil nunca soube lidar com a democracia”.

Em um trabalho diário, a polícia política impediu a livre manifestação de ideias, classificando obras, panfletos e outros escritos insidiosos. Ao manipular ou buscar controlar a distribuição e venda de materiais dessa natureza, a DOPS agia de forma a enclausurar pensamentos em uma tentativa desenfreada de determinar o que poderia ou não ser lido pelos populares. Em um momento no qual o analfabetismo era reinante, a contenção de determinadas obras somava-se às poucas iniciativas do Estado em tentar reverter este quadro de retração educacional, muito embora a proibição de alguns títulos seguisse criteriosamente a função de impedir a disseminação de ideias revolucionárias.

O fato de um determinado indivíduo portar algum dos livros previamente avaliados como proibidos era suficiente para enquadrá-lo na condição de suspeito em potencial conforme a “lógica da suspeição”, mesmo que ele fosse considerado alguém pacífico e sequer propusesse mudanças sociais radicais ou nem se manifestasse contrário às normas impostas.<sup>196</sup>

Nos arquivos da DOPS/PR os registros referentes às apreensões de livros se tornaram mais frequentes a partir de 1948. Nesses casos, os próprios modelos dos autos de declarações fazia menção se o acusado sabia ler e escrever, o que poderia se tornar um agravante caso a suspeita de pertencer aos quadros do PCB ou de se simpatizar com suas ideias fossem confirmadas. Ser considerado um “intelectual ativista” naquele momento também se configurava como alto grau de suspeição. O intelectual que procurasse “fazer a revolução” poderia usar como artifício os discursos falados, escritos ou impressos para atingir seu intento. Portanto, era considerado como meticuloso e de complexa identificação, pelo fato, muitas vezes, de nem sempre estar envolto em manifestações ou reuniões organizadas pelo partido e de tentar ocultar sua doutrinação na literatura. Todo esse

---

<sup>195</sup> CARNEIRO, op. cit., 1997, p. 15.

<sup>196</sup> Na documentação consultada não foram encontradas listas organizadas de livros proibidos. Em meio às evidências, os agentes da DOPS mencionam alguns títulos apreendidos nas residências de suspeitos comunistas. Por este fato, tais obras eram identificadas como subversivas. As referências aos livros encontrados serão trabalhadas na sequência.

“disfarce” exigia da polícia política um preparo especial para filtrar as obras ofensivas em meio à produção literária, a ponto de formar listagens de livros proibidos, que eram distribuídos às DOPS estaduais as quais, por sua vez, redistribuíam essas relações às suas Delegacias Especializadas.

Em 30 de junho de 1948, o Delegado Anfrísio Fonseca de Siqueira da Delegacia Regional de Rolândia, norte do Paraná, colheu depoimento de Segundo Gonçalves, lavrador espanhol e residente naquele município. No Auto de Declarações há a confirmação de que o depoente sabia “lêr [sic] e escrever” e que ele e sua família “sempre foram simpatizantes [sic] do extinto Partido Comunista Brasileiro”. O documento reitera que o acusado ainda não fazia questão de esconder sua veneração pelo líder do partido a ponto de ter “uma fotografia em sua residência de Luiz Carlos Prestes e sua filha [Anita Prestes], como recordação de duas pessoas brasileiras muito cultas”. Durante o depoimento, Gonçalves teria confessado a paixão cultivada pela causa comunista, além de revelar que acompanhava as produções pecebistas. Tais pistas foram suficientes para a polícia política caracterizá-lo como frenético “admirador dos artigos escritos nos jornais sôbre [sic] o partido, tendo por esse [sic] alguns recortes em sua casa”. No depoimento foi citado, ainda, que Segundo Gonçalves possuía “alguns volumes literários, sobre o partido em sua residência, [e] ignorava que a policia [sic] tivesse proibido a leitura daqueles livros”. Os títulos de tais obras não foram mencionados, mas o declarante confirmou que esses materiais foram obtidos com a ajuda de José Cristiano Pires, o qual teria orientado Segundo Gonçalves a negar “tudo o que soubesse sobre o partido”<sup>197</sup>.

Além dessas informações, Segundo Gonçalves também entrega as atitudes suspeitas de seu vizinho Pedro Olsen, com o qual teria lutado para conseguir implantar uma escola pública em sua propriedade. A professora da instituição era “a filha de José Cristiano Pires, a qual também é [era] simpatizante [sic] do partido em questão”. Pelo que consta no depoimento, a casa de Pedro Olsen era frequentada por “elementos comunistas”, sendo que em uma dessas reuniões esteve presente o militante Flavio Ribeiro, classificado pela DOPS como um dos comunistas mais ativos em todo o Paraná. Segundo Gonçalves nega a participação das reuniões realizadas na casa de Pedro Olsen, mas ainda assim, por intermédio de suas

---

<sup>197</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Auto de Declarações de Segundo Gonçalves. Delegacia de Rolândia, 30 jun. 1948, p. 170-171.

declarações entrou para o rol de fichados comunistas em todo o Estado. As denúncias que fez a seu vizinho Pedro Olsen, a José Cristiano Pires e sua filha, também contribuíram para aumentar a lista de suspeitos de praticar o comunismo, a ponto da polícia política de Rolândia colher depoimentos de alguns denunciados.<sup>198</sup>

Em relação a Segundo Gonçalves, outras informações foram coletadas, como o fato de possuir “clandestinamente” em sua residência “uma carabina, a qual se prestava exclusivamente para sua defesa” e as caixas postais que assinava “número duzentos e desesseis [sic] de onde retira toda a correspondência que lhe é enviada, tendo já recebido partes da correspondência por intermédio da caixa número trinta e um, tudo da agencia [sic] postal local”. O fato de o declarante portar uma arma sem registro era um agravante à simpatia que manifestava em relação ao PCB. Na concepção policial, somente grupos preparados deveriam possuir porte legal de armas. O crescente armamento da população civil e, principalmente, de suspeitos comunistas era um indicativo de que as armas estavam sendo utilizadas em nome de alguns interesses partidários e não a serviço do bem-estar coletivo. O interesse em coletar os números das caixas postais era, na verdade, uma forma da polícia política acompanhar a troca de correspondências e, assim, reunir provas que esclarecessem a atuação de Segundo Gonçalves no partido, bem como coletar dados e nomes de seus integrantes e a forma como se articulavam no trabalho constante de pregar ideias “revolucionárias”.<sup>199</sup>

Em razão das denúncias supostamente feitas, José Cristiano Pires também foi intimado a depor no mesmo dia em que Segundo Gonçalves prestou suas declarações. José Cristiano Pires era português, comerciante e residente na cidade de Rolândia. Em consonância com o documento, ele teria sido procurado pelo ex-deputado estadual Vieira Neto, o qual fez “diversas propostas” para que ele ficasse responsável por dirigir o diretório do partido em Rolândia. Prontamente, Pires afirma que negou a proposta do comunista, “ficando apenas como confidente do mesmo nesta cidade, sendo por esse motivo sempre procurado pelo secretário [José Carvalho da Silva] do partido”. Por isso, o declarante manteve contato com José Carvalho da Silva, a ponto de recebê-lo em sua casa e abrigar o material do partido durante o período de legalidade do mesmo. José Cristiano Pires garante que

---

<sup>198</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Auto de Declarações de Segundo Gonçalves. Delegacia de Rolândia, 30 jun. 1948, p. 171.

<sup>199</sup> Ibid..

queimou os pacotes deixados pelo secretário do partido em sua casa, após a proscrição do PCB, em 1947. No entanto, o fato de demonstrar conhecimento sobre as atividades pecebistas em Rolândia, a ponto de confessar que o “referido partido recebia toda a correspondência pela caixa postal número trinta e um, da agência desta cidade” alertava as autoridades sobre o envolvimento do declarante na causa comunista.<sup>200</sup>

A situação de José Cristiano Pires se tornou insustentável quando ele afirmou que conhecia pessoalmente o fichado comunista Flavio Ribeiro e que, antes da ilegalidade do partido “assistiu algumas reuniões dos comunistas na cidade de Londrina”, momento no qual vários integrantes do PCB se reuniam na casa de Pedro Olsen “a fim de tratarem de assuntos ligados aos interesses do extinto Partido Comunista”.<sup>201</sup>

Pires ainda relata que foi procurado por Pedro Olsen e Segundo Gonçalves em sua residência com o objetivo de receber orientações sobre o que deveriam relatar em seus respectivos depoimentos. O declarante afirma que não concedeu qualquer instrução aos dois, uma forma de se ausentar das declarações feitas por Olsen e Gonçalves<sup>202</sup>. No entanto, este último contradisse Pires em seu depoimento ao dizer que ele recomendou que “negasse tudo o que soubesse sobre o partido”<sup>203</sup>. As informações concedidas pelos depoentes, muitas vezes desconstruídas, apenas reforçavam as suspeitas de que continuavam integrando o PCB mesmo após a proscrição do partido.

Ainda em 30 de junho de 1948, mesmo dia em que prestaram declarações Segundo Gonçalves e José Cristiano Pires, Pedro Olsen também foi até a Delegacia de Rolândia depor sobre as atividades do PCB no município. Em sua fala Pedro Olsen afirma que “não teve até a presente data ligação com o referido partido e nem tampouco tem ideias comunistas”. De forma distinta de Segundo Gonçalves, o qual deixou explícito a sua admiração pelo PCB; e de José Cristiano Pires, que confirma participação das atividades comunistas na região durante o período de legalidade, Pedro Olsen é categórico ao negar qualquer participação nos quadros do PCB.<sup>204</sup>

---

<sup>200</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Auto de Declarações de José Cristiano Pires. Delegacia de Rolândia, 30 jun. 1948, p. 172-173.

<sup>201</sup> Ibid., p. 173.

<sup>202</sup> Ibid., p. 173.

<sup>203</sup> Ibid., p. 171.

<sup>204</sup> Ibid., p. 174.

Tentando incriminar Olsen, a polícia política ressalta na parte inicial do Auto de Declarações, que em sua residência foram encontrados dois números do “jornal DO POVO, editado em Curitiba [...] que traz diversos assuntos ligados ao extinto Partido Comunista”. Além disso, o documento traz, de forma desacreditada, a versão do depoente sobre as supostas reuniões que teriam ocorrido em sua residência. Para Olsen, “essas alegações não são verdadeiras” e que, apesar da persistência de alguns líderes comunistas ele não teria se envolvido com nenhuma atividade partidária. Em sua versão afirma que:

Flavio Ribeiro por ocasião que deichou [sic] em sua casa aqueles jornais, deichou [sic] também alguns blocos e talões de recibos, a fim dele declarante tomar assinaturas de pessoas conhecidas; que o declarante antes de iniciar seus serviços instruídos por Flavio, veio [sic] consultar a José Cristiano Pires, tendo este lhe aconselhado a consumir todo aquele material; que diante do que disse José Cristiano Pires o declarante voltou para sua casa e lá chegando ateou fogo em tudo aquilo, ficando somente com os jornais; que na época da legalidade do extinto Partido Comunista ele declarante militou nas fileiras do mesmo, mas foi logo advertido que não devia assim proceder e então abandonou logo seus companheiros de campanha política.<sup>205</sup>

É interessante que a fala de Pedro Olsen assume outra configuração no fim do depoimento, levando-o em contradição em diversos momentos. Inicialmente o declarante havia afirmado que não mantinha qualquer vínculo com o PCB, versão esta que foi desmentida na sequência pelo próprio depoente ao alegar aproximação com lideranças do partido, chegando a compor seus quadros, e o fato de não tomar a atitude de se afastar das atividades pecebistas por conta própria. Olsen diz que somente por influência de José Cristiano Pires teve a atitude de se desfazer do material comunista e que apenas se desvincilhou do partido após ser repreendido.

Sobre os outros depoentes (Segundo Gonçalves e José Cristiano Pires), Pedro Olsen afirma que são integrantes do PCB, o que aumenta ainda mais as contradições presentes em sua declaração. Olsen enfatiza que ele “e todos os elementos comunistas residentes nesta cidade e neste município, eram orientados por José Cristiano Pires, o qual desempenhava alguma função no diretório local”. Sobre Segundo Gonçalves, seu vizinho, Olsen confirma que o fato deste possuir uma fotografia de Luiz Carlos Prestes e sua filha configuram “com certeza [sic]” que

---

<sup>205</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Auto de Declarações de José Cristiano Pires. Delegacia de Rolândia, 30 jun. 1948, p. 175.

Gonçalves era “simpatizante [sic] ou militante do extido [sic] [extinto] Partido Comunista”<sup>206</sup>.

Em documento enviado ao Chefe de Polícia Major Antonio Pereira Lira, em Curitiba, o então Delegado de Polícia de Rolândia Anfrísio Fonseca de Siqueira recomendou que os indivíduos que prestaram declarações – Segundo Gonçalves, José Cristiano Pires e Pedro Olsen – fossem fichados pela DOPS como elementos comunistas. Os argumentos para que fossem enquadrados nesse quesito aparentemente desconsideraram os Autos de Declarações e se fundamentam no material apreendido nas residências de Segundo Gonçalves e Pedro Olsen. O Delegado de Rolândia considerou que os objetos não deixavam dúvidas sobre a opção partidária dos envolvidos, já que foram apreendidos:

[...] dois volumes sendo um com o título A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA e outro DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO, duas peças do Jornal do Povo datados de 14 de maio do ano andante [1948], dois recortes de jornais e uma fotografia reproduzida de Luis Carlos Prestes e sua filha. Foi apreendida na casa de Segundo Gonçalves uma carabina marca Winchester, sem número.<sup>207</sup>

Sem apresentar argumentos ou apontar materiais suspeitos pertencentes a José Cristiano Pires, o Delegado de Rolândia Anfrísio Fonseca de Siqueira afirmou que além de Pires, também Segundo Gonçalves e Pedro Olsen “são elementos militantes do extinto Partido Comunista [...], motivo porque julguei necessário tomar as declarações dos mesmos, as quais também remeto incluso para os fins convenientes [ou seja, o fichamento dos suspeitos]”<sup>208</sup>.

Interessante notar que os dois livros apreendidos e classificados no grupo de material subversivo procuram ilustrar a União Soviética como um país capaz de levar à população, de forma geral, a uma educação invejável, mesmo diante de situações mais inóspitas, e o socialismo como um mecanismo dotado de bases reais. Essa foi a experiência relatada na obra *A Rússia na paz e na guerra*, escrito por Anna Louise

<sup>206</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Auto de Declarações de José Cristiano Pires. Delegacia de Rolândia, 30 jun. 1948, p. 175-176.

<sup>207</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina. Relatório do Delegado de Rolândia Anfrísio Fonseca de Siqueira enviado ao Delegado Chefe de Polícia Major Antonio Pereira Lira. Rolândia, 30 jul. 1948, p. 168.

<sup>208</sup> Ibid..

Strong<sup>209</sup>. Jornalista e escritora que viveu mais de vinte e cinco anos na União Soviética, Strong é destacada pelo Jornal “Diário da Noite”, em sua edição de 5 de novembro de 1943, como alguém que “goza do mais alto prestígio nos Estados Unidos, sua pátria, fruindo mesmo o privilégio da amizade pessoal do presidente Roosevelt, do qual é comensal”<sup>210</sup>. Mesmo com todo esse currículo e o destaque do envolvimento da jornalista com membros do alto escalão do governo estadunidense é interessante notar que a União Soviética retratada por Strong destaca as marchas e contramarchas do socialismo, com relevo para a atuação do Exército Vermelho durante a Segunda Guerra Mundial. Um dos pontos fulcrais de sua obra é a análise que faz sobre a educação soviética, na qual destaca as lutas e hábitos que buscavam tornar acessível o ensino à população de forma mais ampla e irrestrita. Em seus relatos enfatizou que era comum cada destacamento soviético possuir uma biblioteca própria. Durante os combates germano-soviéticos que perduraram entre 1941 e 1945 os soldados estudavam nesses ambientes, uma forma de saírem da rotina da guerra e, simultaneamente, exercitarem seu pensamento crítico. Certamente o Delegado de Polícia de Rolândia e seus companheiros sequer sabiam o conteúdo do livro, mas o próprio título, que faz referência à Rússia, já era o suficiente para garantir que se tratava de uma obra de cunho comunista.

A outra obra, também apreendida, trata-se de um clássico de Friedrich Engels. *Do socialismo utópico ao socialismo científico* foi publicado originalmente em 1880 e é composto de três capítulos de outra obra de Engels<sup>211</sup>. Na obra em tela, o autor traz à baila as teorias socialistas do passado, destacando, sobretudo, os socialistas utópicos. No entanto, ressalta que “para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade”<sup>212</sup>, com dois grupos sociais formados historicamente: a burguesia e o proletariado. Tal obra dispensa apresentação e muito contribuiu para a reforma social proposta na perspectiva comunista. Por isso, também era considerada perigosa para a polícia política. Como afirma Carneiro:

<sup>209</sup> STRONG, Anna Louise. **A Rússia na paz e na guerra**. 4.ed. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

<sup>210</sup> ARQUIVO MEMÓRIA/FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal Diário da Noite. O poder soviético – do Deão de Canterbury. Rio de Janeiro, 5 nov. 1943, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961\\_02&pagfis=20541&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=20541&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

<sup>211</sup> ENGELS, Frederico. **Anti-Dühring**: ou a subversão da ciência pelo Sr. Eugênio Dühring. Lisboa: Edições Afrodite, 1971.

<sup>212</sup> ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução Roberto Goldkorn. 4ª ed.. São Paulo: Global Editora, 1981, p. 313.

Os livros apreendidos como “arma do crime” transformavam-se em prova material da trama articulada contra o regime e que, segundo os homens do poder, poderiam desequilibrar a sociedade imposta. O fato dele ter se afastado de regras impostas – desvio este comprovado através de suas ideias e comportamentos – o colocava em constante evidência, alimentando os atos de investigação policial que, geralmente, culminavam com a prisão do autor, e a apreensão e/ou eliminação das publicações encontradas em seu poder.<sup>213</sup>

Por isso, a proibição de vários títulos se tornava um processo complexo, envolto em várias etapas: primeiramente restringia-se a sua circulação no meio social de modo a impedir não somente a posse da obra, mas sua leitura; posteriormente os livros classificados como suspeitos eram apreendidos quando encontrados e sua venda era terminantemente proibida. Em um momento tão delicado como tratam os documentos referentes a Segundo Gonçalves, José Cristiano Pires e Pedro Olsen, logo após a proscrição do partido, estar de posse de algum título subversivo era considerado uma afronta à ideia de purificação social, uma ameaça de corrosão da ordem em meio à infiltração de ideias profanas. O temor era que o portador da obra pudesse disseminar suas ideias e, assim, petrificar o comunismo no imaginário social. Em consonância com Carneiro<sup>214</sup>, “do lado repressor institui-se o que os cidadãos podem escrever e devem ler [...], [pois] é através do discurso oral ou escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes”.

### **2.3. O inimigo está nas ruas: a vigilância ao Movimento dos Partidários da Paz**

A LSN foi fundamentada por um conjunto de ideias, comumente denominada de Doutrina de Segurança Nacional<sup>215</sup>, responsável por abranger,

<sup>213</sup> CARNEIRO, op. cit. 1997, p. 17.

<sup>214</sup> Ibid., p. 19.

<sup>215</sup> Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 33) afirma que as origens da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, e mais especificamente no Brasil, remontam ao século XIX e são caracterizadas por teorias antimarxistas e até tendências conservadoras do pensamento social católico. Essa teoria consolida a legislação que garante a autoridade militar e governamental, fazendo com que os direitos fundamentais fiquem a mercê do sistema. O que vale é a vigilância do possível inimigo, que muda conforme a conjuntura. No momento aqui especificado (1945-1953), o

teoricamente, elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Sua influência foi marcante no Exército brasileiro, sobretudo pela relevância no treinamento profissional e ideológico dos militares, tanto aqueles de alta patente quanto os dos importantes tecnocratas da burocracia do Estado.

Um instrumento importante para se compreender essa associação entre Doutrina de Segurança Nacional, LSN e Exército é conhecermos a forma de agir do aparato policial-militar. Isso porque, além de contribuir para a expansão da doutrina a outros centros de treinamento de civis e militares, as esferas político-militares, em especial, a Escola Superior de Guerra (ESG), acrescentaram em seus ensinamentos uma visão ampla de segurança nacional que evoluiu “de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico.”<sup>216</sup>

Os militares, no imediato pós-guerra, receavam um conflito de proporções a um novo conflito mundial entre os dois blocos de países – capitalistas e socialistas. Duvidavam da capacidade das Nações Unidas de intervir e amenizar as relações entre os mesmos, sobretudo entre soberanias conflitantes. Tão logo, temiam a eficiência do direito internacional em mediar possíveis relações colidentes entre os países. Diante disso, a definição do conceito de segurança nacional, assumiu características novas e extremamente complexas.

Curiosamente, os comunistas também temiam a possível eclosão de um novo conflito. Atentavam para as perdas humanas, caso isso viesse a acontecer, ao contrário dos militares, que se viam no direito de arbitrar as relações internacionais e com isso evitar a guerra com medidas drásticas e enrijecimento de leis repressoras. Por isso, tornaram-se comuns a produção de panfletos comunistas nos quais a característica central baseava-se em apelações humanitárias:

Paz, SIM! Guerra, NÃO! São muitas as famílias paranaenses que tem seus filhos sepultados [...]. Levantemo-nos contra a Terceira Guerra Mundial! Podemos e devemos ganhar a grande batalha da paz!<sup>217</sup>

---

alvo a ser combatido é, principalmente, o comunismo. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 33.

<sup>216</sup> ALVES, op. cit., p. 34.

<sup>217</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.038. Congresso Estadual Pró-paz.

De início, quando do período da democratização e legalização do PCB, o clima generalizado de aceitação de todas as correntes políticas obrigou até mesmo os militares mais direitistas a adotar posições de cunho democráticas. Até mesmo o general Dutra, tão empenhado em cassar o PCB em 1947, aderiu à preleção em favor das liberdades. Em 31 de dezembro de 1944, Dutra afirmou num discurso que a nação ansiava “por se embriagar do ideal de liberdade e das esperanças de um mundo onde operem a lei e a justiça”, e referindo-se aos soldados brasileiros, mencionou que eles estavam “vertendo o sangue e dando a vida, não por uma ordem material, que se alcança facilmente, mas por uma ordem íntima e de consciência que só se obtêm através da segurança dos instrumentos do direito.”<sup>218</sup>

No âmbito militar, a partir de 1946 ocorreram várias mudanças, principalmente no Exército, no qual a “organização, treinamento e armamento foram ajustados ao modelo norte-americano”<sup>219</sup>. Ao contrário do que Dutra havia dito, o Exército brasileiro se aproximou muito mais dos Estados Unidos e de sua influência, muito embora essa aproximação tenha iniciado antes de sua gestão, precisamente em 1941, quando o Brasil passa a comprar material bélico do Exército estadunidense, afastando-se cada vez mais do Exército alemão.

Já em 1942, marcando essa justaposição, é firmado um acordo político-militar secreto entre os dois países. Por meio deste, formam-se duas comissões militares conjuntas, uma localizada em Washington e outra no Rio de Janeiro, as quais tinham por objetivo compartilhar estratégias de defesa para o Nordeste e elevar a capacitação das Forças Armadas Brasileiras.<sup>220</sup>

Além do mais, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) contribuiu para o reatamento dos dois exércitos já que todo seu processo de criação se remete fundamentalmente a iniciativa norte-americana. Isso porque o governo dos Estados Unidos via o envio das tropas da FEB para a Segunda Guerra Mundial como mecanismo importante para aumentar a influência sobre as Forças Armadas Brasileiras, sobretudo no pós-guerra.

Tudo isso sustenta, grosso modo, que os militares teriam feito a união entre a Doutrina de Segurança Nacional e a geopolítica anterior a ela formulando, dessa

---

<sup>218</sup> DHBB-CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/4366\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

<sup>219</sup> MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, p. 67.

<sup>220</sup> REZENDE, op. cit., p. 12.

forma, a base científica e doutrinária necessária para legitimar a aplicação dos objetivos de um Estado autoritário e militarista concretizado em 1964, mas que já se criava em momento prévio, no período conhecido como “interregno democrático”.

É bom lembrar que o anticomunismo estadunidense surgiu ainda na década de 1920 com o temor da Revolução Bolchevique em seu território<sup>221</sup>. Somente depois de 1940 que as forças anticomunistas se voltaram para a mídia estadunidense. No Brasil não foi diferente. É mais provável que os Estados Unidos utilizassem como estratégia o treinamento das polícias estrangeiras e, dentre elas, a brasileira, como instrumento a fim de ter para si o controle dos sistemas de segurança interna dos países favorecidos e não o de promover a divulgação da democracia<sup>222</sup>. Assim, não só a propaganda em geral passou a ser cerceada. Todas as formas de expressão, as concepções e ideologias contrárias ao regime eram punidas.

Mas, será que podemos dizer, então, que as LSNs, e em particular, a LSN de 1953, seria resultado da influência e da política de “boa vizinhança” norte-americana?

É fato que não podemos responsabilizar apenas as autoridades policiais estadunidenses na formulação da LSN de 1953, muito embora seja inegável a sua influência por interesses anticomunistas na formulação dessa lei. Como demonstra Martha Huggins<sup>223</sup>, a partir de 1930 institui-se uma nova forma de controle estadunidense na América Latina. A “ajuda” passou a ser indireta já que os Estados Unidos passaram a defender a política da “boa vizinhança” e o respeito pela soberania dos demais países do continente. Executando um trabalho minucioso de penetração quase invisível nesses países, a polícia política norte-americana firmava tratados e acordos para troca de informações e o país interessado poderia pedir auxílio ao FBI para montar seu serviço secreto.

A base da polícia política norte-americana, em Washington, mantinha contato com o aparato policial no Rio de Janeiro através da embaixada norte-americana no Brasil. E como de praxe o tema “comunismo” predominava nas correspondências, como no relatório abaixo:

---

<sup>221</sup> Ver: CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996 e BURLINGAME, Roger. **A sexta coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>222</sup> HUGGINS, op. cit., 1998, p. 22.

<sup>223</sup> Ibid., p. 25.

O relatório traça, e avalia os resultados das estratégias e táticas Comunistas no Brasil desde a ilegalização do partido, em 1947. Não tem as informações recebidas de outras fontes, indicando um declínio na força Comunista do Brasil, mas parece ser produtivo em relação ao movimento comunista Brasileiro, o qual está “destinado à desintegração absoluta, e não está longe o dia em que essa ideologia exótica tornar-se-á o objeto de formal repúdio pelos brasileiros”.<sup>224</sup>

Esse relatório é uma transmissão elaborada pelo Departamento de Polícia do Rio de Janeiro e trata da ilegalização do PCB. No trecho, é notável o provável repúdio e a convicção de que os brasileiros possivelmente iriam sentir após a cassação do partido.

No entanto, em relatório de 8 de julho de 1951, os agentes da DOPS paranaense da regional de Londrina demonstram que a reação no Estado não foi nada parecida ao esperado pela polícia política estadunidense há dois anos antes. Afirmam que o PCB estava desrespeitando as ordens do Superior Tribunal Eleitoral, o qual havia retirado os direitos de exercer atividades político-partidárias. Como consequência, “tudo isso gerou uma situação complexa, de desajustamento e incompreensão, da qual se apoderou a agitação comunista, agravando o mal e estabelecendo, em toda essa zona, um clima de insurreição e subversão da ordem.”<sup>225</sup>. Mais do que desordem, o relatório aponta ainda que ao invés de serem tratados com repúdio, como esperado pelo aparato policial norte-americano no documento de 1949, os comunistas aproveitaram a situação do cancelamento do partido, para se pronunciarem como vítimas da oposição:

Não apenas em todo o País, mas em todo o mundo, a propaganda comunista se distingue pela mentira e pelo embuste. No Brasil, especialmente depois que lhe cassaram uma legalidade conferida por distração do Superior Tribunal Eleitoral, serve-se o Partido Comunista de uma série de rótulos, cada qual mais inocente, convergindo todos

---

<sup>224</sup> “[...] The report outlines, and appraises the results of, Communist strategy and tactics in Brazil since the illegalization of the party, in 1947. It bears out information received from other sources, indicating a decline in Communist strength in Brazil, but appears to be highly optimistic in its prediction that the Brazillian Communist movement is ‘destined for the most absolute disintegration, and the day is not far off when that exotic ideology will become the object of the most formal repudiation by the Brazilian people.’” APTU. Department of State Office of American Republic Affairs, American Embassy, 18 July, 1949 (CONFIDENTIAL).

<sup>225</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961, 1976, 1978, 1981).

para a dupla finalidade de iludir os incautos e mascarar suas atividades subversivas, proibidas por lei. [...].<sup>226</sup>

No próprio relatório preparado pela Divisão de Política e pela Polícia Especial do Departamento de Polícia do Rio de Janeiro houve reação anticomunista ao transmitirem o comportamento do PCB mediante sua proscricção. O partido, em resposta ao cancelamento de sua legenda política adota uma postura mais agressiva, oculta durante os tempos de democratização e que resultou no Manifesto de 1948:

Imediatamente após o fechamento do Partido, seus membros e diretores se viram em um tal estado de apreensão pela nova lei e pela severa repressão da polícia política que eles foram forçados a procedimentos cautelosos. Agindo sob instruções contidas em um manifesto de seu líder, LUIZ CARLOS PRESTES, nos últimos três meses de 1948, agitadores comunistas começaram a operar em aberto. Abandonaram a posição pacifista que supostamente tinham tomado anteriormente, e se tornaram agressivos, ousados e ameaçadores.<sup>227</sup>

Pressões e influência direta dos Estados Unidos também contribuíram para a ilegalização do PCB. A perspectiva era que a interferência não só no Brasil como nos outros países da América Latina garantisse os interesses estadunidenses através da “segurança interna do país onde as forças armadas fossem fracas e envolvidas demais na política, ou até mesmo inexistentes; os norte-americanos criaram forças policiais cuja primeira lealdade seria para com os Estados Unidos”<sup>228</sup>. Na década de 1930 a ajuda à América Latina passou a ser indireta, já que os Estados Unidos se pôs em defesa à política de “boa vizinhança”, respeitando a soberania dos demais países da América. Desde então, as formas de penetração se tornaram praticamente invisíveis.

Esta forma de influência, a qual Huggins, chama de “internacionalização pela porta dos fundos”, foi muito praticada durante o período de Getúlio Vargas. A

<sup>226</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961, 1976, 1978, 1981).

<sup>227</sup> “Immediately after the closing of the Party, its members and directors were thrown in to such a state of apprehension by the new law and by the severe repression from the Political Police that they were forced to proceed cautiously, Acting upon instructions contained in a manifesto from their leader, LUIZ CARLOS PRESTES, in the last three months of 1948, Communist agitators began to operate in the open. Abandoning the supposedly pacifist stand they had previously taken, they became aggressive, and boldly threatening. This change in policy, wich reached its climax in december, 1948”. APTU. Department of State Office of American Republic Affairs, American Embassy, 18 July, 1949 (CONFIDENTIAL).

<sup>228</sup> HUGGINS, op. cit., 1998, p. 31.

colaboração entre a polícia política brasileira e a embaixada americana no embate ao comunismo era tamanha que a DOPS do Rio de Janeiro permitia o acesso a documentos que negava inclusive ao Ministério das Relações Exteriores<sup>229</sup>. Esse intercâmbio, feito principalmente pelos agentes do Federal Bureau of Investigation (FBI) contribuiu para organizar e centralizar as forças policiais na América Latina já no momento anterior à Segunda Guerra Mundial, sobretudo no Brasil.

E foi por meio dessa interferência que, como nos Estados Unidos, a sociedade brasileira – e a exemplo disso, também a paranaense –, principalmente as elites e classes médias dos tempos de Guerra Fria, estiveram marcadas por uma forte e organizada presença do anticomunismo. Embora não estivesse incluso no eixo Rio-São Paulo, locais onde as atividades comunistas eram mais intensas, o Paraná também foi alvo de investigações de agentes estadunidenses.

Alguns relatórios relatam as atividades pecebistas no estado e alertavam para os riscos de sua propagação. Em 1949, uma investigação no Paraná sobre a atuação dos comunistas em Curitiba foi realizada pelo Cônsul General Cecil M. P. Cross.

Na correspondência confidencial de 17 de outubro de 1949, enviada ao Departamento de Estado, com cópia para a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Cross relata as intensas atividades realizadas pelos comunistas na Campanha Pró-Paz durante viagem que realizou até a capital paranaense entre os dias 17 e 20 de julho daquele ano. De acordo com suas investigações, os bolcheviques eram exímios propagandistas, pois trechos centrais de Curitiba foram cobertos por cartazes com o objetivo de anunciar o Congresso Continental Pró-paz no México, realizado entre os dias 5 e 10 de setembro de 1949. O investigador também criticou o modo como a Tribuna do Povo – principal jornal comunista em Curitiba – atacava os Estados Unidos e a todos que o apoiassem:

As paredes dos edifícios ao longo da avenida principal da cidade foram cobertas com cartazes, nos quais, aparece a figura da pomba da paz anunciando o Congresso Continental da Paz que era para ser realizado no México, em primeiro de agosto [...]. Uma pequena banca de jornal situada na mesma rua vendia cópias de um determinado número do Voz Operária, um jornal comunista publicado no Rio, que tinha vários artigos sobre o Congresso da Paz [...], bem como cópias de um novo jornal comunista publicado esporadicamente, em Curitiba chamado de Tribuna do Povo, que também salientou o tema

---

<sup>229</sup>HUGGINS, op. cit., 1998, p. 54.

da paz [...], e um pequeno galhardete em verde e amarelo, cores nacionais do Brasil, com a menção “PAZ, Congresso Continental – México” [...]. Os temas da Tribuna do Povo, que podem ser observados, são sensivelmente os mesmos que o de qualquer outro jornal comunista, como os de São Paulo: Crítica e Frente Democrática - propaganda pró-paz, assim como os ataques contra os Estados Unidos e as grandes empresas nesta área [...].<sup>230</sup>

O PCB assumiu o Movimento pela Paz no Brasil, fazendo uso de uma grande campanha que mobilizaria todo o país e cujo principal alvo, seguindo as orientações do Manifesto de 1948, seria a associação do imperialismo estadunidense com suas incursões bélicas pelo mundo. Além disso, outra tarefa atribuída ao partido era ajudar na organização do Iº Congresso Continental Americano que aconteceria no México.

Apesar da constante vigilância de agentes estadunidenses, o Movimento Pela Paz se pulverizou nos estados brasileiros em busca de apoio. Nesse intuito os organizadores realizavam encontros, campanhas de rua e coletas de assinaturas. No Paraná, o Conselho dos Partidários realizava campanhas, assim como o comitê nacional, para fomentar ações pela paz. Um exemplo disso seria a campanha, “Pró vinte mil assinaturas”, do apelo de Berlim, lançada em Londrina. O Apelo de Berlim consistia na exigência de organizações humanitárias, no firmamento de um pacto entre as “grandes potências, o Estados Unidos da América, União Soviética, República Popular da China, Grã-Bretanha e França.” O plano de trabalho elaborado pelo Conselho da Paz da cidade visava:

Em reunião realizada ha poucos dias, o Conselho de Paz de Londrina elaborou o plano de trabalhos para o mês de maio, quando então irá colher 30% da quota fixada para o município, ou seja, 6000 assinaturas até o dia 31 de maio.<sup>231</sup>

<sup>230</sup> The walls of buildings along the city's main thoroughfare were plastered with posters with the figure of the Peace dove announcing the Continental Peace Congress that was to be held in Mexico on August first [...]. One small newsstand situated on the same street sold copies of a number of Voz Operaria, a communist newspaper published in Rio, which had several articles on the Peace Congress [...], as well as copies of a new communist newspaper published sporadically in Curitiba called Tribuna do Povo, which also stressed the Peace theme [...] and a small pennant in green and yellow, Brazil's national colors, bearing the words “PEACE, Continental Congress – Mexico”. The tone of Tribuna do Povo, it will be noted, is much the same as that of any other communist newspaper such as the São Paulo Crítica and Frente Democrática pro-peace propaganda, and attacks against the United States as well as against large companies in this área [...] (APTU. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives, tradução nossa; grifos do documento).

<sup>231</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.038. Congresso Estadual Pró-Paz.

Desde 1949, no Paraná, esse movimento fundou comitês em diversas cidades do Estado. Todos os órgãos comunistas foram postos à disposição da campanha. No Paraná, o Movimento dos Partidários da Paz foi fundado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura. Os dirigentes estaduais eram os militantes Otávio da Silveira, Jorge Karan e Vieira Neto. Além desses, muitos outros compunham a diretoria do Conselho.<sup>232</sup>

Tendo em vista a problemática da paz no mundo, esses representantes convocaram em agosto de 1949, o Iº Congresso Estadual em Defesa da Paz a ser realizado em Londrina, cidade que contava com dois vereadores comunistas<sup>233</sup>. Nessa ocasião, também foram sugeridos delegados para a Conferência Regional de Porto Alegre, onde seriam escolhidos os delegados para o Congresso Nacional Pró-Paz, a ser realizado no Rio de Janeiro, e neste, por fim, seriam selecionados os delegados para o Congresso Internacional Pró-Paz, em Paris. A extrema organização da campanha comunista, com vistas a atingir todos os recantos do mundo, fazia parte do cotidiano do Partido Comunista e de seus militantes. O panfleto de convocação para o Iº Conselho Regional de Londrina afirma que importantes membros da sociedade apoiavam e organizavam tal iniciativa:

Amantes da paz e da liberdade, pelas tradições de nossa vida nacional e da orientação que sempre norteou a nossa política externa, é mister que todos compreendamos a importância suprema da defesa da Paz e do entendimento entre os povos, no momento em que as forças desesperadas dos fabricantes de canhões e dos provocadores da guerra, pretendem arrastar-nos para outra hecatombe mais terrível, mais sangrenta e mais destruidora que as anteriores, como todo seu cortejo de fome, de sangue, de mortos e mutilados e inválidos, sem falar no sacrifício, na humilhação e no luto de mulheres e crianças, pois a guerra moderna não poupa as populações civis. Essas as finalidades justas e democráticas com que convocamos o Povo de nosso Estado para a realização do Congresso Pró-Paz em Londrina, como preliminar da Convocação Nacional a 15 de agosto em Porto Alegre e do Congresso Continental da Paz a instalar-se no México no dia 5 de setembro deste ano.<sup>234</sup>

---

<sup>232</sup> Quais sejam: “*Presidente*: Dr. Otávio da Silveira, médico; *1º Vice Presidente*: Felipe Chede, comerciante, *2º Vice Presidente*: Joel Kuri, jornalista; *Secretário-Geral*: Dr. Jorge Karan, médico; *1º Secretário*: José Eduardo, universitário; *2º Secretário*: Dr. Vitor Barbosa, farmacêutico; *1º Tesoureiro*: Dr. Antenor Pupo, médico; *1º orador*: Vieira Neto, advogado; *Diretor de Publicidade*: Arnaldo R. Pinto, escritor.” (DEAP/FUNDO DOPS. Pasta: 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz).

<sup>233</sup> Manoel Jacinto Correia e Newton Câmara, ambos pertencentes ao PTB.

<sup>234</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz.

Tentando enfraquecer o movimento, os agentes da DOPS alegavam que, juridicamente, desde que considerado legal pela legislação partidária, só poderia haver um Partido Comunista em cada país. Este, por sua vez, não poderia ter ramificações e no caso brasileiro essa regra não estava sendo cumprida. Como menciona um relatório<sup>235</sup>, no Brasil o PCB havia se expandido, desde a época de sua legalização, bem como posteriormente à sua proscrição, em outras associações, quais sejam: nos organismos de arregimentação sindical, clubes desportivos, comitês democráticos, comitês de assistência aos presos políticos, comissões de aumentos de salários, comissões de estudos e defesa dos direitos dos trabalhadores, comitê de intelectuais contra o processo de Prestes, comissões contra a cassação, associações de camponeses, ligas estudantis, ligas juvenis, federação de mulheres, ligas antifascistas, sociedades de amigos da Rússia, comitês de assistência e amparo aos órfãos da guerra, “fracções alienígenas rotuladas de ligas deste ou daquele país” e a “Campanha de Estudos e Defesa do Petróleo”.

Para a polícia política, da mesma forma que as demais organizações comunistas, a campanha da Paz “funcionou à moda das marés”, ou seja, estabeleceu-se planos de ação na Central Comunista, “desceram eles” do Cominform às direções nacionais e destas, “aos organismos inferiores, num movimento de vazante”. Realizados os trabalhos de base, “refluiu em proa-mar, aos organismos nacionais, tocou nas grandes organizações continentais e voltou à Central Russa, no ‘Congrês Mundial Dos Partisans de la Paix’, reunido em Paris, de 20 a 23 de abril”.<sup>236</sup>

Mesmo assim, a coordenação do Movimento dos Partidários da Paz, convocou para o mês de agosto de 1949 o I Congresso Estadual em Defesa da Paz e Cultura, que seria sediado em Londrina. Em panfletagem distribuída à população havia o convite:

O CONSELHO MUNICIPAL PRÓ-PAZ E CULTURA convoca todo o povo desta cidade e de todo o Paraná para tornar parte, discutir e votar as resoluções em defesa da PAZ E CULTURA DOS POVOS, que serão apresentados no I CONGRESSO ESTADUAL DA PAZ, a se realizar nesta cidade, no próximo domingo, dia 7, às 9 horas da

<sup>235</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz.

<sup>236</sup> Ibid..

manhã, no Cine Avenida, com a presença de representantes de todo o Estado do Paraná e delegações de outros Estados irmãos.<sup>237</sup>

O movimento considerado como abusivo para a polícia política – que via nele a expressão da “relativa ignorância do operariado nacional, com respeito aos problemas políticos, sociais e econômicos do país” –, não contou com o apoio dos Estados Unidos e muito menos do governo brasileiro. Outra, aliás, por estar no momento fomentando uma política de aproximação entre os dois países, decretou a ilegalidade da campanha em todo o Brasil. Tanto que o 1º Conselho Regional de Londrina foi proibido pelas autoridades policiais, resultando na detenção da maioria dos organizadores e participantes, em função da interrupção do evento pela polícia.

Em comunicado, o chefe de polícia, Pedro Scherer Sobrinho e o delegado de Ordem Política e Social, Levy Lima Lopes, ordena a interdição do evento, e proíbe por lei, qualquer manifestação sobre a Campanha Pró-Paz no Estado, alegando possuir caráter subversivo, em função de ser partidária do comunismo:

Para os devidos fins, levo ao seu conhecimento que o Ministério da Justiça, informou ao governo deste Estado, que as autoridades da República proibiram, no Distrito Federal e nos Territórios, as atividades do Congresso Pró-Paz e Cultura porque constataram a origem comunista desse movimento. Deve, portanto, essa Delegacia, tomar todas as medidas cabíveis para proibir semelhantes reuniões em todo o território desse Estado.<sup>238</sup>

A princípio, a realização do evento estava permitida pelo delegado Regional de Polícia, Cap. Palmyro G. Oliveira. O delegado alega ter conhecimento não só da realização da Campanha, mas de uma conferência anterior a ela, presidida pelos militantes Jorge Karan e José Vieira Neto. O tema dessa reunião era discutir sobre o PRÓ-PAZ. Seu principal objetivo era arrecadar fundos para o Congresso Estadual Pró-Paz. Nessa conferência, anterior ao Congresso Estadual, a permissão foi concedida em função do desconhecimento do delegado de haver lei que impeça a realização do mesmo. Como o próprio Oliveira declara:

Permiti a realização da Conferência acima mencionada, pelo fato de ignorar proibição nesse sentido, pois nesta Delegacia só possui um Ofício a respeito sob o nº 84 G., de caráter Reservado de 6-4-1949, o qual tem anexo outro Ofício nº 143 de 5-4-1949, pelo que se nota

<sup>237</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz.

<sup>238</sup> Ibid..

que não proíbe tais reuniões e Conferências e sim somente que sejam tomadas as necessárias providências no sentido de que os funcionários desta Chefatura se abstenham de participarem de qualquer atividade ligada ao referido Congresso.<sup>239</sup>

Os comunistas tiveram conhecimento da proscrição do evento às vésperas de seu acontecimento, impedindo-os, por isso, de recorrer à revogação da decisão. Conforme declaração de Jorge Karam, secretário-geral do Conselho Estadual de Defesa da Paz e da Cultura, e, portanto, um dos organizadores do Congresso Estadual Pró-Paz, o banimento desta ação, impediu, totalmente, uma possível reação de seus organizadores:

[...] em vésperas de viajar para aquela cidade [Londrina] a fim de assistir o referido congresso, o declarante [Jorge Karam] foi informado através de um telefonema de Londrina, de que a efetivação do mesmo havia sido proibida e, em seguida, em companhia do doutor José Rodrigues Vieira Neto, o declarante dirigiu-se à Chefatura de Polícia, a fim de melhor se inteirar da veracidade e procedência da proibição; que no gabinete do Excelentíssimo Senhor Coronel Chefe de Polícia, foram cientificados de que o congresso ou referência havia sido proibido por ordem da Chefatura que endossava a proibição dos mesmos no Distrito Federal e demais Territórios da União, que o declarante houve por bem a fim de esclarecer, perguntar a Sua Excelência, se nesse sentido havia sido baixada alguma portaria do Ministério da Justiça, tendo Sua Excelência respondido que ignorava; [...] o declarante e o doutor Vieira Neto viajaram para Londrina a fim de comunicar aos convocados de que o congresso não se realizaria a lançar seus protestos aos mesmos sobre a medida proibitiva, as quais consideravam ilegal e arbitrária; que assim pensavam em se desagrar, deixando de utilizar-se dos meios judiciários, porquanto não havia mais tempo de se dirigir ao judiciário, [...] que na manhã seguinte, dia aprazado para a realização do Congresso, coincidentemente afluíram para aquela residência [de Newton Câmara], as pessoas convocadas, tendo o declarante de um dos terraços, falado às pessoas que lá se encontravam, cientificando da proibição do congresso, protestando contra o fato.<sup>240</sup>

O movimento foi considerado ilegal pela polícia política<sup>241</sup>, tendo como consequência a interrupção do evento e a prisão de lideranças e de participantes. Por não contar com o apoio dos Estados Unidos, o presidente Dutra, decretou que essa manifestação seria declarada ilegítima no país. Ainda assim, o Congresso foi

<sup>239</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz.

<sup>240</sup> Ibid..

<sup>241</sup> Na documentação consultada não foram encontrados dados como a quantidade, bem como as pessoas que foram presas, nem informações de processos de investigação abertos sobre o caso.

realizado para eleger os delegados que participariam da edição nacional do mesmo, o qual iria se realizar em Porto Alegre. Conforme relata a polícia política sobre a persistência dos manifestantes mediante o decreto-lei:

O gerente da agência do Banco do Brasil, determinou o comparecimento do declarante [Um dos organizadores do evento]<sup>242</sup> na Delegacia Regional de Polícia, conforme solicitação da mesma e, lá comparecendo, foi o declarante cientificado de que a polícia não permitiria a realização do mencionado Congresso, bem como toda e qualquer manifestação em prol do mesmo, isso em conformidade com as instruções que resultara das altas autoridades da União e do Estado, que o declarante cessou suas atividades, e na manhã seguinte, dia designado para a realização do Congresso, dirigiu-se para o local apropriado e de lá, para a presidência do doutor Newton Câmara, local para onde também afluíram todos elementos convocados e convidados para o Congresso; [...], informando da proibição policial e manifestando o seu protesto contra o fato, denominando-o de arbitrário e ilegal, muito embora conhecimento tivessem de que a ordem proibitiva emanava das autoridades federais e estaduais [...].<sup>243</sup>

Os partidários da Paz se mantiveram presentes no Paraná e, apesar do seu movimento ser concebido por lei como ilegal, eles ainda realizaram congressos até por volta de 1953. Os delegados membros do grupo também participaram de encontros nacionais e internacionais, ao todo cinco, sediados respectivamente no México, Polônia, França, Áustria e Argentina. E de fato, como ressaltou Hermógenes Lazier: “essa foi uma das lutas que mais empolgava naquela época, havia o perigo da guerra no mundo, a luta pela paz naquela época era decisiva, para o Paraná, até para a humanidade, devido ao perigo de uma nova hecatombe.”<sup>244</sup>

A vigilância e repressão a mobilizações sociais, como o caso do Movimento dos Partidários da Paz no Paraná era parte integrante do projeto anticomunista. A paranoia da expansão do credo vermelho vinculava, de forma automática, que toda manifestação estava a serviço de Moscou e seus desígnios. Entretanto, o temor a essa suposta conspiração comunista impedia a expansão dos direitos democráticos para os demais campos da sociedade, agravando o quadro de contradições e desigualdades sociais presentes na mesma. A repressão às constantes tensões

<sup>242</sup> Não cita o nome do declarante no documento, mas acredita-se tratar de José Rodrigues Vieira Neto, um dos líderes organizadores.

<sup>243</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz.

<sup>244</sup> LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muitas histórias. Francisco Beltrão: Grafut, 2003, p. 13.

registradas no Paraná, como a Revolta de Porecatu, o Movimento dos Partidários da Paz e demais movimentações por uma luta política cotidiana nas cidades, comprovam a atitude anticomunista herdada por grupos ou instituições no Estado e, principalmente, a intensidade de tal combate e a forma como ele funcionava.

Baseado nos dados apresentados neste capítulo, podemos considerar que o anticomunismo, presente nas esferas governamental e expandido para a população de modo geral, teve uma contribuição dos Estados Unidos, visto que o comunismo antes de ser concebido como inimigo “número um da nação” era oponente mortal dos ianques. Em consonância com os estadunidenses, a única via para se obter progressos na luta contra o comunismo era “modernizar, internacionalizar e coordenar de maneira centralizada o planejamento e as operações dos serviços norte-americanos de inteligência.”<sup>245</sup> A solução seria, portanto, treinar as polícias latino-americanas a fim de que tivessem esse mesmo objetivo. Assim, além de serem convencidos do perigo eminente, os governos latino-americanos deveriam ser persuadidos da noção de que reforço da segurança interna propiciaria o desenvolvimento econômico do país. Adotando essa postura, a polícia política brasileira, em particular a paranaense, tomaram como missão impedir a manifestação de opositores, com destaque ao monitoramento e repressão as insurreições e aos comunistas. A LSN de 1953 contribuiu para a implantação desse projeto, uma vez que estendia a vigilância e repressão a inimigos internos e externos, como forma de amenizar a contaminação de pessoas por ideários estrangeiros e dos “infiéis” que já haviam sido absorvidos tais pensamentos e práticas.

---

<sup>245</sup> LAZIER, op. cit., 2003, p. 83.

### **3. A DOPS vista por dentro: estrutura e organização da polícia política no Paraná e o combate ao complô comunista**

#### **3.1 A polícia como base de poder e a preocupação com a ordem social**

Os mitos políticos modernos podem ser utilizados para fins particulares, de um grupo ou pessoa. Em consonância com Pierre Ansart, a narrativa mítica “não é apenas a estrutura totalizante do sentido coletivo, mas também um instrumento de regulamentação social”<sup>246</sup> que legitima um governo ou período coercitivo e impõe a aceitação de uma determinada hierarquia social e estratificadora.

Para o cumprimento de inúmeras tarefas que visavam coibir o comunismo havia uma espécie de “divisão do trabalho” no interior das Delegacias Regionais e uma hierarquia rigidamente estabelecida a partir da capital paranaense.

Durante os dois anos em que o PCB se manteve na legalidade (1945-1947) não foi considerado um partido político, tais como a UDN, o PSD e o PTD. Sua longa trajetória diferenciada de lutas e as inúmeras tentativas de reconhecimento e pelepas pela autorização do exercício político, eleitoral e partidário, renderam ao PCB, ao menos depois de 1935, a função de catalisador da “[...] opinião nacional, bastante forte para assegurar a hegemonia em sua própria área”.<sup>247</sup>

Este era mais um motivo pelo qual o DOPS temia. Afinal, a grande popularização do partido e seus crescentes esforços e desenvolvimento a partir de 1945, eram traduzidos como empenhos para implantar uma nova ordem: a ordem comunista. Muito embora a influência do PCB não tenha atingido a maioria das pessoas no Paraná, era natural que o receio constante de ampliação dos espaços atuantes do partido, bem como suas insistentes campanhas que ansiavam pelo apoio popular pudesse, a qualquer momento, alavancar a opinião pública e, por meio de um processo revolucionário (que no vocabulário policial poderia ser compreendido como uma manifestação violenta), formar um novo governo sob os auspícios soviéticos.

---

<sup>246</sup> ANSART, op. cit., p. 27.

<sup>247</sup> BRANDÃO, op. cit., p. 25.

O próprio sentido de aglomeração popular não era bem visto pela polícia política. A ideia de várias pessoas ocupando o mesmo espaço público e expondo uma pauta de reivindicações fugia da noção de controle alimentado pelos agentes da DOPS. Impedir ou criar mecanismos para evitar tais encontros eram os pressupostos da prevenção e desestímulo à contestação, clima considerado propício para o setor policial.

Em histórico sobre a atuação do PCB no Paraná a linguagem policial deixa clara a rejeição a aglomerações, manifestações e afins. Nele estão elencadas as atuações do partido no Estado, atestando a presença militante desde a década de 1930, por ocasião da greve dos ferroviários da “Rede de Viação Paraná-Santa Catarina”, que teria envolvido cerca de “sete mil grevistas”. O relatório informa ainda que no intervalo entre 1935 a 1945, momento em que o partido se manteve ilegal, não foram registradas atividades significativas no Paraná, ao menos não foram constatadas ações acentuadas ou que envolviam diretamente os elementos comunistas, exceto a participação localizada de “simpatizantes, inocentes úteis e criptos.”<sup>248</sup>

Em consonância com a visão policial as atuações do PCB no estado, começaram a se intensificar a partir de 1942, devido à declaração de guerra do Brasil à Alemanha e demais países do Eixo. Como a União Soviética havia se posicionado ao lado dos Aliados, semelhante ao Brasil, os comunistas promoviam “comícios, palestras e sessões de caráter nacionalista em defesa da liberdade e dignidade humanas”, estimulando, inclusive, o envio de soldados para lutarem na Segunda Guerra, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Neste momento, o pensamento tanto de comunistas como dos setores conservadores eram consoantes e tinham como fim a “derrota inapelável do nazi-fascismo”. Condenando a mobilização bolchevista no momento da Segunda Guerra, o relatório é conclusivo ao dizer que os comunistas “aproveitaram as circunstâncias para espalhar a sua propaganda malsã.”<sup>249</sup>

Ainda que a linguagem policial procurasse desqualificar os comunistas e suas atividades, torna-se necessário abordar as dificuldades, intrigas e oposições que muitas vezes fizeram parte do cotidiano de agentes e demais funcionários da DOPS. Essas relações, por vezes conflitantes, revelam um organismo frágil

---

<sup>248</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1466d.173. Histórico, p. 1.

<sup>249</sup> Ibid..

estruturalmente, e que, por essas condições, conduziram a uma série de falhas, insubordinações e procedimentos ineficientes, seja por falta de pessoal ou por problemas de relacionamentos entre os funcionários.

Desde antes de 1853, quando em 29 de agosto o Imperador D. Pedro II sancionou a Lei n. 704, criando a Província do Paraná por meio do desmembramento da Comarca de Curitiba da Província de São Paulo<sup>250</sup>, a questão da segurança no Estado passou a ser regida por um Chefe de Polícia, nomeado exclusivamente pelo Imperador<sup>251</sup>. Tal designação, considerada especial pelo fato do cargo não ser cumulativo com outra função, carregava a incumbência de “promover quanto em si couber, os melhoramentos morais e materiais de que a Província carece e conduzir os espíritos à união e concórdia”<sup>252</sup>. A preocupação com a ordem e a rejeição a tudo que pudesse abalá-la era um indicativo desde a fundação da Província do Paraná.

O mapa da cobertura policial abrangia seis termos, ou seja, territórios sob responsabilidade de uma mesma jurisdição policial<sup>253</sup>, sob a guarda de um Delegado e seus suplentes. Estes termos, por sua vez, foram subdivididos em distritos<sup>254</sup>, cada qual contando com a presença de um subdelegado e, na ausência deste, assumiam os suplentes. Mesmo com essa divisão categórica, muitos cargos não foram ocupados. Era o caso, por exemplo, de alguns distritos do 3º termo – Vila de Castro (do 4º distrito – Jaguariaíva, do 5º distrito – Guarapuava); do 4º termo – Paranaguá (1º distrito – não consta nome, do 3º distrito – Guaratuba), que permaneciam sem suplentes; do 3º distrito – Tibagi (3º termo – Vila de Castro), no qual o cargo de Subdelegado estava vago; no 6º termo - Antonina, onde não havia Delegado e no 2º

<sup>250</sup> BRASIL. Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853. Eleva a Comarca de Curitiba na Província de S. Paulo á categoria de Província, com a denominação de - Província do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-704-29-agosto-1853-558652-publicacaooriginal-80145-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>251</sup> Art. 5, Regulamento 123 de 31 jan. 1840. In: STRAUBE, Ernani Costa. **Polícia Civil do Paraná: 150 anos**. Curitiba: s/ed., 2005, p. 54.

<sup>252</sup> Ofício de 20 de dez. de 1853. In: STRAUBE, op. cit., p. 55.

<sup>253</sup> Quais sejam: 1º termo: Curitiba; 2º termo: Vila do Príncipe; 3º termo: Vila de Castro; 4º termo: Paranaguá; 5º termo: Morretes; 6º termo: Antonina. STRAUBE, op. cit., p. 56-57.

<sup>254</sup> 1º termo: Curitiba (1º distrito: Curitiba; 2º distrito: São José dos Pinhais; 3º distrito: Campo Largo; 4º distrito: Palmeira; 5º distrito: Iguaçú; 6º distrito: Votuverava); 2º termo: Vila do Príncipe (1º distrito: Vila do Príncipe; 2º distrito: Rio Negro); 3º termo: Vila de Castro (1º distrito: Castro; 2º distrito: não consta nome; 3º distrito: Tibagi; 4º distrito: Jaguariaíva; 5º distrito: Guarapuava; 6º distrito: Palmas); 4º termo: Paranaguá (1º distrito: não consta nome; 2º distrito: não consta nome; 3º distrito: Guaratuba); 5º termo: Morretes (1º distrito: Morretes); 6º termo: Antonina (1º distrito: Antonina). STRAUBE, op. cit., p. 56-57.

distrito de Paranaguá (4º termo), que não possuía Subdelegado e nem suplentes disponíveis.

A distribuição geográfica do policiamento no Paraná desde sua constituição como província iniciou-se em Curitiba e na região litorânea. A ocupação destes espaços pode ser compreendida pelo fato do Paraná ter sido, até 1853, integrante da 5ª Comarca de São Paulo, enquanto a área banhada pelo Oceano Atlântico preocupava pela afluência de intrusos, contrabandistas e invasores de qualquer natureza. Os demais territórios compreendidos no oeste e norte paranaense ainda eram, durante o século XIX, ocupados por mata fechada e populações indígenas, sendo, por muito tempo, tratados como “vazios” demográficos, uma versão atualizada de “sertão”, que desde os registros de Euclides da Cunha, indica uma área onde o poder estatal não se fazia presente, uma região na qual o abandono do governo e a ausência de “civilização” caracterizavam o desamparo político e estrutural. Mesmo com a Lei nº 2 de 26 de julho de 1854, responsável por dividir o território paranaense em comarcas (Curitiba (capital), Paranaguá e Castro), as regiões norte e oeste da Província foram negligenciadas.

Nesse sentido, a noção de ordem se limitava a áreas ocupadas e onde havia aglomeração de pessoas. Seu sentido integrava o controle de práticas cotidianas e repressão à delinquência<sup>255</sup>. As divisões policiais em Termos e Distritos, por exemplo, seguiam um critério aparentemente óbvio: o da incidência de crimes em um dado local. Em nome do domínio social, reinava a legitimação da polícia, mesmo que os documentos da época falem em prevenção, em vez de punição. Contradizendo a regra, muitas vezes as medidas tomadas escapavam à prudência e resultava em fins práticos, como as “bolas para matar cães”, preparadas pelo farmacêutico Augusto Stefeld e solicitadas pelo Chefe de Polícia Dr. Antônio José Afonso Guimarães, em 1861.<sup>256</sup>

Também data do período imperial as queixas das autoridades policiais em relação à falta de preenchimento de cargos e verbas. O Chefe de Polícia Ernesto José Bandeira de Mello reclamava que “não pode haver boa polícia sem dinheiro,

---

<sup>255</sup> Segundo Relatório de Carlos Augusto de Carvalho, de 2 de fevereiro de 1879, eram constantes as queixas sobre castigos exagerados que se impunham aos escravos, o “descumprimento da lei de terras, o uso de armas proibidas, as reuniões ou bailes semi-selvagens em ambientes carregados de vapores alcoólicos, os bailes alemães (zumps) de operários e carroceiros, a perturbação da ordem [...], a correria dos índios e a falta de instrução da maioria da população”. STRAUBE, op. cit., p. 85-86.

<sup>256</sup> STRAUBE, op. cit., p. 76.

sem funcionários retribuídos e força apropriada em todas as localidades”. Na visão de Mello, esse abandono prejudicava o recrutamento militar, pois havia a concepção de que a atribuição de Polícia era o “mais árduo e melindroso, quer pela falta dos devidos meios, quer pela repugnância imensa do povo [...] a ponto de envidar todos os meios, inclusive a resistência à autoridade e até a própria mutilação para subtrair-se a esse ônus social”.<sup>257</sup>

Mesmo com a carência de recursos financeiros e humanos em algumas áreas policiais e o desmerecimento da população, conforme relato do Chefe de Polícia, é interessante notar que o ingresso aos cargos se fazia, na maioria das vezes, por meio de indicações. Competia ao Chefe de Polícia da Província a nomeação do cargo de Delegado nos respectivos Termos, sendo que a exigência era possuir formação em Direito. Tal cobrança aparentemente rígida para o momento, tendo em vista a dificuldade em encontrar bacharéis em Direito em todo o Império, contrastava com os requisitos mínimos para assumir ao cargo de Subdelegado, bastando, para essa função, ser uma “pessoa de relevo na comunidade”.<sup>258</sup> A ausência de uma escolaridade mínima pode ser compreendida como um mecanismo do próprio setor policial em se aproximar da população. A seleção de alguém de dentro do mesmo círculo social com a finalidade de cuidar da segurança e dos costumes poderia ser associada a um membro da família, o qual naturalmente zela para a permanência da paz em seu meio e representaria, de forma semelhante, um manto protetor em situações de perigo.

Similar à autoridade paternal, a polícia paranaense do Brasil Império interferia nos usos e costumes, repreendendo hábitos aparentemente inofensivos, como o uso do “vasto poncho” e de “estrepitosas chilenas (esporas) [...] até nos templos do Senhor!”. Esses instrumentos ameaçavam a segurança individual: o poncho poderia esconder armamentos e artefatos “mortíferos” e a espora se tratava de um objeto cortante. Por isso, “cumpria por termo à moda”, com o intuito de assegurar a ordem social.<sup>259</sup>

As críticas sobre o sistema de indicação não tardaram a aparecer e partiram do próprio setor policial. Em um relatório do Chefe de Polícia Euclides Francisco de

---

<sup>257</sup> Relatório do Chefe de Polícia Ernesto José Bandeira de Mello, 16 jn. 1873. STRAUBE, op. cit., p. 83.

<sup>258</sup> STRAUBE, op. cit., p. 57.

<sup>259</sup> Relatório do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos à Assembleia Legislativa Provincial de 15 de julho de 1854, abordando as ações do Chefe de Polícia no tópico denominado “Segurança de Pessoa e Propriedade”. STRAUBE, op. cit., p. 59.

Moura, datado de 31 de janeiro de 1880, há severas críticas da forma como eram selecionados os ocupantes dos cargos, escolhidos sem qualquer aptidão ou finalidade com a função a qual eram designados:

Estou mesmo convencido de que este mal perdurará por muito tempo e enquanto os homens de reconhecida idoneidade não se deliberarem, ao menos por patriotismo a aceitar os cargos de polícia, para manterem o respeito à lei, à paz e à tranquilidade de suas localidades, continuarão, em alguns lugares do interior da Província, a correr à revelia os mais sagrados direitos dos cidadãos, entregues hoje à ignorância e à inatividade.<sup>260</sup>

Com o fim do Império e o início do período republicano foram criados novos cargos e secretarias, não sendo alterado o modo como essas funções eram ocupadas. A “Secretaria de Polícia” é renomeada para “Repartição Central de Polícia”. A ela continuavam as atribuições de “policimento do Estado”, sob a anuência do Chefe de Polícia.

Pelo artigo 1º da Lei nº 15, de 21 de maio de 1892, determinou-se a hierarquia policial no Estado combinando velhas funções com novos nomes. Manteve-se o “Chefe de Polícia”<sup>261</sup> como cargo de maior relevância, seguido dos “Comissários de Polícia”, criados em substituição aos “Delegados de Polícia”, os “Sub-Comissários de Polícia”, conhecidos anteriormente como “Sub-Delegados” e os “Inspetores de Polícia”. Além deste, outro cargo criado de acordo com o artigo 15º desta mesma lei, foi o de “Médico da Polícia”. Lotado na capital, cumpria a essa função “fazer os exames de corpo de delito, sanidade, autópsia e visitar a cadeia pública providenciando sobre a salubridade e higiene”<sup>262</sup>. Aos Comissários e Sub-Comissários ficou definida a quantia de três suplentes para “substituí-los em suas faltas ou impedimentos”.<sup>263</sup> Apoiado nesta legislação, o Governo adquiriu poderes em relação à polícia, competindo-lhe a organização da Repartição Central de Polícia, a criação de cargos e a fixação dos vencimentos.

Os relatórios de fins do século XIX descrevem o abalo que a função policial sofreu com a Revolução Federalista<sup>264</sup>, salientando a necessidade de reformulações

<sup>260</sup> STRAUBE, op. cit., p. 89.

<sup>261</sup> Em 1912 o cargo de “Chefe de Polícia” passe a ser denominado de “Delegado Auxiliar”. Lei 1088, de 7 de março de 1912.

<sup>262</sup> STRAUBE, op. cit., p. 95.

<sup>263</sup> Ibid., p. 94.

<sup>264</sup> Movimento que teve início no Rio Grande do Sul, em 1893, e envolveu forças políticas pró e contras ao governo do Presidente Floriano Peixoto. O Paraná desenvolveu um papel importante para

jurídicas capazes de garantir às autoridades policiais o direito de cumprirem penalizações mais severas a fim de que tivessem o reconhecimento e recuperassem o devido respeito da sociedade. Longe de ser uma carreira de prestígio, os cidadãos qualificados evitavam assumir cargos policiais, fato que teria forçado a Chefia de Polícia recorrer, muitas vezes, a amigos íntimos para ocuparem alguns cargos:

Em virtude dos maus hábitos implantados no povo paranaense, desviando-o do caminho do dever e do respeito às autoridades, mal que lhe trouxeram os caudilhos da invasão de 1894, é imprescindível que os poderes públicos competentes não regateiem medidas para aperfeiçoar a nossa organização policial cercado este ramo do poder público, de atribuições especiais para prevenir os crimes, dando-lhe mesmo um mais elevado caráter jurídico na punição dos delitos.<sup>265</sup>

O fato de o Governo poder interferir na organização policial desde o início do período republicano incentivou a multiplicação de relatórios abarrotados de reivindicações sobre as condições de trabalho, remuneração e desprestígio social. Em 1909, o Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, José Lamenha Lins, desabafava que a solução era criar uma polícia de carreira, pois “já não se encontra quem deseje assumir cargo de tamanha responsabilidade e riscos sem vantagem de qualquer ordem”.<sup>266</sup>

Desde a emancipação do Paraná em 1853, a questão da segurança e a cobertura policial se restringiu à Capital e região litorânea. Somente em 1909 é instaurada uma Comarca no norte do Paraná, fixada na cidade de Jacarezinho. Nela foram implantados dois Comissariados (equivalentes a “Delegacias”), quatro Subcomissariados (chamados anteriormente de “Subdelegacias”) e 48 “Quarteirões” (correspondentes aos “Distritos”). É interessante notar que das quinze comarcas<sup>267</sup> existentes no interior do Paraná em 1909, apenas uma havia sido inaugurada no setentrão. A apreensão com o interior deve-se à preocupação com o aumento

---

o desfecho do conflito por meio da resistência articulada pelo General Carneiro na cidade de Lapa, a qual permitiu que reforços governistas se organizassem contra os revoltosos, contribuindo para a manutenção da República presidencialista no Brasil. PRIORI, op. cit., 2012, p. 33.

<sup>265</sup> Relatório do Chefe de Polícia Benedicto Pereira da Silva Carrão, 30 set. 1895. STRAUBE, op. cit., p. 97.

<sup>266</sup> Relatório do Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública José Lamenha Lins, 23 jan. 1909. STRAUBE, op. cit., p. 111.

<sup>267</sup> Quais sejam: Antonina, Paranaguá, Lapa, Castro, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Palmas, Guarapuava, Cerro Azul, Palmeira, Tibagi, Jacarezinho (no norte do Paraná), Jaguariaíva, União da Vitória e São José da Boa Vista. STRAUBE, op. cit., p. 112.

populacional. A atenção com o norte do Estado, ainda que reduzida a apenas uma Comarca, se justificava pelo interesse nas terras daquela região, impulsionada pelo cultivo do café. Desde 1902 o Estado de São Paulo adotou medidas restritivas para a produção cafeeira, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Com isso, muitos fazendeiros paulistas buscaram as terras do norte do Paraná com o objetivo de expandir a cultura cafeeira. Nadir Cancian considera que este fenômeno representou a “marcha para o oeste dos paulistas”, uma alusão à “Marcha para o Oeste”, criada posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, durante os anos de 1940, como tentativa de impulsionar a ocupação de áreas consideradas como “vazios demográficos” ou “sertões”.<sup>268</sup>

Em 1912 é formulada a primeira tentativa para a troca de suspeitos e informações entre os Estados. Neste ano foi realizado o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, entre os dias 7 a 12 de abril, em São Paulo. O objetivo do evento era discutir e traçar metas para uniformizar a prevenção e o sistema repressor da polícia brasileira. Representando o Paraná estava o Delegado Auxiliar Mario de Castro Nascimento e o Diretor do Gabinete de Identificação, Miguel Severo Sampaio. Entre as propostas apresentadas pelas respectivas autoridades se destacavam a permuta direta entre os “serviços de identificação estaduais dos antecedentes dos indivíduos considerados perigosos e informações sobre pessoas honestas, constituídas da ficha datiloscópica, a planilha de filiação morfológica [...] e a fotografia sinalética”.<sup>269</sup>

A preocupação nos primórdios da constituição de redes de informação entre os setores policiais no Brasil e as monções apresentadas pelas autoridades policiais paranaenses deixam claras as pistas de um dado curioso: o intuito das ideias apresentadas pela polícia do Paraná ia além da “lógica da desconfiança”<sup>270</sup>, a partir da qual todos os indivíduos eram considerados suspeitos em potencial e objetivava criar uma espécie de banco de dados de pessoas idôneas, representadas pelo “bem” e que serviriam de referência para distinguir criminosos, desajustados e marginalizados sociais, considerados elementos do “mau”.

A censura era utilizada como instrumento moralizador e tinha como fim colaborar para a construção de uma imagem positiva do Estado<sup>271</sup>. Para isso, todos

---

<sup>268</sup> CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 26.

<sup>269</sup> STRAUBE, op. cit., p. 116.

<sup>270</sup> CARNEIRO, op. cit., 1997, p. 27.

<sup>271</sup> Ibid., p. 26.

os mecanismos eram válidos. O projeto de fichar indivíduos classificando-os como “perigosos” ou “incorruptíveis” abria espaço para a montagem de falsas imagens, deformando fatos. A ideia de limpeza social lembrava medidas extremistas que impediam o livre trânsito de cidadãos e plantavam dúvidas sobre os limites da liberdade. Pela portaria 34 de 16 de março de 1916, o Chefe de Polícia anunciava a transferência, no prazo de quinze dias, de prostitutas das áreas centrais da Capital para outras regiões menos movimentadas da cidade como ação preventiva e como forma de preservar a moralidade pública. Além dessa justificativa, era comum invocar a ciência para comprovar a necessidade de higienização ou qualificar grupos e indivíduos como desajustados sociais. Foi o que ocorreu com os pedintes, os quais, por meio desse mesmo documento, deveriam se submeter a exames buscando a causa científica da sua mendicância. A portaria inclusive adiantava os resultados, concluindo que os diagnósticos possíveis poderiam ser invalidez, “vagabundagem” ou jogo.<sup>272</sup>

Desde o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, em 1912, a polícia paranaense defendia a modernização e a utilização de métodos científicos para desvendar crimes e encontrar culpados. Saindo em defesa da formação de uma polícia científica, o Delegado Auxiliar Mario de Castro Nascimento afirmava que já se foi “o tempo em que se davam às autoridades policiais a função de Capitão do Mato. Nos modernos tempos faz-se necessária uma polícia letrada [...] e usando sempre dos meios preconizados pela ciência, para a descoberta dos delitos.”<sup>273</sup>

Nos documentos policiais são constantes os relatos de investigações e abordagens bem sucedidos pela polícia. Tais momentos gloriosos eram, por vezes, registrados para a posterioridade. Foi o que aconteceu em 1900 quando o fotógrafo profissional Max Kopf, contratado no ano anterior com a gratificação de 30\$000 (trinta mil réis), organizou uma galeria para exibir fotografias de criminosos condenados, o que demonstrava a necessidade de tornar público todo o “eficaz” trabalho policial, ainda que a forma encontrada fosse ostentar fotografias como se tratassem de troféus.

Mesmo com os apelos das autoridades para o investimento no setor policial, alegando a falta de preparo de seus quadros, a maioria das Delegacias do interior continuava sendo administradas por leigos, os quais, segundo Ernani Costa Straube

---

<sup>272</sup> Portaria 34, de 16 de março de 1916 apud STRAUBE, op. cit., p. 120.

<sup>273</sup> STRAUBE, op. cit., p. 116.

“aceitavam o exercício do cargo, sem remuneração e em caráter provisório”<sup>274</sup>. Até meados da segunda década do século XX não havia nenhuma lei que versasse sobre a remuneração dos servidores policiais do interior. A Lei n° 15, de 21 de maio de 1892 apenas fixou os vencimentos da Repartição Central de Polícia, que funcionava na capital, nada versando sobre o quadro funcional das demais Comarcas do Estado.

A própria estrutura prisional era bastante precária em algumas localidades. Não eram raras as reclamações das autoridades policiais, sobretudo de Jacarezinho, a única jurisdição policial no norte do Paraná, sobre as condições alarmantes e superlotação das cadeias públicas.

A reforma ou construção carcerária parecia não ser preocupação do governo paranaense, mais interessado em criar funções no setor policial. A Lei 1874, de 2 de abril de 1919 instituiu o cargo de Delegado Regional de Polícia, com aplicação a todas as jurisdições que perpassavam a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, bem como as áreas localizadas a oeste dessa ferrovia. O posto de Delegado Regional de Polícia exigia o bacharelado em Direito e estava designado a fiscalizar e auxiliar os Delegados dos Termos e os Subdelegados dos Distritos. Assim, a hierarquia no serviço policial passou a seguir a ordem: 1) Delegado Auxiliar (sediado na Capital); 2) Delegado Regional de Polícia (ocupando cada jurisdição policial, também denominadas de Comarcas ou Termos); 3) Delegados dos Termos; 4) Subdelegados dos Distritos.<sup>275</sup>

O sistema de criação de cargos no setor policial era um indicativo para a formulação de uma rede de informações. A estrutura presidiária havia sido esquecida em prol da fundação de novas funções. Ao que tudo indica, a busca pela complexificação e exigências mínimas para a ocupação de colocações de projeção era necessária em razão dos vínculos que se pretendia criar em relação às delegacias de todo o país, já confirmados com o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, em 1912. Entre os dias 20 a 28 de fevereiro de 1919 ocorreu em Buenos Aires, contando com a presença de representantes do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai, a Conferência Policial, com o objetivo de

---

<sup>274</sup> STRAUBE, op. cit., p. 122.

<sup>275</sup> Ibid., p. 124-125.

“estabelecer normas que servissem à defesa social e como um meio de estreitar ainda mais as vinculações entre as respectivas polícias.”<sup>276</sup>

A regulamentação do serviço policial no Estado e a criação de uma polícia de carreira somente ocorreu em 1922, por meio da Lei nº 3052, de 8 de abril<sup>277</sup>, por aprovação da Câmara dos Deputados e apreciação do Presidente Caetano Munhoz da Rocha. De acordo com o documento o cargo de Chefe de Polícia continuava ocupando o topo da hierarquia. Uma nova distribuição funcional foi realizada em todo o Estado, com o intuito de equiparar a organização policial segundo as necessidades de cada região. Foram designados três Delegados de Polícia para a Capital, um Delegado em cada município, um Subdelegado para cada Distrito Policial e um Inspetor para cada quarteirão distrital. Para cada Delegado haveria até três suplentes. Obedecendo aos padrões de um plano de carreira, foram instituídas cinco classes de Delegado. A 1ª e 2ª classes deveriam ser ocupadas exclusivamente por bacharéis em Direito. De acordo com este plano de carreira, as classes foram assim distribuídas: 1ª classe: três Delegados da Capital, com remuneração individual de 500\$000 (quinhentos mil réis) mensais; 2ª classe: nove Delegados dos municípios de Ponta Grossa, Paranaguá, Rio Negro, União da Vitória, Guarapuava, Palmas, Jaguariaíva, Jacarezinho e Foz do Iguaçu, com vencimentos de 200\$000 (duzentos mil réis); 3ª classe: treze Delegados dos municípios de São José dos Pinhais, Palmeira, Campo Largo, Lapa, Antonina, Castro, Ribeirão Claro, Imbituva, São Mateus, Cerro Azul, Tibagi, São José da Boa Vista e Tomazina, cada um contando com uma remuneração mensal de 200\$000 (duzentos mil réis); 4ª classe: Delegados de Araucária, Morretes, Triunfo, Colombo, Prudentópolis, Irati, Carlópolis, Pirai e Ipiranga, totalizando os vencimentos de 100\$000 (cem mil réis) cada um; por fim a 5ª classe, na qual se incluíam os Delegados de municípios não referidos nas classes anteriores. Nessa última classe os Delegados não possuíam remuneração.

Na região norte do Paraná o único município privilegiado com uma Delegacia era Jacarezinho, na qual a função de Delegado, a partir dessas reformulações, passou a gozar de vencimentos, algo inédito até então para as Delegacias do Interior. Com essa lei houve a regulamentação do ofício e carreiras

---

<sup>276</sup> STRAUBE, op. cit., p. 126.

<sup>277</sup> É interessante notar que embora o comunismo não fosse, nesse período, oficialmente o inimigo número um no Paraná, a organização do serviço policial em um sistema de carreiras foi aprovada quatorze dias depois da criação do PCB, fundado em 25 de março de 1922.

policiais, muito embora nem todo o território paranaense contasse com esses serviços e ainda havia os Delegados da 5ª classe que não recebiam vencimentos por suas ocupações.<sup>278</sup>

A Lei 3052, de 1922, inovou ainda ao estabelecer a Primeira Delegacia Especializada, a Delegacia de Investigações e Capturas. Sua área de atuação abrangia todo o Estado, aos cuidados de um Delegado titular, com os mesmos vencimentos da 1ª classe, que deveria obedecer às determinações do Chefe de Polícia. Sob o comando dessa Especializada, estariam disponíveis 12 homens da Força Militar do Estado. Sua incumbência era a realização de capturas de criminosos que estivessem sob a investigação policial, judiciária e administrativa. No ano subsequente foram criados novos cargos (escrivão de polícia e agente de Investigação e Segurança Pública) para atender a Repartição Central de Polícia e à Delegacia de Investigações e Capturas, mais um indício da preocupação do governo estadual em equipar a polícia com novos cargos, enquanto a estrutura predial, carcerária e material sofria desfalques.

Em 1928 foi revista a divisão administrativa-policial do Estado. Estabeleceu-se que sete seriam as Regiões Policiais, auxiliadas por um Delegado Regional de Polícia em cada unidade: Paranaguá, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Jacarezinho, Lapa, União da Vitória e Guarapuava.

Em seu artigo 1º, a Lei 2531 de 27 de março de 1928 criou mais duas Delegacias Especializadas: a de Segurança Pública e a de Costumes. A preocupação com a moral e o cultivo dos “bons” hábitos eram temas de constante investigação policial. Competia, por exemplo, ao Delegado de Costumes na Capital e aos Delegados do interior censurar previamente figurinos de apresentações teatrais ou de natureza pública, medida preventiva para impedir a contravenção moral e à corrupção dos costumes considerados “adequados”.<sup>279</sup>

Mudanças substanciais no setor policial ocorreram na década de 1930 em virtude dos temores de um golpe que pudesse derrubar o governo Vargas. Em 1935 a Repartição Central passa a se chamar Chefatura de Polícia, estando sob a subordinação da Secretaria do Interior e Justiça. A Chefatura, por sua vez, encontrava-se composta pela Delegacia Auxiliar, de Segurança Pública, de Costumes, de Vigilância e Investigações, além do Serviço Médico Legal,

---

<sup>278</sup> STRAUBE, op. cit., p. 128.

<sup>279</sup> Ibid., p. 137-141.

Identificação, Penitenciária, Delegacia de Polícia Marítima, Detenção e Departamento da Chefatura.<sup>280</sup>

Após o levante comunista de 1935, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional<sup>281</sup>, a Constituição de 1934 deixou de vigorar e o país tomou a direção do fechamento do sistema político, culminando com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura. Partidos políticos foram proibidos, declarou-se a censura à imprensa, liberdades públicas foram contidas, as tendências de oposição de diferentes tons foram reprimidas com mão-de-ferro, por fim, o poder centralizou-se na Presidência da República e estabeleceu-se a prática de governar por meio de decretos-lei.

A partir deste momento a polícia paranaense, seguindo uma lógica nacional, se dedica ao combate de ideologias e grupos que possuíam planos ameaçadores para a ordem. Após a chamada “Intentona Comunista” de 1935, as precauções no Paraná recaíram sobre o Movimento Integralista no Estado. A portaria de 28 de outubro de 1936, assinada pelo Chefe de Polícia impedia qualquer manifestação ou ostentação de símbolos integralistas, desde a “camisa verde-oliva usada pelos integralistas”, até distintivos ou propaganda que remetam à doutrina ou a Ação Integralista.<sup>282</sup>

O combate ao que se convencionou chamar de “extremismos” conseguiu investimentos do governo estadual, a ponto deste disponibilizar o crédito de 30:000\$000 para impedir ações dessa natureza. No entanto, em 1937 o sistema policial se reestruturou para atender a essas novas demandas. Pela Lei 177, de 15 de março de 1937, foram criadas a Delegacia Auxiliar e a Delegacia de Ordem Política e Social, sendo essa última o nosso objeto de pesquisa. Entre as Delegacias Especializadas foi extinta a dos Costumes, estabelecendo-se a Delegacia de Segurança Pública e a Delegacia de Vigilância e Investigações.

O Decreto 702, do governo federal lançado em 21 de março de 1936 eliminou a maioria das garantias constitucionais, em função do “estado de guerra” que se encontrava o país. Após a tentativa dos comunistas tomarem o poder em 1935 houve necessidade do recrudescimento da vigilância social, sendo realizadas reformas nas instituições destinadas à segurança. Entre os dias 20 de outubro e 5

---

<sup>280</sup> STRAUBE, op. cit., p. 146.

<sup>281</sup> Promulgada em 4 de abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional definia crimes contra a ordem política e social. Sua finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, sem as garantias processuais.

<sup>282</sup> STRAUBE, op. cit., p. 148.

de novembro deste mesmo ano foi realizado no Rio de Janeiro o Congresso de Chefes de Polícia, no esforço de “estretar laços entre as polícias estaduais, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo”.<sup>283</sup>

Menos de três meses depois, em janeiro de 1937, ocorreu também no Rio de Janeiro o Congresso das Secretarias de Segurança Pública e Chefes de Polícia, no qual ficou acordada a criação de um setor policial responsável pela preservação da ordem política e social. No Paraná, essa determinação foi regulamentada por meio da Portaria 26, de 3 de abril deste mesmo ano, a qual estabeleceu como uma Delegacia Especializada a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

A fim de complementar a vigilância levada a cabo pela DOPS, outros estados, como São Paulo, possuíam uma “Polícia Especial”. O objetivo era dotar o governo estadual de mecanismos coercitivos, principalmente em meio a manifestações ou pronunciamentos populares em espaços públicos por meio de “grupos de choque”, muito embora Ernani Costa Straube, ex-diretor da Escola Superior da Polícia Civil, atuando também na chefia do Grupo Auxiliar de Planejamento do Departamento da Polícia Civil, afirma que não houvesse “finalidade agressiva” no trabalho da Polícia Especial. No Paraná, a Chefatura de Polícia cogitou a ideia de criação de uma “Polícia Especial”. O projeto contabilizava a formação de dois grupos de 20 homens cada e teria recebido o auxílio da Polícia de São Paulo, a qual havia autorizado o deslocamento até Curitiba do Tenente Theophilo Pupo Nogueira, que ocupava um dos cargos de chefia da Polícia Especial paulista.<sup>284</sup>

A preocupação em formular um aparato de leis e mecanismos contra os crimes de ordem política e social oriundas da Revolução Comunista de 1935 e da presença da Aliança Nacional Libertadora (ANL) se intensificou com o ataque dos integralistas e a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Palácio do Governo em 1938. A criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e instauração do Estado Novo no ano anterior eram tentativas tomadas para tentar frear o entusiasmo de grupos opositores.

Em 1938, pelo Decreto 6439 de 21 de fevereiro, foi feita uma nova divisão de jurisdição no Paraná, que aumentou para doze o número de Delegacias

---

<sup>283</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 57.

<sup>284</sup> STRAUBE, op. cit., p. 151.

Regionais, sendo: Curitiba (1ª - sede); Paranaguá (2ª); Ponta Grossa (3ª); Rio Negro (4ª); Jaguariaíva (5ª); Irati (6ª); União da Vitória (7ª); Guarapuava (8ª); Foz do Iguaçu (9ª); Tibagi (10ª); Jacarezinho (11ª) e Londrina (12ª). O interventor Manoel Ribas argumentou que essa distribuição era necessária por “terem sido deficientes os serviços policiais pelo reduzido efetivo como pela área de controle dos atos das autoridades policiais incumbidas desse serviço”<sup>285</sup>. A divisão era considerada uma tática para melhor distribuir os funcionários segundo as áreas de precisão. A instalação de uma Delegacia Regional em Londrina ocorreu quatro anos após esta ter sido elevada em município. Fundada em 1929, a cidade e seu entorno foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) por meio da ocupação planejada do espaço regional e local.

Para Sônia Adum, essa organização se devia a interesses políticos da própria CTNP. Em junção com o poder público do Estado, essa empresa teria financiado o Partido Municipal de Londrina apenas quinze dias após a instalação do município, em 1934. Um ano depois, o diretor-chefe Willie da Fonseca Brabazon Davids da CTNP foi eleito prefeito, evidenciando que o Partido Municipal de Londrina seria uma releitura local do PSD, partido situacionista do governo estadual. A união de interesses econômicos e políticos deixou claro o liame de interesses públicos e privados. A CTNP e a administração de Londrina ficaram sob o monopólio de uma mesma pessoa até os anos de 1940.<sup>286</sup>

O constante fluxo de imigrantes e migrantes para o setentrião paranaense em razão de sua colonização recente fez com que a Delegacia Regional de Londrina atentasse para o caráter dessas pessoas. Por isso, a DOPS da capital baixou o Decreto 6498, de 25 de fevereiro de 1938, definindo que hotéis e pensões deveriam remeter obrigatoriamente as fichas atualizadas de hóspedes, após duas horas de entrada. Em caso de descumprimento, os estabelecimentos seriam multados em cem mil réis<sup>287</sup>. Tais medidas deveriam se estender para todas as Delegacias Regionais do Estado. Em Londrina, um documento de 1942, comentava a confecção e o envio dessas fichas especiais, com a clara preocupação de permitir o controle, sobretudo de estrangeiros, que se hospedavam nesses recintos.<sup>288</sup>

---

<sup>285</sup> STRAUBE, op. cit., p. 153.

<sup>286</sup> ADUM, op. cit., p. 70-71.

<sup>287</sup> STRAUBE, op. cit., p. 154.

<sup>288</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544. 61. Ofício n. 765, de 31 out. 1942.

O domínio exercido pela DOPS no período da Segunda Guerra Mundial ampliou a sua atuação na esfera social, em práticas cotidianas ou que levantassem suspeitas de forma a inibir aglomerações e tentar controlar os ânimos oposicionistas. Em 1942, o Delegado Regional de Londrina proibiu que bares e casas encerrassem as portas após a meia noite e coibiu qualquer tipo de reunião em família na região.

Em 1944 foi criada mais uma região policial no norte do Paraná, sediada em Cornélio Procópio. Com isso, o setentrião do Estado passou a contar com três delegacias regionais: Jacarezinho, Londrina e Cornélio Procópio, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1: Regiões Policiais em 1944**

<b>1ª Região</b>	Curitiba.
<b>2ª Região</b>	Paranaguá.
<b>3ª Região</b>	Ponta Grossa.
<b>4ª Região</b>	Rio Negro.
<b>5ª Região</b>	Irati.
<b>6ª Região</b>	União da Vitória.
<b>7ª Região</b>	Guarapuava.
<b>8ª Região</b>	Castro.
<b>9ª Região</b>	Jaguariaíva.
<b>10ª Região</b>	Tomazina.
<b>11ª Região</b>	Jacarezinho.
<b>12ª Região</b>	Cornélio Procópio.
<b>13ª Região</b>	Londrina.

Fonte: Decreto 1980, de 18 de fevereiro de 1944. Altera as Regiões Policiais criadas pelo Decreto 6439, de 21 de fevereiro de 1938. Todas as regiões estavam subordinadas à Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública. A 1ª Região estava sob o comando do Delegado Auxiliar e as demais regiões policiais era supervisionadas pelos Delegados Regionais. (Decreto 1980, de 18 de fevereiro de 1944 apud STRAUBE, op. cit., p. 158)

Em 1946, no início do governo de Eurico Gaspar Dutra novas medidas foram tomadas para o policiamento. No Paraná, o período que inaugura o governo de Moysés Lupion, que comandou o estado entre os anos de 1947 a 1951, abriu espaço para estagiários nomeados entre os acadêmicos de 4º e 5º anos da Faculdade de Direito do Paraná, atuando dois por Delegacia durante quatro meses, sendo substituídos ao fim desse período por novos estagiários.

Visando ampliar o olhar da vigilância no norte do Estado, foram fundadas duas Delegacias Regionais em 1947, uma com sede em Tibagi e outra em Apucarana, englobando os seus respectivos distritos.<sup>289</sup> Neste mesmo ano foram estruturadas as cinco delegacias especializadas, que ficaram assim divididas: 1) Delegacia de Ordem Política e Social; 2) Delegacia de Vigilância e Investigações; 3) Delegacia de Segurança Pessoal; 4) Delegacia de Falsificações e Defraudações; 5) Delegacia de Economia Popular. Aumentou ainda o número de Delegacias Regionais, totalizando dezessete sedes: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho, Londrina, União da Vitória, Guarapuava, Rio Negro, Irati, Castro, Jaguariaíva, Tomazina, Cornélio Procopio, Foz do Iguaçu, Clevelândia, Tibagi e Apucarana. O Departamento de Segurança Pública da Secretaria do Interior seguia a seguinte sequência: 1) Diretor do Departamento; 2) Delegacia Auxiliar; 3) Delegacias Especializadas; 4) Delegacias Distritais em Curitiba; 5) Dezessete Delegacias Regionais; 6) Delegacias Municipais (localizadas nos municípios que não eram sedes das Delegacias Regionais); 6) Subdelegacias de Polícia (tanto em Curitiba como nos demais municípios); 7) Inspetorias de Quarteirão.<sup>290</sup>

A autonomia operacional em relação ao governo federal, garantida com a Constituição de 1946, não intimidou a junção entre segurança e política nos Estados. A esfera pública policial era utilizada para fins privados e com interesses político-partidários. Pela Lei nº 47 de 18 de fevereiro de 1948, durante o governo de Moysés Lupion a Chefatura de Polícia e o cargo de chefe de polícia, extintos em 1942, foram restituídos com a função de cuidar da segurança pública no Paraná. A restauração implicou na subordinação da Chefatura de Polícia diretamente ao governador do Estado. A determinação surgiu após a publicação da Constituição do Estado do Paraná de 12 de julho de 1947, que em seu artigo 172, estipulava que “a

---

<sup>289</sup> Decreto-lei 631, de 4 de junho de 1947 apud STRAUBE, op. cit., p. 161.

<sup>290</sup> Decreto-Lei 656 de 28 de junho de 1947 apud STRAUBE, op. cit., p. 162.

Polícia Civil será organizada em carreiras, iniciadas por concurso público e assegurado o acesso por merecimento e por antiguidade, alternadamente”.<sup>291</sup>

Apesar de este documento assegurar o ingresso no aparato policial por meio de um sistema avaliativo, a Chefatura de Polícia, integrante do Departamento de Segurança Pública da Secretaria do Interior, estava sujeita às vontades de Moysés Lupion. Portanto, o processo seletivo poderia até simbolizar uma forma mais democrática de ingressar no sistema policial do Estado, mas as indicações aos cargos de chefia, considerados estratégicos, continuavam, condicionando a administração pública para fins privados. Exemplo dessa prática eram as constantes nomeações ao cargo de Chefe de Polícia, que sempre ocorriam com o aval do governador do Estado e normalmente assumia a função alguém vinculado a ele. Foi o que ocorreu quando o Major do Exército Antônio Pereira Lira<sup>292</sup> deixou a colocação de Chefe de Polícia em 17 de dezembro de 1948 para ser substituído pelo Tenente Coronel da Polícia Militar, Pedro Scherer Sobrinho o qual exercia anteriormente o cargo de Chefe da Casa Militar do Palácio.

A indicação de indivíduos de confiança somava-se ao esforço de aperfeiçoamento e multiplicação das Delegacias Regionais. O temor e a paranoia com a expansão do comunismo, aliado ao suposto perigo que poderia trazer para a ordem social contribuiu para esse investimento. Foram criadas mais duas Delegacias Regionais: a 18ª Região, com sede em Laranjeiras do Sul<sup>293</sup> e a 19ª Região, com o quartel-general em Santo Antônio da Platina, mas cuja abrangência jurisdicional se estendia aos municípios de Abatiá, Ribeirão do Pinhal, Cinzas, Joaquim Távora e Quatiguá<sup>294</sup>. Foram criadas também Seções Regionais do Instituto de Identificação<sup>295</sup> em Londrina, Jacarezinho, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá, cada qual com um fotógrafo e um identificador<sup>296</sup>, além da propagação

---

<sup>291</sup> PARANÁ. Constituição (1947). **Constituição do Estado do Paraná**: promulgada em 12 de julho de 1947. Arquivo Público, 1947.

<sup>292</sup> O major do Exército Antônio Pereira Lira foi nomeado Chefe de Polícia pelo Decreto 1768, de 28 de fevereiro de 1948 e permaneceu na função por um período de quase dez meses, saindo no dia 17 de dezembro de 1948.

<sup>293</sup> Lei 68 de 23 de março de 1948.

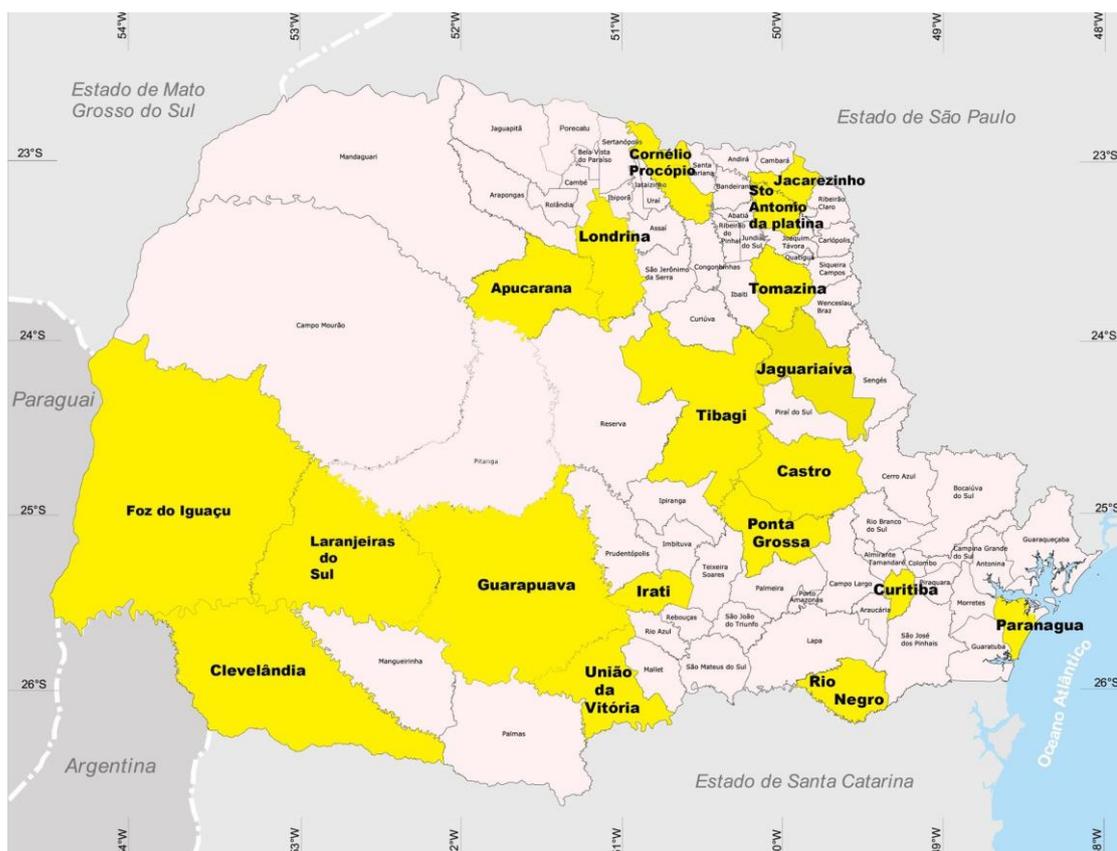
<sup>294</sup> Lei 164 de 2 de dezembro de 1948.

<sup>295</sup> O Instituto de Identificação era uma subdivisão da Chefatura de Polícia e que tinha como incumbência identificar suspeitos e criminosos.

<sup>296</sup> Lei 82 de 3 de agosto de 1948.

de destacamentos da Guarda Civil<sup>297</sup> nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Paranaguá, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Apucarana e Guarapuava<sup>298</sup>.

**Mapa 1: Divisão Política do Estado do Paraná (1950) e a distribuição das regiões contempladas com Delegacias Regionais**



Mapa 1: Regiões Policiais de acordo com a Lei 164 de 2 de dezembro de 1948. STRAUBE, op. cit., p.165. (19 Regiões: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho, Londrina, União da Vitória, Guarapuava, Rio Negro, Irati, Castro, Jaguariaíva, Tomazina, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Clevelândia, Tibagi, Apucarana, Laranjeiras do Sul e Santo Antonio da Platina). Fonte: IPARDES. Base Cartográfica. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/Divisao\\_politica\\_1950\\_base\\_2010.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisao_politica_1950_base_2010.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

A partir de 1945, as Delegacias Regionais e a sede da DOPS em Curitiba passaram a enfatizar o “perigo vermelho” de forma ainda mais intensa do que nos anos de 1930. A polícia política agiu como partidários do proibicionismo, como autoridades policiais que procuravam hierarquizar ideias, submetendo-as a um

<sup>297</sup> A função da Guarda Civil era realizar o policiamento urbano preventivo e ostensivo.

<sup>298</sup> Lei 811 de 29 de novembro de 1951.

juízo diário, com o objetivo de purificar a sociedade. Esses atos de “saneamento ideológico” funcionavam por meio de uma censura preventiva e punitiva, no intuito de impedir a circulação de concepções subversivas e que ferissem o estatuto ideológico imposto pelo regime governista. Os indivíduos que violassem as ordens estabelecidas seriam tratados como “bandidos” e “criminosos”, sobretudo aos olhos da lei. A liberalização do registro do PCB em 1945 e sua posterior proscrição intensificaram o olhar da polícia política em relação aos comunistas em todo o Paraná. Para justificar suas ações, a DOPS utilizava metodologias duvidosas e elegia grupos como potenciais vítimas da doutrina bolchevique. O iminente “perigo vermelho” resultou na formulação de imaginários e representações anticomunistas, visando legitimar as ações policiais e inibir o crescimento da “conspiração” bolchevique.

### **3.2. O mito do complô: no rastro das atividades comunistas**

Os comunistas não eram somente vistos como inimigos. Os adjetivos que, talvez, melhor os descreviam na opinião policial poderia ser o de “infiéis da ordem”. Muitos deles eram brasileiros e ostentavam (ao menos deveriam) um amor pátrio. No entanto, a influência soviética, ou seja, do “inimigo”, realizou um trabalho de convencimento de alguns cidadãos, os quais traíram a nação em nome de uma causa estrangeira. De acordo com esse raciocínio, “infiel” seria aquele marcado pela subversão e abjuração de valores, enquanto “inimigo” consistia naquele que sustentava os interesses de um determinado grupo opositor. No caso do comunismo, como afirma Ansart<sup>299</sup>, reacende-se uma “violência simbólica não menos radical do que a de certas religiões: o inimigo oposto aos interesses e valores do grupo legítimo é menos condenável que o infiel”. Por isso, era importante, na visão policial, impedir a entrada de estrangeiros mal intencionados e suspeitos de ligação com o comunismo, para que esses não convertessem pessoas comuns ao credo vermelho. Nessa perspectiva, a máxima recorrente nos círculos policiais era a

---

<sup>299</sup> ANSART, op. cit., p. 41.

de que ninguém nascia comunista no Brasil, mas tornava-se um mediante a convivência e poder de persuasão levados a cabo por integrantes do PCB.

Em consonância com Girardet<sup>300</sup>, no centro da mitologia do complô, impõe-se a imagem da “organização”, muitas vezes como algo temido, sendo o “segredo” a primeira de suas características. Viagens, reuniões, encontros noturnos, independente do local ou em meio a situações inusitadas trazem à baila a ideia de “clandestinidade”. Em correspondência ao delegado da DOPS em Curitiba, datada de 29 de março de 1948, o então Delegado Regional de Polícia de Londrina, Cezinando Dias Paredes, informa que Flavio Ribeiro, comunista fichado pela polícia política havia viajado no dia 23 de março pela companhia Aerovias Brasil, com destino à capital do Estado e esteve hospedado entre os dias 21 e 22 desse mesmo mês na residência de Newton Câmara, também fichado pela DOPS<sup>301</sup>. As supostas ações dos indivíduos neste tempo em que mantiveram contato não foram citadas no documento. É bem provável que os próprios agentes da DOPS sequer sabiam o motivo da viagem. O fato de se tratar de dois elementos fichados como comunistas já era o suficiente para instigar a imaginação policial, a qual subentendia que o encontro era motivado por assuntos de interesses pecebistas.

A prática de senhas, códigos cifrados e sinais de reconhecimento se configuraram em técnicas constantes dos comunistas. Tais elementos instigavam a imaginação policial a ponto de reconhecê-los como os “homens do complô”. Em relatório intitulado “Observações preliminares procedidas no norte do Paraná”, basicamente nas cidades de Londrina, Porecatu e Centenário do Sul, datado de 14 de junho de 1951, os agentes O. Santos, A. G. Magalhães, Edgar Távora e Heber Palhano descrevem como eram realizadas as reuniões secretas, em 1949, para tratar da agitação comunista<sup>302</sup> em Porecatu, salientando que esses encontros ocorriam nas residências dos próprios camponeses. O documento afirma que Maria Olimpia Carneiro Mochel, vereadora de Curitiba e Newton Câmara, vereador em Londrina, ambos considerados comunistas, se reuniam constantemente na casa de Hilário Gonçalves Padilha, posseiro que morava na região litigada. Nessas ocasiões, o acesso era restrito a militantes, só podendo ingressar à residência de Padilha aqueles que soubessem a senha previamente combinada. Na opinião policial, esse

---

<sup>300</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 34.

<sup>301</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia Regional de Londrina, p. 180.

<sup>302</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Observações preliminares procedidas no norte do Paraná, p. 179.

método era um “perfeito serviço de despistamento”<sup>303</sup>, já que as senhas nunca permaneciam as mesmas e as combinações que as formavam praticamente não se aproximavam da política do partido. Portanto, era inútil encontrar evidências em nomes de militantes e pistas relacionadas à União Soviética, ao PCB ou ao comunismo. Algumas senhas chegaram a ser descobertas pela polícia política, como: “nacionalidade brasileira”, “Cigarros Fulgor” e “Lata Velha”<sup>304</sup>.

Treinados pelo o que Girardet<sup>305</sup> denominou de “pedagogia do segredo” os comunistas, na ótica policial, eram adestrados para se esconder. Para isso, realizavam suas tarefas à surdina, a fim de ludibriar as autoridades, não serem pegos em flagrante e evitar que fossem enquadrados na LSN<sup>306</sup>. Visando ampliar seu leque de atuação no campo, os comunistas haviam distribuído em Porecatu, norte do Estado, na noite de 28 de maio de 1954 um panfleto incitando os camponeses a realizarem uma Reforma Agrária com o lema: “A terra é para os que nela trabalham”. Nele, as queixas recaem sobre a prepotência da polícia, a exploração dos latifundiários e as violentas prisões e atitudes levadas a cabo pela “polícia de Getúlio e Bento”<sup>307</sup>, uma alusão ao presidente Vargas e ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em seu mandato entre os anos de 1951 a 1955. A associação do comunismo ao reino das trevas está no fato de realizarem constantemente suas atividades no período noturno. A ideia de subterrâneo, acoplada a reuniões a portas fechadas, esconderijos ou a ocultação de documentos, objetos e armas, desperta o legendário simbólico da conspiração.

Muito embora fosse mais compreendida como uma ameaça, a noção de que a organização comunista internacional, com suas filiais espalhadas em diversos países perseguiria o desígnio da dominação universal, com ascendência sobre os

---

<sup>303</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Observações preliminares procedidas no norte do Paraná, p. 181.

<sup>304</sup> Ibid...

<sup>305</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 34.

<sup>306</sup> A Lei de Segurança Nacional de 1938, que vigorou até 1953, definia crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social. Com a Lei de Segurança Nacional de 1953, houve uma preocupação mais acentuada em relação ao ‘inimigo interno’, a ponto de essa legislação definir crimes contra a segurança interna e externa do Estado e contra a ordem política e social. As diligências comunistas poderiam ser enquadradas nas respectivas leis com a proscrição do PCB antes de 1945 e após 1947, por comprometerem a ordem política (pois faziam oposição ao governo) e social (com reuniões, comícios, atividades etc.) não autorizadas pelo poder público, além da suspeita de trabalharem para Moscou, ferindo, dessa forma, a segurança interna e externa do Estado, conforme preveem as respectivas LSNs (IPÓLITO, 2009, p. 41).

<sup>307</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599c.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Panfleto comunista. Reforma Agrária do Programa do PCB, 1954, p. 67.

povos e o “estabelecimento, em seu proveito, de um poder de dimensão mundial”<sup>308</sup> legitimava as atitudes da polícia política em relação aos comunistas. O objetivo pelo qual as autoridades policiais acreditavam sustentar os bolchevistas deixava evidente que todos os meios para combater este fim seriam válidos. Conforme Girardet<sup>309</sup>, alguns dos mecanismos mais utilizados no combate ao complô, no caso, o comunista, foram os da espionagem e delação.

As escutas de ligações telefônicas a determinados números, solicitado por meio de correspondência reservada e remetida ao Diretor da Companhia Telefônica Paranaense pela DOPS de Curitiba em 28 de maio de 1946, em pleno período de legalidade do PCB<sup>310</sup>, pode ser considerado um dos mecanismos de espionagem utilizados pela polícia política. Da mesma forma, era comum o rastreamento e até a interceptação de pertences enviados pelo correio a elementos suspeitos. A denúncia de que Silvino Lopes de Oliveira estava recebendo, via Maringá, “volumes de jornais e revistas especializadas na doutrina comunista para redistribuição a militantes e simpatizantes daquele credo [...]”<sup>311</sup> bastou para torná-lo suspeito em potencial. Esta informação foi suficiente para que a DOPS levantasse dados sobre sua vida e até suas pretensões políticas, afirmando que o acusado era diretor de uma Colônia localizada no município de Campo Mourão e também ocupava o cargo de presidente da câmara de vereadores neste município. O relatório assevera que sua intenção era “candidatar-se, nas próximas eleições, a Prefeito Municipal da cidade de Peabiru”<sup>312</sup>. De fato, Silvino Lopes candidatou-se ao cargo de prefeito nesse município e venceu as eleições municipais de 1952 pelo Partido Republicano (PR)<sup>313</sup>. Entretanto, na documentação investigada, não foi possível encontrar ligações dele com o PCB. Em virtude das informações constantes no documento, o Delegado da DOPS, Miguel Zacarias, requereu ao Delegado Regional de Campo

---

<sup>308</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 36.

<sup>309</sup> Ibid., p. 37.

<sup>310</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e portarias expedidos pela DOPS. Correspondência reservada solicitando o controle de ligações telefônicas, 1946, p. 206.

<sup>311</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 780a.89. Documentos da DOPS antigos (Pasta 1). Relatório sobre Silvino Lopes de Oliveira, [1955?], p. 174. Não há referência a datas no relatório. No entanto, pelas informações de contexto, acredita-se que o documento tenha sido redigido em 1955, pelo fato de que Campo Mourão tornou-se uma jurisdição policial, a 23ª Região Policial, por meio da Lei nº 2528, deste mesmo ano.

<sup>312</sup> Ibid..

<sup>313</sup> TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Resultados das eleições municipais em Peabiru. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19521109A77631.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2016.

Mourão que toda a correspondência endereçada a Silvino Lopes de Oliveira fosse confiscada e remetida à DOPS, em Curitiba.

A violação de correspondência, justificada por ter sido aberta por engano, mas com a aparente intenção de incriminar alguém, também foi uma tática utilizada para descobrir suspeitos de colaborarem com a propagação comunista. Na cidade de Rolândia<sup>314</sup>, em 1948, uma carta remetida pelo ex-deputado eleito pelo PCB no ano anterior<sup>315</sup> e então secretário geral do Comitê Estadual José Rodrigues Vieira Netto à Câmara Municipal de Rolândia, aos cuidados de Jonas Elias Borges, então vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi aberta “por engano” pelo presidente da câmara municipal Francisco Albenaz, que em seguida entregou-a a Delegacia de Polícia de Rolândia. Anfrísio Fonseca de Siqueira, delegado de polícia e responsável pelo caso, comunicou a DOPS, em Curitiba, que Jonas Elias Borges era um dos dirigentes comunistas de Rolândia. Em função da carta apreendida e de Vieira Netto, remetente da correspondência, também se tratar de um “súdito de Moscou”, Jonas Elias Borges estava sendo “mantido com severa vigilância” por parte da delegacia de polícia “que designou um Agente reservado para segui-lo”<sup>316</sup>.

O conteúdo da carta fala em materiais impressos que foram enviados junto a esta e cujo assunto deveria ser discutido e analisado. O Delegado de Polícia de Rolândia afirma que tentou confiscar o pacote com panfletos a que se refere à correspondência, mas lamenta por não ter conseguido em função de o material ter sido devolvido ao remetente. Na carta não é possível encontrar qualquer alusão ao comunismo. No entanto, o envio de material a ser debatido, o fato do remetente e destinatário configurarem como elementos comunistas, eram indícios suficientes para que a DOPS e autoridades policiais de Rolândia sentenciassem o caso como mais uma forma de propagar a doutrina subversiva dos “vermelhos”<sup>317</sup>.

Em outros casos, o “espírito de polícia e de delação”<sup>318</sup> poderia vir de uma pessoa inusitada para os militantes ou suspeitos, como alguém da própria família. Tal prática poderia ser forjada por motivos de vingança e, muitas vezes, eram baseadas em informações desencontradas ou especulações de parentes. No auto de declarações registrado na DOPS em 4 de abril de 1952 a doméstica Ady da

<sup>314</sup> Município integrante da Comarca de Londrina (13ª Região Policial), no norte do Paraná.

<sup>315</sup> Os mandatos dos parlamentares eleitos pela sigla do PCB em 1947 foram cassados em janeiro de 1948, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, como foi o caso de Vieira Netto no Paraná.

<sup>316</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d.61. Delegacia Regional de Londrina, 1948, p. 186-187.

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 188.

<sup>318</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 37.

Costa Zella, residente em Paranaguá, mas que havia se refugiado na capital paranaense, afirmou que seu companheiro Luiz Gomes de Oliveira era um “comunista fervoroso”. Soube dos pais que seu amásio realizava comícios em praça pública antes de vir para o Paraná, quando ainda residia em Salvador, na Bahia. Informa que Luiz Gomes de Oliveira ousou conduzi-la a um comício comunista, realizado na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, apenas para assisti-lo. No intuito de realizar atividades bolchevistas, seu esposo teria abandonado o emprego, manifestando interesse pelos jornais a “Imprensa Popular” e “Tribuna do Povo”, ambos reconhecidamente veículos de propaganda do PCB. Por temer delações e varreduras policiais Luiz Gomes, segundo o pai da declarante, queimou “toda e qualquer propaganda comunista que viesse a compromet[ê-lo]”. Invocando a ideia de heresia religiosa, Ady da Costa afirmou que o “Deus de Luiz [seu companheiro] [era] Luiz Carlos Prestes [...]” e que chegou a ser “coagida para aceitar a tal doutrina Comunista.”<sup>319</sup>

Convocado para depor sobre as acusações de sua amásia, Luiz Gomes de Oliveira, declarou que foi até Curitiba no intuito de se reconciliar com Ady da Costa e iniciar uma nova vida com sua família. Para o depoente, as acusações são falsas, frutos de intrigas e atritos entre parentes, em especial as perseguições levadas a cabo por um cunhado, cujo nome não é mencionado nos autos. Quando questionado sobre a sua opinião política “respondeu que não era adepto a nenhum partido político, somente tendo tomado parte em Niterói a Esplanada do Castelo, em comício Pró-Paz”<sup>320</sup> e que tinha o hábito de comprar os jornais “Imprensa Popular” e “Tribuna do Povo” “como todos os que estivessem expostos a venda, a fim de ver as notícias mais recentes”. Saindo em sua defesa, disse que jamais havia tomado partido ou se envolvido em questões políticas. Sobre as denúncias de sua esposa, alega que “são meramente por motivos de vingança instigados por parentes que residem em Paranaguá em companhia da mesma.”<sup>321</sup>

Luiz Gomes de Oliveira foi preso pela DOPS sob acusação de “[...] infringir maus tratos a sua amasia [sic]”. No entanto, os autos de declarações nem sequer

<sup>319</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta780a.89. Documentos da DOPS antigos (Pasta 1). Auto de declarações de Ady da Costa Zella, 1952, p. 221.

<sup>320</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta780a.89. Documentos da DOPS antigos (Pasta 1). Auto de declarações de Luiz Gomes de Oliveira, p. 218. A Campanha Pró-Paz, tema que será abordado nas próximas páginas, foi organizada pelo PCB a nível mundial. No Brasil, dedicou-se especial atenção para comícios regionais e a constituição de um abaixo-assinado.

<sup>321</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta780a.89. Documentos da DOPS antigos (Pasta 1). Auto de declarações de Ady da Costa Zella, 1952, p. 218-219.

mencionam os maus tratos praticados, muito menos detalham a relação conjugal que ambos mantinham. O enfoque dos depoimentos, assim como no informe sobre o enclausuramento de Luiz Gomes de Oliveira destaca a acusação feita por sua companheira, por ser um “fervoroso adepto do credo vermelho”<sup>322</sup> supondo que “quando residia no estado do Rio de Janeiro tinha em seu poder folhetos e fotografias de líderes vermelhos”<sup>323</sup>. A única evidência que incriminava Luiz Gomes era o depoimento de sua mulher, a qual, por sua vez, se reportou ao método do “ouviu dizer” de seus pais para acusá-lo. A prova, aparentemente frágil, recebeu total atenção de Fausto Thomaz, delegado da DOPS, que encaminhou o caso para averiguações. O desfecho da ocorrência não consta na documentação analisada, talvez um indício de que a polícia política controlava até os documentos a serem arquivados e eliminava evidências comprometedoras de sua conduta e de seus procedimentos.

A imagem do complô se expandiu por meio de um discurso repetitivo pautado na paranoia da conspiração, ou seja, na percepção de que o comunismo se impõe e ludibria a consciência das massas. Segundo Girardet<sup>324</sup>, a estratégia da manipulação pode ocorrer de forma multidimensional. O aparelho político e administrativo não são as únicas apostas. Esta “se expande para todos os domínios da vida coletiva, quer se trate dos costumes, da organização familiar, como também do sistema educacional ou dos mecanismos econômicos.”

Caminhar com um comunista ou simplesmente ser visto em sua companhia configurava alto grau de suspeição. A desconfiança de que o contador Luiz Otero, oriundo do interior do Paraná, comungava do credo vermelho começou quando o indivíduo foi visto acompanhado de Simão Nicolaivaiski, fichado como elemento comunista. Na ocasião, Luiz Otero, foi descrito como um indivíduo alto, “encorpado, 36 anos de idade mais ou menos [...]” e usava cavanhaque. A riqueza de detalhes na caracterização do suspeito era necessária para compreender eventuais transformações fisionômicas. Alguns dias se passaram e Luiz Otero foi visto na sua residência, Rua Desembargador Motta, n° 9, em Curitiba, sem o cavanhaque, o que levantava suspeitas ao fato de tê-lo raspado. O documento realça, ainda, o episódio de Otero recusar uma proposta de emprego na Companhia Mate Leão que havia lhe

---

<sup>322</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta780a.89. Documentos da DOPS antigos (Pasta 1),1952, p. 225.

<sup>323</sup> Ibid.

<sup>324</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 38-39.

oferecido uma “colocação no interior, sendo, porém, recusado por querer o mesmo residir na capital”. Do ponto de vista da DOPS, ao menos três dados chamam a atenção neste relatório alusivo a Luiz Otero: primeiro, o fato de ele ser considerado suspeito potencial em praticar o bolchevismo por estar acompanhado de um fichado comunista, fator que poderia ser facilmente transformado em um indicativo de conspiração; segundo, a eliminação do cavanhaque como forma de tripudiar a polícia política; terceiro, a suspeita de o indivíduo insistir em morar na capital, a ponto de ter recusado uma carreira promissora como contador no interior do Paraná, o que levava a crer que outros interesses, talvez comunistas, pesavam na sua decisão convicta de permanecer em Curitiba, maior núcleo bolchevista do Estado<sup>325</sup>. Todos esses dados levam a crer que a DOPS agia com base em suposições e forçava interpretações conclusivas, quase sempre objetivando encontrar suspeitos comunistas, por mais que provas concretas se fizessem ausentes.

O círculo de amizade era utilizado, muitas vezes, para traçar o perfil ideológico de suspeitos e fichados. Demonstrar afeição ou simplesmente dialogar com comunistas se constituía tanto numa pista quanto em um agravante para a polícia política. Na ficha de Milton Ribeiro Meneses, advogado e presidente da Câmara de Vereadores em Londrina, constam as informações de que era comunista e “amigo íntimo de Flavio Ribeiro, sendo visto sempre em companhia do mesmo, quase diariamente.”<sup>326</sup> Flavio Ribeiro, também fichado pela DOPS, era considerado como “um dos grandes líderes vermelhos e grande agitador do norte do Paraná”. Era considerado um dos maiores comunistas de Londrina, sendo o advogado responsável pelas questões jurídicas do Partido Comunista. Em sua ficha também consta a informação de que teria exercido atividades “contrárias à segurança nacional nos anos de 1956 e 1950.”<sup>327</sup> A amizade com Flavio Ribeiro, “elemento muito ativo [...]” como consta no documento, apenas reforçava a informação de Meneses ser um comunista atuante no PCB, fator que na ótica policial era sinônimo de conspirador da ordem.

---

<sup>325</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 786a.92. Documentos Perdidos. Relatório. Curitiba, 30 de junho de 1955, p. 101.

<sup>326</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Relatório. Curitiba, 02 de julho de 1951, p. 5.

<sup>327</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1216.341. Pasta individual de Flavio Ribeiro. [1959?], p. 94.

Na visão da polícia política, a “manipulação multidimensional”<sup>328</sup> dos pecebistas se expandiu para todos os lugares: família, sociedade, amigos, considerados núcleos de convivência frágeis e, portanto, alvos pontuais de sua atuação. Por isso, a associação dos comunistas à ideia de uma seita organizada que tramava para acabar com a ordem social e conspirava para tomar o poder parece ser mais cabível no esforço de compreender a atuação constante da DOPS e suas suposições em relação aos comunistas e pessoas próximas a eles.

### 3.3. O perigo feminino

A partir de 1945, o clima de democratização inspirou o PCB fazendo-o oscilar entre uma “política de quadros” e uma “política de massas”, culminando em uma abertura do partido para a participação da sociedade. O aumento no número de militantes durante o período entre 1945 a 1947, momento no qual o PCB se manteve legal e pode atuar como uma legenda partidária reconhecida propiciou o interesse substancial de mulheres, as quais além de se tornarem parte dos quadros do PCB eram, muitas vezes, responsáveis por organizar reuniões, campanhas e criavam associações que se vinculavam de forma direta ao partido. Os apelos à condição de mãe, irmã, esposa, noiva estavam frequentemente vinculados à luta em panfletos e manifestações.

O temor da desestruturação familiar motivou mulheres comunistas ou simpatizantes a se unirem e exigirem providências contra guerras e explorações. A Associação Feminina de Londrina<sup>329</sup>, por exemplo, realizava intensas campanhas contra o envio de homens para a Guerra da Coreia, acusando os “plutocratas norte americanos” de financiar o conflito, enviar homens para o confronto e com isso destruir a estrutura familiar no Brasil, “tradicionalmente amante da paz e inimigo das

---

<sup>328</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 38.

<sup>329</sup> A Associação Feminina de Londrina foi um primeiro marco da luta pelos direitos da mulher no Norte do Paraná e que ainda necessita de uma pesquisa mais aprofundada. Tal entidade foi fundada em 1949, pela costureira Ana Pereira Correia, mais conhecida como Anita, então esposa de Manoel Jacinto Correia, o qual foi eleito vereador em Londrina no ano de 1948 pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas era um dos grandes mentores e chefe do Partido Comunista na cidade. DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 2543.422. Ficha de Manoel Jacinto Correia, [1953?b], p. 21.

guerras de conquista.”<sup>330</sup> A convocação feminina para as atividades dos Comitês Democráticos Populares<sup>331</sup> da capital também se reportava a questões sobre o nível de vida, pois havia a convicção de que as mulheres, donas de casa em sua maioria, sentiam e saberiam avaliar melhor o aumento no custo de vida<sup>332</sup>. A discussão sobre a paz mundial e protestos em repúdio à bomba atômica também foram temas da Conferência de Mulheres, realizada na cidade de Curitiba em dezembro de 1951 e organizada pela vereadora comunista Maria Olímpia Carneiro<sup>333</sup>. Embora não tenha sido aparentemente aprovada pela sociedade paranaense que inclusive criticou a realização do evento e o fato da polícia política tê-lo ignorado, permitindo a realização da atividade “subversiva”, é interessante notar que a participação feminina, encabeçada por mulheres comunistas, buscava espaços de reivindicações a despeito de julgamentos emitidos pelos círculos conservadores.<sup>334</sup>

Os comunistas inovaram ao incentivar a atuação feminina na política, seja como candidatas pela legenda do partido ou empenhadas em discursos, comícios e eventos organizados pelo PCB. A imagem da mulher como ativista buscou superar a visão, quase predominante na sociedade, que associava o papel feminino à fragilidade, afazeres domésticos, dedicação exclusiva à família e mesmo a suposta incapacidade de lidar com assuntos políticos, pensamento recorrente na sociedade da época. A mulher passou a ser representada em panfletos, cartazes e ilustrações da imprensa comunista com feições determinantes e espírito ativo.

A reportagem “Roubos e assassinatos no município de Tibagi”, do jornal comunista *Tribuna do Povo*<sup>335</sup> denunciou a cobrança abusiva de impostos por fazendeiros na região norte do Estado. Tais “foros” foram adquiridos, repetidas vezes, durante um ano, de famílias camponesas assentadas em latifúndios ou que arrendavam partes de grandes fazendas. A ilustração que acompanha a notícia é

---

<sup>330</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Panfleto “Às mães londrinenses”, [1951?], p. 163.

<sup>331</sup> Segundo Claudia Monteiro, tais comitês tinham como função conquistar seguidores e eleitores para o PCB e seu trabalho de atuação abrangeu diversas cidades paranaenses em meados de 1945. (MONTEIRO, op. cit., p. 73)

<sup>332</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 264.29. Comitê Comunista Central da Capital. Recorte do jornal *Gazeta do Povo*, 7 jul. 1945, p. 180.

<sup>333</sup> Primeira vereadora eleita na capital do Estado em 1947 pelo Partido Social Trabalhista (PST).

<sup>334</sup> ZENI, op. cit., p. 63.

<sup>335</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. “Roubos e assassinatos no município de Tibagi”. Recorte do *Jornal Tribuna do Povo*, 24 mar. 1951, p. 3.

bastante alusiva à atuação da mulher nas Ligas Camponesas<sup>336</sup>, organizações que arregimentavam trabalhadores envolvidos na disputa pela terra que floresceu no norte do Paraná entre fins dos anos de 1940 e início da década de 1950. Na figura é retratada uma Liga Camponesa aparentemente guiada pelos próprios trabalhadores, talvez uma referência ao caráter social dessas organizações. A imagem destaca pessoas com traços marcantes, revestidos de expressões sérias e olhares fixos no horizonte. Alguns homens aparecem de chapéus a fim de representar aqueles que labutavam na terra. Em meio a dois deles emerge a face, com contornos delicados, de uma mulher, uma forma de realçar que a luta pela terra não fazia distinção de sexo. A faixa em letras garrafais com os dizeres “LIGA CAMPONESA” na parte superior da imagem simula uma situação de movimento, como se permanecessem em uma manifestação realmente dispostos e conscientes pelo que estavam lutando.

**Figura 1: Liga Camponesa**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. “Roubos e assassinatos no município de Tibagi”. Recorte do Jornal Tribuna do Povo, 24 mar. 1951, p. 3.

<sup>336</sup> Angelo Priori afirma que as Ligas Camponesas formadas na região norte do Paraná durante a segunda metade da década de 1950 eram “embriões” de grupos armados sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha. Esses núcleos de mobilização se preocupavam mais com a questão social do que política, daí o fato da ilustração retratar fundamentalmente camponeses e trabalhadores com traços de sofrimento e marcas de exposição ao trabalho árduo. PRIORI, Angelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu*. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2009, p.123.

Por meio de eventos divulgados nos jornais, cartazes, panfletos ou em material similar, a participação feminina era estimulada a discutir assuntos diversos, que iam desde a paz mundial, perpassando pelas lutas travadas no campo até por campanhas contra a carestia. Em muitos casos, a atuação da polícia política impedia a realização dessas discussões, fato que provocava uma fatídica batalha judicial. Maria Olímpia Carneiro Mochel organizou em 1949 uma série de conferências a serem ministradas em diversas cidades do Paraná sobre os temas “Congresso Nacional de Mulheres” e “Direitos e conquistas da mulher”. No entanto, as atividades previamente programadas foram impedidas de ser realizadas em Londrina, norte do Estado, por ordem do Chefe de Polícia Pedro Scherer Sobrinho. A interdição dos eventos levou Maria Olímpia Carneiro Mochel e José Rodrigues Vieira Netto, advogado e fichado como comunista, a impetrar mandado de segurança para realizar as conferências, justificando o “direito líquido e certo” garantido no artigo 141 da Constituição Federal de 1946 que em seus §5º, §8º e §11º assevera “a liberdade de manifestação de pensamento, de convicção religiosa, filosófica ou política e reunião.”<sup>337</sup>

Convidado a prestar informações, o chefe de polícia declarou que tais atividades, assim como outras levadas a cabo em anos anteriores, tinham como objetivo arregimentar cidadãos ao credo vermelho, o que caracterizaria subversão da ordem. Na visão de Pedro Scherer Sobrinho:

Tivemos os Comitês Democráticos, os Comitês de Assistência aos Presos Políticos, as Comissões de Aumento de Salário, as Comissões de Estudos e Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, os Comitês de Intelectuais contra o Processo de Prestes, as Associações de Camponeses, as Ligas Estudantis e Juvenis, as Ligas anti-fascistas, as Federações de Mulheres, as Campanhas do Petróleo, sob seus diversos títulos e os Congressos Pró Paz, em cuja sombra puderam exercer livremente no país, atividades político-partidárias de que estão legalmente afastados, reestruturando seus quadros, mantendo contacto [sic] com as massas, fazendo propaganda e atendendo a uma linha comum aos seus interesses subversivos.<sup>338</sup>

---

<sup>337</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS. Parecer nº 591/49 sobre o mandado de segurança nº 173 assinado pelo Procurador Geral do Estado Antônio Chalbaud Biscaia. Curitiba, 20 dez. 1949, p. 494.

<sup>338</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS. Depoimento do Chefe de Polícia Pedro Scherer Sobrinho, 1949, p. 492.

Para Girardet<sup>339</sup>, a visão que se constrói sobre os homens do complô, assim como a interpretação da polícia política em relação ao comunismo, é a de que os conspiradores podem manejar a corrupção, o “aviltamento dos costumes”, a “desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais”. Em consonância com o Chefe de Polícia, os comunistas, disfarçados em campanhas das mais diversas temáticas, estariam atuando no sentido de instigar a opinião pública e discursar sobre sua doutrina, neste caso, dissimulando suas palestras com temas direcionados aos direitos da mulher.

O iminente perigo de incitar os ânimos dos ouvintes de eventos encabeçados pelo PCB era a dissolução moral. Como afirma Girardet, a “manipulação multidimensional” arquitetada pelos que se acreditam contemplar a ideia de complô pode resultar em alistamentos de “agentes” civis propensos a lutar pela conspiração. Bebendo das mesmas ideias e lutando por sua causa, “empregados domésticos, governantes, preceptores, a incitarão pouco a pouco a repudiar as concepções habituais de bem e mal; cultivarão seus vícios, lhe inculcarão outros, a estimularão a essa “libertinagem precoce”<sup>340</sup>. As palavras de Girardet sintetizam o pensamento policial preocupado em controlar a liberdade prevista na Constituição de 1946, pois enxergava claramente o comunismo como uma organização conspiratória.

No interior do complô comunista, a mulher teria um papel especial, quase sempre associada à paranoia da conspiração. Levada aos seus “caprichos, suas fantasias e suas exigências [...]”, teria o trabalho de conduzir a sociedade à decadência, baseando-se na concepção de que da destruição nasceria uma nova sociedade sob os cuidados da “organização”<sup>341</sup>. Associada ao pensamento da mulher como instrumento de alta periculosidade utilizada pelos integrantes do complô estaria à ideia de “império das trevas”, uma analogia ao fato dos integrantes do comunismo manifestar preferência por esconder-se em lugares fechados ou ocultarem seus reais objetivos por outras temáticas em seus eventos. Nas suas declarações, Pedro Scherer Sobrinho<sup>342</sup> afirma que a luta empreendida pela vereadora Maria Olímpia era “subterrânea”, expressão que de acordo com

---

<sup>339</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 40.

<sup>340</sup> Ibid., p. 40.

<sup>341</sup> Ibid., p. 41.

<sup>342</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS. Depoimento do Chefe de Polícia Pedro Scherer Sobrinho, 1949, p. 492.

Girardet<sup>343</sup>, remete ao “legendário simbólico da conspiração” e à escuridão, por significar a ação clandestina.

No caso do PCB, a DOPS entendia que se tratava de uma ocultação mais complexa, visto que mesmo com a cassação do partido em 1947, seus integrantes e simpatizantes insistiam em manter suas atividades acobertadas sobre outra legenda ou fachada. Enfatizando o papel feminino de Maria Olímpia, o depoimento do chefe de polícia a definiu como “comunista de alto coturno, bem como seu marido”<sup>344</sup>, talvez uma forma de insinuar que a vereadora vivia a reboque de seu esposo, também um fichado comunista e era conseqüentemente subordinada aos anseios do partido. O documento destaca, ainda, que a primeira atitude de Maria Olímpia na Câmara Municipal de Curitiba “[...] foi fazer profissão de fé comunista, declarando seguir naquela Casa os postulados defendidos por Luís Carlos Prestes.”<sup>345</sup>

A “manipulação multidimensional”<sup>346</sup> do comunismo na visão policial havia chegado aos lares e estava estendendo suas raízes na medida em que eventos orquestrados pelo PCB ocorriam, seja por meios clandestinos ou abertos, mas disfarçados em outros temas e denominações. A mulher, associada normalmente ao alicerce familiar, seria uma importante ferramenta a serviço da organização comunista e por isso foi arrebanhada ao PCB. No entanto, a atuação feminina em discussões e cargos políticos comprometia a ordem familiar tradicional, que associava a mulher às atividades domésticas ou a laços matrimoniais e consanguíneos (como esposa, mãe e irmã). Vinculada a esses novos espaços, a imagem feminina adquiriu certa autonomia, conquista nada simpática aos olhos da polícia política.

Ao conceder seu ultimato negando a permissão solicitada pelo mandato judicial impetrado por Maria Olímpia e Vieira Netto, em virtude da proibição de realizar as atividades programadas em Londrina, conforme mencionado acima, o Procurador Geral do Estado Antônio Chalbaud Biscaia não economizou adjetivos para subestimar a conduta da vereadora. Em sua fala, Maria Olímpia seria uma “empedernida e fanática COMUNISTA, propagadora de ideias e doutrinas malsãs, anti-democráticas [sic] e ante-cristãs [sic] do bolchevismo, como comprova a farta

---

<sup>343</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 42.

<sup>344</sup> Uma referência a Joaquim Mochel, membro do Comitê Municipal do PCB em 1945 e candidato ao cargo de deputado estadual em 1950 (MONTEIRO, op. cit., p. 96).

<sup>345</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS. Depoimento do Chefe de Polícia Pedro Scherer Sobrinho, 1949, p. 492.

<sup>346</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 38.

documentação que acompanha a informação da Chefatura de Polícia”<sup>347</sup>. Seria, portanto, a aversão do que se esperava do papel feminino naquele momento: mulheres que cuidam da casa, do marido, dos filhos e se caracterizavam por sua frenética fé cristã. Maria Olímpia fugia à regra e, por isso, foi qualificada como portadora da missão de espalhar o comunismo e subverter a ordem.

Acusada de explorar eventos com temáticas voltadas à mulher, também recaiu sobre Maria Olímpia a denúncia de corromper os valores sociais, legais e religiosos ao forçar reuniões que tinham como subterfúgios a propagação do credo vermelho e a utilização desses espaços para profanar a sociedade e atrair novos adeptos ao PCB. Visto por outro ângulo, é compreensível que as autoridades policiais e governamentais estavam empenhadas em sufocar os supostos planos conspiratórios dos comunistas, simplificados no temor da usurpação do poder por meio de uma insurreição violenta.

Girardet<sup>348</sup>, expressa em poucas palavras, o que poderia ser compreendido como o receio da polícia política quanto à participação das mulheres no que consideravam ser o complô comunista: “habilmente colocada a serviço da Organização, não menos habilmente levada para os braços dos poderosos desse mundo, é a ela [mulher] que caberá a tarefa de destruir lares, de dilacerar as famílias”.

#### **3.4. O espírito de limpeza social: “marginalizados” associados ao comunismo**

No dizer de Gilberto Dupas, o “andarilho violenta, por sua própria situação, a ordem estabelecida”<sup>349</sup>. Viajantes, bêbados, mendigos, prostitutas, vivenciam um mundo paralelo, no qual o sentimento em relação a eles é de vacância e a anomia, presente em muitos desses casos, tinha força de lei.

---

<sup>347</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 808.97. Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS. Parecer nº 591/49 sobre o mandado de segurança nº 173 assinado pelo Procurador Geral do Estado Antônio Chalbaud Biscaia. Curitiba, 20 dez. 1949, p. 498.

<sup>348</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 41.

<sup>349</sup> DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 98.

Para Girardet<sup>350</sup>, a ideia de organização persegue o intuito da dominação e, segundo este raciocínio, os recrutados possuíam “ascendência sobre os príncipes e sobre os povos, o estabelecimento, em seu proveito, de um poder de dimensão mundial”. A noção de complô não faria distinção de classe social, condição física ou psíquica. Por isso, na ótica policial, a subversão atingia inclusive os elementos considerados “marginalizados” e ignorados para fazerem parte do mundo “subterrâneo”, em função da imagem que passavam como “bêbados, vagabundos e meretrizes”. Em circular de 19 de março de 1953, remetida aos delegados das Subdelegacias da DOPS em todo o Estado, o Chefe de Polícia no Paraná Major Ney Braga<sup>351</sup>, afirma que a pobreza e o descontentamento da condição social são campos propícios para a fertilização de ideias e concretização de planos bolcheviques. Em referência ao norte do Paraná, na época uma das áreas de mais recente colonização no Estado, Major Ney Braga ressalta:

O dinheiro atraiu infratores da lei e mulheres desajustadas dos bons costumes. A miséria nos trouxe o problema da mendicância. E ambos nos deram um certo [sic] desequilíbrio social, campo favorável à propagação da ideologia comunista. E aí estão os elementos mais sérios para o organismo policial que é responsável pela ordem pública.<sup>352</sup>

A preocupação em eliminar elementos indesejáveis no processo denominado de “limpeza social” encontra registros desde 1916<sup>353</sup>, momento em que a polícia política possuía um viés moralizador voltado aos “bons costumes”. Com a legalização do PCB, em 1945, e sua posterior clandestinidade em 1947, o inimigo quase sempre estava associado ao credo vermelho. Logo, a preocupação

<sup>350</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 36.

<sup>351</sup> Ney Braga chegou a ocupar o cargo de governador do Paraná entre os anos de 1979 a 1982. Ocupou o cargo de Chefe de Polícia do Paraná de 1952 a 1954, momento em que teve a candidatura lançada para disputar a Prefeitura de Curitiba pelo o seu ex-cunhado e então governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto. Conforme ressalta Alessandro Batistella, “embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada, o governador paranaense esteve envolvido direta e ‘silenciosamente’ no golpe”. Cf.: BATISTELLA, Alessandro. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. *História*, v. 34, n.1, p. 274-302, 2015, p. 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n1/0101-9074-his-34-01-00274.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

<sup>352</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 780a.89. Documentos da DOPS antigos. Circular de Ney Braga aos Subdelegados do Paraná. Curitiba, 19 mar. 1953, p. 41.

<sup>353</sup> Pela portaria 34, de março de 1916, o Chefe de Polícia determinou a transferência de prostitutas das áreas centrais de Curitiba para outras menos movimentadas, além de aprovar a submissão a exames de mendigos, para verificarem se eram inválidos, afeitos à “[...] vagabundagem e ao jogo” STRAUBE, op. cit., p. 120.

moralizadora, relacionada ao controle da mendicância, prostituição e outros indivíduos “marginalizados” da sociedade era agravada com o perigo constante de essas pessoas serem arrematadas ao PCB. Por isso, a preservação dos “homens de bem” era uma das determinações recomendadas pelo Chefe de Polícia Major Ney Braga em 1953. O trabalho preventivo da polícia política consistia em:

[...]

3- Repressão absoluta aos jogos de azar;

4- Evitar o alastramento do meretrício e não permitir o excesso de bebidas alcoólicas nas casas de tolerância, impedindo por qualquer forma que se afronte as populações ordeiras com depravações de mulheres levianas;

[...]

6- Repressão enérgica à vadiagem [...];

[...]

9- Controle dos hotéis e estações de desembarque para a fiscalização rigorosa dos infratores da lei e mulheres desajustadas;

[...] <sup>354</sup>

A referência a mulheres era quase sempre associada à prostituição e a menção aos mendigos remetia à ideia de “vadiagem”. As palavras “repressão absoluta” e “repressão enérgica” contradizem a própria fala de Ney Braga, autor do documento, o qual afirma que a polícia deveria ser “acima de tudo, preventiva e humana.” <sup>355</sup>

Tratados como párias sociais, a eles eram reportadas a ideia de impureza, desordem e violência. A esses adjetivos desqualificantes somava-se, em alguns casos, o agravante do comunismo, acusação muitas vezes forjada pelas próprias autoridades policiais. É o que parece ter ocorrido em 24 de agosto de 1948 com Napoleão Dellê Viana, “que, em completo estado de embriaguês [sic], apregoava ideias comunistas no BAR RIO BRANCO, à rua Barão do Rio Branco” <sup>356</sup>, em Curitiba. Sem qualquer depoimento do acusado, mesmo posterior ao efeito etílico, ou qualquer objeto que comprovasse a sua ligação com o PCB, o incriminado foi preso de forma arbitrária, sendo que apenas acusações de terceiros (inclusive não

<sup>354</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 780a.89. Documentos da DOPS antigos. Circular de Ney Braga aos Subdelegados do Paraná. Curitiba, 19 mar. 1953, p. 42-43.

<sup>355</sup> Ibid., p. 42.

<sup>356</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 846.104. DOPS – relatórios 1956. Relatório do Chefe de Plantão Osvaldo Scaramella. Curitiba, 24 de agosto de 1948, p. 95.

há referências a nomes ou outros detalhes) foram levadas em consideração, sem conceder ao detido, qualquer chance de defesa.

Curiosamente, as descrições dos objetos encontrados com Napoleão Dellê Viana, não faziam qualquer alusão ao bolchevismo, mas, mesmo assim foram apreendidas pela DOPS e citadas no relatório. Entre os artefatos descobertos em posse do acusado estavam:

[...] Cr.\$7,00 em dinheiro, uma cinta de couro; um lápis comum; um suspensório de couro e uma cinta também de couro; uma gravata; um pente quebrado; uma carteira de cigarros e uma caixa de fósforos, já abertas, e uma folha de papel, com dizeres incompreensíveis (oração, segundo o preso), e outros papeis sem importância.<sup>357</sup>

Além dos objetos apreendidos que não faziam referência ao comunismo, a própria irrelevância das anotações foi citada no documento, o que levanta dúvidas sobre o método empregado pela polícia política. Afinal, se os itens encontrados não eram evidências de que o embriagado estava coligado com os pecebistas, por que mantê-lo preso sob a acusação de proliferar o comunismo? A delação de “terceiros” parecia ser superestimada entre os agentes da DOPS, os quais não levavam em consideração os prováveis interesses (de vingança, ódio etc..) dos delatores. No intuito de forçar uma acusação, qualquer indício relacionado direta ou indiretamente ao comunismo era suficiente.

Em outros casos, a insatisfação no emprego fazia com que alguns trabalhadores recorressem à bebida para esquecerem os problemas da vida profissional, fugirem dos padrões sociais e, como em um ato de ousadia ou desabafo, venerarem símbolos ou “heróis” comunistas. Em 17 de janeiro de 1948, o indivíduo Orlando Azevedo Gaivett foi preso e deixado à disposição da DOPS por se encontrar em “completo estado de embriaguez dando vivas ao comunismo e Luiz Carlos Prestes, na Rua 15 de novembro esquina de Barão do Rio Branco”. Em sua posse, foram encontrados “um termo de acordo para a prorrogação de horário de trabalho, uma carteira contendo Cr.\$ 7,00, duas fotografias”. O crível motivo da

---

<sup>357</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 846.104. DOPS – relatórios 1956. Relatório do Chefe de Plantão Osvaldo Scaramella. Curitiba, 24 de agosto de 1948, p. 95.

embriaguez de Gaivett teria sido o contrato de extensão do horário de trabalho, provavelmente não acrescido de aumento salarial.<sup>358</sup>

Os próprios bares eram considerados pela DOPS um dos ambientes ideais para a propagação do comunismo. Sob o disfarce de descontração, eles se revelavam espaços de conluio nos quais a polícia política deveria estar atenta. Em Porecatu, os comunistas e “intrusos” frequentemente se reuniam no Bar Papagaio e Bar do Garcia. Em ambos os agentes relataram que o conteúdo da conversa era direcionado para os acontecimentos relacionados à Revolta de Porecatu, além de ouvirem “irradiações russas”, atitude que alimentava a crença no credo vermelho.<sup>359</sup>

As transmissões soviéticas também eram ouvidas atentamente nas reuniões promovidas em casas de simpatizantes ou militantes, reconhecidos por tentarem angariar fundos ao partido. Segundo informações obtidas no mesmo relatório da DOPS, a residência em Porecatu de Luiz Marconsin “tem havido ultimamente reuniões suspeitas, onde são vendidos cartões de rifas, quase sempre a título de auxílio, nos mesmos moldes das campanhas de finanças usadas pelo Partido Comunista”. Tais reuniões, as irradiações e o fato de fazer campanhas a fim de arrecadar recursos financeiros eram indícios suficientes para entender que Luiz Marconsin era comunista, muito embora a polícia política compreendesse que ele disfarçasse sua posição política por estar filiado ao PTB.<sup>360</sup>

Como um importante mecanismo de influência política e ideológica, os aparelhos de rádio eram frequentemente confiscados pela polícia política, uma forma de intimidação e controle de seu uso. A profanação de mentes e incitamento revolucionário poderia estimular ideias perigosas à ordem pública, por isso, em algumas ocorrências, o simples fato de possuir algum aparelho radiofônico era indício suficiente para deixar alguém sob suspeita policial. Em casos extremos, os aparelhos eram apreendidos e somente liberados posteriormente, depois de constatado o seu uso inofensivo, muito embora não se saiba ao certo se os programas radiofônicos que emitiam programas soviéticos fossem reais ou se tratava de uma invenção da DOPS.

---

<sup>358</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 780a.89. Ofícios Relatório enviado a DOPS. Curitiba, 18 de janeiro de 1948, p. 315.

<sup>359</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Observações preliminares procedidas no norte do Paraná. Curitiba, 14 jun. 1951, p. 181.

<sup>360</sup> Ibid..

Por meio de um requerimento, Jordão Santinho solicitou à DOPS de Curitiba a devolução de seu aparelho de rádio marca “*Telefunkem*, modelo 1875, que se acha[va] apreendido [...]” na regional de Londrina<sup>361</sup>. De forma semelhante, Silvério Paglia havia solicitado seu aparelho de rádio, que também se encontrava na Delegacia Regional de Londrina. A fim de custear seu envio foi a ele enviado um comunicado em 17 de agosto de 1944 com o valor total das despesas que, somadas, resultaram na quantia de “Cr.\$ 44,90 (quarenta e quatro cruzeiros e noventa centavos)”<sup>362</sup>. O aparelho de rádio de Regina Fabrini, residente em Londrina, também foi autorizado para a devolução pela DOPS, desde que fosse “lacrado o dispositivo para a recepção de ondas curtas [...]”<sup>363</sup>, provavelmente para evitar comunicações, a exemplo de difusões radiofônicas internacionais e radioamadorismo. Embora não tenha sido localizado nenhum documento no qual se tenha clareza sobre os reais motivos das apreensões desses aparelhos é significativo que eles representavam sério risco por poderem transmitir programas radiofônicos soviéticos ou mesmo locais que propagassem o comunismo.

Bem provável que a ideia de complô ou disseminação de concepções contrárias por meio desses veículos de comunicação tenha motivado o enclausuramento de tais objetos. Como afirma Girardet, os conspiradores atribuem importância “aos meios de informação e a insistência colocada na necessidade de garantir o seu controle.”<sup>364</sup>

Ao que parece, diante das apreensões de aparelhos radiofônicos, tal concepção povoou o imaginário da polícia política. Dominando a difusão de notícias, apreendendo aparelhos de rádios e, assim, impedindo que as pessoas tivessem acesso a reportagens que poderiam abalar negativamente a opinião pública, a polícia política acreditava contribuir para a manutenção da paz social e estancar a divulgação de ideários subversivos ou revolucionários.

Além disso, a polícia política nutria a visão de que a dependência de álcool ou o porte de armas eram típicos de suspeitos bolchevistas. O intuito de associar

<sup>361</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544c.61. DP Londrina – 2ª pasta. Documento da DOPS de Curitiba solicitando a devolução do aparelho de rádio de Jordão Santinho. Curitiba, 27 set. 1944, p. 196.

<sup>362</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544c.61. DP Londrina – 2ª pasta. Documento da Delegacia Regional de Londrina informando as despesas do envio do aparelho de rádio de propriedade de Silvério Paglia. Curitiba, 17 ago. 1944, p. 264.

<sup>363</sup> DEAP/FUNDO DOPS. DP Londrina – 2ª pasta. Documento da DOPS autorizando a Delegacia Regional de Londrina a devolver o aparelho de rádio para Regina Fabrini. Curitiba, 19 jul. 1944, p. 291.

<sup>364</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 39.

vícios, como o da embriaguez, ao comunismo era acompanhado da abominação, levada a cabo em documentos policiais, de alguns suspeitos portarem artefatos bélicos. A combinação de álcool e armamentos em mãos “erradas”, como afirmavam os relatórios, levavam a crer na periculosidade do comunismo e no desequilíbrio de quem empunha a sua bandeira. Assim, Inocêncio Ferreira Belem, acusado de colaborar com os “intrusos” de Porecatu, era qualificado como um “indivíduo boçal, metido a valente”. Após se embriagar, Inocêncio teria ido para Centenário do Sul, local em que a Comissão de Terras eleita pelo governador Bento Munhoz estava arbitrando a questão da área litigada. Inocêncio nada fez na ocasião, mas o simples fato de carregar “sempre consigo revólver e punhal e, juntamente com outros, ora escondidos na mata, em número de cerca de 80 homens, costuma[r] frequentar a venda do FIORI [...]”, o enquadrava como alguém com más intenções. Em outra fala, o relatório completa que Inocêncio já foi visto embriagado e costumava dizer para seus comparsas enviarem “gente e armas para nós no mato”. Pela interpretação da DOPS, artefatos bélicos somente poderiam estar em mãos de autoridades policiais, responsáveis por preservar a paz social. A presença de armamentos em posse de “indivíduos mal intencionados” fugia a ordem natural das coisas, já que corria o risco de utilizarem tais objetos em nome da conspiração comunista.<sup>365</sup>

Em alguns casos, grupos ou pessoas que causavam agitação ou qualquer tipo de desordem também eram associados ao comunismo. De acordo com reportagem do Jornal Diário da Tarde, de 14 de julho de 1951, intitulada “Ao interpolar um desordeiro a polícia constatou tratar-se de um agitador comunista”, por volta das 20h30min do dia anterior a polícia de Londrina foi acionada em razão da intensa desordem promovida por um grupo de pessoas, na Rua Duque de Caxias, localizada próxima à Churrascaria Bambu. Entre os envolvidos interceptados pela polícia política estava Joél Hermes de Oliveira, cujo comportamento se destacou por ser “o pior da turma e era o que provocava a agitação”. Com exceção de Joél os demais envolvidos conseguiram se controlar. Em razão de seu comportamento intempestivo, Joél foi detido e na revista realizada “a polícia encontrou em seu bolso

---

<sup>365</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Observações preliminares procedidas no norte do Paraná. Curitiba, 14 de junho de 1951, p. 181-182.

folhetos de propaganda do credo vermelho [...]”, indícios que comprovariam sua vinculação com o comunismo.<sup>366</sup>

Agindo sob a influência de paixões políticas, mas, sobretudo, temendo uma ação revolucionária capaz de usurpar o poder, a DOPS interpretava a conduta de pessoas comuns, próximas ou não a militantes e simpatizantes do PCB de maneira deturpada. Ainda assim, parte das características atribuídas ao comunismo possuía correspondência no real, ou seja, havia um pano de fundo que equivalia a uma verdade. Reuniões às escondidas, atuação de suspeitos em períodos noturnos, inclusão da mulher como uma ativista política, persistência na manutenção do partido mesmo após a sua ilegalidade em 1947, associação do comunismo a “marginalizados” sociais, alimentaram a paranoia da conspiração bolchevique na ótica da polícia política. Interpretados como a encarnação do mal, a desqualificação dos comunistas se dava claramente pelo destaque de sua condição internacional, em um momento onde a brasilidade despontava como forma de legitimar um discurso apoiado na percepção de liberdades democráticas e coroado pela Constituição de 1946.

### 3.5. O comunismo animalesco

Associados a características maléficas, os comunistas eram frequentemente referenciados como “perigo vermelho”, “desvairados”, “paranoicos”, “degenerados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”<sup>367</sup>, dentre outros adjetivos que beiram ao grotesco. No esforço de apresentá-los como criaturas assustadoras, associando-os a animais, num processo de “zoomorfização”<sup>368</sup>, a polícia política deixou transparecer, em documentos, diversas pistas do que Girardet alcunhou de “bestiário do complô”<sup>369</sup>. A vinculação a animais que causavam certa sensação de horror pode ser compreendida como uma forma de incutir na população uma

---

<sup>366</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Recorte do Jornal Diário da Tarde. “Ao interpor um desordeiro a polícia constatou tratar-se de um agitador comunista”. 14 jul. 1951, p. 22.

<sup>367</sup> MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 120.

<sup>368</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 51.

<sup>369</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 44.

espécie de aversão ao comunismo, associada não apenas aos malefícios que certas espécies poderiam provocar aos humanos, mas a seu aspecto viscoso, capaz de causar sensações que se caracterizavam pela repugnância.

Por “bestiário do complô” entende-se “tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde. Reúne igualmente tudo o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador de sujeira e da infecção: a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo [...]”<sup>370</sup>

Tal assimilação ou redução à animalidade simboliza a paranoia a que se pretende associar o grupo provocador da conspiração. Em ato de repulsa a um comício que teria sido organizado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas que havia contado com a presença de comunistas fichados pela DOPS como Melquiades Pereira da Silva, Flavio Ribeiro, Manoel Jacinto e Almo Saturnino, o Jornal “O Dia”, de 14 de junho de 1951, considerou a ação como uma trama arquitetada pelo PCB, ilegal naquele momento, classificando o comício como “[...] um atentado a soberania nacional”. Nessa mesma edição, o periódico conclamava medidas rigorosas das autoridades governamentais e policiais para impedir que o “perigo vermelho” pudesse “expandir os seus **tentáculos**, na propagação de nefasta doutrina.”<sup>371</sup>

Com seus braços múltiplos e inúmeros tentáculos o polvo é uma das manifestações mais constantes no imaginário anticomunista. Citado muitas vezes como um animal voraz prestes a agarrar a presa e devorá-la, ele também vive nas profundezas do oceano, na escuridão dos mares, indícios que reforçam sua característica subterrânea. O movimento em ondas de seus braços simbolizaria a agitação dos dedos ao se prepararem para agarrar algo.

Em 1948, foram distribuídos livros no esforço de encabeçar uma campanha anticomunista.<sup>372</sup> Sob o ponto de vista dos governantes e da polícia, a ação radical comunista não condizia com as leis que asseguravam a ordem nacional. Em função disso, para a polícia política, a luta contra o comunismo envolvia todos os homens de bem, chegando a ser uma questão patriótica. Enfim, propagavam “o anticomunismo como dever sagrado de cada cidadão digno desse nome”<sup>373</sup>. Nesse

<sup>370</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 44.

<sup>371</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Recorte do Jornal *O Dia*. Curitiba, 14 de junho de 1951, p. 220, grifo nosso.

<sup>372</sup> A documentação consultada não traz informações sobre o público ao qual foi distribuído os livros, nem a tiragem dos mesmos.

<sup>373</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 264.29. Pasta 264, caixa 29. Comitê Comunista Central da Capital (relação de dirigentes comunistas e membros das diversas células do Estado, [1951?], p. 32.

material há uma série de informações justificando a “moral da luta anticomunista”, com o objetivo de estimular o leitor a lutar contra essa doutrina e a se precaver de sua ação e propaganda.

Na capa, a ilustração remete a um polvo dominando o mundo com seus vastos e precisos tentáculos. Na imagem está claro que o animal emerge da União Soviética, centro fulcral do comunismo, mas a ideia de movimentação dos braços indica que ele pode alterar a sua posição, abocanhando outra parte do planeta a qualquer momento. Para Girardet, o acúmulo de referências animais quase sempre está acompanhado de uma “boca monstruosa, sempre ávida, sempre devoradora.”<sup>374</sup>

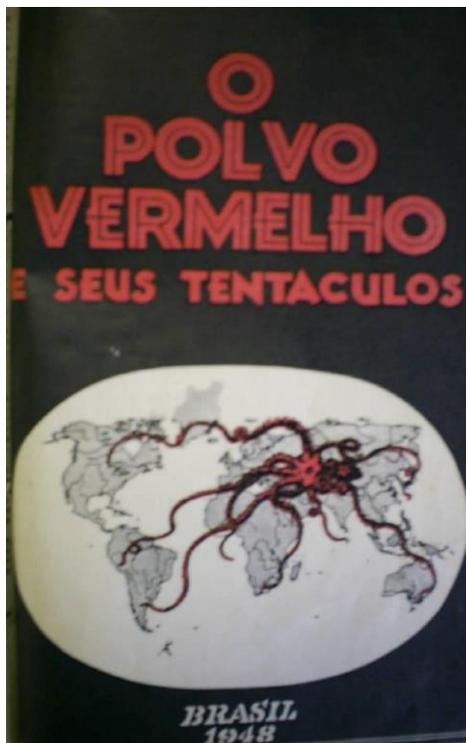
As próprias cores são alusivas à ideia de mundo subterrâneo. O preto associado ao “império das trevas” aos “homens da sombra” introduz a ideia de um “corpo exógeno obscuramente submetido às suas próprias leis, obedecendo apenas a seus próprios imperativos ou a seus próprios apetites”<sup>375</sup>. O vermelho, cor predominante na bandeira soviética, pode ser interpretado como o sangue sorvido das vítimas do comunismo, simbolizando, portanto, dor e sofrimento. O tamanho desproporcional do animal quase se equiparando a vastidão do planeta e os dizeres “O polvo vermelho e seus tentáculo” alerta para o crescimento do comunismo e a necessidade de frear o seu avanço.

---

<sup>374</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 44.

<sup>375</sup> Ibid., p. 42-43.

**Figura 2: Livro produzido pela polícia política justificando a “moral da luta anticomunista”**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 264.29. Comitê Comunista Central da Capital: relação de dirigentes comunistas e membros das diversas células do Estado, [1951?], p. 33.

A demonização do complô por meio da associação animalesca é incrementada com a concepção de que seu integrante é objeto, imitação ou “[...] eco dos velhos processos de feitiçaria”<sup>376</sup>. Em um panfleto direcionado aos “Bravos posseantes, colonos e peões de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas”, assinado sob o pseudônimo “Guaira”, foi feito um apelo para que a população dessas cidades não se entregasse a greves, pois a luta dos trabalhadores do campo era a “luta do próprio governo”. Em clara oposição ao envolvimento pecebista na questão agrária o documento acusa os comunistas, os ‘jagunços de Moscou’, de quererem tomar os postos de trabalho e as terras da região. Conforme o panfleto, “[...] os que fazem luta armada e sangrenta [...] estão lutando contra os camponeses, contra os posseantes.

<sup>376</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 47.

São os que não têm direito a terra e esperam, pela confusão, ficar com as terras que nos pertencem.”<sup>377</sup>

Em referência à Revolta de Porecatu que contou com a atuação de militantes do PCB, o documento enfatizou: “chega de ouvir o canto da **sereia soviética** que os beijos do demagogo soltam atrás [sic] do poste”<sup>378</sup>. Como um personagem mítico que povoa os mares, a sereia sempre alicia os homens, os quais se deixam hipnotizar com os encantos de sua beleza. Seduzidos por ela, os sujeitos são atraídos e, enfim, devorados nas profundezas do oceano, novamente uma referência ao mundo subterrâneo da conspiração. A interpretação que se pode fazer dessa passagem é a de que o comunismo tinha aptidão em enfeitiçar as pessoas, seja pela aparente perfeição de sua doutrina, os belos discursos de seus militantes ou as “falsas” promessas do partido. No entanto, tal como o “canto da sereia”, tudo isso não passaria de “ilusão”, uma imagem deturpada que iria revelar o seu lado destruidor.

Em 1951, mesmo ano em que o movimento insurrecional de Porecatu chegou ao seu apogeu sendo, na sequência, controlado, foi inaugurada em Londrina a “Campanha de Educação Cívica e Democrática”. Criada e dirigida por Gustavo Branco – também fundador da *Revista Realizações Brasileiras*, a qual tinha como objetivo “à promoção da família, Forças Armadas e movimentos de cunho cívico filantrópico”<sup>379</sup> – a iniciativa abarcou a região de Londrina e demais cidades vizinhas nas quais se verificou uma agitação comunista mais intensa em função de movimentos agrários.

A ação consistia em distribuir e fixar em locais públicos materiais panfletários, livretos e cartazes com charges e instruções alusivas ao combate da doutrina vermelha. O objetivo era realizar uma espécie de conscientização a fim de sedimentar representações negativas do comunismo. Contando com uma linguagem direta, objetiva e repleta de frases de efeito e letras garrafais a “Campanha de Educação Cívica e Democrática” tencionava ser acessível, considerando o baixo grau de alfabetização da população local<sup>380</sup>. A conclamação da liberdade no

---

<sup>377</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 599b.68. Delegacia de Polícia de Porecatu. Panfleto “Bravos posseantes, colonos e peões de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas. Porecatu, 25 de maio de 1951, p. 238.

<sup>378</sup> Ibid., grifo nosso.

<sup>379</sup> FERNANDES, op. cit., 2012, p. 104.

<sup>380</sup> Ibid., p. 104.

conteúdo dos materiais divulgados remetia à preservação dos valores religiosos, morais, patrióticos e democráticos, ameaçados pelo bolchevismo.

Em um desses panfletos o “bestiário do complô” é representado pela vinculação do comunismo à sujeira e podridão. O rato, com feições do líder soviético Stálin, é lançado ao lixo pelo “Zé Brasil”, personagem com referência direta ao povo num claro convite para “limpar” a cidade das devassas ideias bolcheviques. A expressão “comunismo”, tatuada nas costas do animal, é acompanhada do seu símbolo máximo: a foice e o martelo, uma alusão às ideias desmoralizadoras brandidas pelos militantes e simpatizantes do credo vermelho. No imenso balde, destinado a ser o lixo, há vários papéis amassados, nos quais também permaneciam inscritas a foice e o martelo, referência de que a sociedade estava empenhada na higienização social e eliminação dos comunistas. “Zé Brasil”, o protagonista heroico retratado na imagem, esbanja uma aparência séria e determinada. Com vestimenta simples e braços musculosos a exemplo de um trabalhador, “Zé Brasil” ostenta um chapéu, provavelmente uma analogia a alguns homens do campo, que nos diversos conflitos de terras ocorridos no norte do Paraná, como os de Porecatu, se posicionaram de forma contrária à proliferação do bolchevismo, uma forma de demonstrar que a luta contra as ideias comunistas não estava restrita apenas ao ambiente urbano. O pedaço de madeira em atitude de ataque também pode ser interpretado como uma tentativa de aproximação das campanhas anticomunistas com os residentes no campo. Aparentemente, este objeto foi o responsável pela morte do rato (Stálin) que jaz suspenso pela mão esquerda de “Zé Brasil”. A própria disposição das mãos pode ser considerada como um indicativo entre bem e mal: à direita, o instrumento que impõe a ordem e à esquerda, a representação animalesca do complô comunista.

Os escritos do panfleto apelam para os prejuízos que o bolchevismo pode causar na família, na religião e no comprometimento da liberdade: “Pense só o que você perderá se o comunismo triunfar. Você não poderá assegurar o futuro de sua família... não poderá trabalhar no lugar nem do modo que quiser [sic]... você não poderá viver como **Homem livre**”<sup>381</sup>. Os dizeres, assim como a ilustração, estão voltados para uma pedagogia anticomunista, alimentada pelo temor paranoico do triunfo do bolchevismo (conspiração) e a ameaça da perda de valores sociais. A

---

<sup>381</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 786a.92. Documentos perdidos. Panfleto “Campanha de Educação Cívica e Democrática”, [1951?b], p. 114, grifo do autor.

união de todos, como conclama o documento, seria imprescindível para a manutenção da ordem e eliminação de quem não a aceitasse.

**Figura 3: Panfleto da Campanha de Educação Cívica e Democrática**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 786a.92. Documentos perdidos. Panfleto “Campanha de Educação Cívica e Democrática”, [1951?b], p. 114.

As iniciativas populares no combate ao comunismo também foram significativas e demonstram que a aversão aos adeptos de Moscou não ficou restrita aos âmbitos institucionais. Este apoio de grande parte da sociedade frutificou em campanhas anticomunistas – a exemplo da “Campanha de Educação Cívica e Democrática”, criada e dirigida por Gustavo Branco em Londrina, norte do Paraná – as quais apesar de receberem apoio institucional, contaram com a iniciativa de populares, o que de certa forma contribuiu para a edificação de uma imagem não muito amistosa do comunismo, efígie que ainda prevalece em alguns círculos sociais. As frequentes associações do bolchevismo com epidemias ou patologias, sujeiras ou podridão podem ser consideradas um esforço de grupos isolados auxiliados pelas autoridades policiais de implantar uma pedagogia anticomunista, educando os populares de forma a aprenderem que o comunismo corrompe os

valores da família, da pátria e da liberdade, razão pela qual deveria ser eliminado do meio social antes que suas ideias ganhassem novos adeptos e se espalhassem como um “câncer” corroendo a suposta harmonia social.

O mito da conspiração comunista, aqui abordado, é um indicativo de que o pensamento mitológico não povoou apenas o imaginário de setores ou instituições associados à esquerda, como no caso do PCB, mas foi suscetível em outras esferas financiadas pelo poder estatal. Ao longo da exposição textual é possível notar a construção mitológica perceptível na documentação, escrita ou imagética, produzida pela própria polícia política no Paraná. Em consonância com Girardet<sup>382</sup>, a mitologia do complô se alimenta da formulação de uma imagem tenebrosa da “Organização”. No esforço de inibir a expansão do comunismo no Estado, a DOPS concentrou suas ações em impedir a atuação de suspeitos, utilizando, para isso, procedimentos duvidosos e provas aparentemente frágeis. Entre os métodos empregados estavam a “lógica da suspeição”, tendo como pressuposto básico de que todo o cidadão, independente de seu sexo, religião ou nacionalidade, era um suspeito em potencial.

Explorando a sensibilidade religiosa, moral e democrática o mito do complô bolchevique forneceu munição para a construção de representações anticomunistas. Associando o PCB com a destruição de valores sociais, a polícia política elegeu os potenciais criminosos comunistas entre os marginalizados, mulheres e aqueles que possuíam vínculos afetivos ou consanguíneos com militantes ou simpatizantes do partido. Em particular, no período posterior a 1945, a multiplicação de Delegacias Regionais se fez em regiões mais ameaçadas pelo “perigo vermelho”, o que leva a crer que o comunismo era o principal inimigo da polícia política. O medo de sua expansão no Paraná justificou práticas e metodologias específicas, criando, no imaginário policial, a ideia de complô comunista.

---

<sup>382</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 32.

## 4. A propaganda anticomunista

### 4.1. Liberdade até que ponto? A I Conferência Nacional de Polícia

Entre 3 e 8 de dezembro de 1951 realizou-se, no Rio de Janeiro, a I Conferência Nacional de Polícia. O evento contou com a presença do presidente Getúlio Vargas, do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Negrão de Lima e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, esses últimos como presidente e vice-presidente do evento.<sup>383</sup> Nela foram discutidas medidas “preventivas” a serem tomadas pelas polícias políticas no Brasil em relação a “atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação”. Os pontos a serem debatidos foram apresentados pelo titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado, Laurindo de Oliveira Regis Filho e reunidos em uma tese<sup>384</sup> arquivada em meio aos documentos da DOPS-PR.

Um dos objetivos da conferência era chegar a um acordo mais eficaz sobre a configuração da polícia política brasileira. Albino Silva, Chefe de Polícia do Paraná defendia que “tudo o mais em nosso país indica que a polícia política deve ser federal”. Os agentes policiais seriam instruídos para receber ordens e educados para cumprir com êxito sua missão, a fim de impedir “processos violentos e brutais, ofensivos à dignidade da pessoa, usados pelas tristemente famosas polícias políticas dos estados autoritários”.<sup>385</sup>

Outro tema muito mencionado no evento era refletir sobre os perigos da concessão de liberdade em demasia, sobretudo no direito de reunião, garantido desde a Constituição de 1946 até então vigente.

Algumas citações de renomados juristas e literatos brasileiros, como Tobias Barreto e Ruy Barbosa, foram utilizadas para corroborar os malefícios que poderiam surgir com o excesso de liberdade, além de reforçar a importância do papel da polícia, responsável em conter os exageros, preservar a “boa” sociedade e impedir o

---

<sup>383</sup> REZNIK, op. cit., p.135.

<sup>384</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 30.

<sup>385</sup> REZNIK, op. cit., p. 178.

surgimento do caos social e do terror político. Tobias Barreto é mencionado no texto em momentos quando o intuito é corroborar a ideia de que o excesso de liberdade seria danoso para a saúde da ordem pública. De acordo com as palavras do jurista, “a liberdade é como o vinho simbólico do sangue redentor, que, embora sacrosanto [sic], não deixa, todavia, de poder embriagar”<sup>386</sup>. O conteúdo do texto exalta o poder de polícia como uma extensão legislativa, reiterando essa ideia com as palavras de Ruy Barbosa: “A ação obstativa da polícia corresponde à declaração proibitiva da lei. Previne a polícia o que a lei veda”<sup>387</sup>.

Um dos argumentos utilizados para apontar os perigos de utilização do direito de reunião e associação garantidas pela Carta Magna de 1946 foi a de provável formação de grupos oposicionistas, quase sempre se valendo de ideias conspiratórias com o afincado de ferir a ordem e plantar ideias revolucionárias. Segundo o documento, os “extremistas” associados ao comunismo, arquitetaram uma “conspiração para organizar o Partido Comunista e ensinar e proclamar a queda do governo pela força e violência” criando, assim, “um perigo manifesto e atual de uma tentativa nesse sentido”<sup>388</sup>.

A ideia paranoica de conspiração revelava-se preocupante a ponto de uma das pautas discutidas sustentar um título com este nome. No esforço de síntese, foi realizada uma tentativa de definição jurídica do termo “conspiração”, considerado como “o ilícito penal que se desprende da norma constitucional quando excedida e se vislumbra, perante ela, naquelas ‘raias do crime’, naquelas ‘ofensas do direito alheio’, naquela ‘conspiração’ que não pode ser havido como um direito”<sup>389</sup>. O significado atribuído ao termo “conspiração” pelas discussões travadas na I Conferência Nacional de Polícia, reafirmam o seu caráter clandestino, como um conjunto de ações realizadas de forma oculta e que, portanto, não teriam validade jurídica alguma.

A acusação de complô levada a cabo pela polícia política corrobora com as reflexões de Girardet<sup>390</sup>, que a define como um método utilizado pelo poder estabelecido no intuito de liquidar suspeitos ou opositores. A associação de grupos a

---

<sup>386</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 30.

<sup>387</sup> Ibid..

<sup>388</sup> Ibid., p. 37.

<sup>389</sup> Ibid., p. 43.

<sup>390</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 49.

ideias conspiratórias foi historicamente vinculada à legitimação de expurgos e exclusões; “bem como camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos”<sup>391</sup>.

O suposto excesso de liberdade previsto em várias constituições ao longo da história do país, a exemplo das Cartas Magnas de 1891, 1934 e 1946 não somente incomodava os participantes da I Conferência Nacional de Polícia, mas era visto como um indicativo no sentido de facilitar ou mesmo incentivar a formação de grupos conspiratórios. O que estava em discussão no evento seria como agir em relação a “extremistas”, cuja “conspiração para organizar o Partido Comunista é ensinar e proclamar a queda do governo pela força e a violência”. Tal tentativa seria um “perigo manifesto”<sup>392</sup>, uma vez que colocaria em risco a ordem pública e, sequencialmente, a social.

A ordem pública, conforme apregoa o documento, se manteria saudável à medida que fosse evitado o “aniquilamento da ordem política e asfixia da paz pública”. A visão do comunismo como uma “ameaça” à brasilidade, conforme sustentavam os órgãos policiais, ultrapassaram as fronteiras institucionais e adentraram na esfera de discussão popular como forma de conscientização pública em relação ao “perigo vermelho”. Para Girardet<sup>393</sup> esses seriam os sinais clínicos não somente da constituição de mitos políticos, mas indícios de como se formam os “grandes medos coletivos”. Em consonância com o autor de *Mitos e mitologias políticas*, “não há nenhuma dessas construções que não possa ser interpretada como uma resposta a uma ameaça, ou pelo menos como uma reação quase instintiva ao sentimento de uma ameaça”<sup>394</sup>. Concordando com Émile Durkheim, Girardet afirma que a subversão a certos modos tradicionais ou a emersão de uma nova proposta política são motivos suficientes pelos quais a sociedade ou determinados grupos que a formam estipulem um alvo “a quem possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções”<sup>395</sup>.

Para remediar tais males e regular o suposto excesso de liberdade foram aventadas as Leis de Segurança Nacional (LSNs), a fim de julgar “atos ilícitos que

<sup>391</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 49-50.

<sup>392</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 34.

<sup>393</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 54.

<sup>394</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 34.

<sup>395</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 55.

interessam à ordem pública ou à paz pública”. Em 1951, ano da I Conferência Nacional de Polícia, a LSN ainda em vigor se fazia presente por meio do Decreto Lei 431, de 18 de maio de 1938. No entanto, estava em tramitação uma nova LSN, publicada dois anos mais tarde, em 1953. De forma geral, as LSNs (inicialmente a de 1938 e, posteriormente, a de 1953) complementavam a Constituição de 1946, delimitando a liberdade até o ponto em que não afete a “estrutura e a segurança do Estado, bem como a ordem social”.<sup>396</sup>

O documento da I Conferência Nacional de Polícia reforça, ainda, a noção de suspeita. O alerta é direcionado a grupos ou indivíduos que tramavam contra um governo estável, a manutenção do regime político e a existência do Estado, disfarçando suas reais intenções e atraindo novos adeptos “sob a capa da liberdade de reunião, isoladamente esta, ou como ponto nuclear do direito de associar-se”.<sup>397</sup>

Para evitar a ação de grupos indesejados o trabalho da polícia se conduziria, num primeiro momento, a uma ação “preventiva”. Tal procedimento se realizaria por meio de informações concedidas à polícia política de grupos e indivíduos que projetavam reunir-se ou associar-se.

Essa etapa da “prevenção” antecipava a fase da “vigilância”. O ato de prevenir pode ser compreendido como “se preparar” para uma situação que fuja da normalidade, ou o que se considera normal para a polícia política. A identificação prévia de elementos que iriam compor uma reunião ou associação permitia à polícia política investigar o objetivo da movimentação, principalmente se algum integrante já havia sido fichado pela DOPS. Por isso, a polícia política alegava que o direito de associação estabelecido pela Constituição de 1946, se interpretado de forma equivocada, poderia conduzir ao perigo do “abalo da ordem social”. O trabalho preventivo partia da autorização policial em impedir qualquer tipo de organização ilícita e de cunho conspiratório: “Temos, ainda, que nenhum desfile, passeata ou cortejo poderá realizar-se sem a licença policial desde quando não seja, ele ou ela, promovido por sociedade civil legalmente constituída.”<sup>398</sup>

O I Congresso de Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia dos Estados Unidos do Brasil, realizado entre 20 de outubro e 5 de novembro de 1936 já

---

<sup>396</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 39.

<sup>397</sup> Ibid., p. 42.

<sup>398</sup> Ibid., p. 55.

havia manifestado o desejo de eliminar vestígios da doutrina bolchevique em solo brasileiro. No evento supracitado sugeriu-se que fosse introduzida “na nossa Carta Magna [a Constituição de 1934] um dispositivo colocando [sic] o comunismo fora [sic] da lei”<sup>399</sup>. Nesse momento, o rol de “indesejáveis” era amplo (a exemplo dos imigrantes do Eixo: alemães, italianos e japoneses), mas os comunistas eram frequentemente os mais lembrados. O momento a partir de 1945 foi singular no tratamento aos bolcheviques. A imputação do “mal” aos comunistas se tornou explícita após 1947, período em que o esforço de encarnar a noção de complô aos bolcheviques associou-se ao temor da expansão do comunismo em todo o mundo, como um monstro ou epidemia mortal a tomar conta dos países. A partir de 1947, a ideia do “mal” foi atribuída quase exclusivamente aos comunistas. Nesse sentido, a noção de conspiração “ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e do olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado”<sup>400</sup>

Em consonância com o documento resultante das discussões da I Conferência Nacional de Polícia, realizada em 1951, a questão da liberdade era algo a ser ponderado “à medida que a civilização vai alcançando os seus estádios de maior plenitude”<sup>401</sup>. “Lenine e seu ‘profetismo’ revolucionário”, conforme destaca o relatório, representariam as “estrias” no interior da “marcha da civilização”<sup>402</sup>. Portanto, havia a necessidade de restringir as liberdades ou proteger as “liberdades públicas” de “associações legais, ilegais e aparentemente ilegais”<sup>403</sup>. É forçoso fixar a presença dessas correntes que, à distância, convergem para o serviço de nações estrangeiras, contra a nossa integridade territorial e a nossa soberania”<sup>404</sup>. Algumas associações não somente estariam ligadas à política de outros países, como cumpriam o papel de fontes propagadoras dos ideários dessas nações, as quais,

---

<sup>399</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Congresso dos Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia dos Estados Unidos do Brasil. Convênio entre as Polícias Cíveis dos Estados e a do Distrito Federal, englobando as conclusões a que chegou o 1º Congresso Brasileiro dos Secretários de Segurança Pública e dos Chefes de Polícia, realizado nesta capital, de 20 de outubro a 5 de novembro de 1936. Distrito Federal, p. 114.

<sup>400</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 55.

<sup>401</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Congresso dos Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia dos Estados Unidos do Brasil. Convênio entre as Polícias Cíveis dos Estados e a do Distrito Federal, englobando as conclusões a que chegou o 1º Congresso Brasileiro dos Secretários de Segurança Pública e dos Chefes de Polícia, realizado nesta capital, de 20 de outubro a 5 de novembro de 1936. Distrito Federal, p. 144.

<sup>402</sup> Ibid., p. 143.

<sup>403</sup> Ibid., p. 147.

<sup>404</sup> Ibid., p. 153.

muitas vezes, eram incompatíveis com a política nacional ou introduzidas no intuito de profanar o sistema político local. Versando sobre o PCB durante os dois anos em que se manteve na legalidade (1945-1947), o relatório da I Conferência Nacional de Polícia é categórico: “em nenhum momento deixaram de revelar a sua condição de irreconciliáveis inimigos do regime democrático e o seu intuito de derrubar as instituições vigentes”.<sup>405</sup>

Em subitem intitulado “As associações como fontes propagadoras de ideologias ligadas à política exterior de nações estrangeiras” é feito um alerta minucioso sobre as atividades comunistas no Brasil. O relatório aponta que as primeiras manifestações da doutrina bolchevique ocorreram em meio às associações operárias. Valendo-se de um discurso em que defendiam as reivindicações desse setor, os comunistas apoderaram-se do grupo no intuito de “espagir os princípios norteadores da dominação marxista”.<sup>406</sup>

Para isso, valia-se de “técnicas de aproximação” em relação às classes desorganizadas da sociedade cujo objetivo principal era o “sentido doutrinário”. No esforço de consolidação desse ideário se fazia necessário que seus princípios adquirissem consistência e penetrassem profundamente na consciência social. Essa ação iria resultar em uma “febre incandescente de disseminação de sua filosofia extremista”, conforme apregoava o próprio Vladimir Ilitch Lenin, o popular “Lenine”.<sup>407</sup>

Partindo de um trabalho detalhado e um “senso admirável de oportunismo” os comunistas, em conformidade com o documento, eram similares a um vírus que se hospeda e reproduz no interior da célula. De modo incisivo, a tese propala que os bolcheviques se multiplicaram por meio das células de organizações proletárias as quais, “em crescimento constante, alimentavam a vida do organismo que se ia formando na estrutura jurídica do País, o que culminou na concretização do anelo [sic] dos que se inclinaram para os dogmas socializantes”.<sup>408</sup>

De acordo com a quarta tese defendida por Geraldo Starling Soares, Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais, apresentada na I Conferência Nacional de Polícia, realizada em 1951, certas sociedades com tendências à ilegalidade

---

<sup>405</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação. Medidas policiais que os previnem. Rio de Janeiro, dezembro de 1951, p. 157.

<sup>406</sup> Ibid., p. 154.

<sup>407</sup> Ibid.

<sup>408</sup> Ibid., p. 155.

possuem “uma vida efêmera e destinadas a encobrir desígnios e credos contrários à ordem constituída”. No caso dos comunistas, o poder de convencimento se manifestava por meio de uma “linguagem de redenção, salvação e independência das classes sociais”, algo que para a polícia política soava como “ânsia incontida de catequese e proselitismo, radiosos acenos de felicidade, trazendo, no seu bojo, uma única miragem: a conquista do poder pela força e pela violência”.<sup>409</sup>

Pela análise apontada no documento, o perigo estaria concentrado no papel de associação levado a cabo pelo PCB. A fundamentação teórica para o alerta sobre os efeitos que as associações de todos os matizes, em especial de cunho bolchevista, poderiam causar foi retirada de apontamentos feitos pelo papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo próprio pontífice e datada em 15 de maio de 1891. A mensagem papal, utilizada como embasamento na I Conferência Nacional de Polícia, dizia o seguinte:

Certamente em nenhuma outra época se viu tão grande multiplicidade de associações de todo o gênero, principalmente de associações operárias. Não é, porém, aqui o lugar para investigar qual é a origem de muitas delas, qual o seu fim e quais os meios com que tendem para esse fim.

Mas é uma opinião, confirmada por números indícios, que elas são ordinariamente governadas por chefes ocultos, e que obedecem a uma palavra de ordem igualmente hostil ao nome cristão e à segurança das nações: que, depois de terem açambarcado todas as empresas, se há operários que se recusam a entrar em seu seio, elas lhe fazem expiar a sua recusa pela miséria.<sup>410</sup>

Conforme Girardet<sup>411</sup>, a escuridão da noite ou a associação ao mundo subterrâneo, dado sua característica de mistério, são comparações recorrentes no esforço de indicar uma conspiração. Os questionamentos presentes neste documento induzem a essa ideia: “Que acolhida poderia o direito pátrio propiciar àqueles que, agindo nas sombras e sob os disfarces os mais vários, associam-se em torno [sic] de ideias e programas silenciosos e subterrâneos, jamais abertos a uma divulgação clara, sincera e patriótica?”<sup>412</sup> Sobre o PCB e suas atividades

<sup>409</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 148.

<sup>410</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. LEÃO XIII, Papa. *Rerum Novarum* - sobre a condição dos operários (1891). I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 148.

<sup>411</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 42.

<sup>412</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 148.

subterrâneas, a tese rebate: “Havendo subsistido por mais de duas décadas às violentas procelas oriundas da ininterrupta conspiração e das atividades subterrâneas, o Partido Comunista teve, naquela época, a liberdade de intensificar a sua propaganda e estender o âmbito de seus trabalhos”.<sup>413</sup>

O enaltecimento da Constituição de 1946 é acompanhado de reverências às tradições brasileiras paralelas a uma “harmonia perfeita com as avançadas conquistas do Direito Moderno”. Em consonância com o documento, os legisladores demonstraram “apego [sic] e amor às peculiaridades da nossa gente”, sendo os responsáveis por “fazer de nossa Carta Magna um instrumento de opressão às consciências, em flagrante divórcio dos sentimentos de veneração à liberdade do povo”.<sup>414</sup> O sentido de restringir pensamentos que afrontassem a brasilidade é canalizado para a ideia de “unidade orgânica”, na qual em meio à “vontade suprema” perdem-se as “vontades particulares”. Para Girardet, a preponderância de uma “autoridade absoluta”, mas também calculista e “tutelar” que diz proteger a todos aqueles “unidos pelos mesmos juramentos e pelos mesmos comprometimentos” corresponde à formação de “certo tipo de ideal comunitário” cristalizado fortemente “no mais profundo das consciências”.<sup>415</sup>

O título IV da Constituição de 1946, cujo nome é “Da Declaração de Direitos”, foi destacado como “um edificante troféu da civilização brasileira, evidenciando aos povos mais adiantados do universo a elevação de nossa cultura jurídica, e [...] um verdadeiro hino à sobrevivência dos privilégios democráticos”. A exaltação aos legisladores se torna mais constante pela redação do artigo 141 que em seu § 12 garante a liberdade de associação, desde que para “fins lícitos”. Ao se tornar ilegal em 1947 todas as organizações vinculadas ao PCB foram automaticamente consideradas clandestinas. Portanto, o direito de reunião e associação ligadas, de qualquer forma, aos comunistas, se enquadrava neste artigo e eram compreendidas pela polícia política como ilegais ou, utilizando termos policiais, de “aparentemente ilegais”.<sup>416</sup> Se referindo indiretamente ao PCB e seu poder de atração sustentado com a propaganda financiada pelo partido, a 4ª tese da I Conferência Nacional de Polícia enfatiza:

<sup>413</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p.156.

<sup>414</sup> Ibid., p. 149, grifo nosso.

<sup>415</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 62.

<sup>416</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 149.

O nosso estudo de questão tão momentosa e delicada deve volver agora, mais detidamente, para as associações que fazem a propaganda de teses aparentemente legais, mas tão fora da lei como os princípios que se esforçam por incutir na consciência da comunidade. Essas entidades têm um único destino: viver disfarçando, numa reivindicação que se póde [sic] ter por justa, o intuito recôndito de empolgar a sociedade em prol da filosofia por elas esposada e consagrada. É uma premissa que se adensa em axioma irrefutável, provado à sociedade como está que constituem elas colunas de sustentação de teorias e doutrinas que almejam a derrocada do regime e da ordem. Depreende-se, portanto, a contrário senso, que são ilegais, e é passível de cassação o seu direito de existir, desde que são “ilícitos os seus fins” (art. 141, §12, da Constituição) e “é vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa de ação contrarie o regime democrático” (art. 141, §138, da Constituição).<sup>417</sup>

Para além de reforçar a ilegalidade de associações que tinham como bandeira difundir “credos e filosofias adversas às tradições conservadoras do nosso Direito Constitucional” a 4ª tese também alega que esses tipos de associações são “aberrantes” aos costumes e nocivos para os “sentimentos religiosos de nosso povo”. Exaltando a riqueza do solo brasileiro e citando as crises que atingiram a humanidade, como as guerras e outras atrocidades, o documento alerta para o perigo dessas “doutrinas demagógicas” utilizarem seus adeptos “em favor do predomínio de sua ideologia e da ascensão ao poder [...] é a dissimulação criminosa, travestida na pureza dos sentimentos humanitários”<sup>418</sup>

“Anticristãos”, “desordeiros”, “conspiradores” e “traidores da Pátria”. Tais adjetivos são indiretamente utilizados em todo o documento com a clara intenção de convencer o leitor de que partidos e associações ilegais, vinculados ou não, figuram uma “dissimulação criminosa, travestida na pureza dos sentimentos humanitários”.<sup>419</sup>

A gênese conservadora do povo brasileiro é destacada como um argumento para compreender o fato de tais doutrinas ideológicas não obterem o tamanho sucesso esperado por seus organizadores. Considerando que o Brasil se trata de um país relativamente populoso em razão de sua área quase continental, poucos seriam os seduzidos pela “capciosa propaganda do credo marxista, e só não logram expansão de realce porque lhes opõe ponderável resistência a formação

<sup>417</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 149-150.

<sup>418</sup> Ibid., p. 152-153.

<sup>419</sup> Ibid., p. 153.

conservadora do povo brasileiro”<sup>420</sup>. Dessa forma, a polícia política acreditava que tais doutrinas, como o comunismo, não teriam condições de se frutificarem no Brasil em razão de serem contrárias aos costumes e tradições consagrados em toda a história brasileira. A aproximação dessa concepção com as pressuposições teóricas de Oliveira Viana são pertinentes, uma vez que os estudos deste sociólogo afirmam que qualquer reforma social realizada na política “tem possibilidade de vingar e realizar-se praticamente se não tem base nas tradições do povo-massa, ou se esta reforma obriga este povo-massa a uma atitude nitidamente contrária às atitudes consagradas nos seus costumes”.<sup>421</sup>

Em um ponto contraditório temos, de um lado, uma manifestação formal na I Conferência Nacional de Polícia, na qual alega ser o comunismo e iniciativas encabeçadas por outros partidos e associações considerados ilegais mobilizações de cunho teórico, incompatível com a matriz de formação do povo brasileiro. Tal argumento tenta legitimar que ideários dessa natureza seriam rechaçados no Brasil, somando a sua causa apenas alguns seguidores sem a menor condição de convencer a maioria da população. Por outro lado, as preocupações com partidos e associações ilegais, sobretudo a partir da proscrição do PCB em 1947, são temas recorrentes em praticamente todas as teses da I Conferência Nacional de Polícia.

Todo esse temor em relação ao crescimento das ideias bolcheviques possibilitou a cristalização do que podemos chamar de mito da conspiração comunista, que reinou por quase todo o século XX. A manifestação do pensamento mitológico ocorre ora de forma mais intensa, ora de maneira tímida, mas permanece constante. O temor de algumas autoridades ou grupos, ainda que de forma mascarada ou disfarçada, revela certa inquietação na cogitação de um possível complô comunista. Tal desconforto é o que “constitui o caráter essencial da permanência e de repetitividade” revelando a “situação de crise na qual se encontram esses grupos ou esses meios”. Como afirma Girardet<sup>422</sup>, “não se poderia esquecer, todo o material onírico contido na mensagem mitológica, todo esse fluxo incessante de imagens, de fantasmas e representações simbólicas que carrega consigo”. As próprias autoridades policiais acreditavam que o comunismo não

---

<sup>420</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 153.

<sup>421</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. VIANA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 153.

<sup>422</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 57.

prosperaria no Brasil, mas insistiam em combatê-lo. Para Girardet<sup>423</sup>, as impressões mentais que se constroem do inimigo assumem formas características dos “delírios da perseguição”. No caso em tela, tal tese simbolizaria a concepção de que o comunismo estaria em todos os espaços e se constituía em uma “rede de malevolência organizada” com o objetivo de conduzir o futuro do povo brasileiro “irrevogavelmente para a desgraça...”<sup>424</sup>

Mesmo imbuídos da convicção de que o comunismo não teria chances de frutificar no Brasil dado a diferença teórica deste com as raízes históricas da formação brasileira, as autoridades policiais tentavam desqualificá-lo e repreender sua expansão. Afirmavam que o PCB e sua doutrina propagavam ilusões no sentido de “transformar o regime político de uma terra, que tem sido o berço eterno da liberdade e da justiça, num estado tirânico, no qual o homem viva sob o jugo do despotismo e da ditadura de uma classe social.”<sup>425</sup>

Ainda na 4ª tese, as autoridades policiais argumentavam que o comunismo pode ser considerado um invasor desde o momento em que surgiu no Brasil. Assim como um organismo frágil está mais propenso às intempéries propiciando o aparecimento de doenças, os comunistas “procuravam apoderar-se de um corpo em que se deveria espargir os princípios norteadores da dominação marxista”.<sup>426</sup>

Para as autoridades policiais participantes da I Conferência Nacional de Polícia, o PCB trazia, desde sua criação, elementos contraditórios que iam do respeito à Constituição do país até o estabelecimento do socialismo. A “Sociedade do Direito Privado e Caráter Político”, denominado de Partido Comunista do Brasil, foi fundado em 25 de março de 1922 e trazia no artigo 1º de seu estatuto a promessa de “comprometer-se solenemente a respeitar integralmente os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição.”<sup>427</sup>

No entanto, como reforça a visão policial, outra parte do estatuto do partido traz à baila sua fidelidade à linha partidária de Moscou ao se comprometer em “trabalhar pelo desaparecimento de todas as formas de exploração do homem, até o

<sup>423</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 57.

<sup>424</sup> Ibid..

<sup>425</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 153.

<sup>426</sup> Ibid., p. 154.

<sup>427</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. Partido Comunista do Brasil. Estatutos do PCB. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 155.

estabelecimento do socialismo”<sup>428</sup>. O que explicaria o fato do PCB passar grande parte de sua existência com seu registro considerado ilegal não seria a leviandade das autoridades e muito menos não se enquadraria como uma contravenção à democracia. A suposição de que os comunistas ansiavam em chegar ao poder sem medir as consequências e desprezando os “ensinamentos cívicos e da preferência eleitoral, que constituem a razão primacial da existência do regime democrático, e sim pelo desarvoramento dos espíritos que buscam o domínio pelas intencionadas armadas e golpes de violência”<sup>429</sup> é o argumento utilizado pela polícia política no esforço de explicar o pouco período de atuação legal do PCB.

A colaboração da União Soviética na derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial teria influenciado sua aproximação com vários países ocidentais, em nome de um mundo livre da opressão e despotismo associados às forças nazifascistas. O firmamento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a União Soviética, em 2 de abril de 1945, recebeu parecer favorável dos partidos de proeminência no pensamento nacional, ainda que tais laços fossem rompidos dois anos mais tarde.<sup>430</sup>

Aos comunistas processados por crimes políticos pelas respectivas Leis de Segurança Nacional (LSNs) de 1935 e 1938, sobretudo aqueles condenados em virtude da Insurreição de 1935, foi concedida a anistia e, em liberdade, trataram de rearticular o PCB.

Em consonância com Ronald Chilcote, os comunistas se mostraram atuantes na aprovação de cláusulas sociais da Constituição de 1946 ao mesmo tempo em que teciam críticas às proposições liberais. Constituíram-se como principal força oposicionista do governo Dutra e dentre as propostas do presidente criticaram seus esforços para atrair investimentos de outros países, sobretudo dos Estados Unidos. Alegavam que tal política “imperialista” tinha como propósito a “exploração do capital estrangeiro”, advertindo “o governo de que ao mesmo tempo

---

<sup>428</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. Partido Comunista do Brasil. Estatutos do PCB. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 155.

<sup>429</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 155.

<sup>430</sup> BACIGALUPO, Graciela Zubelzú de. As relações luso-brasileiras no pós-Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 60, jul./dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-7329200000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200000200003)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

em que lutariam pela paz e pela democracia, as massas mobilizadas se oporiam às ‘provocações policiais e fascistas’”.<sup>431</sup>

Contradizendo essa versão, a tese apresentada no I Congresso Nacional de Polícia defende a ideia de que entre os anos de 1945 a 1947 os comunistas revelaram “a sua condição de irreconciliáveis inimigos do regime democrático e o seu intuito de derrubar as instituições vigentes”. Sem apresentar argumentos plausíveis ou enumerar as atividades do PCB que teriam ferido as instituições democráticas, a tese afirma que “se agravou a situação política da nação que os poderes constituídos se viram na contingência de cassar o registro do partido, que fora feito com base no § 13, do art. 141, da Constituição”.<sup>432</sup>

Chilcote destaca que os frequentes choques entre o PCB e a polícia resultaram em repressões esporádicas às atividades do partido. As represálias do governo no intuito de conter a ação bolchevique iniciaram em maio de 1946, quando Dutra expulsou funcionários públicos que se manifestavam publicamente como comunistas de seus cargos. No ano seguinte, também impossibilitou as atividades da União da Juventude Comunista e abriu um processo no Tribunal Superior Eleitoral que determinou a proscrição do mesmo em 7 de maio de 1947, sob a alegação do PCB se tratar de uma extensão do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no Brasil e em conformidade a um decreto constitucional voltado contra partidos “antidemocráticos”.<sup>433</sup>

Na tese apresentada na I Conferência Nacional de Polícia a cassação do PCB é justificada por fraude cometida pela própria agremiação política. Segundo a acusação, o partido possuía dois estatutos: um disfarçando suas reais intenções, “para dar-lhe foros de legalidade”, e outro para ser cumprido efetivamente, “inspirado na doutrinação marxista e contrário ao regime democrático”. Mesmo com o cancelamento de seu registro, o PCB teria dado continuidade as suas atividades por meio de associações ilegais ou através da candidatura de seus membros em outra legenda partidária ativa. Novamente associando os pecebistas a interesses obscuros, a 4ª tese ressalta:

---

<sup>431</sup> CHILCOTE, op. cit., p. 98.

<sup>432</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 158.

<sup>433</sup> CHILCOTE, op. cit., p. 100.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada no Supremo Tribunal Federal, apenas influenciou no funcionamento do Partido Comunista como agremiação política, mas não impediu a continuação de sua existência por intermédio de organismos subterrâneos. Isto facilitou a constituição de várias e diversas organizações, todas marcadas pela doutrina do partido, mas procurando encobrir seus verdadeiros desígnios a fim de evitar as disposições do Código Penal que, em seu art. 359, prevê o desrespeito à decisão judiciária como crime.<sup>434</sup>

A tese relata que o PCB se mantinha ativo, acobertado por organizações as quais sustentavam outras siglas e nomes. Mesmo alegando que essa era uma estratégia do partido para não sofrer sanções por contravenção criminal, a tese ressalta algumas brechas que por negligência do judiciário permitiram, por exemplo, a continuidade do “eficiente trabalho de doutrinação” por meio de sua imprensa e demais publicações, apesar de serem impedidas de atuar segundo a Lei da Imprensa e as disposições do § 5º do artigo 141 da Constituição Federal. Em conformidade com o documento, os “organismos de disfarce” do PCB, muitos deles com registro civil, “não foram impedidos de funcionar, ou pelo menos não o foram de modo decisivo”<sup>435</sup>. Por meio desses organismos, o PCB encabeçou inúmeras campanhas e iniciou um trabalho de mobilização:

Surgiram, nessa oportunidade, as entidades conhecidas como “Centro de Estudo e Defesa do Petróleo”, “Associação Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura”, “Centro de Defesa das Liberdades Democráticas e contra a Lei de Segurança”, “União Feminina”, “União Geral dos Trabalhadores”, “Liga Anti-fascistas”, “Movimento Pró Paz e Contra o Emprêgo das Armas Atômicas”, “Ligas pela Interdição da Bomba Atômica”, “Sociedade de Defesa dos Direitos dos Homens”, “Sociedades de Defesa dos Direitos dos Homens de Côr”, “Associação Brasileira dos Ferroviários”, “União Democrática Estudantil” e outras. Podia-se facilmente observar o caráter nitidamente internacional de todas elas e suas origens e finalidades eram suspeitas demais para passar despercebidas ao mais simples exame: primeiro, pela sua organização, hierarquicamente decrescente em comitês nacional, estadual, regional, municipal, distrital ou de bairro; segundo, por aparecerem ao mesmo tempo em vários Estados, sempre com os mesmos lemas, e jamais com a ausência de elementos comunistas, que, afinal, eram e são os seus mentores.<sup>436</sup>

<sup>434</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 158, grifo nosso.

<sup>435</sup> Ibid., p. 158.

<sup>436</sup> Ibid., p. 158-159.

Os abaixo-assinados, realizados nas mais diversas campanhas, foi uma das formas de arregimentar seguidores e propagandear as ilusões pregadas pelo PCB. Em consonância com a 4ª tese, nomes de pessoas conceituadas eram utilizados para uma “sub-reptícia atração de novos adeptos” com o objetivo de “explorar os nobilitantes sentimentos patrióticos do povo, em benefício de sua própria propaganda.”<sup>437</sup>

A tese afirma, ainda, que tais campanhas e sociedades eram desnecessárias, uma vez que “em nossa Pátria não existe um Governo [sic] de classes ou de castas, e a todos os cidadãos é assegurado o direito de nele intervir pela forma da representação”. Enaltecido como a terra da democracia, aonde discórdias deveriam ser dispensadas para que se cumpra a liberdade em nome de todos, os cidadãos brasileiros não deveriam se preocupar com “distinções de raças, de côr [sic], de crenças”, pois a lei não concederia “prerrogativas ou privilégios que, em iguais circunstâncias” beneficiassem “este ou aquele [sic]”.<sup>438</sup>

Os elogios ao sistema político brasileiro, implantado desde o fim do Estado Novo, são recorrentes. A ideia de que todos seriam iguais perante a lei, da liberdade de expressão e pensamento seriam a tônica desse regime. Tratando a discussão de forma genérica, a 4ª tese argumenta que o Brasil já está nas mãos de um sistema de governo capaz de assegurar “todas as liberdades e direitos inerentes à dignidade da pessoa humana”. Em consonância com o documento, seria preciso evitar a implantação de um regime comunista, o qual:

Impõe a existência de um partido político único, o governo [sic] de uma classe sobre [sic] outras, que não permite a iniciativa privada e que faz restrições à propriedade, que não aceita a existência dos institutos do “habeas corpus” e do mandato de segurança, que prega a denúncia unilateral dos tratados assinados com outros países, que não permite a liberdade de Imprensa e nem o livre acesso às fontes de informação e que não reconhece outros direitos senão os do Estado. É nesta situação que se coloca o Partido Comunista.<sup>439</sup>

O anticomunismo manifesto no documento se concentrava na crítica à liberdade privada e à autonomia política, elementos os quais seriam ameaçados com o advento de um governo sob a bandeira vermelha. De acordo com Motta, o

---

<sup>437</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 767.87. I Conferência Nacional de Polícia. Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. 4ª tese. Rio de Janeiro, out./nov. 1951, p. 60.

<sup>438</sup> Ibid., p. 170.

<sup>439</sup> Ibid., p. 158.

liberalismo (compreendido de forma genérica como liberalismo político e liberalismo econômico) seria uma das matrizes do anticomunismo. Os liberais repeliam o comunismo por considerar que sua vigência feria, por um lado, a liberdade por meio da prática ao autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade ao desapossar e estatizar bens privados.<sup>440</sup>

A associação liberal do termo democracia nem sempre é muito clara. Na visão anticomunista, os Estados bolcheviques são unanimemente contrários à liberdade da democracia. O liberalismo político teve como base o discurso liberal clássico, mas foi acrescido por debates entre o pensamento radical e reformista durante o século XIX. As críticas resultantes dessas discussões destacavam a necessidade de contemplar com direitos políticos todos os grupos sociais, rompendo, assim, com o elitismo defendido pela tradição liberal clássica. O resultado desse processo foi a formação da liberal-democracia, sistema político que fundamentou os Estados democráticos ao longo do século XX. Muito embora o liberalismo clássico e a liberal-democracia defendam a liberdade, este último distingue-se do primeiro pela pretensão de contemplar a população com a cidadania ativa.<sup>441</sup>

No Brasil o anticomunismo liberal e a liberal-democracia exploraram o conceito de liberdade em seus discursos e documentos, tentando exemplificar em quais casos e situações haveria uma liberdade positiva ou negativa. Como ressalta Motta, “ênfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para segundo plano a questão da participação política”.<sup>442</sup> Era comum a crítica liberal sobre o comunismo utilizar analogias simplórias e estereótipos descomedidos da ditadura soviética, como parece ser o caso das teses apresentadas na I Conferência Nacional de Polícia, quase sempre associando o PCB a um braço dos comunistas soviéticos no país, que se valia de formas mais esdrúxulas no intuito de chegar ao poder.

Salvo poucos momentos da história republicana, o Brasil foi governado por regimes autoritários e isso, de certa forma, contribuiu para que a questão da liberdade fosse de difícil compreensão para o pensamento anticomunista liberal. Este se tornava resistente até mesmo em relação a alguns temas, como a expansão

---

<sup>440</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 37-38.

<sup>441</sup> Ibid., p. 37-38.

<sup>442</sup> Ibid., p. 38.

da cidadania ativa para as classes subalternas. Um exemplo seria a própria Constituição de 1946, proclamada como a introdutora das ideias liberais-democráticas no Brasil após uma trajetória marcada pelo mandonismo da República Velha e o autoritarismo estadonovista.

O cenário pintado pelas autoridades policiais era a de um contexto dividido, basicamente, entre democratas e comunistas, na qual esses últimos, além de opor os primeiros, tentavam todas as artimanhas possíveis para tomar o poder e conduzir a nação para a revolução vermelha. Em conformidade com Motta, democrata “significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democrático.”<sup>443</sup>

Era essa democracia esvaziada, mais interessada em prevenir a “ameaça vermelha” do que propriamente ouvir os anseios da população e estender a ela direitos de participação política, que parece ter coexistido no Brasil pós Estado Novo. Em âmbito internacional, o alinhamento aos Estados Unidos, baluarte dos “valores” democráticos, em conjunto com países europeus ocidentais, aliava-se a uma estratégia de combate à tirania. Com base no anseio de um mundo “livre e cristão”, as “nações democráticas” propagavam ideias ocidentalizadas e retóricas, associando ao mal a conspiração comunista e sua suposta intenção de tomar o poder.

Outro ponto do anticomunismo liberal era a questão da preservação da propriedade. De forma geral, defendiam o direito inalienável da propriedade, concebendo-a um caráter intocável e individual. Nem todos os adeptos a essa ideia manifestavam uma profissão de fé ao capitalismo, daí o fato de no Brasil as manifestações em defesa do direito a propriedade ser mais comum e se sobressaírem em relação à aceitação do capitalismo.

Conforme descrito nas teses apresentadas na I Conferência Nacional de Polícia, o principal entrave para a democracia brasileira era o temor da ameaça comunista. Por isso, vários foram os argumentos elencados para tentar desqualificar a doutrina soviética. Em meio a várias contradições, a associação do comunismo ao mundo “subterrâneo” contrastava com a liberal-democracia, regime político conduzido pela “fé” e “igualdade”. Embora afirmassem que os fundamentos teóricos

---

<sup>443</sup> MOTTA, op. cit., 2002, p. 40-41.

do PCB não tivessem a mínima condição de se frutificar no Brasil, todas as teses direcionavam os comentários sobre seus malefícios, evidenciando temor e preocupação sobre a onda vermelha que supostamente ameaçava os valores democráticos ocidentais.

#### **4.2. O imaginário anticomunista nas imagens da Revista *Lei e Polícia***

Como vimos anteriormente, várias ações e organismos de imprensa contribuíram para disseminar a visão da polícia política como um grupo ordenador da sociedade. O periódico *Lei e Polícia* inaugurou suas publicações em junho de 1948, estendendo-as até dezembro de 1964. Alguns interesses motivaram a criação da revista, como a cassação dos parlamentares eleitos em 1946 pela legenda do PCB, a intensificação de buscas a militantes e repressão às atividades consideradas subversivas pela polícia política. Além do mais, o governo Dutra queria atrair a confiança dos investidores estadunidenses com o intuito de estimular a entrada de capitais estrangeiros no país a fim de acelerar o processo de industrialização.

Deste modo, no âmbito político-cultural, surgiram veículos de imprensa sustentados pelo governo com o objetivo de inibir as ações comunistas. Utilizado como órgão técnico-científico da polícia política, a *Revista Lei e Polícia* divulgou artigos, notícias e imagens atreladas a uma intensa campanha anticomunista. O seu objetivo era criar um novo sistema de valores: a pedagogia da vigilância:

A educação das massas populares, relativamente aos ditames das leis e regulamentos e à obrigação de todo e qualquer cidadão de ser, a bem da coletividade e de seus próprios interesses, um auxiliar devotado e permanente das autoridades policiais, quer na repressão imediata e justa dos mesmos, sem as quais nenhum meio social podem [sic] ser atribuídos foros de civilizado.<sup>444</sup>

A *Revista Lei e Polícia* se apresentava como um mecanismo voltado para a pesquisa e análise de programas e organismos interessados em vigiar e cuidar da ordem pública, procurando inibir a prática de setores extremistas e politicamente

---

<sup>444</sup> APTU. Revista Lei e Polícia, 1948, jun., Ano I, n. 1, p. 1.

contrários à ordem social vigente. O grupo alvo a ser combatido eram os comunistas. Considerados pela polícia política como uma coligação subversiva, os comunistas eram atrelados a imagens onde reinava a ausência de liberdade de escolha e a imposição. Para a revista, apenas o governo era capaz de garantir o “fortalecimento dos princípios democráticos, colocando-se sempre na vanguarda das ações que visavam à solidificação do regime implantado em 1946”<sup>445</sup>.

Apoiando claramente o governo Dutra, a *Revista Lei e Polícia* contava com a ajuda, direta ou indireta, das classes liberais ou conservadoras, seja aumentando o número de tiragens ou investindo em melhorias no nível intelectual e material do periódico<sup>446</sup>. Tal como salienta Claudinéia Justino Franchetti:

Em tais contextos externo e interno, a RLP foi inaugurada se auto-apresentando como um órgão técnico de polícia, divulgando notícias e artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), intimamente atrelada aos interesses do Estado, defendendo e apoiando o governo de Eurico Gaspar Dutra [...]. Definindo-se abertamente como um órgão de repressão à delinquência e de luta contra a ideologia comunista, a RLP se estruturou com o apoio econômico e intelectual de classes liberais, conservadoras e de intelectuais internacionais (estadunidenses) [...].<sup>447</sup>

Tratado como um “câncer social”, o comunismo foi um dos temas principais de impressos, panfletos, cartazes, folhetos e assemelhados organizados pela *Revista Lei e Polícia*. Este material de contrapropaganda, criado e organizado pelo periódico, foi enviado a todo o território nacional, como uma produção técnica da polícia política direcionada a agentes, demais funcionários da DOPS e às massas de uma forma geral. A formação moral da família brasileira, bem como a paz, o espírito democrático a ser preservado em nome da Pátria e da justiça são palavras recorrentes em suas edições. Associando a nação a um organismo, a Revista frisava a necessidade de se eliminar a “doença comunista” por meio da “exterminação da praga comunista do seio da família e das classes trabalhistas”<sup>448</sup>.

A associação do comunismo a alguma anomalia ou patologia se justifica pelo interesse do Estado em monopolizar os movimentos políticos e sociais no país.

<sup>445</sup> APTU. *Revista Lei e Polícia*, 1948, jun., Ano I, n. 1, p. 1.

<sup>446</sup> *Ibid.*.

<sup>447</sup> FRANCHETTI, Claudinéia Justino. **Páginas de intolerância política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948-1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, p. 137.

<sup>448</sup> APTU. *Revista Lei e Polícia*, 1950, abr./maio/jun., Ano II, n. 10-11, p. 16.

Deste modo, a *Revista Lei e Polícia* passou a ter presença marcante em alguns estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais<sup>449</sup>. Podemos dizer que seus editoriais, sobretudo as imagens, também circularam no Paraná. Pelo menos é o que evidencia os vários materiais impressos do periódico que encontramos no Arquivo Pessoal de Teresa Urban.

É bem provável, como salientaram Adriano Codato e Marcio Kieller<sup>450</sup> que somente no Paraná havia dois comitês distritais do PCB “que funcionavam independente um do outro”. O comitê de Curitiba, mais vinculado aos comunistas catarinenses e o comitê do norte do Paraná, sediado em Londrina e considerado mais próximo do PCB de São Paulo.

Ao que tudo indica esta aproximação com os comunistas paulistas incentivou uma ação conjunta entre as polícias políticas do Paraná e São Paulo. É comum encontrarmos relatórios e documentação de outra natureza da DOPS/SP nos arquivos da polícia política paranaense. Com a contribuição entre as polícias políticas dos dois estados, se torna evidente a troca de suspeitos e de informações. Aliás, a constituição de alianças entre as polícias não foi uma iniciativa exclusivamente brasileira. Martha Huggins<sup>451</sup> afirma que desde as primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos buscou intervir indiretamente em muitos países latino-americanos, visando o acesso às informações, sobretudo sigilosas, e ao controle da segurança interna desses países, garantindo, dessa forma, a rede de comércio com os Estados Unidos.

Nos arquivos de Teresa Urban, além da documentação produzida pela DOPS e seus veículos de imprensa, é possível encontrar vários relatórios confeccionados pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, sediada no Rio de Janeiro, redigidos em inglês e que, muito provavelmente, eram enviados para os Estados Unidos.<sup>452</sup> Dentre essas evidências, encontram-se alguns relatórios que versam sobre a atuação dos comunistas no norte do Paraná, sobretudo em mobilizações que tiveram ampla repercussão nacional, como a Revolta de Porecatu

---

<sup>449</sup> APTU. *Revista Lei e Polícia*, 1950, set., Ano II, n. 12, p. 65.

<sup>450</sup> CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio, op. cit., 2008, p. 20.

<sup>451</sup> HUGGINS, op. cit..

<sup>452</sup> Em conversa informal realizada em sua residência no ano de 2008, Teresa Urban revelou que tinha intenções de escrever sobre a participação comunista na Revolta de Porecatu. Em razão disso, recolheu fontes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, muitas das quais foram utilizadas neste trabalho.

(1948 a 1951). É por isso que Martha Huggins afirma que houve no Brasil, desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, uma “internacionalização pelas portas dos fundos”, ou seja, a polícia política brasileira colaborava com a americana na disputa contra o comunismo a tal ponto que a DOPS do Rio de Janeiro liberou o acesso a documentos que negava até mesmo ao Ministério das Relações Exteriores.<sup>453</sup>

Diante da formulação de alianças de colaboração tanto em plano nacional quanto internacional, é compreensível que a *Revista Lei e Polícia* fosse acessível aos agentes da DOPS do Paraná, pois as polícias políticas dos dois estados mantinham um diálogo constante. O que mais chama atenção, no entanto, é que as imagens se sobressaem entre os materiais encontrados no Arquivo Pessoal de Teresa Urban referentes à revista. Muito provavelmente, tais ilustrações eram utilizadas para a contrapropaganda em relação aos comunistas. Produto de setores liberais e militares, a *Revista Lei e Polícia* procurou construir a imagem do comunismo e seus adeptos de forma negativa.

Combinando movimentos com gestos e falas agressivas, grande parte deste material parece ter sido divulgada no norte do Paraná pela sua proximidade com São Paulo e alcançou ampla circulação, ao que tudo indica, entre os agentes do DOPS e mesmo em meio aos populares. O objetivo não era apenas impactar o comunismo na região, mas legitimar o discurso da brasilidade, ou seja, da democracia liberal como redentora do mundo capitalista e sendo o único meio de levar a liberdade para toda a humanidade. No entanto, para se estabelecer, a brasilidade deveria eliminar os “agentes do mal” ou “agentes de Moscou”, organizados em um partido que era visto como a extensão do comunismo soviético no Brasil e, portanto, um organismo internacional. Este, por sua vez, feria o discurso de brasilidade, pautado no patriotismo, na integridade familiar, liberdade, segurança, moralidade e democracia. Tratava-se, portanto de uma “patologia” que estava contaminando a boa convivência dos brasileiros. O antídoto para essa anomalia era expurgar os inimigos do Estado, principalmente os comunistas.

A preocupação em moldar um imaginário social contrário aos comunistas corrobora, como afirmou Baczko<sup>454</sup>, com a construção de uma mentalidade coletiva que correspondesse ao exercício do poder e a legitimação do discurso governista. É

---

<sup>453</sup> HUGGINS, op. cit., p. 64.

<sup>454</sup> BACZKO, op. cit., 1985.

nessa intenção, segundo Baczko<sup>455</sup>, que as ciências humanas “punham em destaque o facto [sic] de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas [sic]. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”. Nesse sentido, as imagens são decisivas, pois seguindo a perspectiva de Jacques Le Goff<sup>456</sup>, elas podem ser consideradas, em consonância com Mauad<sup>457</sup>, como “imagem/documento e como imagem/monumento”. Em outras palavras, trata-se de enxergar, no primeiro caso o panfleto de contrapropaganda da *Revista Lei e Polícia* como “marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho, etc.”<sup>458</sup>. Em relação à imagem vista como “monumento”, Mauad<sup>459</sup> a considera como “símbolo”, algo que perpetuou uma determinada visão para a posterioridade. Deste modo, pode-se afirmar que todo documento é monumento, pois sempre informa uma visão de mundo.

A ótica defendida pela *Revista Lei e Polícia* legítima, no imaginário social, um poder de ataque aos comunistas e simpatizantes, utilizando a imagem panfletária como acusação do que esses grupos seriam capazes de fazer. Abaixo, apresentamos alguns panfletos nos quais é possível verificar elementos que alimentam a construção de uma imagem do comunismo como um modelo opressor:

---

<sup>455</sup> BACZKO, op. cit., 1985, p. 297.

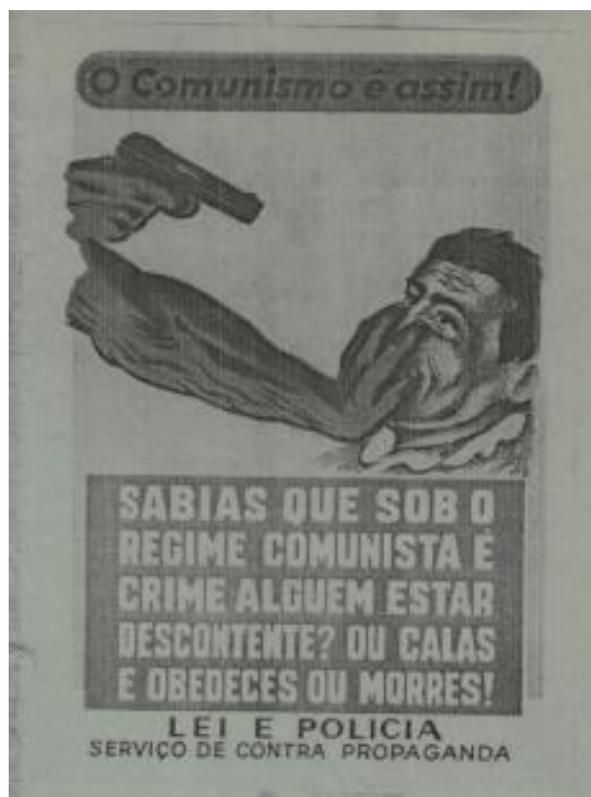
<sup>456</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In.: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 525-539.

<sup>457</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

<sup>458</sup> Ibid., p. 80.

<sup>459</sup> Ibid., op. cit..

**Figura 4: Panfleto de propaganda anticomunista – Revista Lei e Polícia**



Fonte: APTU. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil.

Na imagem acima, vemos um panfleto identificado como uma produção da *Revista Lei e Polícia*. Nele, podemos notar o modo apelativo utilizado para comprovar que o regime comunista seria antidemocrático. A mão musculosa que fecha a boca de um cidadão pertence à mesma pessoa que empunha uma arma. Simbolicamente, esta pessoa seria o comunismo, acusado pela imagem de usar a força e a opressão para fazer valer suas leis. Diante das ameaças, o oprimido não é impedido de reagir, deixando com que apenas seus olhos encarem o seu opressor. Neles, está estampada a angústia de quem não tem direito a esboçar qualquer movimento ou está impedido de expressar suas opiniões. A ilustração é seguida da cáustica frase: “Sabias que sob o regime comunista é crime alguém estar descontente? Ou calas e obedeces ou morres?” Com isso, é possível notar que a contrapropaganda da *Revista Lei e Polícia* não se baseava apenas em ilustrações, mas essas eram acompanhadas também de frases de efeito, características as quais também podemos observar no próximo panfleto:

**Figura 5: Panfleto de propaganda anticomunista – Revista Lei e Polícia**



Fonte: APTU. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil.

Na figura acima é possível notar a tentativa de aproximar o sentido de trabalho no regime comunista com o escravismo. Pessoas, aparentemente cansadas e abatidas, estão sob o olhar vigilante de um capataz, cuja vestimenta, porte e armas indicam ser um soldado fiel à causa comunista. Este traz consigo um cinturão de balas acompanhado de um revólver e uma arma branca, que mais se aproxima de um punhal. A mensagem deste panfleto, assim como o anterior, é a de uma forte crítica ao comunismo, procurando desqualificá-lo pelo sistema trabalhista que supostamente adota. Em outras palavras, além de impedir a liberdade de expressão, a democracia, o regime comunista trataria o trabalhador como escravo, conforme alude a imagem. O fato de o panfleto privilegiar sempre os trabalhadores tratando-os como vítimas de um regime político sanguinário e cruel, presente nas ilustrações, simboliza um esforço do discurso governista, que pregava ser livre, democrático e acessível à maioria da população.

**Figura 6: Panfleto de propaganda anticomunista – Revista Lei e Polícia**



Fonte: APTU. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil.

A imagem sanguinária do regime comunista, a qual o periódico se esforça em desenhar, talvez seja mais bem expressa na figura acima: um homem robusto, em posição de ataque, portando na sua mão direita um punhal e levando no seu bolso, algo que parece ser uma garrafa. Esta figura de fisionomia apática representa, nos dizeres do panfleto, “a traição, ódio e sangue” de todos aqueles envolvidos com o comunismo. Comparado com os panfletos anteriores, este apresenta apenas um personagem e também uma frase mais curta. A linguagem direta e agressiva pretendia atingir diretamente as massas, objetivando não apenas a rejeição ao comunismo, mas a denúncia, de forma a evitar com que o “polvo vermelho” estendesse os seus tentáculos na sociedade brasileira.

**Figura 7: Panfleto de propaganda anticomunista – Revista Lei e Polícia**



Fonte: APTU. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil.

Na figura acima, a Revista *Lei e Polícia* apela para o perigo do comunismo destruir os valores essenciais da brasilidade. O discurso conservador que pregava os ideais de “Deus, Pátria e Família” entrava em choque com a revelação do filósofo alemão Karl Marx<sup>460</sup>, para quem a “religião é o ópio do povo”. Por isso, visando atingir a maioria da população brasileira dos anos de 1940, grande parte atrelada de alguma forma a princípios religiosos, o periódico traz a seguinte frase “O comunismo despreza a tua religião”. No entanto, o que chama atenção neste panfleto é a ilustração de uma cruz sendo quebrada ao meio por duas mãos musculosas. Essa imagem, especialmente para os cristãos, choca à primeira vista, já que se trata de um dos maiores símbolos do cristianismo, que comporta o profeta dessa manifestação religiosa. Apresentá-lo quebrado poderia causar uma grande comoção entre os cristãos, por se tratar de uma representação do sagrado para este grupo.

<sup>460</sup> MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 146.

Tais exemplos deixam claro que a *Revista Lei e Polícia* não agia apenas por meio da escrita, mas trazia, em suas edições, panfletos que demonizava o comunismo e os comunistas. Havia a necessidade de formar no imaginário social a concepção de que os comunistas seriam os eternos inimigos da nação. Não bastava somente atacar por palavras ou imagens, mas esses recursos eram os mecanismos utilizados pelo periódico para dissolver a identidade, isolar e expurgar os comunistas do Brasil. Ao moldar na mentalidade do leitor o comunismo como um “monstro” a *Revista Lei e Polícia* contribuiu para determinar transformações nas relações sociais e, com isso, interferir nas ações cotidianas das pessoas que liam o periódico. O imaginário social, pensado dessa forma, como afirmou Baczko<sup>461</sup>, pode ser moldado por uma instituição ou propaganda maciça, pois “a elaboração e aprendizagem das práticas e técnicas de manejo dos imaginários sociais, tem prioridade sobre qualquer reflexão teórica”. Assim, utilizado em mecanismos de comunicação e de circulação nacional ou regional, a propaganda política, tal como demonstrado pela *Revista Lei e Polícia*, conseguiu produzir “um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõem de certa técnica de manejo das representações e símbolos”.<sup>462</sup>

O discurso inflamado da polícia política, como reproduzido pelo periódico, contribuiu para a formulação de mitos, a exemplo da aversão ao comunismo. Desenha-se um discurso onde figuram como protagonistas o “bem” (representado pela *Revista Lei e Polícia*) versus o “mal” (simbolizado pelos comunistas).

O mais curioso é o fato de que, aparentemente, a revista não circulou, na íntegra, no Paraná, mesmo a polícia política consolidando uma rede de informações com a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Isto fica claro quando exploramos o setor DOPS/PR no Arquivo Público do Estado do Paraná. Nele, não encontramos registros que evidenciem a circulação deste periódico no estado. Mas, ao consultarmos acervos pessoais, como o da jornalista Teresa Urban, nos surpreendemos com a quantidade de panfletos de contrapropaganda provenientes da *Revista Lei e Polícia*. Ao que tudo indica mesmo o periódico não sendo distribuídos completamente no Paraná, os panfletos de contrapropaganda circularam livremente, tendo em vista que as imagens, diretas e agressivas, surtiriam

---

<sup>461</sup> BACZKO, op. cit., 1985, p. 299.

<sup>462</sup> Ibid..

maior impacto no “imaginário social” do que os artigos que compunham a revista. Por isso, é questão de se discutir se o material de contrapropaganda distribuído pela *Revista Lei e Polícia* não teria também coberto a região setentrional do Paraná, tendo em vista que a Delegacia de Polícia Política de Londrina (norte do Paraná) mantinha contato frequente com os agentes da DOPS/SP.

No mais, a *Revista Lei e Polícia* responsabilizava a doutrina comunista como um dos fatores para o desequilíbrio do todo social no momento de tensão que marcou o fim dos anos de 1940 a início da década de 1950. Por meio dessa análise, foi possível notar que as acusações pela maioria dos males neste período recaía sobre os ombros dos comunistas, como forma de desviar o foco ou de retirar a responsabilidade do governo em determinadas situações.<sup>463</sup>

A desqualificação dos comunistas se dava claramente pelo destaque de sua condição internacional, em um momento onde a brasilidade despontava como forma de legitimar um discurso considerado democrático e coroado pela Constituição de 1946. O surgimento da *Revista Lei e Polícia*, bem como suas publicações, iniciaram-se quando despontava a Guerra Fria. Em âmbito nacional, a preocupação estava centrada no combate à “ameaça vermelha” e seu principal órgão no país: o PCB, tanto que este foi proscrito em maio de 1947, um ano antes da fundação da *Revista Lei e Polícia* (que ocorreu em junho de 1948).

O periódico em tela apresenta-se como um órgão de repressão aos perturbadores da ordem e de combate ao comunismo e “se estruturou com o apoio econômico e intelectual de classes liberais, conservadoras e de intelectuais internacionais (estadunidenses), sendo difundida em quase todos os estados do país”<sup>464</sup>. Embora a revista não tenha tido uma ampla circulação no norte do Paraná, percebemos, principalmente na consulta a acervos pessoais, que materiais de contrapropaganda comunista (panfletos, cartazes etc..) foram difundidos na região.

Por se tratar, nesses casos, de materiais com conteúdo imagético, foi possível notar que o uso de ilustrações agressivas mesclavam sensações com o intuito de induzir o leitor ao medo, à paranoia e ao repúdio em relação ao comunismo. As contrapropagandas organizadas pela *Revista Lei e Polícia* contribuíram para que se formasse no imaginário social o “mito da aversão ao

---

<sup>463</sup> APTU. *Revista Lei e Polícia*, 1950, jan./fev./mar., Ano II, n. 8-9.

<sup>464</sup> FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **O Monstro Vermelho na Revista Lei e Polícia (1948-1950)**. 2012. Disponível em: <<http://propagandapoliticaeideologica.blogspot.com.br/2012/10/o-monstro-vermelho-narevista-lei-e.html>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

comunismo” ou, em outras palavras, um “sistema de crença”<sup>465</sup> que se internalizou no imaginário social dos anos de 1940 e 1950 e que associou a doutrina comunista e seus seguidores ao discurso associado a conspiração da ordem pública e à implantação do caos social. Logo, o “único meio de combater o Mal [comunismo] é voltar contra ele as próprias armas de que se serve”, ou seja, utilizando os meios de informação, como a imprensa, a fim de sufocar a propaganda vermelha e expandir o anticomunismo.<sup>466</sup>

As imagens, como nos lembrou Mauad<sup>467</sup>, são decisivas, principalmente na percepção desse discurso e das relações que se desenvolveram entre a instituição que os produziu e o público-alvo. Por isso, buscou-se em Le Goff<sup>468</sup>, apresentar a imagem como “monumento” e compreendê-la como “documento”, seja como testemunho direto ou indireto do passado, bem como suas relações com o poder. Por meio dessa análise, foi possível compreender que o imaginário anticomunista, disseminado através de uma propaganda própria, foi parte integrante de um processo social e cultural em que as pessoas (seja no âmbito individual e/ou coletivo) reconstruíram suas representações e práticas anticomunistas.

Conforme analisado, um dos temas que mais preocupava a polícia política era a liberdade em excesso. Esse assunto foi amplamente discutido na I Conferência Nacional de Polícia, evento realizado entre os dias 3 e 8 de novembro de 1951. No encontro foi debatido como o direito de reunião e associação, afiançadas pela Constituição de 1946, estimulava a configuração de grupos oposicionistas, imbuídos de pensamentos conspiratórios com o objetivo de plantar ideias revolucionárias. O esforço das teses resultantes deste evento estava em associar os comunistas a um poder maléfico que tentava, a qualquer custo, tomar o poder e conduzir a pátria à revolução vermelha.

A aparente desordem provocada pela ameaça vermelha, tal como considerava a polícia política, motivou a criação de veículos de contrapropaganda, financiados pelos próprios setores policiais. A *Revista Lei e Polícia*, criada em 1948, foi utilizada como um órgão técnico-científico da polícia política ao divulgar notícias, imagens e artigos atrelados a uma enérgica campanha anticomunista. Segundo as fontes consultadas, foi possível notar a circulação no Paraná de panfletos ilustrados

---

<sup>465</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 11.

<sup>466</sup> Ibid., p. 59.

<sup>467</sup> MAUAD, op. cit., 1996.

<sup>468</sup> LE GOFF, op. cit., 2003.

de caráter anticomunista, produzidos pelo próprio periódico. Compondo um misto de imagens agressivas e frases de efeito, tal material parece ter se propagado especialmente no norte do Paraná em razão de sua proximidade com o estado de São Paulo, região na qual a sua divulgação foi mais intensa. Por meio dessa análise, identificou-se que o imaginário, semeado através de propaganda própria, estimulou os indivíduos a se integrarem em um processo social e cultural, no qual foram moldadas as suas representações e práticas anticomunistas.

## **5. Entre a foice e o imaginário: construções míticas na solidificação do comunismo no Paraná**

### **5.1. O mito político da unidade: o ideal de coesão de grupo na militância comunista**

A confluência de mitos políticos, como o da conspiração, abordado nos capítulos anteriores, não ficou restrito ao universo simbólico do imaginário policial. Assim como a direita, os grupos de esquerda também se alimentaram de mitos seja para manter sua própria coesão, existência ou no sentido de motivar os seus integrantes. Nos documentos produzidos por seus militantes, tais como periódicos, cartas, livros de memórias e depoimentos são visíveis elementos de comunhão de ideais e esforços para a manutenção do partido mesmo após a sua proscricção, em 1947. Além de congregar militantes, muitas atividades pecebistas se expandiam para o âmbito do recrutamento. Festas, churrascos, bailes, campanhas de cunho político e social, discursos inflamados realizados em locais públicos ou na própria imprensa eram, segundo a polícia política, mecanismos meticulosamente orquestrados para atrair novos filiados, dentre os quais figuravam “homens ignorantes e de boa fé”<sup>469</sup>.

A busca pela unidade se fazia por meio de reuniões, como a que ocorreu no dia 22 de fevereiro de 1948, na chácara de Newton Câmara, fichado comunista. Segundo relatório policial, o evento reuniu aproximadamente 300 pessoas, as quais foram transportadas em caminhões de propriedade de Câmara e “demais veiculos [sic] de propriedade ignorada”. A reunião “foi chefiada pelo ex-Deputado Dr. Vieira Netto, pelo Vereador Manoel Jacinto Correia [ambos comunistas] e outro Snr. que dizia ser Deputado Federal, cuja identidade não foi possível apurar”.<sup>470</sup>

A ideia de que a unidade sustenta e tece laços de força é corroborada pela formulação do que Girardet denominou de uma “rede singularmente densa de

---

<sup>469</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 544d. 61. Londrina. Relatório do Delegado Regional de Polícia de Londrina João da Rocha Chueiri enviado ao Delegado de Ordem Política e Social Edward Rezende Pimenta. Londrina, 20 de junho de 1956, p. 202.

<sup>470</sup> Ibid., p. 202.

representações oníricas, de imagens e símbolos”<sup>471</sup>. O panfleto distribuído por ocasião da reunião na chácara de Newton Câmara encerra com uma nítida frase invocadora dos vínculos entre camponeses: “Viva a unidade dos trabalhadores do campo!”

A defesa da unidade é equivalente a uma mitificação da liberdade como agente causador de oposições dentro do Estado. Os diversos setores que passaram a participar da política a partir de 1945, mas em especial o PCB, eram vistos como focos propensos a separações e, portanto, considerados instáveis na medida em que alimentavam uma unidade dentro do próprio organismo, proposta que por vezes atropelava o ideal de uma unidade nacional. Tal mito reforça o medo que alguns setores da sociedade, como a polícia política, sentiam em relação aos efeitos da abertura eleitoral proposta a partir de 1945 e confirmada com a Constituição de 1946. Os partidos predominantes na Constituinte que contavam com cerca de 80% da bancada, a saber, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) trataram de produzir um texto delimitando as funções do Executivo, Legislativo e Judiciário, buscando evitar uma nova experiência pautada no poder discricionário do Executivo. Com a proposta de um “alargamento democrático”, ao menos no plano eleitoral, setores interessados no enrijecimento do executivo, se viram diante de uma nova experiência, até então não vivenciada em sua plenitude.

Sem restrições severas a atuação de novas legendas partidárias, abriu-se espaço para a união de novos grupos e o reforço dos vínculos dos integrantes daqueles que já existiam, como no caso do PCB. Tal quadro gerou uma situação desconfortável para a polícia política, preocupada com a suposta contaminação de outras esferas de convivência, como o próprio âmbito social, setor ao qual se incumbia de manter a ordem. Em relação aos comunistas, acreditava-se que sua aproximação com os soviéticos colocasse em risco a unidade territorial do país, uma vez que seus opositoristas os acusavam de seguir fielmente as demandas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Para Girardet, os mitos emergem da sociedade quando esta vivencia uma “aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural e social”<sup>472</sup>. Tal constatação foi diagnosticada pelo autor em razão dos tumultos políticos ocorridos nos dois últimos séculos da história europeia que foram

---

<sup>471</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 146.

<sup>472</sup> Ibid., p. 180.

acompanhados de efervescências mitológicas. No caso do PCB o mito se corporifica no receio que parte da sociedade alimenta de haver mitos conspiratórios à ordem vigente.

De fato, no Brasil, políticos reconhecidos foram cercados de elementos míticos, a exemplo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, figuras as quais aguçaram a imaginação mítica em âmbito nacional, seja pela proeminência de seus nomes em projetos vinculados ao desenvolvimento, pois ambos foram presidentes da República, ou por seus feitos “populistas”. No entanto, alguns grupos políticos também incrustaram nomes de lideranças no pedestal da história, elevando tais personagens a uma característica mítica. Enquanto as camadas populares vangloriavam os feitos do “pai dos pobres” e mesmo de Juscelino Kubitschek e João Goulart, os comunistas materializaram sua representação na trajetória pessoal e caráter de liderança de Luís Carlos Prestes.

Mesmo nos dias atuais Prestes é lembrado com frequência pelos saudosistas comunistas ou por grupos que de certa forma reivindicam a herança pecebista. Para estes, Prestes marcou presença no âmbito das subjetividades do imaginário político, das representações de lideranças, dos mecanismos empregados na identificação do povo-líder, das paixões políticas.

Nesse sentido, algumas indagações podem ser feitas: qual o significado de sua atuação como representante do PCB? De que forma símbolos e mitologias políticas foram ativados para afirmação de sua imagem como o “eterno” líder nacional do partido? E, por fim, como os comunistas paranaenses introjetaram o papel desempenhado por Prestes na instituição de sua imagem enquanto narrativa mítica?

Compreender porque Prestes teve sua imagem mitologizada entre os comunistas pressupõe a análise de categorias centrais, tais como a espetacularização da política, representações, imagens, imaginários, carisma, e, principalmente o mito e as mitologias políticas, sendo essas últimas a fonte inicial para as considerações do efeito Prestes no PCB paranaense, bem como para o debruçamento de outras ponderações teóricas necessárias ao estudo desse objeto.

Vários episódios da vida pública de Prestes soaram com discursos baseados em argumentos destoantes, seja essa desarmonia real ou amplamente aceita como real. Como símbolo de heroificação, as lideranças político-partidárias brasileiras assumem traços exacerbados, os quais dizem respeito à personalidade de cada um:

Getúlio Vargas, por exemplo, foi eleito o “pai dos pobres”; Juscelino Kubistschek, conhecido pela pretensão de tentar desenvolver o país “50 anos em 5”; Prestes, por sua vez, embora não tenha assumido a presidência e fosse rejeitado por diversos setores, era conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”, uma alusão ao fato de alguns grupos, especialmente os comunistas, o verem como alternativa a outras lideranças políticas, ao mesmo tempo em que remete à associação de que nem tudo estava perdido.

Tais alcunhas são adotadas ao longo do tempo com o objetivo de reconhecer ou reforçar alguma característica particular, normalmente associada a projetos políticos, gestos singelos ou expressões corporais, uma atividade de lazer, caráter, tom de voz e mesmo o vestuário ou a forma de se portar em público. Essa miríade de atributos é reivindicada, sobretudo, pelo poder público. Atitudes que representem a honestidade, simplicidade, perseverança, capacidade e autoridade são constantemente cobradas e, ao mesmo tempo, comuns no universo da política. Alguns desses predicados são conquistados em certas circunstâncias históricas e socioeconômicas, de modo que o perfil de líder político ideal seja flexível e acompanhe eventuais transformações, sendo capaz, em determinados momentos, de acatar decisões precisas mediante certos impasses e questões sociais.

Lideranças políticas e personagens públicos oferecem elementos capazes de atender certas necessidades e resolver impasses em seu círculo de atuação. Para Ernst Cassirer<sup>473</sup> os mitos políticos emergem em momentos de crise, sobretudo quando a vida social se vê ameaçada por períodos críticos. Ao surgirem em meio a circunstâncias adversas, os mitos políticos criam terreno fértil para a criação do personagem como um herói, que se reveste de características capazes de prover os desejos imaginários e concretos de seus seguidores. Também compartilhando dessa visão, Girardet remete ao conceito durkheimiano de “anomia” para associar os fenômenos políticos aos períodos de crise:

Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural, ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva. Nenhum que não se relacione a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia, ou de contestação. De

---

<sup>473</sup> CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo: Códex, 2003.

maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre, “períodos críticos” e “períodos orgânicos”: é nos períodos críticos que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõe-se com mais necessidade, exercem com mais violência seu poder de atração.<sup>474</sup>

As lideranças com maior projeção encontram seu centro de força no interior de grupos minoritários, oprimidos e que não se identificam com o sistema de representação vigente. Os setores aparentemente mais frágeis, os quais manifestam oposição e se sentem ameaçados ou esquecidos, geralmente, oferecem combustível para abastecer e dar força à figura do herói:

Esses grupos aparecem, no mais das vezes, em uma situação instável em relação à sociedade global, de distorção em relação ao sistema estabelecido ou em via de instauração. Quer essa associação pareça depender prioritariamente de fatores de ordem econômica-social (deterioração das condições de existência, redução ao estado proletário, rejeição para fora dos quadros sociais tradicionais) ou de fatores de ordem cultural (recusa da modernidade, desagregação das crenças, contestação dos valores comumente admitidos), o problema não apresenta, no caso, senão uma importância afinal secundária. O essencial está no fato de que a efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como fenômeno de não-identificação. A ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil.<sup>475</sup>

Entre os comunistas Prestes encarnou o papel de salvador. Na prática, o processo de heroificação condiz com a adaptação entre um salvador virtual e os desejos de uma sociedade em um determinado momento histórico. A função atribuída ao herói diz respeito ao anseio de encontrar respostas ou expectativas às questões pendentes ou latentes. Tal representação varia segundo o momento e o grupo sobre o qual a figura do líder exerce influência. A liderança é legitimada e glorificada quando assume a capacidade de incorporar elementos que respondem às expectativas de seus seguidores.

O reconhecimento da confiança depositada no líder era apresentado nas mais diferentes formas, seja na designação de alcunhas ou na representação de imagens e discursos que enfatizavam a bravura e convocação à luta coletiva. Prestes, por exemplo, era tratado pelo codinome de “Cavaleiro da Esperança”, uma

---

<sup>474</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 180.

<sup>475</sup> Ibid., p. 180-181.

associação às características que remetiam ao universo nobiliárquico, talvez como forma de ressaltar a distinção de seu caráter. Além disso, eram comuns panfletos e órgãos de imprensa comunista ostentar a imagem de Prestes em suas edições como um gesto de apreço e fidelidade ao líder do PCB.

O jornal *Tribuna do Povo*, publicado pelo Comitê Estadual do PCB em Curitiba, entre os anos de 1949 a 1964<sup>476</sup>, trazia em suas edições referências diretas a Prestes, retratando-o como uma figura popular, um homem de caráter firme e personalidade destemida. Em um suplemento deste periódico, publicado em agosto de 1949, Prestes tece considerações sobre o Congresso Continental Americano Pela Paz. No documento, o líder comunista é retratado em um espaço livre, trajando roupas que remetem ao campo de batalha, em razão de seu coturno de cano alto, calças largas e blazer entreaberto, surrado pelo vento. Mesmo não havendo a presença de qualquer tipo de armamento, o “Cavaleiro da Esperança” é retratado com barba por fazer e chapéu em mãos, imagem que lembra o jovem tenente dos anos de 1920.

Entre 1925 e 1927, quando era chefe de estado-maior<sup>477</sup>, Prestes protagonizou uma grande marcha, mais conhecida como “Coluna Prestes”, na qual um dos objetivos primordiais era derrubar as oligarquias que dominavam o país. A releitura da figura de Prestes neste documento de 1949 pode ser compreendida como um convite para uma nova marcha, dessa vez, a favor da paz mundial e contra o imperialismo estadunidense.

---

<sup>476</sup> Claudia Monteiro afirma que o periódico foi lançado em 1946, como publicação semanal e era denominado inicialmente de *Jornal do Povo*. Em 1949, passa a se chamar *Tribuna do Povo*, tornando-se um dos principais mecanismos de imprensa comunista do Paraná. No entanto, apenas alguns exemplares sobreviveram ao tempo e foram arquivados em meio aos relatórios do arquivo DOPS, não sendo possível encontrar uma relação completa do periódico. MONTEIRO, op. cit., p. 36.

<sup>477</sup> SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada militar**: trajetória histórica e evolução na constituição. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014, p. 184.

**Figura 8: Congresso Continental Americano pela Paz – Suplemento Especial do Jornal Tribuna do Povo**

Suplemento especial de "Tribuna do Povo" 24

## Congresso Continental Americano Pela Paz - Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra

\*\*\*\*\*

**PRESTES**  
O CAVALEIRO  
DA ESPERANÇA

\*\*\*\*\*

**A importância da América Latina nos planos estratégicos do Imperialismo**

É evidente que se acelera, dia a dia, a preparação prática para a guerra. Na linguagem provocadora de Truman e de seus generais não podemos ver somente fanfarronice, mas desespero também e afirmação categórica de que o capitalismo em decadência está disposto a ir ainda mais longe no caminho do crime contra a humanidade do que andaram seus predecessores e mestres do banditismo nazista. Mas, se é no caminho da guerra que marcham assim inexoravelmente os grandes monopólios anglo-americanos e os diversos governos a eles submetidos, se a guerra é para o capitalismo uma etapa natural quanto a paz, como já dizia Lenin, se a guerra decorre da própria natureza do capitalismo, especialmente em sua última fase, imperialista, de decomposição e de putrefação, nem por isto

Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. PRESTES, Luís Carlos. Congresso Continental Americano Pela Paz – Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra. Suplemento especial de *Tribuna do Povo*. Agosto de 1949, p. 29.

Tal manifesto foi publicado em âmbito nacional nos órgãos de imprensa comunista. Em cada qual, o "Cavaleiro da Esperança" foi lembrado, seja por sua juventude revolucionária, como recordado pelo jornal *Tribuna do Povo*, ou por seu porte mais experiente, que lhe garantiu a presidência do partido. Na edição agosto-setembro de 1949 da *Revista Problemas*<sup>478</sup> foi publicado este suplemento e a imagem escolhida para retratar seu autor focou nos traços da face de Prestes. Na figura, é possível notar os sinais de cansaço emoldurados com expressões que denotam preocupação. Ainda assim, o condutor dos comunistas permanece com a cabeça levemente inclinada para cima e fitando o horizonte. Talvez, estes atributos indiquem a posição de liderança, do que Girardet denomina de "homem

<sup>478</sup> Periódico controlado pelo Comitê Central e coordenado, no início por Carlos Marighella e, posteriormente, por Diógenes Arruda circulou entre os anos de 1947 a 1956. Sua publicação era mensal, com uma média de 8 mil exemplares. Entre seus objetivos estava a divulgação do marxismo-leninismo. Em seu último ano de circulação Astrojildo Pereira criticou a revista, acusando-a de privilegiar traduções de autores soviéticos em vez de publicar temas que abrissem espaços para os problemas brasileiros. Astrojildo Pereira e Caio Prado Júnior deixaram a *Revista Problemas* para fundar a *Revista Espaço Social*. BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

providencial”, que “aparece sempre como um lutador, um combatente [...]. É na manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define”.<sup>479</sup>

**Figura 9: Luís Carlos Prestes – Revista Problemas**



Fonte: MARXISTS INTERNET ARCHIVES. PRESTES, Luís Carlos. Congresso Continental Americano Pela Paz – Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra. Revista Problemas, n. 20, ago./set. 1949. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1949/08/congresso.htm>>. Acesso em: 6 maio 2014.

No suplemento editado pela imprensa comunista em escala nacional, e distribuído pelo jornal Tribuna do Povo no Paraná, Prestes reforça sua cumplicidade com o PCB, ao mesmo tempo em que garante a derrota do imperialismo pelo “grande e vitorioso Partido Bolchevique e pelo gênio de Stálin, o guia e mestre do proletariado e do mundo inteiro”<sup>480</sup>. A idolatria e referência heroica poderiam ser representadas por pessoas (Stalin) ou organizações (Partido Comunista), numa clara referência à ideia de coletividade. Os adjetivos utilizados denotam bravura e ostentam atributos grandiosos como forma de reconhecimento de personagens em projeção naquele contexto histórico. Para Girardet, a relação do mito político com a realidade histórica é plausível, pois seus protagonistas são “pessoas humanas,

<sup>479</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 80.

<sup>480</sup> DEAP/FUNDO DOPS. PRESTES, Luís Carlos. Congresso Continental Americano Pela Paz – Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra. Suplemento especial de *Tribuna do Povo*. Agosto de 1949, p. 31, grifos nosso.

muito concretamente e muito precisamente inseridas em um certo espaço geográfico e em uma certa fase de tempo”, por isso os mitos políticos necessitam de contextualização, pois suas raízes não escapam “à marca da história”.<sup>481</sup>

Mesmo considerado o líder principal no interior do PCB, Prestes, ainda que na condição de guia, cultivava suas referências míticas. O sentimento incondicional manifestado por ele à União Soviética se confundia com o amor pátrio. Baluarte da Revolução de 1917, responsável por derrotar os horrores do nazismo com o término da Segunda Guerra Mundial competiria à URSS desempenhar uma nova “missão”, tão instigadora quanto à queda de Hitler. Por desafiar os poderes soviéticos, o imperialismo estadunidense é associado ao nazifascismo e, sequencialmente, identificado como um inimigo a ser abatido. Conforme Prestes, um novo confronto estava se desenhando no horizonte e desafiava os poderes soviéticos:

Quem ameaçava cada vez mais o bem-estar, a segurança e a paz de nossos povos são os trustes e os monopólios anglo-americanos que submetem aos seus interesses egoístas e vorazes, pelo suborno e a corrupção, as forças mais retrógradas de nossos países, intervêm [sic] abertamente na política interna de cada povo, estimulam e dirigem golpes de Estado militaristas, sustentam as mais infames tiranias e ajudam cada vez mais abertamente a afogar em sangue os levantes populares contra a opressão feudal e imperialista.<sup>482</sup>

O “Cavaleiro da Esperança” atribuía à ação imperialista a eclosão de várias ditaduras militares em todo o continente americano. Por isso, em sua concepção, o imperialismo seria uma regressão aos tempos difíceis do nazifascismo:

As forças mais retrógradas de nossos países, intervêm [sic] abertamente na política interna de cada povo, estimulam e dirigem golpes de Estado militaristas, sustentam as mais infames tiranias e ajudam cada vez mais abertamente a afogar em sangue os levantes populares contra a opressão feudal e imperialista.<sup>483</sup>

No Paraná, o alerta dos comunistas em relação ao avanço imperialista ocorria por meio de denúncias, quase sempre envolvendo partidos ou políticos situacionistas. Em sua edição de 20 de agosto de 1949, o noticiário *Tribuna do Povo*

---

<sup>481</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 81.

<sup>482</sup> DEAP/FUNDO DOPS. PRESTES, Luís Carlos. Congresso Continental Americano Pela Paz – Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra. Suplemento especial de *Tribuna do Povo*. Agosto de 1949, p. 31.

<sup>483</sup> Ibid., p. 31.

teceu críticas ao governo de Moisés Lupion, acusando-o de conluio com os americanos e espoliação dos paranaenses, seja por meio de cobrança abusiva de impostos ou por manobras ilícitas, como a venda de apólices no projeto da estrada de ferro Central do Paraná, construída entre 1949 a 1975 e que atualmente liga as cidades de Apucarana a Ponta Grossa. O periódico defende que a adesão de lideranças políticas e econômicas ao projeto imperialista resultaria na sua própria decadência:

As classes dominantes, no uso e abuso de suas prerrogativas, continua na cegueira que as leva à própria destruição, batendo palminhas a Moisés [Lupion]. E o acordo americano continua a funcionar. Enquanto Moisés [Lupion] emite apólices o Congresso dobra a arrecadação do orçamento, o povo sofre fome, a carne sobe, os operários são multados por falta de “assiduidade”, os congressos da paz são dissolvidos, a carabina embalada e os patriotas presos na Rua...<sup>484</sup>

Para Girardet, os “fios da manipulação” se intensificam ao ponto da “corrupção pelo ouro” corresponder à “corrupção pelo sangue”<sup>485</sup>. Para os comunistas as manobras políticas do governo Lupion tinham esse fim, mas contavam com a “manipulação de massas”. Para contra atacar Lupion e Dutra, o periódico faz uso de representações animais, ou o que Girardet denominou de “bestiário do complô”<sup>486</sup>.

Como ratos que abandonam o navio podre a sua própria sorte, os atuais dirigentes do Estado sabem que a sua “mamata” vai acabar e mais cedo ou mais tarde serão aliados do poder pelo povo organizado. Daí a preocupação em fazer dinheiro, de favorecer a certos grupos, de arrumar os negócios de qualquer forma, de salvar o pêlo enfim.<sup>487</sup>

Oriundo de locais sórdidos, o rato representa as imundícies do universo político paranaense. Assim como outros animais, a exemplo da serpente, aranha e polvo, a associação ao rato se incorpora aos mitos políticos. A remissão a imagens de animais peçonhentos, viscosos, que tenham capacidade de se infiltrar e esconder

<sup>484</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Liga Camponesas. O orçamento de fome. **Jornal Tribuna do Povo**. Curitiba, 20 de agosto de 1949, ano I, n. 32, p. 33.

<sup>485</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 41.

<sup>486</sup> Ibid., p. 44-45.

<sup>487</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Liga Camponesas. O orçamento de fome. **Jornal Tribuna do Povo**. Curitiba, 20 de agosto de 1949, ano I, n. 32, p. 33, grifos nosso.

ou que sejam hábeis na transmissão de sujeira e infecção, lembra a fabulação do imaginário do complô. Na lógica do periódico, seria uma conspiração orquestrada pelas classes dominantes, no intuito de explorar os populares e mantê-los afastados e alheios dos assuntos de cunho político. A proposta orçamentária enviada ao Congresso pelo governo Moysés Lupion motivou a duplicação da arrecadação tributária, a qual, segundo o jornal havia sido elevada a 200%<sup>488</sup>. As críticas são basicamente direcionadas à elevação de impostos que resultam, por sua vez, em carestias, principalmente de alimentos, para a maioria da população.

As analogias aos governistas situacionistas ao mundo obscuro, de podridão e imundícies são recorrentes na imprensa comunista. Lupion é chamado de “Governador Promessa”, que se preocupa apenas com seus projetos e “viagens eleitoreiras”, mas que se acovarda diante de situações que ameacem sua integridade. O jornal *Tribuna do Povo* noticiou que o então governador do Paraná havia desistido de uma apresentação pública em Maringá, norte do estado, porque havia sido informado de que camponeses estavam se organizando e iriam apresentar um abaixo-assinado ao governador, a fim de exigir algumas providências com a perda da colheita do milho na região em razão da forte estiagem. Entre outras reivindicações estavam o aumento nos preços dos produtos que colhiam, tais como feijão, arroz, trigo, dentre outros. Descontentes com a gestão de Lupion, os camponeses argumentavam que o governador apenas beneficiava os donos de usinas, os quais, segundo eles, tiveram “seus produtos majorados [em] 35%”.<sup>489</sup>

A principal organização feita pelo PCB para combater seus opositoristas era buscar a união entre os cidadãos que de certa forma, manifestavam seu descontentamento com o governo. Além da imprensa, os comunistas apoiavam outras iniciativas, como a propaganda, cartazes, panfletos, pichações etc.. As mensagens de apoio a Prestes, a movimentos sociais, como a Revolta de Porecatu, ou que manifestassem repúdio a eventos bélicos, como contra o envio de soldados à Guerra da Coreia eram estampados em muros e fachadas, que se transformavam em verdadeiros murais de expressão. Embora consideradas ilegais, as pichações eram frequentemente realizadas com tintas, piches ou mesmo lápis feitos de cera.<sup>490</sup> Muitas vezes esses materiais eram também utilizados para a escrita manual de

---

<sup>488</sup> DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. O orçamento de fome. **Jornal Tribuna do Povo**. Curitiba, 20 de agosto de 1949, ano I, n. 32, p. 33.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>490</sup> MONTEIRO, op. cit., p. 60.

cartazes ou panfletos os quais eram distribuídos à surdina ou fixados nos mais diversos pontos públicos das cidades paranaenses.

Embora tentassem por fim a tais práticas, os agentes da DOPS não formularam apontamentos de punições relacionados a crimes dessa natureza. Ao menos em seus arquivos não consta nenhum relato de apreensão por incidência nesse delito. No entanto, a polícia política registrou uma série de fotografias nas quais podem ser visualizadas algumas pichações. As imagens retratam como a pichação poderia ser considerada uma forma de coparticipação, ao mesmo tempo em que intrigava a DOPS, a qual parece não ter obtido sucesso nas investigações por conta da ausência de relatos sobre os prováveis suspeitos:

**Figura 10: “Viva a Frente Democrática [sic] de Libertação Nacional com Prestes a frente” (pichação)**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. “Viva a Frente Democrática [sic] de Libertação Nacional com Prestes a frente” (pichação), local não identificado, p. 35.

**Figura 11: “Nosso apoio aos camponeses do norte” (pichação)**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. “Nosso apoio aos camponeses do norte” (pichação), local não identificado, p. 49. Uma manifestação de solidariedade aos posseiros do conflito de Porecatu, o qual se arrastou de 1948 a 1951.

**Figura 12: “Protestamos contra a invasão da Coreia [sic] pelos americanos” (pichação)**



Fonte: DEAP/FUNDO DOPS. Pasta 1282.150. Ligas Camponesas. “Protestamos contra a invasão da Coreia [sic] pelos americanos” (pichação), local não identificado, p. 52.

Ao usarem os mais diversos artifícios para propagar seu ideal revolucionário e oposicionista, os comunistas paranaenses expressaram suas concepções sócio-político-culturais. Por meio dessa prática, estabeleceram um diálogo constante entre sujeitos-leitores e sujeitos-autores do próprio ambiente urbano, corrompendo as normas disciplinadoras do estado. Ainda que ilegal, o PCB se mantinha significativamente coeso, muito embora discussões e discordâncias também fizessem parte do cotidiano militante. Tal coerência do partido é algo que pode ser atribuído, em parte, ao reconhecimento da liderança em Prestes e na forma como se organizaram após sua proscricção, mantendo atividades regulares, tais como reuniões, veículos de comunicações e militantes dispostos a lutar em nome do partido.

Os motivos de tais produções simbolizam as dificuldades de membros e/ou simpatizantes do PCB em expor seus ideários ou de serem reconhecidos em suas individualidades ao se solidarizarem com algum movimento ou criticarem certas ações políticas. Inscrições oriundas do trabalho de pichação, a circulação de panfletos e atividades similares, buscam fazer com que a urbe volte seus olhos para refletir sobre um determinado contexto e a quebrar o silêncio de práticas coercitivas da sociedade paranaense das décadas de 1940 e 1950.

## **5.2. A trajetória política do militante comunista Manoel Jacinto Correia**

A trajetória da militância política de Manoel Jacinto Correia, um dos principais líderes comunistas do norte do estado do Paraná, é um tema que carrega a singularidade de um jovem pai de família, sedento por um ideal revolucionário e que fez do PCB não apenas uma bandeira de luta, mas um estandarte no qual projeta seus sentimentos e emoções, seus anseios e temores. A convivência com companheiros de partido pertencentes ao Comitê Central de Londrina (como o Dr. Newton Câmara, Dr. Milcíades Pereira da Silva, Bento Paiva, Almo Saturnino e Gerson Monteiro de Lima) e principalmente com os militantes comunistas de projeção nacional (Jacob Gorender, Gregório Bezerra, João Saldanha) mostra como foi possível a abertura dos quadros do PCB, a partir do processo de democratização que resultou na legalidade do partido em 1945 até a sua proscricção em 1947, mas

também revela hierarquias e desentendimentos entre os próprios militantes, bem como o reflexo das escolhas de Manoel Jacinto na vida de parentes e amigos.

Manoel Jacinto nasceu em 1917, natural de Paraíba do Norte, no estado do Ceará, era filho de José Jacinto Correia e Maria Joana Correia. Decidiu abandonar o lar porque seu pai que era cego e dependia de ajuda popular para sobreviver, o surrava sempre quando o dinheiro, fruto do pedido de esmolas e doações, não entrava.<sup>491</sup>

Casou-se com a costureira Ana Pereira Correia, popularmente conhecida como “Anita”, a qual apesar de não apoiar integralmente suas atividades no partido, também se converteu em ativista política ao fundar a Associação Feminina de Londrina, entidade que primava pelos direitos da mulher. Foi pai de 11 filhos e, ao longo de sua trajetória, se consolidou como um dos pioneiros do PCB no norte do Paraná, empreendendo lutas de cunho social até meados dos anos de 1970.<sup>492</sup>

Da mesma forma que inúmeros migrantes, muitos dos quais também nordestinos, Manoel Jacinto se fixou no norte do Estado atraído pela propaganda de terras férteis da região. Não alcançando o objetivo de conseguir um lote de terra, passou a residir em Londrina desde fins do ano de 1945, exercendo, inicialmente, a profissão de pedreiro. Dois anos mais tarde, foi eleito vereador da cidade pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste ano não pôde ser candidato pela sigla do PCB pelo fato do partido ter sido proibido de participar da vida democrática, o que incluía o impedimento de lançar candidatos ao pleito eleitoral.

Os distintos momentos em que esteve preso também demonstram que era capaz de assumir o compromisso com a sociedade até as últimas consequências. Em suas *Memórias*, Anita, esposa de Manoel Jacinto, desabafa:

Manoel lia muito, era muito dedicado às causas do partido. Crescia muito como pessoa e sua atuação como vereador surpreendia a todos. Com seu terninho cinza, feito por mim, cujas mangas haviam encolhido na primeira lavada e insistiam em vexá-lo cada vez que firmava os braços sobre a Tribuna da Câmara para discursar, Manoel sacudia as pessoas daqueles tempos – 1940. Os comunistas são mesmos uns obstinados. A responsabilidade de lutar pela paz, por uma sociedade mais justa é uma tarefa árdua num país de regime capitalista como o nosso. Mas a crença em um amanhã melhor, sempre nos empurrou para frente.<sup>493</sup>

---

<sup>491</sup> ADUM, op. cit., 2002, p. 111.

<sup>492</sup> Ibid..

<sup>493</sup> CÉZAR, Ana Pereira. **Anita**: memórias. [S. l.: s. n.], 1988, p. 34.

Segundo o depoimento do militante comunista Hermógenes Lazier<sup>494</sup>, havia dois comitês estaduais no Paraná, um fato inédito comparado com o restante do país. Esses comitês estaduais estavam organizados da seguinte forma: o do sul, localizado em Curitiba e influenciado pelo PCB de Santa Catarina; e, o do norte, sediado em Londrina e muito mais próximo dos comunistas paulistas, principalmente de alguns dirigentes, como João Amazonas e João Saldanha. No entanto, como afirma Hermógenes Lazier (2008, p. 173), a aproximação do comitê comunista de São Paulo com o norte do Paraná ultrapassava os interesses políticos.

Segundo Lazier<sup>495</sup>, desde 1945 toda a produção de café do norte do Paraná era destinada ao porto de Santos (SP) em vez de ser encaminhada ao porto de Paranaguá (PR). O que espanta o militante comunista é o fato do PCB não encabeçar uma luta contra a rota do café até o porto de Santos, uma vez que os impostos atribuídos ao produto comercializado, naturalmente iriam para os cofres paulistas. Em sua visão, os paulistas (inclusive militantes) ainda viam o Paraná como uma extensão paulista: “a coisa é tão séria nessa briga entre São Paulo e Paraná que a estrada de ferro, que vinha de Apucarana a Curitiba, que poderia ser construída em cinco anos, levou vinte, devido a inúmeras sabotagens”<sup>496</sup>. A queixa de Lazier, que pertencia ao comitê do PCB de Curitiba, era a de que o comitê de Londrina estava mais vinculado aos paulistas e que isso impedia o relacionamento entre os dois comitês paranaenses: “a regional do Norte relacionava-se mais com São Paulo do que com o pessoal daqui.”<sup>497</sup>

Na década de 1940 várias famílias oriundas do interior de São Paulo, Minas Gerais e do nordeste migraram para a região norte do Paraná, atraídas pela nova política de terras implementada pelo governo Vargas e conhecida como Marcha para o Oeste. Esse projeto visava não apenas a mera ocupação territorial, mas defendia um plano de identidade nacional. A ocupação territorial encabeçada pelo Estado Novo também tinha o objetivo de consolidar uma nova sociedade democrática e robustecer o sentimento de identidade nacional.

Tal concepção geopolítica tornou-se fundamental para a ocupação desses territórios. Criou-se a imagem de espaços “vazios” para especificar as localidades

---

<sup>494</sup> LAZIER, Hermógenes. O jornal do partido, a Tribuna do Povo (entrevista). In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008, p. 172.

<sup>495</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 173.

<sup>496</sup> Ibid..

<sup>497</sup> Ibid..

abandonadas pelo poder estatal. O preenchimento desses espaços desconsiderava a existência de nativos e outros povos que ali residiam ao mesmo tempo em que criou agências destinadas a planejar e implementar a ocupação desses territórios. No intuito de encobrir tais áreas foi lançado, em 1940, o projeto da Marcha para o Oeste, o qual primava por arquitetar um plano de integração democrática para o Brasil. Ainda assim, vários historiadores fortalecem a concepção de “vazio demográfico” ao utilizarem em suas análises a perspectiva de que não havia populações indígenas na região meridional e sudeste do país, afirmando que tais áreas foram ocupadas postumamente por imigrantes europeus e empresas de colonização imobiliária.<sup>498</sup>

As primeiras tentativas de empreendimentos colonizadores por iniciativa privada no norte do Paraná ocorreram na década de 1920, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) planejava desmatar a região visando o cultivo de algodão para exportação. Com o insucesso deste projeto a empresa optou por repartir a terra e disponibilizar grandes lotes à venda. No entanto, o *crash* de 1929, acompanhado da Revolução Constitucionalista de 1932 e do início da Segunda Guerra Mundial afugentaram os investidores e conduziram a CTNP a realizar uma nova divisão a qual privilegiou o parcelamento em pequenos e médios lotes. Essa oportunidade atraiu “colonizadores” e “aventureiros”, contribuindo para o crescimento de Londrina, então conhecida por “Pequena Londres”, a qual passou à condição de município em 1934 e transformou-se em Comarca em 1938.<sup>499</sup>

As representações de Londrina como o “Eldorado” e “Terra da Promissão” incentivou a vinda de pessoas de todo o país e mesmo do exterior. Entretanto, as promessas foram maiores que as oportunidades de trabalho, fato que resultou na marginalização e miséria de parte da população no campo ou na cidade. Era comum a elite da época separar os imigrantes e migrantes em dois grupos: os “trabalhadores” e os “marginais”, sem levar em consideração os problemas e as faltas de oportunidades que os atormentavam. Muitas vezes, para se sustentar,

---

<sup>498</sup> Cf.: HOLTZ, Edson. **Faces ilícitas de uma cidade**: representações da prostituição em Londrina (1940-1966). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001; MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994; MOTA, Lúcio Tadeu. **Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2004.

<sup>499</sup> Cf.: FERNANDES, op. cit., 2012.

alguns pais de família honestos eram levados a exercerem tarefas marginais e, por isso, tornavam-se alvos da vigilância e repressão do poder público.<sup>500</sup>

Concomitante à oferta de terras da CTNP o Interventor Manoel Ribas iniciou no momento de sua posse ao Governo do Paraná, em janeiro de 1932, a campanha estadual de ocupação da região setentrional. Tais terras, conhecidas como devolutas, apenas deveriam ser concedidas mediante a comprovação de que o local seria utilizado para “cultura efetiva e moradia habitual”, em conformidade com a Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892.<sup>501</sup>

Muitas famílias que não conseguiam obter a posse de terras por um valor acessível ou simplesmente sem terem quaisquer condições financeiras tentavam consumir a propriedade de um lote de terra devoluta. Neste caso, “o interessado ocupava uma área, entrava com um requerimento à Comissão Mista de Terras, com o compromisso de derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade.”<sup>502</sup>

Mediante as possibilidades apresentadas, tanto dos lotes ofertados pela CTNP quanto das terras devolutas, iniciou-se um processo desordenado de ocupação, fato que proporcionou o surgimento de diversos conflitos, entre os quais os mais comuns eram os impasses entre posseiros e grileiros: os primeiros, que ocupavam os lotes apoiados pelas demandas legais previstas pela Comissão Mista de Terras e os últimos, os quais utilizando métodos diferenciados, como o uso da violência ou a falsificação de documentos, estavam a serviço de grandes fazendeiros interessados na expansão de suas propriedades na busca de novas terras para o cultivo do café, produto que se sobrevalorizou no mercado internacional após o encerramento da Segunda Guerra.

Em meio a este cenário de tensões e conflitos pela posse de terras na região setentrional do estado do Paraná, emerge uma das insurreições mais notórias deste período, alcunhado pela historiografia como “Revolta de Porecatu” (1948-1951). A singularidade dessa agitação certamente está concentrada no fato do PCB tê-la adotada como uma primeira experiência no campo de tentativa de implantação do projeto revolucionário comunista. O ponto de apoio para as atividades do partido era a cidade de Londrina, localizada a 90 km da área em litígio. Líderes comunistas

---

<sup>500</sup> HOLTZ, op. cit., p. 32.

<sup>501</sup> FERNANDES, op. cit., p. 42.

<sup>502</sup> Ibid..

reconhecidos nacionalmente como Gregório Bezerra e João Saldanha visitaram a região e em conjunto com o Comitê Central de Londrina – instalado na cidade em 21 de junho de 1945 e cuja uma das principais lideranças era Manoel Jacinto Correia – encabeçaram este projeto ambicioso, o qual recebeu apoio, mas também críticas dos próprios quadros do PCB. Em consonância com Anita:

[...] Naquele momento, 1949, o PCB havia tirado como resolução a participação do partido na guerrilha de Porecatu. Movimento de posseiros, no Paraná, pela posse da terra. Camponeses haviam invadido a área e o PCB entendeu que deveria apoiar a rebelião. Coube a Manoel a tarefa de ser o intermediário entre o movimento de guerrilha e o Partido. [...] É claro que sua atuação tinha reflexos sobre sua família. Também eu, como sua companheira, tive minhas tarefas naquele movimento. Como costureira fui encarregada de fazer os uniformes dos guerrilheiros de Porecatu. Nossa casa virou um verdadeiro Q.G. da guerrilha. Lá guardavam documentos e até armas enviadas ao local do conflito.<sup>503</sup>

O comitê de Londrina, por sua vez, é analisado por alguns historiadores como um órgão que atuava em uma região essencialmente agrícola, visto que no início da década de 1950, Londrina possuía o equivalente a 70.000 habitantes, sendo que desses, somente 39.000 viviam na área urbana<sup>504</sup>. A construção do pensamento de que o campo representaria um “atraso” desde a segunda década do século XX<sup>505</sup> pode ter interferido na visão de muitos militantes comunistas, sobretudo de grandes centros como Curitiba e São Paulo, que passaram a enxergar no norte do Paraná uma região agrícola, despreparada e que deveria receber assistências de outros comitês. Até então, as preocupações do PCB no país estavam voltadas para atividades urbanas e movimentações do operariado. As poucas tentativas de atuação do partido em áreas rurais ocorreram em momentos localizados, quando, por exemplo, em 1927 foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), o qual não teve políticas significativas voltadas para o campo.

O ex-militante e historiador Jacob Gorender relata que em fins dos anos de 1940 a início de 1950 a composição dos quadros da base no norte do Paraná era de “militantes camponeses, gente radicada no campo e elementos da cidade de Londrina”. Sobre Manoel Jacinto, Gorender afirma: “não sei até onde ele cursou, não deve ter ido muito longe”. A visão de Gorender, que à época visitou algumas vezes a

<sup>503</sup> CÉZAR, op. cit., 1988, p. 45.

<sup>504</sup> ADUM, op. cit., p. 3.

<sup>505</sup> Cf.: PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

região e manteve contato com Manoel Jacinto, era a de consolidação de um comitê formado, em grande medida, por pessoas provenientes ou que ainda residiam no campo, muitos imigrantes e nordestinos. Quando a Revolta de posseiros de Porecatu explodiu no norte do Paraná, o PCB procurou aproveitá-la para “tornar aquilo uma base permanente de luta armada e estendê-la, formar ali uma espécie de território libertado.”<sup>506</sup>

Em função da oportunidade vista pelo PCB em instalar na região uma espécie de “comunismo rural”, o partido designou “um militante do Rio para dirigir o comitê de Londrina e um membro do comitê central, o Celso Cabral”. Além disso, a autonomia do diretório londrinense foi retirada e “toda a região do norte do Paraná, incluindo Porecatu, ficou subordinada à orientação do Comitê Estadual de São Paulo, cujo primeiro secretário, em 1951, era Carlos Marighela”. Toda essa movimentação deixou clara que a atuação do PCB na região não se tratava apenas de assistência, tampouco somente no interesse na libertação daquelas terras e na reintegração de posse às pessoas que há anos residiam na área.<sup>507</sup>

Nesse ponto, é possível concordar com Pierre Bourdieu<sup>508</sup>, para quem a ideia do pensamento simbólico é tão importante quanto o pensamento material. Em sua visão, o político pode ser compreendido como um “campo de forças” e, portanto, como um “campo de lutas”. A noção que envolve os “campos” (político, religioso, econômico etc..) está relacionada ao poder. Nesse sentido, o campo político “é o lugar em que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos [...], conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’.”<sup>509</sup>

No que se refere ao poder, principalmente no interior do que se convencionou chamar de Nova História Política, René Rémond<sup>510</sup> é taxativo quando afirma que a “política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”<sup>511</sup>. Ao que tudo indica, o interesse do PCB na Revolta de Porecatu estava irrestritamente voltado em alcançar o poder. O

<sup>506</sup> APTU. Entrevista com Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 2-3; 6.

<sup>507</sup> Ibid., p. 3.

<sup>508</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 164.

<sup>509</sup> Ibid..

<sup>510</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 444.

<sup>511</sup> Ibid..

partido não contava com “nenhuma experiência” e não havia “especialistas agrários realmente capazes”. O argumento central que motivou o PCB a se aventurar em conflitos por terras no norte paranaense se justificava por apontamentos gerais: “a ideia primeira era manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir que o poder e as autoridades do estado constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros”.<sup>512</sup>

Apesar da participação do PCB, de seus planos para a área litigada e da visão que nutria sobre Manoel Jacinto, Jacob Gorender considera a experiência de Porecatu como fracassada, seja porque o partido não atingiu seus objetivos de implantar o comunismo na região e torná-la uma área de libertação nacional, seja porque os “posseiros, [sob] pressão [...], aliciamento e pelas promessas feitas [pelo governo estadual Munhoz da Rocha], começaram a fraquejar e alguns começaram a aceitar [...] compensações financeiras e terras noutros lugares”. Gorender reitera que o PCB forneceu à região de Porecatu instrumentos tanto teóricos (cursos para os dirigentes locais e homens do comitê nacional que se dirigiram para a região em conflito), quanto logísticos (“armas, esconderijos, alimentos, remédios”), além de reiterar a importante atuação de Manoel Jacinto, ainda que fizesse uma ressalva por este não possuir uma formação acadêmica como parte significativa das lideranças do partido.<sup>513</sup>

Sempre envolto em um espírito de coletividade, Manoel Jacinto chegou a ser pastor evangélico<sup>514</sup>, mas se afastou das atividades religiosas após ser expulso por um dos reverendos que não aceitaram suas críticas à Igreja<sup>515</sup>. A necessidade de uma base ideológica era uma busca constante de Manoel Jacinto. Sua esposa, Anita, apoiava a decisão do marido em busca de um suporte ao qual se apoiar: “Então a gente via que tinha muita coisa errada dentro da Igreja, mas a gente não sabia como sair”<sup>516</sup>. Apesar de se estabelecer em Londrina como mestre de obras e

<sup>512</sup> APTU. Entrevista com Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 4.

<sup>513</sup> Ibid., p. 4-5.

<sup>514</sup> Em depoimento a Teresa Urban, a filha de Manoel Jacinto Correia, Elza Correia, afirma a predisposição do pai e seu cargo de pastor na Igreja Protestante antes de residir em Londrina. APTU. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 2.

<sup>515</sup> Nesse ponto existem divergências entre Anita, esposa de Manoel Jacinto Correia, e Elza, filha do militante comunista. Em seu depoimento à jornalista Teresa Urban, Anita não menciona que Manoel Jacinto foi expulso da Igreja, mas que ele não concordou com a expulsão de um pastor protestante negro, chamado Enofre Medrades por outro pastor, que, segundo a entrevistada, seria americano. Manoel Jacinto considerou o ato como racismo e, juntamente com sua família, teria se afastado da prática religiosa. APTU. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 2.

<sup>516</sup> APTU. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 01.

desfrutar de uma remuneração considerável, ao menos para garantir o sustento de sua família e criar perspectivas para o futuro, havia algo mais que inquietava Manoel Jacinto. Sua filha, Elza Correia, destaca a facilidade com que seu pai se envolvia com mobilizações, pronunciamentos, discursos e quaisquer atividades de cunho reivindicatório: “meu pai era linha de cabeça, entrou na passeata e quando percebeu estava carregando uma bandeira [...], fez um pronunciamento [...] e saiu de lá filiado ao Partido Comunista do Brasil”.

A partir de então, como ressalta Elza Correia, seu pai enfatizava que havia encontrado o caminho, enquanto a família iniciou uma fase de privações, muito embora considerassem a luta de Manoel Jacinto como legítima e necessária. Era o preço da luta revolucionária:

A nossa vida era péssima. Eu tenho irmãos hoje que [...] tem aversão ao Partido Comunista [...]. Não poderia ser tão bom [...] que a gente vivesse miseravelmente e que não assumisse a responsabilidade de pagar até o dinheiro que meu pai devia receber quando estivesse preso e trabalhando pelo partido.<sup>517</sup>

A experiência relatada por Elza Correia, filha de um comunista pertencente ao PCB de Londrina, contrasta com a noção de “sociedade ideal”, típica do discurso partidário e que encontra fundamentação no conjunto doutrinário conhecido como marxismo-leninismo. Por um lado, o PCB norte paranaense construiu uma “cultura política”<sup>518</sup> específica: um partido que anseia pela legalidade, se estabelece relativamente na base filosófico-doutrinal do marxismo na busca pela identidade histórica, reclamando pelo ideal revolucionário, seja no campo ou na cidade. Produz um sistema político de ampla atuação junto às massas, liderando algumas manifestações de ampla repercussão – como no caso da Revolta de Porecatu – e mobilizações cujo sentido ultrapassa as fronteiras do Estado – a exemplo do Movimento dos Partidários da Paz<sup>519</sup>. Os casos mencionados assinalam, segundo Barros<sup>520</sup>, “como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum

<sup>517</sup> APTU. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 03.

<sup>518</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350-351.

<sup>519</sup> Organizado desde 1949 no Paraná, o Movimento dos Partidários da Paz foi fundado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura e tinha como objetivo fomentar ações pela paz.

<sup>520</sup> BARROS, José D’Assunção. O estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Revista de Educação *Educere et Educare***. Ponta Grossa: v. 4, n. 7, jan./jun. 2009, p. 154.

do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto”. Em suma, vida particular e vida pública eram bem distintas: muitos comunistas passavam por privações, mas a luta não podia parar.

Para Manoel Jacinto, os oradores do PCB “falavam umas coisas que eram muito coerentes com o meu sofrimento, com minha vida, com minha revolta [...], das injustiças que sofri dadas as perseguições que tive, das humilhações de fazendeiros, da humilhação de patrões”.<sup>521</sup>

Em outra fala, Anita, sua esposa na época, não traz elogios ao “Partidão”. Em sua visão, havia uma prática comum no PCB em desligar seus membros mais atuantes da produção, para que eles trabalhassem de modo incisivo no interior dos quadros partidários. Assim, já em fins dos anos de 1940, Manoel Jacinto foi declarado “desligado da produção”, momento em que o partido assume suas responsabilidades – inclusive financeiras – atribuindo a ele e a sua família o que deveria ser uma pensão mensal.

O Manoel se entregava de corpo e alma às causas do partido, ficava fora de casa o tempo todo. É certo que entendíamos a intenção de sua luta, mas também é certo que era muito difícil aceitar sem, às vezes, nos revoltarmos. Cuidamos sozinhas, eu e minha mãe, de tantas crianças, dividindo o pão de cada dia. Foram doze longos anos dentro dessa vida.<sup>522</sup>

Anita e Elza Correia, esta última uma das filhas de Manoel Jacinto, são categóricas ao enumerarem uma série de reclamações ao partido, que vão desde atrasos às pensões até denúncias de que alguns filiados ao PCB se aproveitavam de maneira ilícita dos recursos do partido para ampliar seus patrimônios. “Não aguentávamos mais vestir roupas [...] nem calçados dos outros”, afirmou Anita<sup>523</sup>. O luxo e a ostentação eram típicos de burgueses. Por isso, não fazia sentido que o militante e sua família fizessem parte do mundo consumista. A filha de Manoel Jacinto, Elza Correia, completa dizendo que se tratava de “muita exploração”, exigirem que o seu pai se desligasse da produção, ou seja, deixasse de ser pedreiro para servir o partido sem ganhar quase nada em troca: “porque a ajuda de custo [...] que o partido dava nunca chegava lá em casa, principalmente quando o pai estava

<sup>521</sup> APTU. Entrevista com Manoel Jacinto Correia. [1980?], p. 5.

<sup>522</sup> CÉZAR, op. cit., 1988, p. 59.

<sup>523</sup> APTU. Entrevista com Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 20.

preso. Então, se não fosse a costura da minha mãe e da vizinhança doar uma coisa ou outra, [seria] o caos”.<sup>524</sup>

Além do mais, a vida familiar e mesmo conjugal eram afetadas com as constantes mudanças de endereço e prisões, essas últimas sempre associadas a atos subversivos. Elza Correia afirma que o nascimento de uma de suas irmãs – Eunice – ocorreu em uma das vezes que seu pai havia sido preso. Após dois anos de enclausuramento, Manoel Jacinto retornou para casa e teve que lidar com o estranhamento da filha em relação à sua presença: “até um pouco antes dela [Eunice] se casar havia este problema entre os dois. Na verdade ela nunca aceitou muito que aquele homem que pintou de repente pudesse ser o pai dela”.<sup>525</sup>

Alheio aos problemas familiares, ausente quando sua esposa e filhos mais necessitavam, Manoel Jacinto sempre estava envolvido nas atividades do partido: “pra dizer mesmo a verdade, mesmo que ele não estivesse preso, na hora do parto minha mãe sempre estava sozinha, porque ele estava fora, cumprindo as tarefas do partido. Ela [Anita] sempre teve os filhos sozinha, ajudada pela minha vó.” Na opinião de Elza Correia, existe uma “grande falta de responsabilidade dos quadros do partido comunista. Largavam a família [...] na pior dificuldade”.<sup>526</sup>

A indiferença não era algo restrita apenas ao partido. Elza Correia ressalta as suas dificuldades e as de seus irmãos no ambiente escolar. As queixas partem desde problemas pessoais, com professores, até nas mudanças de endereço, solicitadas constantemente pelo PCB, que teriam comprometido o andamento de alguns anos letivos: “nós éramos filhos do Manoel Jacinto, então reprovávamos porque éramos filhos de comunistas”. As humilhações, segundo Elza Correia, eram constantes. Certa vez, no início de ano letivo, o professor de História, Leopoldo, “chamou meu nome, me fez levantar na sala e disse: ‘Esta é a filha de Manoel Jacinto Correia, que é comunista e está preso. Portanto, não sejam amigos dela, não brinquem com ela’”. A exposição aos colegas de classe inibia até a consolidação de relações de amizade: “as crianças tinham horror a mim. Eu era alijada das brincadeiras, não participava de nada [...] como se fosse leprosa ou qualquer coisa parecida.”<sup>527</sup>

---

<sup>524</sup> APTU. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 8.

<sup>525</sup> Ibid., p. 4.

<sup>526</sup> Ibid., p. 4; 8.

<sup>527</sup> Ibid., p. 6-7.

As humilhações se tornaram suportáveis quando eram lembrados por Anita, sua mãe, da luta empreendida por Manoel Jacinto no combate ao conformismo. A partir de então, a figura paterna deixava de ser motivo de vergonha e represálias para se tornar símbolo de heroificação, a ponto do próprio pai, subjugado por boa parte da sociedade londrinense, mobilizar os filhos em suas atividades partidárias e revolucionárias: “nós éramos solidários, carregávamos material para esconder, cada um dentro da minha casa tinha uma tarefa, avisar quando havia pessoas diferentes no bairro [...] [ou] um carro parado na esquina.”<sup>528</sup>

As imagens de esperança e das certezas de solidariedade e fraternidade entre os homens sugeridos pelo jovem Manoel Jacinto poderiam ser apontadas pelos círculos conservadores como “utopias”, no sentido de planos irrealizáveis ou destituídos de bases reais. Talvez fosse mais prudente tentar compreendê-las como um conjunto ordenado de representações, no qual, em consonância com Pierre Ansart<sup>529</sup>, os comunistas pudessem exprimir seus valores e normas, estabelecerem as necessidades coletivas, os papéis sociais e os fins que quisessem alcançar.

Mesmo sustentados por uma doutrina política, um viés materialista e segundo Jorge Ferreira<sup>530</sup>, por mais que os comunistas rejeitassem qualquer relação com a religiosidade, “defendessem a primazia do conhecimento científico na decifração da realidade em que viviam e se expressassem por uma linguagem laicizada, havia algo de mítico, sacralizado e nostálgico em suas manifestações discursivas e comportamentais”. Filha – Elza Correia – e ex-esposa – Anita – não compreendiam como elas e Manoel Jacinto, a exemplo de outros comunistas, mantinham o ânimo forte, a moral elevada e sem aparentar abatimento emocional. Anita tenta encontrar respostas em suas memórias:

Às vezes eu me pergunto: Como pude ser tão resistente durante toda a minha vida? Acho que porque sou comunista. A espera de dias melhores para todos nós, exige continuarmos vivos e resistindo. Temos que estar vivos e inteiros para ver nossos direitos triunfarem um dia. Ser comunista é antes de tudo um ato de coragem. É poder chorar a perda de nossos filhos e companheiros, acreditando que valeu a pena e que foi em benefício de muitos.<sup>531</sup>

<sup>528</sup> APTU. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 7.

<sup>529</sup> ANSART, op. cit., p. 21-22.

<sup>530</sup> FERREIRA, op. cit., p. 23.

<sup>531</sup> CÉZAR, op. cit., 1988, p. 47.

Prisões, perseguições, necessidades, imposição hierárquica dentro do partido, ostracismo social e ressentimentos dos familiares. Mesmo em situações dramáticas o militante Manoel Jacinto, se inspirava em tradições que narravam uma catástrofe universal e a esperança de uma vida melhor.

Apesar das adversidades e abastecidos por um ideal revolucionário, os comunistas acreditavam na possibilidade de transformar o mundo. Conforme Raoul Girardet<sup>532</sup>, a visão da “Idade de ouro”, semelhante à proposta por estes revolucionários, “confunde-se irredutivelmente com a de um tempo não-datado, não-mensurável, não contabilizável, do qual se sabe apenas que se situa no começo da aventura humana o que foi o da inocência e da felicidade”. O “tempo presente”, ou seja, fins da década de 1940 e início dos anos de 1950 são representados pela desordem tanto no âmbito nacional quanto no estadual: degradação das liberdades garantidas pela Constituição de 1946, cassação do PCB em 1947, por disputas de terras (como na Revolta de Porecatu) e nas campanhas urbanas (pela Paz Mundial, contra o desarmamento, repúdio ao envio de soldados para a Guerra da Coreia, para não citar outras). Inspirados no exemplo da União Soviética, comandada por Stálin e crentes no ideal revolucionário de Prestes, considerado um “salvador”, os comunistas acreditavam no tempo da grandeza, isto é, momento de “uma nobreza ou de uma certa felicidade [...] a fixar-se em torno de dois valores essenciais: valor de inocência, de pureza, por um lado; valor de amizade, de solidariedade, de comunhão, por outro”<sup>533</sup>. Seria o período do comunismo, a ascensão dos trabalhadores, a “Idade de ouro”.

Além disso, o marxismo que serviu de inspiração para os comunistas, compartilhou a ideia do messianismo da tradição judaico-cristã. Em consonância com Mircea Eliade:

[...] de um lado, o papel profético e a função soteriológica que atribui ao proletariado; de outro lado, a luta final entre o Bem e o Mal, que pode ser facilmente comparada ao conflito apocalíptico entre Cristo e Anticristo, seguido da vitória definitiva do primeiro”.<sup>534</sup>

---

<sup>532</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 101.

<sup>533</sup> Ibid., p. 105.

<sup>534</sup> ELIADE, op. cit., 1972, p. 158.

Apesar de não concordarem com muitas deliberações do PCB no norte do Paraná e de existir suspeitas do aproveitamento do comitê central de São Paulo de ver a região como um local ausente de membros preparados para lutar pelo comunismo, a ponto de enviar para a região alguns membros reconhecidos nacionalmente, como Gregório Bezerra e João Saldanha, é notório que a crença no discurso partidário era maior. Manoel Jacinto, um dos líderes do partido no setentrião paranaense, discordava de vários pontos do PCB, principalmente em relação às atitudes deliberadas pelo partido nos anos de 1940 e 1950, mas durante esse período, não se desvinculou dele e lutava por sua causa.

Mesmo diante de discussões as quais, por vezes, resultaram em rupturas, havia no papel da militância exercido por Manoel Jacinto um conjunto de pensamentos e certezas alimentados pelo partido. As ideias que o auxiliaram a suportar tamanhas adversidades – físicas, emocionais e familiares – são provenientes de uma tradição intelectual que se consolidou na segunda metade do século XIX. Nas várias áreas do conhecimento, as reflexões dos intelectuais destinavam-se na identificação de “ideias mistificadoras que impediriam os homens de verem a si próprios e as suas relações sociais sem máscaras, roupagens ou adornos.”<sup>535</sup>

A busca pela “Idade de ouro”, evidente na doutrina comunista, exigia dedicação exclusiva e, por isso, se fez à custa do abandono familiar, discussões no interior do PCB e do desprezo de parte da sociedade que partilhava do pensamento anticomunista. Mesmo preso várias vezes e quase sempre privado de uma vida familiar em função das atividades do partido, Manoel Jacinto, ainda assim, não pensou em abandonar o PCB entre os anos de 1940 e 1950.

O caso de Manoel Jacinto ilustra como a cultura comunista entre os militantes do PCB no norte do Paraná estava embasada na busca da “Idade de ouro”. O partido atuou livremente por dois anos (1945-1947), o que permitiu o envolvimento de simpatizantes, a sua organização e estruturação no Estado. Mesmo assim, autoridades policiais não deixaram de acompanhar suas atividades, a ponto de aprisionar e perseguir membros pertencentes aos quadros do PCB.

No esforço de reconstituir a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto, foi possível compreender a dedicação da vida desse militante à crença

---

<sup>535</sup> FERREIRA, op. cit., p. 21.

numa causa: o fim da exploração capitalista e o esforço na construção de uma sociedade mais justa. A experiência deste revolucionário está ausente de glórias e reconhecimentos. Privações, dúvidas, incertezas, discussões, negligência e violência parecem caracterizar a realidade do militante comunista e seus familiares no norte paranaense, muito embora seja inegável que Manoel Jacinto personifique uma história de luta por transformações sociais e políticas. Sua trajetória de privações se assemelha a de uma minoria de brasileiros que não foram passivos aos acontecimentos de seu tempo, apesar dos acometimentos, à repressão física e psicológica. Mesmo não possuindo uma vida acadêmica consolidada, como parte significativa das lideranças do PCB, Manoel Jacinto buscou fazer a diferença na sociedade por meio dos ideais revolucionários provenientes do comunismo. Portanto, analisar sua história de vida simboliza compreender, de forma mais aprofundada possível, o contexto ao qual esteve inserido.

## CONCLUSÃO

A tendência ao desenvolvimento de mitos políticos não escolhe grupos por seu credo, etnia ou posturas político-partidárias. O mito político se consolida como uma linguagem universal que se realiza na prática, na experiência cotidiana, nos imaginários partilhados e na relação com o outro. As construções míticas também se solidificaram no pensamento de setores oposicionistas ao PCB, a exemplo de autoridades governistas e policiais, além de outros setores da sociedade, como em grupos religiosos. O entendimento do que simbolizou o comunismo no Paraná parte da tentativa de compreensão do pensamento anticomunista. O temor de certa forma generalizado da expansão do credo vermelho provocou as mais variadas reações na sociedade a ponto de provocar poderosas mobilizações de grupos oposicionistas. Nas mais diversas instituições – escolas, delegacias – bem como em ambientes públicos – ruas, praças – a vigilância cravou suas raízes e contou com a colaboração de professores, funcionários públicos, mas em especial dos agentes policiais, homens de confiança das autoridades e cujo papel principal era afiançar a segurança e a ordem pública.

Para além da opressão, a convivência social de militantes comunistas, seus familiares e amigos foram marcados por um olhar vigilante da maioria da população. A resistência ativa ao receio de propagação vermelha no Paraná estimulou a criação de organismos institucionais de cunho anticomunista, fundados especialmente a partir dos anos de 1950 e 1960, a exemplo da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP) em 1956 e da Frente Agrária Paranaense (FAP), inaugurada em 1961.

As iniciativas populares no combate ao comunismo também foram significativas e demonstram que a aversão aos adeptos de Moscou não ficou restrita aos âmbitos institucionais. Este apoio de grande parte da sociedade frutificou em campanhas anticomunistas – a exemplo da “Campanha de Educação Cívica e Democrática”, criada e dirigida por Gustavo Branco em Londrina, norte do Paraná – as quais apesar de receberem apoio institucional, contaram com a iniciativa de populares, o que de certa forma contribuiu para a edificação de uma imagem não muito amistosa do comunismo, efígie que ainda prevalece em alguns círculos sociais. As frequentes associações do bolchevismo com epidemias ou patologias,

sujeiras ou podridão podem ser consideradas um esforço de grupos isolados auxiliados pelas autoridades policiais de implantar uma pedagogia anticomunista, educando os populares de forma a aprenderem que o comunismo corrompe os valores da família, da pátria e da liberdade, razão pela qual deveria ser eliminado do meio social antes que suas ideias ganhassem novos adeptos e se espalhassem como um “câncer” corroendo a suposta “harmonia social”.

As ações de pessoas e/ou grupos que se opunham a estes estavam fundamentadas em um imaginário, compreendido aqui como uma “prática social”, a qual reúne “de modo ordenado, comportamentos individuais voltados para finalidades comuns, supõe uma estrutura complexa de designação, de integração significativa, de valores, um código coletivo e interiorizado”<sup>536</sup>. Visto como um conjunto coordenado de representações, o imaginário torna-se parte integrante de um grupo, associando papéis e identidades que defendem uma necessidade coletiva e pela qual buscam lutar. Para isso, os imaginários estabelecem normas e valores para atingir metas, o que pode muitas vezes provocar discordâncias e resultar em conflitos sociais. Em defesa dessas ações coordenadas às quais simbolizam um determinado imaginário, emerge um campo propício para a frutificação de mitos, “representações oníricas”<sup>537</sup> que orquestram e conduzem as práticas sociais.

Os registros da DOPS que indicam o seu fluxo de trabalho compreendem o período entre 1920 a 1989. Durante este período, o órgão atuou como um aparato administrativo legal que tinha como função não apenas inquirir, intimidar, vigiar e punir, mas cumpria-lhe a função de atemorizar manifestações públicas que expressassem o descontentamento em relação a um governo ou poder estabelecido. Manter a ordem, calar discursos inflamados, repreender quem se opusesse ao regime, dentre outras represálias, são indícios de que a instituição foi, em vários momentos, utilizada para fins políticos. As DOPS surgiram em um momento oportuno e por este motivo foram tratadas como uma “polícia especial”, autorizadas a coibir reações adversas, sejam elas armadas ou localizadas apenas no plano teórico, a exemplo de discursos e material escrito.

No que se refere ao poder instituído, alguns grupos e instituições entendiam que o poder legal/formal da polícia política era importante e necessário, pois acreditavam que competia a ela a faculdade de limitar o poder dos mais fortes e

---

<sup>536</sup> ANSART, op. cit., p. 21.

<sup>537</sup> GIRARDET, op. cit., 1987.

consequentemente oferecer garantias aos mais fracos. Mas essa concepção somente seria possível em uma sociedade que exercesse plenamente a cidadania, dando condições para confiar em suas instituições públicas.

No Brasil, o caráter repressivo da polícia institucional baseou-se nos princípios de segurança nacional e tal característica não ficou restrita apenas aos governos de exceção. O regime de força, operação e combate instalado contra os comunistas foi marcado pelo desvio da função dos órgãos policiais para a missão de polícia política e de operação de defesa interna. A LSN de 1953 manifestou preocupação em assegurar ao Estado a ordem política e social não apenas contra inimigos internos, mas também externos. Em seu parágrafo 2º, inciso III proibiu a interferência “mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou caráter internacional” que ameaçasse “mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição”. No período em que circunscreve os anos de 1940 e 1950 a preocupação da segurança policial estava concentrada nas atividades primárias de proteção ao cidadão e da manutenção da ordem pública.

A vigilância constante e a hierarquização de ideias encabeçadas pelas Delegacias Regionais espalhadas em várias regiões do Estado e em permanente comunicação com a DOPS em Curitiba articulou uma rede de união e informação. As preocupações eram as mais variadas possíveis. As trocas de relatórios, envio de agentes e telegramas versavam sobre questões criminais, políticas, sociais e até morais, como a defesa dos “bons costumes”, da “família” e da “propriedade”. O imaginário articulado e disseminado pela polícia política formulava imagens utilizadas para legitimar e justificar determinados sistemas políticos e construir novas doutrinas. Tais imagens implicaram na concretização de mitos, a exemplo do complô comunista, em razão dos bolcheviques serem considerados um corpo estranho e prejudicial aos princípios de brasilidade e unidade nacional.

O período do Estado Novo foi significativo para a construção dessas ideias. Em defesa da coesão social emerge o “verdeamarelismo”, uma das expressões mais marcantes do “mito fundador”<sup>538</sup>. A noção de que o Brasil era o lugar do trabalho, do crescimento do capital se chocava com o pensamento de mobilidade e reivindicações. As imagens de um povo fiel, livre de preconceitos moldaram expectativas que viam o país como o local do futuro, no qual não haveria espaço

---

<sup>538</sup> CHAUI, op. cit., p. 37-38.

para interesses divergentes e nem oportunidades para o desenvolvimento de uma “luta de classes”. Tal percepção colidia com a visão de alguns grupos, execrados com a violência policial e que denunciavam o descumprimento de direitos garantidos constitucionalmente. A falsa imagem vendida do Brasil era utilizada como forma de apascentar a maioria da população e intimidar os setores oposicionistas. De tal forma, o “mito fundador” procura neutralizar as ações populares e redireciona ao Estado, a Deus (com destaque à manifestação religiosa dominante) e à natureza (exaltação ao belo) a responsabilidade, bem como as glórias das transformações.

O PCB se constituiu como um dos partidos oposicionistas mais ferrenhos, seja por sua trajetória de luta ou pelo fato de ser uma agremiação voltada para as massas entre fins dos anos de 1940 e início da década de 1950. Talvez, por isso, boa parte de sua vida política tenha ocorrido na clandestinidade, já que em diversos momentos alegou-se que sua teoria e prática eram incompatíveis, ora em sistemas ditatoriais (como no Estado Novo e na Ditadura Civil Militar), ora com a soberania popular (a exemplo do denominado “Interregno Democrático”), período em que o PCB permaneceu legal por cerca de dois anos (1945-1947)).

Embora soasse utópico para alguns, os preceitos que empunhavam a bandeira da luta comunista eram considerados sérios e irrestritos na visão de seus integrantes e simpatizantes. Havia nessa perspectiva a evocação de um “tempo de antes”, isto é, de uma “Idade de Ouro”<sup>539</sup>. Tal expressão foi cunhada por Frédéric Mistral no momento em que remete aos anos de sua infância, “quando os barcos com rodas d’água ainda não desciam o Ródano e nem a fumaça e o ruído das ceifeiras e das debulhadoras mecânicas vinham perturbar a serenidade das tardes de verão”<sup>540</sup>. Por isso, a “Idade de Ouro” assume múltiplos significados resgatados na memória de uma vivência considerada tranquila e harmônica, sem os devaneios e diferenças do mundo moderno. Girardet<sup>541</sup> apresenta como um elemento da “Idade de Ouro” a representação de um “grupo social” o qual se une não apenas por elementos de identificação, mas buscam em comum acordo, métodos de autoproteção, a exemplo de uma ordem, sociedade ou civilização.

Embora a lembrança de um tempo primordial não seja totalmente descartada entre os comunistas foi mais habitual à remissão há um tempo e espaço

---

<sup>539</sup> GIRARDET, op. cit., 1987, p. 97.

<sup>540</sup> Ibid..

<sup>541</sup> Ibid..

considerados como ideais e dignos de reverência. Assim, a URSS, berço das ideias bolcheviques era sempre reverenciada em razão da coragem de seus patriotas em executarem a Revolução de 1917, a qual representou para os comunistas o início de uma era grandiosa com a instalação de um governo popular.

Mas por que analisar a visão da DOPS sobre os comunistas em um momento no qual a doutrina bolchevique já não constitui uma ameaça à segurança política e social? O X Congresso do PCB realizado em 1992 evidenciou mais um racha na estrutura do partido. Por decisão de seus pares foi aprovada a mudança no nome da agremiação, que passou a se chamar Partido Popular Socialista (PPS). No entanto, os militantes que atuavam há mais tempo na agremiação demonstraram certa resistência em abandonar os símbolos que os faziam lembrar os tempos da luta armada e das inúmeras tarefas realizadas em nome de um legado. Inconformados com essa decisão, muitos deles refundaram o PCB oficialmente incorporado às demais legendas partidárias em 1995. Mas, ainda hoje a memória e a história construída pelo “Partidão” são objetos de disputas de pelo menos três agremiações políticas: o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), fruto de uma cisão em 1961; o PPS, fundado em 1992 e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), rearticulado em 1995.<sup>542</sup>

A disputa por este legado simboliza também a contestação de uma vida partidária carregada de lutas revolucionárias, renúncias e oposições. Tais elementos, no entanto, não foram suficientes para assegurar a unidade intrapartidária, que sofreu sua divisão institucional na década de 1960. Ainda assim, a memória do PCB torna-se objeto de valorização, desprendimento e exemplo de determinismo a ser seguido.<sup>543</sup>

Por outro lado, de forma não tão otimista, percebemos atualmente, a tenacidade dos modelos autoritários de polícia, e como consequência, do isolamento dessa instituição para com a sociedade. As discussões e iniciativas buscam contornar a crise do modelo de atuação de órgãos responsáveis pela segurança pública, em especial a polícia. O colapso dessa instituição pode ser compreendido em razão dos insucessos colhidos no enfrentamento da criminalidade e violência, mas também podem ser notados em razão de um padrão frequentemente arbitrário e impetuoso nas práticas policiais cotidianas.

---

<sup>542</sup> Cf.: PANDOLFI, op. cit., 1995.

<sup>543</sup> Ibid..

O tipo de operação simbólica existente entre comunistas e polícia política não estava inscrito somente no âmbito institucional, mas em um imaginário político constantemente em transformação. O investimento do Estado em campanhas anticomunistas é indispensável para a consolidação de um discurso político sem questionamentos, mesmo após o término do Estado Novo e a implantação de um sistema político democrático. Restrições oportunamente implantadas na própria Carta Magna de 1946, além da criação de leis que regessem a segurança nacional, como a LSN de 1953, podem ser traduzidas como tentativas de frear o avanço do comunismo, justamente no momento de crescimento do PCB, bem como o de tentar eliminar forças opositoras, elementos saudáveis em qualquer regime democrático.

Nosso interesse se restringiu na análise de construções mitológicas compreendidas pela DOPS em relação ao PCB, bem como de mitos que se desenvolveram no interior dessa agremiação partidária. Explorando a sensibilidade religiosa, moral e democrática o mito do complô bolchevique forneceu munição para a construção de representações anticomunistas. Associando o PCB com a destruição de valores sociais, a polícia política elegeu os potenciais criminosos comunistas entre os marginalizados, mulheres e aqueles que possuíam vínculos afetivos ou consanguíneos com militantes ou simpatizantes do partido. Em particular, no período posterior a 1945, a multiplicação de Delegacias Regionais no Paraná se fez em regiões mais ameaçadas pelo “perigo vermelho”, o que leva a crer que o comunismo era o principal inimigo da polícia política. O medo e a paranoia de sua expansão no Paraná justificaram práticas e metodologias duvidosas, criando, no imaginário policial, a ideia de complô.

O poder se sofisticou e adquiriu novas roupagens a ponto de abandonar uma faceta exclusivamente repressiva e transcendente. O século XX, no Brasil, caracterizou-se por aperfeiçoar o poder, disfarçando sua face violenta em braços operacionais de controle, os quais nem sempre atuavam de forma explícita, mas que possuem como traços marcantes a preferência em envolver o indivíduo do que dominá-lo abertamente.

O foco principal se concentrou no esforço de identificar, nas evidências, indícios de mitos políticos modernos, em especial o mito da conspiração comunista e, na sua antítese, as construções mitológicas formuladas no interior do PCB, a exemplo do mito da “Unidade” e do mito da “Idade de Ouro”. Embora seja uma

questão complexa, foi feito um esforço teórico para a compreensão de como se constrói a imaginação mitológica e suas formas de repercussão no meio social. Pessoas comuns, militantes, agentes policiais, todos esses personagens foram analisados de forma a demonstrar que os mitos políticos adquirem roupagens diferenciadas em consonância com o pensamento que se deseja legitimar por uma instituição ou grupo oportunamente com interesses próprios.

## REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia. **A subversão no paraíso**: o comunismo em Londrina (1945-1951). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2003.

ALEXANDER, Robert J. **Communism in Latin America**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1957.

ALMEIDA, Geraldo José de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. In: SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife - PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005, p. 39-76.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. Ed.. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BACIGALUPO, Graciela Zubezú de. As relações luso-brasileiras no pós-Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 60, jul./dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292000000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000200003)>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**: Anthropos-Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Conflito e integração na América Latina**: Brasil, Argentina e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BATISTELLA, Alessandro. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. **História**, v. 34, n.1, p. 274-302, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n1/0101-9074-his-34-01-00274.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge; BECKER, Jean-Jacques. **Histoire de l'anticommunisme**. Paris: Oliver Urban, 1987.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853. Eleva a Comarca de Coritiba na Província de S. Paulo á categoria de Província, com a denominação de - Província do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-704-29-agosto-1853-558652-publicacaooriginal-80145-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. **Cadernos AEL**, [s.l.], v. 7, n. 12/13, 2000, não paginado.

BURLINGAME, Roger. **A sexta coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CANALE, Dário. Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro. **Novos Rumos**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 77-92, jan.-mar., 1986.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. São Paulo: Edumb, 1993.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Nova**. 2ª ed.. São Paulo: Difel, 1976.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo: Códex, 2003.

CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America**: a Critical History. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2011.

CÉZAR, Ana Pereira. **Anita**: memórias. [S. l.: s. n.], 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações 2ª Ed.. Algés – Portugal: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Abramo, 2000.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro**: conflito e integração (1922-1974). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008.

CORRÊA, Hércules. **A classe operária e seu partido**: textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. **Cadernos da UPT**. Curitiba, UPT, ano I, n. 1, 1993.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, p. 213-239.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em:  
<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DUTRA, Eliane de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, [s. d.].

ENGELS, Frederico. **Anti-Dühring**: ou a subversão da ciência pelo Sr. Eugênio Dühring. Lisboa: Edições Afrodite, 1971.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução Roberto Goldkorn. 4ª ed.. São Paulo: Global Editora, 1981.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. **Revista História, Questões e Debates**. Curitiba, UFPR, v. 18, n. 35, jul./dez., 2001, p. 21-23.

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE Eletrônica**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2006, p. 6. Disponível: <[http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S167656482006000100011.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S167656482006000100011.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2015.

FERNANDES, Reginaldo Junior. **Revolução e democracia: vivências e representações (1960-1980)**. 2012. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (orgs.). **Formação econômica do Brasil: a experiência de industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 7- 40.

FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **Páginas de intolerância política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948-1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá.

FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **O Monstro Vermelho na Revista Lei e Polícia (1948-1950)**. 2012. Disponível em: <<http://propagandapoliticaeideologica.blogspot.com.br/2012/10/o-monstro-vermelho-na-revista-lei-e.html>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

GIRARDET, Raoul. **Le nationalisme français (1871-1914)**. Paris: Armand Colin, 1966.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha: um perfil-socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista no Paraná (1945-1964)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução: mito, imaginário político e afetividade anticomunista – Brasil (1941-1947)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada**. 3 ed.. São Paulo: Ática, 1987.

HEALE, Michael J. **American anticommunism: combating the enemy within, 1830-1970**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1990

HOBBSAWM, Eric. et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HOLTZ, Edson. **Faces ilícitas de uma cidade**: representações da prostituição em Londrina (1940-1966). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América. São Paulo: Cortez, 1998.

IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir**: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953). Maringá: 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

KALAKOWSKI, Leszek. **A presença do mito**. Brasília: UnB, 1981.

KIELLER, Márcio. A semilegalidade consentida: o desempenho eleitoral do Partido Comunista no Paraná em meados do século XX. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando José dos (orgs.). **Partidos e eleições no Paraná**: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006, p. 25-44.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muitas histórias. Francisco Beltrão: Grafut, 2003.

LAZIER, Hermógenes. O jornal do partido, a Tribuna do Povo (entrevista). In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008, p. 157-176.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In.: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 525-539.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização (Brasil 1945-1950)**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos**. Brasília: Unb, 1982.

MONTEIRO, Claudia. **A política entre razões e sentimentos**: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-38.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH Revista de História**, Ouro Preto, Ufop, n. 6, 1996, p. 92-100.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da política política. **Locus**: revista de História. Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 17-27, 2010, p. 17-27.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, n. 138, 1998, p. 93-105.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 52-67.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**: tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 155-194.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PARANÁ. Constituição (1947). **Constituição do Estado do Paraná**: promulgada em 12 de julho de 1947. Arquivo Público, 1947.

PEREIRA, Astrojildo. **A formação do PCB (1922-1928)**. Lisboa: Prelo, 1976.

PILOTO, Valfrido. **Registros muito pensados**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1949.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar: uma vida em vermelho**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. 2. ed.. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

PRESTES, Luís Carlos. Manifesto para a Aliança Nacional Libertadora. **Jornal A Platéia**, 6 jul. 1935.

PRIORI, Angelo; IPÓLITO, Verônica Karina. DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-1945). **Varia História**, v. 31, p. 547-580, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n56/0104-8775-vh-31-56-0547.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia Helena (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p. 155 -191.

PRIORI, Angelo. **Polícia política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR (1930-1964) – notas de pesquisa**. Relatório de Pós-Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

PRIORI, Angelo. **A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2000.

PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2009, p.117-142.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética**. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

REZNIK, Luis. **Democracia e segurança nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2ª ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

ROLIM, Rivail Carvalho. **A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950**. Revista de História Regional, v. 5, nº 1, 2000.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. **PCB**: memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada militar**: trajetória histórica e evolução na constituição. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército - J. Olympio, 1975.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2004.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Osvaldo Heller da. **Communistes et antcommunistes**: L'enjeu du syndicalismo agricole dans l'Etat du Paraná. De 1945 a la fin des annees 70. Tese (Doutorado) Ecole des Hautes Études em Siences Sociales, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). São Paulo: Cia das Letras, 2010.

STRAUBE, Ernani Costa. **Polícia Civil do Paraná**: 150 anos. Curitiba: s/ed., 2005.

STRONG, Anna Louise. **A Rússia na paz e na guerra**. 4.ed. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

SUSIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIANNA, Luís Werneck. **A classe operária e a abertura**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

VIANA, Marly. As rebeliões de novembro de 35. **Revistas Novos Rumos**, São Paulo, n. 34, p. 1-39, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/>>

memoria/1935/a\_pdf/revista\_novos\_rumos\_rebelioes\_1935.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1928). São Paulo: Hucitec, 1982.

WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZENI, Viviane Maria. Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas décadas de 40 e 50. In: CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008, p. 61-84.

## ANEXOS

**ANEXO I – RELAÇÃO DE PASTAS TEMÁTICAS CONSULTADAS  
(DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS)**

<b>Pasta</b>	<b>Caixa</b>	<b>Título da pasta</b>	<b>Período</b>
121	15	PCB – Atividades comunistas	1937, 1938
180 a	21	Comitê do PCB – Curitiba	-
264	29	Comitê Comunista Central da Capital	-
268	29	PCB	-
270	30	Lista de Comunistas no interior do Paraná	-
313	35	Comunistas fichados até 1955	1955
326	38	Congresso Paranaense dos Partidários da Paz	1949
454	-	Campo Mourão	-
506	-	Guaraniaçú	-
544 a	60	Delegacia de Polícia de Londrina	-
544 b	60	Delegacia de Polícia de Londrina	1943, 1944
544 c	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1942-1945, 1969
544 d	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1941-1943, 1961, 1976, 1978, 1981
544 e	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1943, 1944, 1946, 1948, 1950-1954, 1956, 1962, 1963, 1970, 1975
556 b	-	Maringá	-
599 b	68	Delegacia de Polícia de Porecatu	-
599 c	68	Delegacia de Polícia de Porecatu	-
767	87	Departamento de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro	-
780 a	89	Documentos antigos (Pasta 1)	-
786 a	92	Documentos perdidos	-
808	97	Ofícios e Portarias expedidos pela DOPS	-
840	-	Relatórios 1950	-
846	104	Relatórios 1956	-
847	104	Relatórios 1957	-
997	-	Londrina	-
1003	-	Londrina	-
1178 a	142	Jornal <i>A Voz Operária</i>	1951
1205	143	Jornal <i>Diário da Tarde</i>	1942-1945, 1957, 1973
1227	145	Jornal <i>O Momento</i>	1951
1252	147	Jornal <i>Tribuna do Povo</i>	1953, 1957
1282	150	Ligas Camponesas	-

1405	166	Movimento Paranaense dos Partidários da Paz	-
1465	173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	-
1465	173	Organização no Paraná	-
1466 b	173	Atividades comunistas no norte do Paraná	Década de 1950
1466 c	-	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	-
1466 d	173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1950
1466 d	173	PCB no Paraná	1960-1964
1468 c	174	PCB geral no Paraná	1950
1476	177	PCB de Londrina – volume 1	-
1477	177	PCB de Londrina – volume 2	1959, 1960, 1962
1486	178	O PCB em Londrina	-
1489	178	PCB – geral do Paraná	-
1951	-	Informantes	-
2222	-	Londrina	-

**ANEXO II – RELAÇÃO DE PASTAS INDIVIDUAIS CONSULTADAS  
(DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS)**

<b>Pasta</b>	<b>Caixa</b>	<b>Título da pasta</b>	<b>Período</b>
1216	341	Flavio Ribeiro	-
1567	362	Hermógenes Lazier	-
2543	422	Manoel Jacinto Correa	-
2689	430	Maurício Grabois	-
2746	434	Miguel Pan	-

## FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS

### DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS

Relação de Pastas Temáticas Consultadas (ANEXO I);  
Relação de Pastas Individuais Consultadas (ANEXO II).

### ARQUIVO PESSOAL TERESA URBAN

AMERICAN EMBASY. Resume of Tribuna Popular. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives. abr. 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Atas da Câmara Municipal de Londrina. 12 jan., 29 jan., 29 mar. – 1948; 14 fev. - 1951.

CORREIA, Ana Pereira (Anita). Entrevista. Londrina, 25 mar. 1985.

CORREIA, Manoel Jacinto. Entrevista. [1980?].

FERNANDES, Florestan. Entrevista. [1985?].

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. Anti-Communist Handbills Published by *Lei e Polícia*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, set. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. Publication of Communist Pamphlet and Leaflet. São Paulo, Reproduced at the National Archives, set. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. Transmitting Report Propered by Rio de Janeiro Police on Activies of the Outlawed Communist Party of Brazil. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jul. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY. Communist Leader Prestes outlines his view of communist position and Program. São Paulo, Reproduced at the National Archives, jun. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY. Cópia do Estatuto da Juventude Comunista. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, [1946?].

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY. Expulsion of Communists from public positions. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, dez. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Activities of the Communist Party in Brazil from the time it was closed to the present. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jul. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Communist Activities in Curitiba. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Communist Plans in Anticipation of Annulment of Parliamentary Mandates of Communists. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, set. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Jornal Tribuna do Povo*. Curitiba, diversos números. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Jornal Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, diversos números. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 7 jul. 1949, ano 1. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Organization of Union of Communist Youth. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Pro-peace propaganda in Curitiba, Paraná. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Printing and distribution of anti-communist poster and pamphlet. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Registration of Brazilian Communist Party. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jan. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Resume of Press and Official reaction to establishment of Communist Youth Union. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina. Diversos números, 1985.

FOLHA DA TARDE. São Paulo. 18 de jun. 1951.

GORENDER, Jacob. Entrevista. 19 de mar. 1985.

IMPrensa POPULAR. Rio de Janeiro. 9, 16 fev. - 1951; 24, 26, 29 jun. - 1951; 7 jul. - 1951.

MULLER, Elza Pereira Correia. Entrevista. 20 mar. 1985.

PINHA, Hilário Gonçalves. Entrevista. 23 mar. 1985.

REVISTA LEI E POLÍCIA. Rio de Janeiro. jun. - 1948; jan., fev., mar.; abr., maio, jun., set. - 1950.

SALDANHA, João. Entrevista. 23 mar. 1985.

UNITED STATES GOVERNMENT. Office Memorandum. Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FUNDO DPS**

Jornal Voz Operária, 10 fev. 1951, p. 11.

Jornal Tribuna Popular, 16 mar. 1946.

### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE/PR)**

Resultado das eleições municipais de Londrina (PR), 22 de julho de 1951. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

### **MARXISTS INTERNET ARCHIVES**

PRESTES, Luís Carlos. Congresso Continental Americano Pela Paz – Golpe Decisivo Contra os Planos Estratégicos dos Incendiários de Guerra. Revista Problemas, n. 20, ago./set. 1949. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1949/08/congresso.htm>>. Acesso em: 6 maio 2014